



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Janypher Marcela Inácio Soares

A HEGEMONIA MONETÁRIA ESTADUNIDENSE:
uma análise dos custos da manutenção do dólar como moeda internacional.

Florianópolis – SC.
2024

Janypher Marcela Inácio Soares

A HEGEMONIA MONETÁRIA ESTADUNIDENSE:
uma análise dos custos da manutenção do dólar como moeda internacional.

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais, na Área de Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof.^a Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, Dr.^a

Florianópolis – SC.

2024

Inácio Soares, Janypher Marcela

A hegemonia monetária estadunidense : uma análise dos custos da manutenção do dólar como moeda internacional. / Janypher Marcela Inácio Soares ; orientador, Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, 2024.

280 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. moedas internacionais. 3. hegemonia monetária internacional. 4. dólar americano. I. Arienti, Patrícia Fonseca Ferreira . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

Janypher Marcela Inácio Soares

A hegemonia monetária estadunidense: uma análise dos custos da manutenção do dólar como moeda internacional.

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 8 de março de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Fernando Seabra
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Jaime César Coelho
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Aline Regina Alves Martins
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Prof.^a Dr.^a Neusa Maria Pereira Bojikian
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutora em Relações Internacionais.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.^a Patrícia Fonseca Ferreira Arienti, Dr.^a
Orientador(a)

Florianópolis - SC, 2024.

Dedico este estudo ao meu marido e a minha mãe,
sempre incansáveis em me apoiar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, que foi comigo ao longo de toda minha trajetória acadêmica, nunca me permitindo desistir e sempre recompensando meu esforço. Abriu portas e me conectou com pessoas incríveis!

Agradeço, imensamente, ao meu esposo, Gustavo, que sempre esteve ao meu lado! Sempre compreendeu a minha ausência, minhas decisões, me incentivou, apoiou e auxiliou em tudo! Esta tese é uma conquista nossa! Te amo muito! (Obrigada UFSC por possibilitar essa união!). Agradeço a minha mãe, que sempre, inclusive nos momentos mais difíceis da nossa vida, me incentivou a estudar. Como ela diz, uma mãe pode não deixar nada para os filhos, mas deixando o estudo já garantiu uma revolução na vida desse! Te amo muito!

Agradeço também ao meu irmão Alan e minha cunhada Verônica, que sempre estiveram ao meu lado, torcendo, apoiando, incentivando e trazendo leveza a esse momento. A minha sogra, Márcia, e ao meu sogro, Irineu, que sempre me incentivaram, apoiaram e compreenderam a minha ausência por diversos momentos. Ao meu filhote de quatro patas, Noah, que por inúmeras horas, ficou no meu colo, enquanto esta tese era elaborada. As horas em frente ao computador foram menos solitárias com a sua presença.

Agradeço às amigas que o PPGRI me deu, Jéssica e Renata. Dividir as aulas, uma pandemia, as dúvidas e as angústias com vocês, fez toda a diferença! Deixou tudo mais leve! Agradeço, imensamente, a Prof.^a Patrícia Arienti, pelo seu apoio e compreensão ao longo desses anos. Sempre solícita, atenciosa e compreensiva, segue sendo, uma inspiração para mim.

Agradeço a nossa Coordenadora, Prof.^a Danielle Ayres e, aos demais professores, do PPGRI. Todo o apoio, comprometimento e conhecimento compartilhado, apesar de termos enfrentado uma pandemia, fizeram a diferença. Muito me orgulha fazer parte da primeira turma de doutorandos dessa casa! Agradeço, também, ao secretário Hélio, sempre me auxiliando e atendendo nas mais diferentes questões.

Agradeço às Professoras Aline e Neusa, e aos Professores Seabra e Jaime, pelo aceite, participação nessa banca, e pela leitura atenta à minha pesquisa. As vossas sugestões e comentários contribuíram para a concretização desse estudo.

Por fim, agradeço ao UNIEDU/FUMDES pela bolsa recebida nos últimos meses deste estudo, e a UFSC, pelo compromisso com a sociedade e com excelência no ensino. Muito me orgulha ter passado, novamente, por aquela que, considero ser, também, a minha casa.

*“But the voice of truth tells me a different story.
The voice of truth says, "Do not be afraid!"
The voice of truth says, "This is for My glory"
Out of all the voices calling out to me
I will choose to listen and believe the voice of truth.”*
(Casting Crowns)

RESUMO

A sociedade atual e o crescimento do comércio ampliaram as transações financeiras. Para que essas sejam realizadas, é necessário um meio, algo que atue como intermediário nas trocas. Nessa lógica, surge a moeda. Mundialmente, diversas são as moedas utilizadas. Hierarquicamente, as moedas são diferentes. Algumas delas, exercem mais funções. Já outras menos funções. Quando uma moeda realiza todas as suas funções nacionais – meio de troca, unidade de conta e reserva de valor – no cenário internacional, é possível afirmar que, essa moeda ocupa o topo dessa hierarquia. Para uma moeda ocupar esse espaço, o Estado emissor, deve ser um ator importante no cenário internacional, pois, caso não seja, os demais não irão utilizar amplamente a moeda desse. Isto é, o país deve ter influência e poder sobre os demais. Esse país, com poder hegemônico, tende a direcionar os demais países a agirem da forma que ele considera adequada. Esse cenário é, comumente, mencionado como sendo gerador de um “privilégio exorbitante” para o emissor. Porém, para que esse panorama se concretize, há custos ou “deveres exorbitantes”, que o hegemon deve arcar. Nesse sentido, esta tese buscou analisar os custos políticos e econômicos da manutenção do dólar como moeda internacional e a hegemonia monetária estadunidense nos séculos XX e XXI. Para que esse objetivo fosse alcançado, foram elencados três objetivos específicos: descrever o processo histórico e político da ascensão e queda das moedas internacionais utilizadas a partir do século XX; relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia monetária dos EUA; e, verificar os custos políticos e econômicos da manutenção do dólar como moeda internacional. A partir de uma pesquisa bibliográfica, documental e exploratória em bases de dados do Congresso norte-americano, órgãos governamentais e bases de organismos internacionais foi realizada a coleta de dados necessária para esse estudo. Dentre os resultados obtidos, verificou-se que, historicamente, outros países atuaram como hegemon no que tange a questão monetária. Um deles foi a Grã-Bretanha por meio da libra, e, a partir de 1945, os Estados Unidos assumiram a hegemonia mundial. Para que essa hegemonia monetária internacional aconteça, há benefícios e custos para o país emissor, tanto no aspecto econômico quanto político. Na questão dos benefícios, a partir de Chey (2012), e Cohen (2015), foi verificado que os custos de transação reduzidos, a senhoriagem internacional, a flexibilidade macroeconômica, a alavancagem política e a reputação, são os principais benefícios. Em se tratando dos custos, verificou-se uma maior valorização do dólar americano, inibindo a utilização desse enquanto instrumento de política pública. Neste mesmo sentido, há uma maior restrição externa e responsabilidade política para o país emissor da principal moeda internacional. De modo que, a utilização da taxa de juros, também, é prejudicada, pois, o poder de contágio para com o sistema internacional é considerável. Por fim, foi verificado que, há impactos na indústria nacional do emissor. Esses impactos, podem ser, um crescimento relevante das importações, uma queda nas exportações ou ainda, uma fuga de empresas multinacionais para países com menores custos. Do ponto de vista da política interna estadunidense, os instrumentos tradicionais, não podem ser utilizados de maneira a priorizar apenas o cenário nacional, visto o impacto que geraria nos demais países. A escolha, por priorizar o externo em detrimento do interno, ou vice-versa, tende a ser alinhada com as premissas defendidas pelos partidos norte-americanos. Dessa forma, observou-se que, governos democratas tendem a agir para, ampliar a hegemonia monetária norte-americana, por meio do fortalecimento da influência frente ao cenário internacional. Os governos republicanos, no geral, tendem a atuar no fortalecimento da hegemonia militar e na redução do multilateralismo.

Palavras-chave: moedas internacionais; hegemonia monetária internacional; dólar americano.

ABSTRACT

Today's society and the growth of commerce have expanded financial transactions. For these to be carried out, a means is needed, something that acts as an intermediary in exchanges. In this logic, currency emerges. Worldwide, there are several currencies used. Hierarchically, the currencies are different. Some of them perform more and others less functions. When a currency performs all its national functions – medium of exchange, unit of account and store of value – on the international scene, it is possible to say that this currency occupies the top of this hierarchy. For a currency to occupy this space, the issuing State must be an important actor on the international scene because, if it is not, others will not widely use its currency. That is, the country must have influence and power over others. This country, with hegemonic power, tends to direct other countries to act in the way it considers appropriate. This scenario is commonly mentioned as generating an “exorbitant privilege” for the issuer, however, for this scenario to come to fruition, there are costs or “exorbitant duties” that the hegemon must bear. In this sense, this thesis sought to analyze the political and economic costs of maintaining the dollar as an international currency and US monetary hegemony in the 20th and 21st centuries. In order for this objective to be achieved, three specific objectives were listed: to describe the historical and political process of the rise and fall of international currencies used from the 20th century onwards; relate American political changes to US monetary hegemony; and, verify the political and economic costs of maintaining the dollar as an international currency. Based on bibliographical, documentary and exploratory research in databases from the North American Congress, government agencies and databases of international organizations, the necessary data collection for this study was carried out. Among the results obtained in this study, it was found that, historically, other countries acted as hegemon regarding the monetary issue, one of them was Great Britain through the pound, and, from 1945, the United States assumed hegemony. WorldWide. For this international monetary hegemony to happen, there are benefits and costs for the issuing country, both in economic and political aspects. In terms of benefits, from Chey (2012), and Cohen (2015), it was found that reduced transaction costs, international seigniorage, macroeconomic flexibility, political leverage and reputation are the main benefits. When it comes to costs, there was a greater appreciation of the US dollar, inhibiting the use of this as an instrument of public policy. In this same sense, there is greater external restriction and political responsibility for the country issuing the main international currency. Therefore, the use of the interest rate is also harmed, as the power of contagion towards the international system is considerable. Finally, it was verified that there are impacts on the issuer's national industry. These impacts could be a considerable growth in imports, a drop in exports, or even a flight of multinational companies to countries with lower costs. From the point of view of US domestic policy, traditional instruments cannot be used in a way that prioritizes only the national scenario, given the impact it would generate in other countries. The choice, by prioritizing the external harming of the internal, or vice versa, tends to be aligned with the premises defended by North American parties. Thus, it was observed that democratic governments tend to act to expand North American monetary hegemony, by strengthening influence on the international scene. Republican governments, in general, tend to act to strengthen military hegemony and reduce multilateralism.

Keywords: international currencies; international monetary hegemony; American dollar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A pirâmide monetária	50
Figura 2 - A hierarquia do atual sistema monetário internacional	52
Figura 3 - Relação de poder entre A e B, impactando na relação de B com C	86
Figura 4 - Taxa de câmbio, Estados Unidos 1989 – 2022.....	173
Figura 5 - Taxa de câmbio, EUA 1989 – 2022 – ênfase junho/2008 e novembro/2016	174
Figura 6 - Tendências da dívida federal ao longo do tempo, ano fiscal de 1948-2022.....	187
Figura 7 - Obrigações totais de 1990.....	192
Figura 8 - Obrigações totais de 2002.....	193
Figura 9 - Obrigações totais de 2008.....	194
Figura 10 - Obrigações totais de 2020.....	195
Figura 11 - Obrigações totais de 2022.....	195
Figura 12 - Produção industrial dos Estados Unidos mensal 1989 – 2022	202
Figura 13 - Todos os funcionários da manufatura – 1989-2022.....	211
Figura 14 - Todos os funcionários de fábricas e produtos têxteis – 1989-2022.....	211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Volume de negócios do mercado de câmbio por moeda	72
Gráfico 2 - Uso das moedas faturamento em relação ao faturamento e comércio global (%) .	74
Gráfico 3 - Composição de moedas 1999 – 2021	80
Gráfico 4 - Dados do orçamento fiscal em milhões de dólares sem ajuste sazonal – 1989-2022 – Indicados por mandato presidencial	123
Gráfico 5 - Participação de notas de dólar americano em posses de estrangeiros.....	152
Gráfico 6 - Evolução do saldo em transações correntes dos Estados Unidos no intervalo de 1989 - 2022.....	160
Gráfico 7 - Ordens Executivas assinadas no intervalo 1989-2022 com temáticas relacionadas a “proibição de transações”, “bloqueio de propriedades” e “sanção”	164
Gráfico 8 – Taxa/ponto máximo da faixa alvo do juros dos fundos federais – 1989-2022....	180
Gráfico 9 – OSCILAÇÃO DO PIB EUA (% ANUAL) – 1989-2022.....	181
Gráfico 10 - Variação da composição das cinco principais moedas utilizadas como reservas cambiais oficiais em percentuais de 1995 a 2022.....	183
Gráfico 11 - Valor pendente da dívida em trilhões de dólares – 1989 - 2022.....	185
Gráfico 12 - Exportações e Importações dos EUA – 1989-2022	198
Gráfico 13 - Percentuais de empregados x desempregados EUA – 1989 - 2022.....	209
Gráfico 14 - Inflação dos EUA – 1989-2022	212

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais Estados e Principais Recursos – 1500-1900.....	20
Quadro 2 – Síntese dos resultados das bases de dados.....	35
Quadro 3 - Síntese das variáveis e informações utilizadas.....	38
Quadro 4 - Papéis de uma moeda internacional	45
Quadro 5 - Moeda meio de troca no comércio internacional	45
Quadro 6 - Classificação das moedas quanto a determinação de importância.....	49
Quadro 7 – Princípios-base dos partidos democrata e republicano.....	101
Quadro 8 - Síntese dos presidentes dos EUA pós 1989	103
Quadro 9 - Lideranças partidárias: Câmara, Senado e Presidência.....	106
Quadro 10 - Estrutura do balanço de pagamentos	155
Quadro 11 - Legislações aprovadas pelo Congresso dos Estados Unidos no intervalo de 1989 – 2022 com a temática “sanção”.....	165
Quadro 12 - Definição de Categorias para os câmbios a partir de IMF (2009b)	170
Quadro 13 - Leis relacionadas ao aumento do limite da dívida – 1989-2022	188

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Portfólio bibliográfico a partir das bases de dados.....	36
Tabela 2 - Composição das reservas cambiais oficiais em milhões de dólares americanos de 2016 a 2022	77
Tabela 3 - Composição das reservas cambiais oficiais em percentuais de 2016 a 2022.....	77
Tabela 4 - Leis aprovadas no Congresso – 1989-2022 – Classificação Become Law – Percentual por Congresso	110
Tabela 5 - Leis aprovadas no Congresso – 1989-2022 – Classificação Become Law – Percentual por Congresso – pós-exclusões.....	113
Tabela 6 - Ordens Executivas (O.E.), emitidas de 20 de janeiro de 1989 até 31 de dezembro de 2022	115
Tabela 7 - Ordens Executivas (O.E.), emitidas de 20 de janeiro de 1989 até 31 de dezembro de 2022 classificadas por área política	117
Tabela 8 - Síntese do Balanço de pagamentos dos Estados Unidos em Milhões de dólares americanos no intervalo de 1989 - 2022.....	159
Tabela 9 - Valor pendente da dívida norte-americana em dólares – 1989-2022.....	184
Tabela 10 - Exportações e importações por categoria 1999-2022 em milhões de dólares.....	200
Tabela 11 - INDPRO – topos e fundos – e os respectivos PIB, câmbio, taxa de juros, obrigações financeiras (em bilhões), e dívida federal (em bilhões) – 1989-2022	203

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AE – Área do Euro
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- APEC – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
- BACEN – Banco Central
- BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
- BEP – Bureau of Engraving and Printing
- BIS – Bank for International Settlements / Banco de Compensações Internacionais
- BP – Balança de Pagamentos
- BPM – Manual da Balança de Pagamentos
- BPS – Basis Point
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CEI – Comunidade dos Estados Independentes
- CIA – Central Intelligence Agency
- COFER – Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves
- CPS – Current Population Survey
- DACA – Deferred Action for Childhood Arrivals
- DNC – The Democratic National Committee
- EPI – Economia Política Internacional
- EUA – Estados Unidos da América
- FED – Federal Reserve System
- FEER – Fundamental Equilibrium Exchange Rate
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FOMC – Federal Open Market Committee
- FRED – Federal Reserve Economic Data
- FRN – Floating Rates Note
- FTC – Força de Trabalho Civil
- FX – Foreign Exchange
- GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- IME – Instituto Monetário Europeu
- IMF – International Monetary Fund

INDPRO – Industrial Production: Total Index / Índice da Produção Industrial

NAFTA – North American Free Trade Agreement

NEER – Nominal Effective Exchange Rate

O.E. – Ordem Executiva

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTC – Over-the-Counter

PB – Portfólio Bibliográfico

PCNI – População Civil Não Institucionalizada

PIB – Produto Interno Bruto

PP – Partido Patrocinador

QFII – Qualified Foreign Institutional Investor

RNC – The Republic National Committee

RSFSR – República Socialista Federativa Soviética da Rússia

RSS – República Socialista Soviética

SEMC – Sistema Europeu de Bancos Centrais

SDR – Direitos Especiais de Saque

UEM – União Econômica e Monetária

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USMCA – United States – Mexico – Canada Agreement

ZEEs – Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	REGIMES INTERNACIONAIS E A HEGEMONIA MONETÁRIA	19
1.2	PROBLEMATIZAÇÃO	28
1.3	OBJETIVOS	32
1.3.1	Objetivo Geral	32
1.3.2	Objetivos Específicos	32
1.4	JUSTIFICATIVA E INEDITISMO	32
1.5	METODOLOGIA DA PESQUISA	38
1.6	HIPÓTESES	39
1.7	ESTRUTURA DA PESQUISA	40
2	MOEDAS INTERNACIONAIS UTILIZADAS NOS SÉCULOS XX E XXI ...	41
2.1	A DIFERENCIAÇÃO ENTRE A MOEDA NACIONAL E AS MOEDAS INTERNACIONAIS	41
2.2	FUNÇÕES DA MOEDA INTERNACIONAL	44
2.3	HIERARQUIA DAS MOEDAS	47
2.3.1	Hierarquia das Moedas de Strange (1971)	47
2.3.2	Hierarquia das Moedas de Cohen (1998; 2015; 2019)	49
2.3.3	Hierarquia das moedas de Conti, Prates e Philon (2013)	51
2.4	O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E AS MOEDAS INTERNACIONAIS	53
2.5	PARA ALÉM DO DÓLAR AMERICANO: AS MOEDAS INTERNACIONAIS RELEVANTES PÓS-BRETTON WOODS.....	60
2.5.1	Marco Alemão	60
2.5.2	Iene japonês	62
2.5.3	Relação marco alemão, iene japonês e dólar americano	64
2.5.4	Euro	65
2.5.5	Renminbi	69
2.6	AS MOEDAS INTERNACIONAIS ATUAIS: MEIO DE TROCA, UNIDADE DE CONTA E RESERVA DE VALOR.....	72
2.7	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	81
3	A HEGEMONIA MONETÁRIA DOS ESTADOS UNIDOS E A POLÍTICA ESTADUNIDENSE	83

3.1	PODER MONETÁRIO INTERNACIONAL E A HEGEMONIA MONETÁRIA INTERNACIONAL	84
3.1.1	Formas de poder monetário: macro e micro nível de análise.....	87
3.1.2	Influência e Autonomia	89
3.1.3	Sensibilidade e vulnerabilidade	91
3.1.4	A HEGEMONIA MONETÁRIA INTERNACIONAL.....	91
3.2	O BIPARTIDARISMO NORTE-AMERICANO	94
3.2.1	Partido Democrata	94
3.2.2	Partido Republicano.....	97
3.3	PRINCÍPIOS BASE DOS PARTIDOS DEMOCRATA E REPUBLICANO	100
3.4	A POLÍTICA NORTE-AMERICANA – PÓS 1989.....	102
3.4.1	Lideranças partidárias: Câmara, Senado e Presidência.....	104
3.4.2	Panorama geral: leis e ordens executivas 1989-2022.....	108
3.4.3	Governo George H. W. Bush: 1989 – 1992 – Republicano	118
3.4.4	Governo Bill Clinton: 1993-2001 – Democrata.....	121
3.4.5	Governo George W. Bush: 2001-2009 – Republicano	125
3.4.6	Governo Barack Obama: 2009-2017 – Democrata.....	129
3.4.7	Governo Donald Trump 2017-2021 – Republicano.....	132
3.4.8	Governo Joe Biden 2021-2025 (em andamento) – Democrata	136
3.5	A HEGEMONIA MONETÁRIA ESTADUNIDENSE PÓS-1989.....	141
3.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	145
4	CUSTOS E BENEFÍCIOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO DÓLAR COMO MOEDA INTERNACIONAL	147
4.1	BENEFÍCIOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE UMA MOEDA INTERNACIONAL PARA O EMISSOR.....	147
4.1.1	Custos de transação reduzidos	148
4.1.2	Senhoriagem internacional	150
4.1.3	Flexibilidade macroeconômica	153
4.1.4	Alavancagem política (<i>hard power</i>)	161
4.1.5	Reputação (<i>soft power</i>)	165
4.2	CUSTOS OU RISCOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE UMA MOEDA INTERNACIONAL PARA O EMISSOR.....	166
4.2.1	Valorização da moeda	169
4.2.2	Restrição externa	175

4.2.2.1	<i>Taxas de Juros EUA – 1989 - 2022</i>	178
4.2.2.2	<i>Reservas estrangeiras oficiais em dólares – 1989 - 2022</i>	182
4.2.2.3	<i>Endividamento norte-americano – 1989 - 2022</i>	183
4.2.3	Responsabilidade política	189
4.2.4	Impactos na indústria nacional	196
4.2.4.1	<i>Balança comercial dos Estados Unidos</i>	198
4.2.4.2	<i>A produção industrial americana e o cenário empregatício – 1989-2022</i>	201
4.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	213
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
	REFERÊNCIAS	225
	APÊNDICE A – ORDENS EXECUTIVAS – 1989 – 2022	245
	APÊNDICE B – TAXA DE JUROS DE FUNDOS FEDERAIS – 1989-2022	250
	APÊNDICE C – AS CINCO MAIORES MOEDAS RESERVAS – OSCILAÇÃO EM 2022	
	253	
	APÊNDICE D – OBRIGAÇÕES TOTAIS: EUA COM O RESTANTE DO MUNDO	255
	APÊNDICE E – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DOS EUA – 1989-2022	256
	APÊNDICE F – INDPRO	257
	APÊNDICE G – FORÇA DE TRABALHO NORTE-AMERICANA	260
	APÊNDICE H – CLASSIFICAÇÃO <i>BECOME LAW</i> – 1989-2022 — VALOR ABSOLUTO POR CONGRESSO	262
	APÊNDICE I – CLASSIFICAÇÃO <i>BECOME LAW</i> – 1989-2022 — VALOR ABSOLUTO POR CONGRESSO – APÓS EXCLUSÕES	264
	APÊNDICE J – ORDENS EXECUTIVAS (O.E.) 20 DE JANEIRO DE 1989 ATÉ 20 DE JANEIRO DE 2009	266
	APÊNDICE K – ORDENS EXECUTIVAS (O.E.) 20 DE JANEIRO DE 2009 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2022	268
	ANEXO A – ESTADOS UNIDOS: BALANÇA DE PAGAMENTOS (EM MILHÕES DE DÓLARES AMERICANOS)	269
	ANEXO B – U.S. INTERNATIONAL TRADE IN GOODS	275
	ANEXO C – ÁREAS POLÍTICAS E SUAS DESCRIÇÕES	278

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo, busca, apresentar as bases desta pesquisa. Iniciando pelo estudo dos regimes internacionais e, qual a relação desses com a hegemonia monetária e os sistemas monetários internacionais. No segundo item, o capítulo traz a problematização do estudo, seguido dos objetivos e da justificativa. Por fim, têm-se a metodologia, as hipóteses e a estrutura da pesquisa.

1.1 REGIMES INTERNACIONAIS E A HEGEMONIA MONETÁRIA

Para compreender a questão da hegemonia monetária internacional é necessário inicialmente ter clareza do que é o poder e os regimes internacionais. De maneira sucinta, o poder é a capacidade de atingir propósitos ou metas, e possui relação com a capacidade de levar os outros a fazerem o que de outra forma não realizariam (NYE, JR., 1990; STRANGE, 1994, WEBER, 1999). Nye Jr. (1990), afirma que, essa visão comportamental do poder, pressupõe saber antecipadamente, a ação pessoas e das outras nações, para que a outra parte, possa, de fato, utilizar o seu poder. Isso, porém, é pouco útil para políticos e líderes. Visto que, as ações das pessoas e das nações, tendem a mudar a partir de cenários e contextos cuja análise e visualização, nem sempre, são possíveis. Assim, do ponto de vista da economia política internacional é mais comum relacionar poder com a capacidade de controlar os demais.

Essa capacidade de controle está, normalmente, relacionada à posse de determinados recursos, tais como população, território, recursos naturais, forças militares, estabilidade política e a dimensão econômica. Fugindo assim, de uma definição comportamental do poder, passando para uma visão mais concreta, mensurável e previsível do poder. Sendo assemelhada, nas palavras do autor (1990, p. 26), “a ter as cartas mais altas em um jogo de pôquer, nesse jogo, se o oponente estiver mostrando cartas que podem lhe vencer, desista de sua mão. Ou ainda, se você sabe que perderá uma guerra, não a comece”¹.

Porém, não basta deter os recursos. Quando um país possui quaisquer um dos recursos supracitados, ou ainda outros que forem relevantes em determinada situação, isso não significa que esse país conseguirá converter a opinião/ação de outro país. Ao deter um recurso, o país tem o chamado poder potencial, aqui, medido pela posse. A real expressão do poder, ou seja, o

¹ No original em inglês: “Power in this sense means holding the high cards in the international poker game. A basic rule of poker is that if your opponent is showing cards that can beat anything you hold, fold your hand. If you know you will lose a war, don’t start it” (NYE JR., 1990, p. 26).

poder realizado, versa sobre a chamada conversão do poder. Em outras palavras, a capacidade de fato, de transformar os recursos, em efetiva mudança de comportamento dos outros (NYE JR., 1990). Ressaltando que, os recursos de poder dependem, sempre, do contexto no qual estão inseridos (NYE JR., 2009). O quadro 1, apresenta uma síntese desse aspecto em considerando os séculos XVI a XX.

Quadro 1 - Principais Estados e Principais Recursos – 1500-1900

PERÍODO	ESTADO PRINCIPAL	PRINCIPAIS RECURSOS
Século XVI	Espanha	Barras de ouro, comércio colonial, exércitos de mercenários e laços dinásticos.
Século XVII	Holanda	Comércio, mercado de capitais, marinha.
Século XVIII	França	População, indústria rural, administração pública, exército
Século XIX	Grã-Bretanha	Indústria, coesão política, finanças e crédito, marinha, normas liberais, localização insular (fácil de defender)
Século XX	Estados Unidos	Escala econômica, liderança científica e técnica, cultura universalista, forças e alianças militares, regimes internacionais liberais, centro de comunicações transnacionais.

Fonte: Adaptado de Nye Jr. (1990, p. 32)

Além da questão dos recursos, Nye Jr. (1990, p. 29, *tradução nossa*), divide o poder em dois tipos de poder, o poder duro (*hard power*), e o poder brando (*soft power*). O poder duro tem relação com a capacidade de levar os outros a fazerem coisas que não fariam por meio do uso da força, da coerção, da ameaça de punição (“o chicote”), ou também, de um incentivo (“a cenoura”), aqui, materializado em incentivos econômicos ou força militar². Já o poder brando, diz respeito a capacidade de obter os resultados desejados porque os outros querem o mesmo que você, tem relação com a atração, com a inspiração e não com a coerção. Por meio do poder brando, os países passam a concordar com normas e instituições que produzem o comportamento desejado pelo detentor do poder (KEOHANE; NYE, 2012).

Pode se dizer, então, que o *hard power* caracteriza-se pela utilização da força e o *soft power* utiliza-se da atração de ideias ou pautas que representem os demais. As definições e diferenciações propostas pelos autores para esses dois tipos de poder, *hard power* e *soft power*, são mais pertinentes em relação à temática a ser tratada nessa tese, visto que, em diversos momentos do exercício da hegemonia monetária internacional, há o uso desses poderes. Essa interdependência entre os atores, revisita debates sobre a gestão da economia mundial, a governança. Essa, reside na autoridade para definir e fazer cumprir normas e valores para a coletividade, ou as regras do jogo (COHEN, 2008).

² Optou-se por manter os termos utilizados no original “sticks” e “carrots” para enfatizar que, em muitos casos, tanto a intimidação quanto a promessa de uma recompensa são consideradas expressão do *hard power*.

Keohane e Nye (2012), afirmam que a interdependência ocorre em uma rede de regras, normas e procedimentos. Este conjunto de acordos governamentais que afetam as relações de interdependência, são chamados regimes internacionais (KRASNER, 1982a)³. Krasner (1982a, p. 186), define regime internacional como os princípios, normas, regras e procedimentos, em uma determinada área política, para uma tomada de decisão em torno dos quais, convergem as expectativas dos atores⁴. Krasner (1982a), baseia a sua definição em quatro pilares, quais sejam: princípios, normas, regras e procedimentos. Princípios, podem ser compreendidos como crenças de fato, elementos de causalidade. As normas, por sua vez, dizem respeito aos padrões de comportamento definidos pelos diretos e deveres, ou obrigações. As regras são as prescrições ou as proibições em relação a uma determinada ação. Já os procedimentos, são práticas dominantes para fazer ou implementar escolhas coletivas.

Strange (1982), compreende regime, do ponto de vista político, como o governo de uma sociedade por um indivíduo, uma dinastia, um grupo ou um partido. No geral, o termo regime é utilizado de maneira pejorativa, como uma reprovação, para formas de governos, geralmente, autoritárias. Krasner (1982a), diverge de Strange (1982), e afirma que, regimes vão além de arranjos temporários, que mudam dada a alternância de poder ou de interesses. Por basear-se em princípios e normas, os regimes devem ser direcionados para o longo prazo.

Keohane (1982, p. 332, *tradução nossa*), na mesma lógica de Krasner (1982a), considera os regimes internacionais como diversos conjuntos de princípios, normas, regras e procedimentos para a tomada de decisão. E propõe, que as decisões que envolvam os regimes internacionais, devam buscar acordos mútuos entre os países para beneficiar a todos, assim, a condição estrutural de anarquia não irá gerar uma “guerra de todos contra todos”⁵.

³ Por meio do *Journal International Organization*, Krasner (1982a), organizou uma edição completa a respeito dos regimes internacionais. Diversos artigos utilizados no volume da revista servirão como base para a explanação a ser realizada a partir daqui.

⁴ Strange (1982), é enfática ao criticar a definição de Krasner (1982a). Segundo a autora (1982), a validade e a utilidade da definição são questionáveis em torno do que ela denomina como cinco dragões. O primeiro, afirma que, estudar regimes é uma moda passageira, desconexa do longo prazo aos eventos mundiais. Em segundo, afirma que, tal definição é confusa e imprecisa. Como terceiro ponto, a autora afirma ser tendenciosa e perigosa a definição. Em quarto, distorce a realidade ao enfatizar de maneira excessiva o elemento estático da mudança na política mundial, desprezando o elemento dinâmico das mudanças. Por fim, é pobre e de paradigma limitado. Apesar dessas críticas, para este estudo, são aprofundados estudos que, corroboram Krasner (1982a, p. 185, 186), predominantemente, os classificados pelo autor como de abordagem “*modified structural*” ou com livre tradução, “estrutural modificada”. Esses, aceitam os pressupostos analíticos das abordagens realistas estruturais, com um sistema internacional de estados funcionalmente, simétricos e maximizadores do poder, agindo em um ambiente anárquico. Porém, afirmam que, em um ambiente, onde as ações individuais de maximização dos benefícios fracassaram, os regimes internacionais podem impactar positivamente, o ambiente anárquico. São os casos dos trabalhos de Keohane (1982), Ruggie (1982), Cohen (1982), e Jervis (1982). Isso significa que, em um ambiente anárquico, não caótico, onde não há um regime global, a governança eficaz é realizada por meio dos regimes internacionais.

⁵ No original em inglês: “*war of all against all*” (KEOHANE, 1982, p. 332).

Apesar dessa busca, Keohane (1982), pontua que os regimes internacionais surgem de imposições, ou seja, um regime é ocasionado não apenas por elementos situacionais, ambientais, mas sim, pelo poderio de um dos atores, onde as escolhas desses, serão limitadas, dando um maior peso às preferências de atores mais poderosos. Dessa forma, as relações de poder e dependência determinarão as características dos regimes internacionais. Ruggie (1982), por sua vez, relaciona os regimes internacionais a instituições sociais, em torno das quais, convergem as expectativas dos atores em determinadas áreas das relações internacionais. Assim, os regimes, bem como, outras instituições sociais, limitam o poder discricionário das suas unidades, para decidir e agir sobre o âmbito no qual os regimes atuam.

Jervis (1982), afirma que, as regras, normas e princípios propostos por um regime internacional, permitem que nações tenham o seu comportamento restringido, e que elas, de fato, cumpram o estabelecido. Isso ocorre, norteador pela expectativa de que, quando de determinado momento, as outras nações também, irão contribuir. Keohane (1984), afirma, que as normas dos regimes existentes buscam inibir condutas ilícitas. E que, para o regime econômico ser considerado estável, é necessário haver liderança.

Nesse mesmo sentido, Cepaluni (2005, p. 56), afirma que, “ao elaborar e definir agendas políticas, os Estados criam instituições para resolver conflitos provocados por situações de interdependência”. Dessa forma, os Estados buscam utilizar os regimes internacionais de tal forma que maximizem os seus ganhos e minimizem as suas perdas. Assim, quanto maior o poderio do Estado, maior será, a predominância no seu desempenho. Dessa forma, pode-se perceber que a interdependência entre os Estados afeta a política mundial, o comportamento dos Estados, seus padrões e as ações governamentais desses. Em contrapartida, esse cenário, também, afeta e influencia, os padrões de interdependência. Como já apontado anteriormente, o sistema de Estados, na totalidade, é anárquico, ou seja, não possui um governo acima de todos. Apesar dessa integração global ser fraca, os regimes internacionais específicos, têm importante efeito nas relações interdependentes, quando envolvem países ou questões específicas.

Keohane e Nye (2012, p. 17), afirmam que, desde a Segunda Guerra Mundial, foram desenvolvidos conjuntos de regras e procedimentos para orientar os Estados e os intervenientes transnacionais nas mais diferentes áreas. Dentre as temáticas desenvolvidas, pode-se destacar a ajuda aos países em desenvolvimento, a proteção ambiental, preservação das pescas, a coordenação meteorológica, política monetária internacional, regulação de empresas multinacionais, políticas internacionais de transporte marinho, de telecomunicações e de comércio internacional. Com destaque para a Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE), os acordos monetários internacionais desenvolvidos em Bretton Woods (1944), e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT).

Os regimes podem ser relacionados aos períodos hegemônicos vivenciados ao longo da história econômica mundial. Kindleberger (1986, p. 8, *tradução nossa*), afirma que, de tempos em tempos, líderes hegemônicos ascendem ao poder. Esse movimento, tende a gerar hábitos de cooperação internacional. Esses hábitos, são chamados de regimes. Os regimes consistem em “princípios, normas, regras e processos de tomada de decisão em torno das expectativas dos atores internacionais que convergem em torno de determinadas áreas temáticas⁶”. Em considerando a hegemonia britânica, pode-se afirmar que, os regimes de livre comércio e o padrão ouro, surgiram de maneira pouco intencional. Já em relação à hegemonia americana, os regimes foram colocados em prática de maneira proposital, por meio dos acordos de Bretton Woods, das tarifas e comércio, na Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, entre outros.

O cenário implementado a partir de 1945, traz solidez ao sistema, bem como, normas e regras claras. Isso resulta, em um custo político de alinhamento e definição. Assim, pode-se dizer que, é menos custoso manter um regime ao invés de criar um. No geral, mesmo que durante os períodos hegemônicos, o *hegemon* tenha a sua predominância reduzida, essa, não necessariamente, impacta nos organismos que compõem os regimes internacionais. Um exemplo desse custo, pode ser verificado ao se analisar o tempo de criação da OMS – Organização Mundial da Saúde. Mesmo tendo claro os benefícios de controlar a propagação de doenças mundialmente, foram necessários oitenta anos para o alinhamento e a criação da organização. Kindleberger (1986, p. 8, *tradução nossa*), afirma que, “a manutenção de um regime exige esforço; na ausência de infusões de atenção e dinheiro, no longo prazo, eles tendem a decair”⁷.

Dessa maneira, é possível verificar que, para haver o estabelecimento e a manutenção de regras e normas válidas para os diferentes atores, ou seja, para que regimes estabelecidos sejam mantidos e de fato, contribuam para o cenário anárquico da política internacional, a figura de um Estado dominante, se torna pertinente. Gilpin (2002, p. 92), afirma que, “o poder hegemônico deseja e pode estabelecer e manter as normas e as regras de uma ordem econômica

⁶ No original em inglês: “*regimes, which consist of principles, norms, rules and decision-making procedures around which the expectations of international actors converge in given issue areas*” (KINDLEBERGER, 1986, p. 8).

⁷ No original em inglês: “*it takes work to maintain regimes; in the absence of infusions of attention and Money, they tend in the long run to decay*” (KINDLEBERGER, 1986, p. 8).

liberal, e com o seu declínio, essa ordem se enfraquece muito”. Keohane e Nye (2012, p. 37, *tradução nossa*), corroboram, afirmando que,

regimes econômicos estáveis exigem liderança – isto é, disposição para renunciar ganhos de curto prazo na negociação, a fim de preservar o regime. Onde é provável que, um ator forneça tal liderança ao se ver como um grande consumidor dos benefícios de longo prazo produzidos pelo regime. [...] tal liderança na manutenção de um regime, tende a gerar um sistema hegemônico: isto é, quando um Estado é suficientemente, poderoso para manter as regras essenciais que regem as relações interestatais, e está disposto a fazê-lo. Além do seu papel na manutenção de um regime, tal Estado pode revogar as regras existentes, impedir a adoção de regras às quais se opõe ou desempenhar o papel dominante na construção de novas regras. Num sistema hegemônico, portanto, o Estado preponderante tem poder tanto positivo como negativo⁸.

Kindleberger (1973), afirma que, para a manutenção da ordem econômica internacional por meio da economia mundial liberal, é necessária a estabilização da anarquia internacional. Para isso, se faz necessário um líder, um estabilizador, ou seja, um país dominante. Esse país hegemônico, é aquele que possui capacidade para: (i) manter o comércio de bens em funcionamento por meio de um mercado aberto; (ii) fornecer empréstimos contracíclicos de longo prazo; (iii) buscar a estabilidade das taxas de câmbio para o sistema todo; garantir a coordenação de políticas macroeconômicas; (v) agir como prestador de última instância em casos de crises financeiras. Isto é, por meio do comprometimento com os valores liberais e da capacidade de fornecer os bens públicos⁹ indispensáveis para a estabilidade e o funcionamento da ordem econômica mundial e liberal, o *hegemon*, deve garantir uma moeda internacional estável, liberdade dos mercados, coordenação das políticas econômicas nacionais, a realização de iniciativas anticíclicas e a manutenção da cooperação econômica entre os países. Dessa forma, a hegemonia seria legitimada em grande medida pelos países liderados, visto a

⁸ No original em inglês: “*that stable economic regimes require leadership – that is, willingness to forego short-term gains in bargaining in order to preserve the regime – and that an actor is most likely to provide such leadership when it sees itself as a major consumer of the long-term benefits produced by the regime. [...] that such leadership in maintaining a regime would be most likely in a hegemonial system: that is, when one state is powerful enough to maintain the essential rules governing interstate relations, and willing to do so. In addition to its role in maintaining a regime, such a state can abrogate existing rules, prevent the adoption of rules that it opposes, or play the dominant role in constructing new rules. In a hegemonial system, therefore, the preponderant state has both positive and negative power*” (KEOHANE; NYE, 2012, p. 37).

⁹ Olson (1971), afirma que, o conceito de bens públicos é uma das ideias mais importantes e antigas no estudo das finanças públicas. Um bem público, pode ser compreendido como um bem que não pode ter seu consumo negado a pessoas que façam partes de grupos não detentores do bem. Em outras palavras, pessoas que não compram o bem público, ou coletivo, não podem ser excluídos ou impedidos de participar do consumo desse bem. Fernandes (2015), aponta como bens públicos o sistema monetário internacional e o livre comércio. Aqui, convém incluir os gastos com segurança como bens públicos, pois, a partir de Norrlöf (2019), é possível verificar que, o poder militar é uma variável relevante em se tratando do potencial de influência monetária.

reciprocidade gerada nesta ordem internacional¹⁰ (KINDLEBERGER, 1973; FIORI, 1999; FERNANDES, 2015; GONTIJO, 2020).

Para Keohane (1984), as potências hegemônicas devem ter controle sobre as matérias-primas, sobre as fontes de capital, sobre os mercados e vantagens competitivas na produção de bens de alto valor agregado. A questão das matérias-primas, versa sobre a justificativa tradicional para a expansão territorial e para o imperialismo. Já o capital, pode ser compreendido como uma fonte de poder, pois, por meio desse, é possível contrair empréstimos com baixas taxas de juros e é possível também, arbitrar sobre a decisão da concessão, ou não, de empréstimos a aliados ou inimigos. O tamanho do mercado, atinge as questões de comércio internacional e o poder de barganha do país enquanto comprador. Pois, possuir um mercado importador relevante, torna o país detentor de maior poder de barganha frente aos demais. Visto que, restringir o acesso ao mercado do *hegemon*, tende a impactar a economia dos demais países envolvidos. Por fim, a vantagem competitiva na produção de bens de alto valor agregado diz respeito à preponderância tecnológica explicitada na comercialização de produtos mais lucrativos. Produtos esses que, no geral, serão a base para os produtos e os serviços ainda mais avançados no futuro.

Analisando as hegemonias do século XX, verifica-se que, essa liderança foi estabelecida pela Grã-Bretanha até 1931, onde, após crises e disputas entre bancos centrais, foi ficando clara a incapacidade dessa de atuar como estabilizador e credor de última instância. A Conferência Econômica Mundial de 1933, deixou claro, que o foco da Grã-Bretanha seria cultivar e focar na *Commonwealth*¹¹ e na gestão da libra esterlina. Deixando para os Estados Unidos a elaboração de um programa mundial (KINDLEBERGER, 1973)¹². Alguns países

¹⁰ A respeito disso, Gontijo (2020, p. 25), afirma que, “A hegemonia, portanto, diferencia-se de **império**, na medida em que, na ordem imperial, o país dominante utiliza o seu poder para impor a sua vontade unilateralmente, sobre os outros estados, sem qualquer base consensual”.

¹¹ A *Commonwealth* é uma das mais antigas associações políticas de estados do mundo, sua história iniciou em 1887. Foi criada a partir dos diferentes países que faziam parte do Império Britânico, esses, nos seus diferentes níveis de independência, passaram a participar de conferências com a Grã-Bretanha. Os países semi-independentes eram chamados de “Domínios”. Na Conferência Imperial de 1926, decidiu-se que, tanto a Grã-Bretanha quanto os Domínios eram membros iguais de uma comunidade dentro do Império Britânico, todos deviam lealdade ao rei ou rainha britânicos, mas o Reino Unido não os governava. Assim, passou a se chamar Comunidade Britânica de Nações ou apenas Comunidade (*Commonwealth*). Atualmente, a chamada “*modern Commonwealth of Nations*” ou, com livre tradução, A moderna Comunidade das Nações, criada em 1949, após a independência da Índia. É formada por países independentes da África, das Américas, da Ásia, da Europa e do Pacífico, possui adesão voluntária, livre e igualitária, sendo formada por 56 países, abrangendo mais de 2,5 bilhões de cidadãos (THE COMMONWEALTH, 2023).

¹² Nesse mesmo sentido, Kindleberger (1973, p. 304, *tradução nossa*), afirma que, os britânicos foram percebidos na época como, “incapazes de fazer face ao bem público, dessa forma, passaram a direcionar seus esforços para o privado”. (No original em inglês “*Unable to cope with the public good, the British more and more turned their energy to the private*”).

aceitam e outros recusam essa responsabilidade de gerir o sistema, porém, a ausência de um *hegemon*, tende a gerar a corrosão dos bens públicos por ele fornecidos (FIORI, 1999).

Kindleberger (1973), aponta que, a potência hegemônica é guiada por sentimentos cosmopolitas, benevolentes, pensando no bem comum. Já Gilpin (1981), afirma que, a potência é guiada por interesses próprios. Corroborando com Gilpin (1981), Fernandes (2015), afirma que, quando há o estabelecimento de um sistema internacional, os Estados criam estruturas sociais, políticas e econômicas, que permitem, o prevalectimento do interesse do Estado principal.

O Reino Unido, exerceu funções governamentais mundiais até o final do século XIX. A partir da década de 1870, porém, começou a perder o controle do equilíbrio de poder na Europa e, em seguida, no mundo. Essa situação foi ocasionada, predominantemente, pela ascensão alemã e norte-americana. Esses, iniciaram sua ascensão, com maior riqueza, tamanho e recursos. Resguardadas as discordâncias das datas do início e final das hegemonias supracitadas, Kindleberger (1973, p. 28, *grifo e tradução nossos*), é enfático ao afirmar que,

O sistema econômico e monetário internacional precisa de liderança, um país que esteja preparado, consciente ou inconscientemente, sob algum sistema de regras que internalizou, para estabelecer padrões de conduta para outros países; e procurar fazer com que outros os sigam, assumir uma parte indevida dos encargos do sistema e, em particular, assumir o seu apoio na adversidade, aceitando as suas mercadorias redundantes, mantendo um fluxo de capital de investimento e descontando o seu papel. A Grã-Bretanha, desempenhou esse papel no século até 1913. [...] a justificativa, em parte, da extensão e da profundidade da depressão mundial (*de 1929*), foi a incapacidade dos britânicos de continuarem o seu papel de subscritores do sistema e a relutância dos Estados Unidos em assumi-lo até 1936¹³.

Tendo deixado claro que, há vantagem para o sistema todo em se haver um *hegemon*, ou nas palavras de Kindleberger (1973), um estabilizador internacional. Fernandes (2015), ressalta que, além de verificar o contexto para o sistema todo, se faz necessário verificar quais as vantagens para o *hegemon* em absorver, administrar e arcar os custos advindos do fornecimento dos bens públicos utilizados por todos. Inclusive, pelos chamados *free-rides*, países menores, que se beneficiam do ambiente gerado, sem arcar com os custos (KEOHANE, 1982). Nesse sentido, Gilpin (1981), aponta que, dentre essas vantagens, pode-se destacar, o

¹³ No original em inglês: “*In these circumstances, the international economic and monetary system needs leadership, a country which is prepared, consciously or unconsciously, under some system of rules that it has internalized, to set standards of conduct for other countries; and to seek to get others to follow them, to take on an undue share of the burdens of the system, and in particular to take on its support in adversity by accepting its redundant commodities, maintaining a flow of investment capital and discounting its paper. Britain performed this role in the century to 1913 [...] that part of the reason for the length, and most of the explanation for the depth of the world depression, was the inability of the British to continue their role of underwriter to the system and the reluctance of the United States to take it on until 1936*” (KINDLEBERGER, 1973, p. 28).

ambiente de segurança quanto ao livre comércio, a qualidade do funcionamento do próprio sistema monetário internacional, advindo das políticas exercidas pelos britânicos e americanos, potências hegemônicas por ele analisadas.

O chamado sistema monetário internacional, não possui instituições reguladoras cujos poderes abrangem-no de forma uniforme e completa, seu funcionamento acontece de maneira anárquica, ou seja, sem a existência de um governo superior. Assim, pode ser compreendido como “a cola que mantém ligadas as economias dos diferentes países”. Sendo dividido em quatro regimes internacionais, o padrão ouro (1870-1914), período entre guerras (1918-1939), anos posteriores à Segunda Guerra Mundial – sob o acordo de Bretton Woods (1946-1973) – e o período do câmbio flutuante – pós-1973. Essa divisão, é pautada predominantemente, no processo histórico, nas situações encontradas pelos países em determinado momento e no desejo dos governantes em realizar reformas (EICHENGREEN, 2000, p. 23).

O primeiro período, o padrão-ouro, caracterizou-se pela adoção, por parte da maioria dos principais países comerciais do final do século XIX, de um regime cambial fixo. Com a derrota dos franceses para os prussianos em 1870, Paris perdeu relevância quanto aos interesses dos negociadores internacionais, dando lugar para que a supremacia inglesa se consolidasse. É importante destacar que a adesão por parte dos mais diversos países ao padrão ouro não foi imposta ou fruto de coerção por parte da Inglaterra. Mas sim, foi gerada por decisões unilaterais focadas na redução dos custos dos financiamentos internos e externos e no aumento dos prazos das operações financeiras (TORRES FILHO, 2019).

O padrão-ouro, durou de 1870 até 1914. Seu declínio se deu pela redução nas descobertas de ouro, década de 1890, pelo crescimento da economia mundial do início do século XX, e, o conseqüente aumento das trocas internacionais, que necessitavam de uma quantidade maior de moedas, lastreadas em ouro. Ameaçando, assim, a expansão econômica (CARVALHO *et al.*, 2000). O período entre guerras, 1918 a 1939, foi marcado pela suspensão do padrão ouro, pois, esse limitava a aquisição dos suprimentos necessários para sustentar a máquina bélica.

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Crise de 1929, e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), surge então, fruto da necessidade de reconstrução mundial, o acordo de Bretton Woods, onde, por meio dos Artigos de Acordo do Fundo Monetário Internacional, se teve em vista estabelecer as novas relações monetárias internacionais. O acordo vigorou de 1946 a 1973, já com a liderança dos Estados Unidos (CARVALHO *et al.*, 2000).

Em 1971, com o descumprimento dos termos do Acordo de Bretton Woods, ao passar de um sistema de dólar fixo para dólar flexível, os Estados Unidos demonstravam seu poder

monetário estrutural. Gerando pânico, especulação no mercado financeiro e a ruptura com o sistema que pressupunha, taxas de câmbio fixa em relação dólar, e o dólar, conversível em ouro. Culminando assim, no fim do Bretton Woods em 1973. Após 1973, as relações monetárias internacionais, passaram então, a se basear em um regime de flutuação cambial (CARVALHO *et al.*, 2000; TORRES FILHO, 2019).

A partir do breve retrospecto realizado, pode-se verificar que o sistema monetário internacional molda a ordem política e econômica mundial, afetando as relações políticas e econômicas entre os países. E que, quando há um país dominante no cenário internacional, há, também, a proeminência da moeda desse país no sistema monetário internacional. Para a compreensão do estabelecimento e das modificações no cenário internacional, é essencial o estudo das moedas internacionais, e como essas influenciam o sistema monetário internacional (CHEY, 2012).

1.2 PROBLEMATIZAÇÃO

A moeda surge para facilitar as trocas e possibilitar a ampliação das negociações, é fruto, dentre vários outros elementos, da divisão do trabalho (NAPOLEONI, 1985; CARVALHO *et al.*, 2000). Aglietta (1995), afirma que, analisar a moeda em si é algo complexo, porém, a determinação política da moeda e das relações monetárias internacionais tornam o estudo relevante. É fato que, para uma moeda ser considerada uma moeda, ela tem funções e espaços de atuação específicos. No sistema monetário internacional, é possível verificar que a moeda atua fora do seu espaço territorial, ou seja, atua enquanto uma moeda internacional (KRUGMAN, 1984; COHEN, 2015). A escolha dessa moeda internacional está relacionada à sua utilização enquanto meio de troca, unidade de conta e reserva de valor no âmbito internacional, e, relacionado ao país emissor dessa moeda (CHEY, 2012; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

Retomando a questão da hegemonia, analisando os períodos destacados do sistema monetário internacional contemporâneo, pode-se verificar que houve dois países preponderantes, Inglaterra, até 1931, e Estados Unidos, após 1945. Em se tratando da hegemonia monetária internacional, essa, foi expressa por meio de uma liderança na esfera monetária, advinda da capacidade de estabilização desses países para com a economia internacional, bem como, da preponderância, hegemonia, de suas moedas (NORRLÖF, 2020).

A liderança exercida por esses dois países por meio de sua moeda, pode ser relacionada com a liderança proposta por Kindleberger (1973). Isso é, no período analisando, Inglaterra e

Estados Unidos são consideradas as potências hegemônicas. A literatura verificada não elenca de maneira pragmática as vantagens – benefícios – e os custos de ser a potência hegemônica na área monetária. Ao invés disso, ela traz esses pontos em temáticas mais amplas.

De maneira ampla, tanto os benefícios quanto os custos em ser um *hegemon*, versam sobre questões militares, econômicas, comerciais e políticas. E, de maneira geral, o *hegemon*, aceita os custos impostos por considerar que os benefícios serão superiores. Em outras palavras, o resultado líquido da relação é positivo para o país dominante. Assim, esse, atua para manter-se na liderança (KINDLEBERGER, 1973; KINDLEBERGER, 1976; KINDLEBERGER, 1981; GILPIN, 1981; KEOHANE, 1982; FERNANDES, 2015).

Kindleberger (1981, p. 251, *tradução nossa, grifo do autor*), afirma que, apesar dessa relação ter um resultado, geralmente, positivo, há casos em que o limite dessa relação é testado. E, o limite político para a absorção das perdas, tende a ser inferior ao limite econômico, ou seja, o custo político é maior do que o custo econômico para o *hegemon* manter-se na liderança.

Lend-lease ou o Plano Marshall foram gestos mais apropriados para liderar. Eles são difíceis de sustentar por longos anos. O líder torna-se corrupto, ou é percebido como tal; o líder cansa-se de caronas, ou acredita que está sendo levado à falência por encargos excessivos, ou ambos. O limite econômico do fardo que um país pode suportar é, obviamente, muito maior do que o limite político, conforme evidenciado quando se considera que, os Estados Unidos utilizaram metade dos seus rendimentos para a guerra. A declaração feita frequentemente, por exemplo, pelo Senador Robert Taft, de que, “o meu país não poderia permitir-se” algo – digamos, o Plano Marshall – deve ser traduzido numa forma mais precisa: “Não quero, ou acredito, que os eleitores nos Estados Unidos não querem reduzir o padrão de vida dos Estados Unidos o suficiente para suportar um fardo específico”. Um sistema de economia mundial baseado na liderança é, portanto, instável ao longo do tempo, da mesma forma que uma Pax Britannica, uma Pax Americana, um sistema de equilíbrio de poder ou um oligopólio, são instáveis. A ameaça pode vir do exterior, na presença de um concorrente agressivo ansioso pelo prestígio, e possivelmente, pelo rendimento real, da economia dominante¹⁴.

O custo político, pode ser relacionado à política doméstica do país hegemônico, a política interna, realizada nos limites do Estado – cujo impacto primordial tende a ser os habitantes daquela região. Já no âmbito da política externa, que, pode ser compreendida como

¹⁴ No original em inglês “*Lend-lease or the Marshall Plan were gestures more appropriate to leading. They are difficult to sustain over long years. The leader becomes corrupt, or is perceived as such; the leader becomes tired of free rides, or believes he or she is being bankrupted by excessive burdens, or both. The economic limit to the burden a country can sustain is of course much greater than the political limit, as is evident when one contemplates that the United States used half its income for war. The statement made frequently, for example, by Senator Robert Taft, that "my country could not afford" something-say the Marshall Plan - is to be translated into a more accurate form: "I do not want, or I believe voters in the United States do not want, to reduce the United States' standard of living by enough to carry a particular burden." A system of world economy based on leadership is thus unstable over time in much the same way that a Pax Britannica, Pax Americana, balance-of-power system, or oligopoly is unstable. The threat may come from the outside in the presence of a thrusting aggressive competitor anxious for the prestige, and possibly the real income, of the dominant economy*” (KINDLEBERGER, 1981, p. 251).

a política realizada pelo Estado com as demais nações, também, há impactos. Merle (1984), afirma que, essa distinção é bastante óbvia e, pode ser sintetizada como aquela que separa o interno do externo, assim, a política externa é a parte da atividade estatal voltada ao exterior – que trata dos problemas além fronteira, opondo-se à política interna, onde os problemas estão na fronteira.

Em se tratando da política econômica, sem adentrar nas mais diferentes teorias, pode ser compreendida como, as orientações que o governo nacional deve seguir e as interferências que, eventualmente, deve fazer para ampliar a riqueza do país (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004). Katzenstein (1976), em seu artigo “*International Relations and Domestic Structures: Foreign Economic Policies os Advanced Industrial States*” visa demonstrar que, só é possível compreender a política econômica externa se houver a inserção, de maneira sistêmica, dos fatores domésticos na análise¹⁵. E que, apesar da distinção “interno x externo”, no que tange a análise das políticas econômicas externas contemporâneas é inadequado pensar na internalização das relações internacionais, pois as principais restrições à política governamental se deslocaram do nível internacional para o doméstico. Dessa forma, a externalização das estruturas domésticas, também, é relevante.

Essa visão de política interna, influenciando a política externa, não é consenso. Keohane e Milner (1996), são categóricos ao enfatizarem que não é possível compreender a política em um país sem a compreensão da natureza e das conexões existentes entre as economias nacionais, a economia mundial e as mudanças dessas ligações. Em se tratando de um país hegemônico, essas conexões são ainda mais aprofundadas¹⁶.

¹⁵ O autor aponta três paradigmas que distinguem três efeitos internacionais: interpenetração, interdependência e interconexão. O primeiro efeito é a interpenetração – sistematizada com base nas teorias nacionalistas – que se concentra no volume de transações realizadas entre as sociedades e tem como base a previsibilidade do comportamento, foca sua análise na sociedade. Já o segundo efeito, é a interdependência – analisado pelo paradigma realista – foca nos custos das relações interestatais e na vulnerabilidade dos governos. Tem como interesse questões de segurança e seu foco de análise é o Estado. Por fim, o terceiro efeito é a interconexão – tem como base o paradigma neoliberal – dá ênfase a difusão de práticas sociais e econômicas focadas na interconexão em termos da sensibilidade mútua do comportamento de elementos na sociedade. Tais como, equalização dos preços, elasticidade de demanda e oferta ou ainda difusão de inovações sociais (KATZENSTEIN, 1976).

¹⁶ Putnam (1988), postulou uma teoria a partir da qual é possível relacionar a política doméstica com a política externa, sendo essa relação descrita como um jogo de dois níveis. Antes de aprofundar a teoria em si, é importante ressaltar que, o autor (1988), afirma que, uma descrição mais adequada dos determinantes domésticos da política externa e das relações internacionais perpassa elementos, predominantemente, políticos. Quais sejam: os partidos, as classes sociais, os grupos de interesse – econômicos e não econômicos – legisladores, opinião pública, eleições, funcionários do executivo e arranjos institucionais. Detalhando a teoria, Putnam (1988), afirma que, há duas etapas (níveis), para os acordos serem alcançados. A etapa 1, consiste na negociação em si, a barganha entre os negociadores que conduz a um acordo provisório, chamado pelo autor de nível 1. Já a segunda etapa, segundo nível, acontece com as discussões separadas dentro de cada grupo sobre a ratificação do acordo. Em síntese, o primeiro nível consiste na negociação e o segundo nível na ratificação. Destacando aqui, que, em muitos casos, a descrição não é precisa, visto que, podem acontecer, consultas e negociações prévias no nível 2, para determinar, o posicionamento que será adotado no nível 1.

Milner, Rosendorff e Mansfield (2004), analisam as políticas domésticas relacionando-as com o comércio internacional, esses, afirmam que, no que tange as pressões domésticas na esfera comercial, os líderes políticos enfrentam dois conjuntos de pressões domésticas. São elas: grupos de interesse que exigem proteção e a necessidade do líder em permanecer no poder.

Nos casos de exigência de proteção, os líderes políticos podem se sentir estimulados a impor barreiras comerciais, por exemplo. Isso, no cenário internacional, seria prejudicial, indicando, que o país estaria indo contra a liberdade de mercado, o que os autores chamam de “posição sub-ótima¹⁷”, podendo implicar em custos econômicos para o país. Esses custos, impactam na situação econômica do público. Esse impacto pode estimular o público a buscar por novos líderes. Porém, ao não proporcionar a proteção desejada pelos grupos de interesse, os líderes podem sofrer pressões que, colocariam em risco as suas posições. A problemática dos líderes políticos, então, se torna equilibrar a aceitação dos grupos de interesse às suas atitudes e as pressões da aprovação pública. “Em qualquer regime político, então, os líderes podem ter que equilibrar as políticas que melhorariam suas perspectivas eleitorais e aquelas que atenderiam às demandas de grupos de interesses especiais”¹⁸ (MILNER; ROSENDORFF; MANSFIELD, 2004, p. 218, *tradução nossa*).

O campo de análise de benefícios e custos da hegemonia, é vasto. Nesta tese, é aprofundado, especificamente, o ponto de vista da hegemonia monetária. Visto que, uma das vantagens de ser o *hegemon*, como já mencionado, é ter a sua moeda, no caso o dólar americano, como sendo a moeda internacional predominante do sistema monetário internacional. Ser o emissor da moeda internacional, é uma forma de expressão do “privilégio exorbitante” norte-americano (KIRSHNER, 2008; EICHENGREEN, 2011; NORRLÖF, 2014; COHEN, 2015). Isso permite ao dólar, uma influência em relação a outras moedas (NORRLÖF, 2014), e uma ampliação do poder monetário norte-americano perante os demais (CHEY, 2012).

Porém, não há apenas benefícios, vantagens, em ser o emissor, há também custos, desvantagens (CHEY, 2012; NORRLÖF, 2014; COHEN, 2015), e esses, por sua vez, são ambíguos, dificultando o cálculo do custo-benefício líquido, em se tratando especificamente da moeda (CHEY, 2013). Alguns Estados, inclusive, se abstêm da possibilidade de se tornar uma

¹⁷ No original em inglês: “*sub-optimal position*” (MILNER; ROSENDORFF; MANSFIELD, 2004, p. 218).

¹⁸ No original em inglês: “*In any political regime, then, leaders may have to balance the policies that would enhance their electoral prospects and those that would meet the demands of special interest groups*” (MILNER; ROSENDORFF; MANSFIELD, 2004, p. 218).

moeda internacional¹⁹, por conta desses custos (CHEY, 2012). Assim, este estudo, tem em vista responder à seguinte pergunta de pesquisa: **Em que medida os custos políticos e econômicos de manutenção do dólar como moeda internacional podem afetar a hegemonia monetária dos Estados Unidos?**

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os custos políticos e econômicos da manutenção do dólar como moeda internacional e a hegemonia monetária estadunidense nos séculos XX e XXI.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever o processo histórico e político da ascensão e queda das moedas internacionais utilizadas a partir do século XX;
- b) Relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia monetária dos EUA;
- c) Verificar os benefícios e os custos políticos e econômicos de manutenção do dólar como moeda internacional.

1.4 JUSTIFICATIVA E INEDITISMO

Com o intuito de verificar o ineditismo do tema, justificar o estudo, e formar um portfólio bibliográfico, foi realizada a seleção de um portfólio de artigos sobre o tema da pesquisa. A intenção desse último, é reunir uma gama de artigos alinhados ao tema da pesquisa, seguindo a percepção e as delimitações impostas pela pesquisadora.

Ensslin, Ensslin e Pinto (2013), afirmam que, para a formação de um portfólio bibliográfico, se faz necessária três fases de execução. Inicialmente, a seleção dos artigos nas bases de dados, formando assim, o (i) Banco de Artigos Brutos; na sequência, o pesquisador deve realizar a (ii) filtragem dos artigos alinhados à pesquisa; e, por fim, realizar o (iii) teste de representatividade do portfólio bibliográfico. O resultado do processo, na totalidade, é chamado

¹⁹ É o caso do Japão e da Alemanha no passado, estes, ao considerar os custos que seriam imputados às suas moedas, relutaram em promover a internacionalização das mesmas (CHEY, 2013).

pelos autores de portfólio bibliográfico – PB, sendo considerado um conjunto de artigos que os pesquisadores consideram relevantes e adequados à temática da pesquisa. Cabe ressaltar que, a última verificação nas bases de dados citadas foi realizada em maio de 2023.

Para iniciar a primeira fase da execução do PB, a montagem do Banco de Artigos Brutos, é necessário que o pesquisador defina eixos para sua pesquisa, esses, por sua vez, estão, diretamente relacionados ao tema. Na pesquisa em questão, o primeiro eixo está relacionado ao tema central deste estudo, o dólar²⁰. Já o segundo eixo, diz respeito a uma das facetas do dólar, a de moeda internacional. Em outras palavras, o estudo é sobre o dólar, porém, não apenas o dólar enquanto uma moeda local, mas sua postura como moeda internacional. Por fim, o terceiro eixo complementa os dois eixos já delimitados. A pesquisa aborda o dólar enquanto moeda internacional, mais especificamente, a respeito dos custos que os Estados Unidos estão sujeitos para manter o dólar como uma moeda internacional.

Para a definição das bases de dados a serem pesquisadas, a pesquisadora optou pela busca em bases digitais vinculadas ao tema, assim, foi realizada uma pesquisa em bases digitais, tais como: BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Ict – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Portal de Periódico da Capes, base de dados *Scopus* e base de dados *Web of Science*. Os termos utilizados para a pesquisa foram “dólar”, “moeda internacional” e “custos”, a escolha desses termos deu-se pelo alinhamento com o objetivo geral da pesquisa²¹.

Iniciando a análise pela BDTD, ao serem pesquisados os três termos restringidos pelo operador booleano “E”, especificamente, em títulos de teses e dissertações disponibilizadas na base, não foram localizados resultados. Dessa forma, a pesquisa foi ampliada para a busca dos três termos, restringidas pelo mesmo operador, porém, agora, foram pesquisados todos os campos possíveis (título, autor, assunto, resumo português, resumo inglês, editor e ano de defesa). De igual modo, a pesquisa não trouxe resultados.

Na busca de uma nova ampliação, realizou-se a exclusão do terceiro termo, custos, assim, a nova pesquisa foi realizada buscando dissertações e teses que apresentassem os termos “dólar” e “moeda internacional” no título, limitado pelo operador booleano “E”. Como resultado, a pesquisa trouxe apenas uma tese. Ao ser ampliada a pesquisa, mantendo termos e operadores, mas excluindo a limitação do título, ou seja, havia possibilidade de os termos

²⁰ Cabe ressaltar que, ao longo de todo o trabalho, o termo dólar é utilizado como referência ao dólar americano.

²¹ Para melhor compreensão da elaboração do PB, é apresentada cada uma das bases de dados e em seguida é realizada a filtragem dos artigos alinhados ao tema. Assim, as fases de execução (i) e (ii) são realizadas em concomitância.

estarem em todos os campos de busca supracitados, sem limitação de data, foram encontradas 4 teses (já inserindo a tese anteriormente localizada), e 1 dissertação.

No que tange à data, todos os trabalhos possuem data de defesa igual ou posterior ao ano de 2016. Já no que diz respeito ao alinhamento com o estudo em questão, três teses e a dissertação, possuem relação com o dólar como moeda internacional, porém, como já era esperado, nenhum dos trabalhos traz a questão dos custos para a manutenção do dólar enquanto moeda internacional. Desta forma, com base na BDTD, quatro trabalhos foram considerados para compor o portfólio bibliográfico deste estudo. Como nessa busca não foi utilizado um limite temporal, para as demais bases a busca foi realizada com duas possibilidades de intervalo, dez e vinte anos. E, limitada a artigos e revisões teóricas (*articles* e *review*), sendo desconsiderados *books*, *books chapter*, *conference paper* dentre outros.

A segunda base de dados pesquisada foi o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Portal Capes. A busca foi iniciada utilizando os três termos, “dólar”, “moeda internacional” e “custos”, limitado pelo operador booleano “E”, nos títulos dos trabalhos, considerando, inicialmente, “todos os itens” em tipo de material, “qualquer” idioma e “qualquer” ano de publicação, nenhum trabalho foi localizado. Ao pesquisar os termos em inglês: *dollar*, “*international currency*” e *costs*, mantendo-se títulos dos trabalhos, a limitação pelo mesmo operador booleano, o tipo de material e o idioma, anteriormente mencionado, tanto para os últimos dez anos quanto para os últimos vinte anos, nenhum trabalho foi localizado.

Ampliando a busca, alterou-se a pesquisa para o filtro “assunto” e não apenas nos títulos como foi realizada anteriormente. No que tange ao tipo de material e ao idioma, mantiveram-se, respectivamente, todos os itens e qualquer idioma. Já na data de publicação foram consideradas as publicações realizadas nos últimos 10 e 20 anos. A primeira pesquisa, intervalo de 10 anos, localizou apenas um trabalho. Ao ampliar o período, com um intervalo de 20 anos, foram encontrados três trabalhos.

Analisando cada um dos trabalhos, no que tange ao tema, e tendo como parâmetro de comparação o objetivo deste estudo, verificou-se que, dois dos três trabalhos localizados possuem relação com o dólar enquanto moeda internacional, sendo um do intervalo de 10 anos e um do intervalo de 20 anos. Assim, esses dois artigos foram considerados para compor o portfólio bibliográfico deste estudo.

A terceira base de dados pesquisada, foi a base de dados *Scopus*. Mantendo-se os três termos anteriormente utilizados, *dollar*, “*international currency*” e *costs*, operador booleano “E”, e o intervalo de data a partir de 2012 (últimos 10 anos), ao serem pesquisados os títulos

dos artigos (*article title*), nenhum trabalho foi encontrado. Dessa forma, ampliou-se o intervalo temporal da pesquisa, considerando, artigos a partir de 2002 (20 anos), mantendo as demais características, focando no título dos artigos. Novamente, não foram identificados trabalhos que se enquadravam nos filtros utilizados.

Para ampliar a pesquisa, foi ajustado o *search within*²² da base de dados Scopus para que, ao invés de se ater apenas aos títulos (*article title*), a pesquisa trouxesse também, resumos e palavras-chave (*article, abstract e keywords*). Em se mantendo o intervalo de busca para trabalhos a partir de 2012, foram encontrados 5 trabalhos. Ampliando ainda mais a pesquisa, agora no que tange ao intervalo temporal, artigos a partir de 2002, tudo o mais mantido constante, foram encontrados 14 trabalhos. Ao se verificar a adesão com a temática de estudo deste trabalho, treze dos quatorze trabalhos localizados se enquadravam. Assim, esses foram mantidos no portfólio bibliográfico desta tese.

A quarta e última base de dados pesquisada foi a Web of Science. Da mesma forma que nas demais bases, iniciou-se a pesquisa mantendo-se os termos *dollar, “international currency” e costs*, operador booleano “E” atentando-se aos títulos dos trabalhos (*title*), tanto para o intervalo de 10 anos, quanto para o intervalo de 20 anos, nenhum resultado foi encontrado. Ao ampliar a busca para “todos os campos”²³, mantendo-se os termos e o operador booleano, foram encontrados seis trabalhos para o intervalo de 10 anos – a partir de 2012 – e nove trabalhos para o intervalo de 20 anos – a partir de 2002. Analisando as temáticas dos artigos localizados, foi percebido que oito dos nove trabalhos possuíam relação com a temática proposta neste estudo.

O quadro 2, sintetiza os resultados encontrados nas bases de dados pesquisadas:

Quadro 2 – Síntese dos resultados das bases de dados

BASE PESQUISADA	PERÍODO ANALISADO	RESULTADOS ENCONTRADOS	RESULTADOS ALINHADOS COM A PESQUISA
BDTD	2002-2023	5	4
Periódico Capes	2002-2023	3	2
Scopus	2002-2023	14	13
Web of Science	2002-2023	9	8
TOTAL DE ESTUDOS LOCALIZADOS		31	27
EXCLUÍDAS AS DUPLICIDADES – TOTAL		28	18

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

²² Como tradução livre, pode ser compreendido como “pesquisar dentro”, filtro que indica onde os termos devem ser verificados pelo buscador.

²³ A pesquisa realizada considerando todos os campos aborda todos os campos pesquisáveis, incluindo os termos nos tópicos – título, resumo e palavras-chave, título, autor, títulos da publicação, ano de publicação, afiliação, agência financiadora e editora.

Pode-se observar que, a intenção inicial do estudo, era pesquisar os últimos 10 anos de trabalhos publicados, porém, devido à quantidade relativamente baixa de estudos, incluindo as três temáticas pesquisadas, foi ampliado para 20 anos de estudo. A partir dos trabalhos identificados, excluídas as duplicidades, e se atendo apenas aos termos relacionados ao estudo, o portfólio bibliográfico deste estudo é formado por dezoito (18), trabalhos acadêmicos.

Realizada a elaboração do banco de artigos bruto e a filtragem dos artigos alinhados à pesquisa, faz-se então, necessária a realização do teste de representatividade do portfólio bibliográfico. Segundo Ensslin, Ensslin e Pinto (2013), para que esse teste possa ser realizado, se faz necessário analisar as referências bibliográficas, devidamente organizadas por meio de uma planilha a partir das citações a essas realizadas no sítio do Google Acadêmico. Assim sendo, a tabela 1, apresenta os resultados encontrados:

Tabela 1- Portfólio bibliográfico a partir das bases de dados

AUTORES	TÍTULOS	N.º DE CITAÇÕES	ANO
Papaioannou, E.; Portes, R.; Siourounis, G.	<i>Optimal currency shares in international reserves: The impact of the euro and the prospects for the dollar</i>	236	2006
Kirshner, J.	<i>Dollar primacy and American power: What's at stake?</i>	192	2008
Cohen, B. J.	<i>The Benefits and Costs of an International Currency: Getting the Calculus Right</i>	162	2012
Cohen, B. J.	<i>Global Currency Rivalry: Can the Euro Ever Challenge the Dollar?</i>	161	2003
Devereux, M. B. ; Shi, S.	<i>Vehicle Currency</i>	135	2013
Gupta, S. K.; Goyal, A.	<i>Multiple Reserve Currencies and Renminbi Use</i>	104	2017
Chey, H.	<i>Theories of International Currencies and the Future of the World Monetary Order</i>	79	2012
Germain, R.; Schwartz, H. M.	<i>The political economy of currency internationalisation: the case of the RMB</i>	41	2017
Otero-Iglesias, M.; Steinberg, F.	<i>Is the Dollar Becoming a Negotiated Currency? Evidence from the Emerging Markets</i>	37	2013
McDowell, D.	<i>Financial sanctions and political risk in the international currency system</i>	26	2021
Ogawa, E.; Shimizu, J.	<i>Bond issuers' trade-off for common currency basket denominated bonds in East Asia</i>	24	2004
Pittaluga, G. B. ; Seghezza, E.	<i>Euro vs Dollar: An Improbable Threat</i>	15	2011
Sharma, S. D.	<i>The Rising Euro and Sinking Dollar: Explanations and Implications</i>	3	2008
Pereira, M. S.	Três ensaios sobre a moeda internacional: Uma reflexão sobre o papel do dólar como divisa-chave	2	2018
Pires, S. A.	A economia política do renminbi: Uma análise dos dez primeiros anos da internacionalização da moeda chinesa (2009-2019)	0	2021
Alves Filho, O. S.	A erística da moeda e a crise do sistema financeiro e monetário internacional	0	2016

Lee, A. M.	<i>Productive Power and International Monetary Leadership: Assigning Responsibility for Policy Adjustments</i>	0	2015
------------	--	---	------

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Vale ressaltar, aqui, que a tese em questão partiu dos artigos supracitados, porém, a esses não se limitou. Pois, a partir dessas leituras e das temáticas neles trabalhadas, pode-se verificar que, na reflexão sobre as moedas internacionais, é constante o coro frente ao “privilégio exorbitante” que os Estados Unidos desfrutam em ser a moeda internacional, (EICHENGREEN, 2011; NORRLÖF, 2014; COHEN, 2015), ou seja, grande parte dos estudos se dedicam a essa reflexão, bem como, ao questionamento do quão duradoura ainda será esta hegemonia (CHEY, 2012; OTERO-IGLESIAS, STEINBERG, 2013; GERMAIN, SCHWARTZ, 2017; McDOWELL, 2021). Porém, há poucos estudos pensando no custo, tanto interno quanto externo, para o dólar ser uma moeda internacional.

Isto é, há, de fato, privilégios inegáveis em ser o emissor da moeda internacional, porém, há também, custos a essa modificação de postura. Pois, o país deixa de atuar, predominantemente, para o ambiente interno e considerar, também, o impacto de suas ações no ambiente externo, bem como, o impacto das ações desse último, em suas políticas internas. A realidade é que, ao vislumbrar a oportunidade de internacionalizar suas moedas, nem todos os países decidiram avançar. Chey (2012), aponta que, Japão e Alemanha, ao observarem que dentre os custos para a internacionalização de suas moedas estava embutido a restrição às políticas monetárias domésticas ocasionada pela posse de suas moedas por estrangeiros. Assim, esses, relutaram em realizar tal feito.

Limitando a análise do portfólio bibliográfico a estudos focados em custos, pode-se sintetizá-los em: (i) custos em deixar de ser o emissor da moeda internacional – sanções financeiras, desdolarização e risco político (McDOWELL, 2021); (ii) o risco do dólar deixar de ser a principal moeda – o mundo com uma moeda principal (dólar), e duas moedas regionais (euro e renminbi), (COHEN, 2003; CHEY, 2012); (iii) processos políticos internos e suas relações com a dinâmica da ordem internacional (KIRSHNER, 2008; CHEY, 2012); (iv) manutenção do tamanho da economia, tendo em vista, que, a maior economia global tende a dominar internacionalmente (GUPTA; GOYAL, 2017); (v) impactos no setor de exportação e na balança comercial (CHEY, 2012); e (vi) desequilíbrios em conta-corrente e crescimento da dívida (KISHNER, 2008). Assim, confirmou-se, por meio da pesquisa, uma lacuna em estudos que busquem responder à pergunta de pesquisa: Em que medida os custos políticos e

econômicos de manutenção do dólar como moeda internacional podem afetar a hegemonia monetária dos Estados Unidos?

Em se tratando do recorte da pesquisa, o estudo, propõe-se a analisar o intervalo 1989-2022. Sendo esse, escolhido por indicar o final da Guerra Fria e o momento mais recente de dados compilados. É importante considerar, que os custos econômicos e políticos, voltados para as questões da hegemonia monetária, são avaliados pelo país em se pensando no saldo líquido. Ou seja, uma relação custo-benefício, onde, se os benefícios compensam os custos, haverá um ganho líquido. Se não compensarem, haverá uma perda líquida. Além da análise do benefício *per se*, é importante ressaltar que, a perda da hegemonia monetária tende a impactar em outros custos, esses últimos, não são objeto para esta pesquisa.

1.5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia de um estudo, visa apresentar os meios para se chegar a um determinado fim, isto é, os métodos utilizados na condução de um estudo (PINTO, 2023). Isso se faz necessário, pois, para um estudo ser considerado científico, esse deve ser apresentado de forma que demonstre as operações e técnicas utilizadas, possibilitando assim, a verificação dos seus resultados (GIL, 2008).

Esta pesquisa se caracteriza, em relação aos seus objetivos, como uma pesquisa exploratória, por ter em vista proporcionar maior aprofundamento em relação à temática do custo de manutenção da hegemonia monetária estadunidense a partir do dólar como moeda central. Em relação aos seus procedimentos técnicos, pode ser classificada como uma pesquisa bibliográfica e documental. Essa classificação se justifica, pois, a pesquisa parte de materiais já publicados, tais como livros, artigos e relatórios de organismos internacionais, e recorre a documentos divulgados pelo governo norte-americano e pelos partidos democrata e republicanos (GIL, 2008). O quadro 3, sintetiza as variáveis ou informações pesquisadas em relação aos EUA, bem como, as fontes utilizadas na pesquisa.

Quadro 3 - Síntese das variáveis e informações utilizadas

VARIÁVEL / INFORMAÇÃO	FONTE DE PESQUISA
Balanco de pagamentos (contas principais)	IMF
Desempregados	Bureau of Labor Statistics
Dólares em posse de estrangeiros	Federal Reserve
Empregados	Bureau of Labor Statistics
Endividamento	Fiscal Data Treasury
Exportação por categoria	Bureau of Economic Analysis
Funcionários da manufatura (total)	Federal Reserve Economic Data
Funcionários de fábricas e produtos têxteis	Federal Reserve Economic Data

Importação por categoria	Bureau of Economic Analysis
Inflação	Bureau of Labor Statistics
Legislações aprovadas no Congresso	Congresso dos EUA
Lideranças partidárias no Congresso	United States House of Representatives
Moedas utilizadas como reserva cambial	IMF
Obrigações financeiras dos EUA para com o restante do mundo	Foreign Assistance
Orçamento fiscal	Federal Reserve Economic Data
Ordens executivas	Federal Register
PIB	The World Bank
Produção industrial (INDPRO)	Federal Reserve Economic Data
Taxa de câmbio	Federal Reserve Economic Data
Taxa de juros	Federal Reserve
Diretrizes partidárias	Convenção Nacional dos Partidos

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Cabe ressaltar aqui, que, foi buscado fontes oficiais para a realização deste estudo, o que, traz maior fidedignidade ao estudo. Porém, em se tratando das diretrizes partidárias cria um viés, pois, tanto a Convenção Democrata quanto a Convenção Republicana enaltecem os seus próprios partidos. Apesar disso, a opção pela utilização desses materiais foi feita, considerando ser esses os materiais com o menor viés interpretativo, por ter a sua elaboração vinda do próprio partido. Onde ambos, buscarão maximizar a aceitação e o convencimento dos leitores e analistas.

Em se tratando da abordagem do problema, a pesquisa é classificada como qualitativa com viés quantitativo, onde os dados obtidos nas fontes supracitadas servem para contribuir com a interpretação dos fenômenos e da realidade estudada. A pesquisa realiza, quanto ao tempo, um estudo longitudinal, por analisar o período de 1989 até 2022, traçando, assim, uma linha histórica dos fatos e acontecimentos estudados (GIL, 2008; PINTO, 2023).

1.6 HIPÓTESES

A partir dessa introdução, elencou-se três hipóteses para a pesquisa:

Hipótese 1 – Os custos de manutenção do dólar enquanto moeda internacional afetam a hegemonia monetária estadunidense.

Hipótese 2 – Há relação entre o partido político no poder e a avaliação do custo para a manutenção do dólar enquanto hegemonia monetária internacional.

Hipótese 3 – O saldo líquido para os Estados Unidos é positivo ao se relacionar os custos e benefícios de ser o emissor da principal moeda internacional.

1.7 ESTRUTURA DA PESQUISA

O estudo, está estruturado em quatro capítulos. O primeiro, aqui finalizado, apresenta, a introdução da pesquisa, onde foi realizado um debate acerca de poder e regimes internacionais, a problemática do estudo, os objetivos, a justificativa, o método e as hipóteses da pesquisa. Já o segundo capítulo, aborda em profundidade as questões das moedas internacionais, suas funções, interpretações da hierarquia da moeda, o sistema monetário internacional e a utilização das moedas no cenário internacional. Aqui, é apresentado o marco alemão, o iene japonês, o euro e o renminbi, bem como, qual a utilização dessas moedas atualmente.

O terceiro capítulo, aborda a relação entre, a hegemonia monetária dos EUA e as alterações políticas estadunidenses. No intuito de compreender as questões político-partidárias norte-americanas, os partidos e governos de 1989-2022, bem como, o resultado líquido (sado líquido) da relação custos impostos e benefícios obtidos ao detentor da hegemonia monetária internacional, o capítulo, apresenta uma explanação sobre poder monetário e a hegemonia monetária internacional. Após essa, foi realizado, um breve retrospecto histórico da política norte-americana, das bases dos principais partidos estadunidenses e, uma análise dos governos e das principais política norte-americana implementadas de 1989-2022.

Por fim, o quarto capítulo, trata dos custos e benefícios, tanto políticos quanto econômicos, do dólar como moeda internacional. O capítulo, apresenta as interpretações de poder monetário internacional, bem como, as formas que esse poder, pode ser exercido. Em se tratando, especificamente, dos benefícios e custos para o emissor da moeda internacional, os benefícios apresentados no capítulo três são: custos de transação reduzidos, senhoriagem internacional, flexibilidade macroeconômica, alavancagem política e reputação. Já em relação aos custos estudados, tem-se a valorização da moeda, a restrição externa, responsabilidade política e os impactos na indústria nacional.

2 MOEDAS INTERNACIONAIS UTILIZADAS NOS SÉCULOS XX E XXI

O capítulo atual, tem em vista descrever o processo histórico e político da ascensão e queda das moedas internacionais utilizadas nos séculos XX e XXI. Para isso, o estudo, inicia com a explanação da definição de moeda, suas funções e diferenciação entre moeda nacional e internacional. A partir da compreensão dos diferentes níveis que uma moeda pode ter, ou seja, das funções que pode desempenhar, o capítulo, aborda três possibilidades de hierarquia para as moedas internacionais. A partir dessa diferenciação, o capítulo segue para, a compreensão do sistema monetário internacional, apresentando as principais moedas internacionais e seu processo de evolução ao longo dos anos. Por fim, apresenta o atual comportamento das principais moedas enquanto meio de troca, unidade de conta e reserva de valor.

2.1 A DIFERENCIAÇÃO ENTRE A MOEDA NACIONAL E AS MOEDAS INTERNACIONAIS

A moeda surge para eliminar os inconvenientes e dificuldades geradas pelo escambo, onde cada indivíduo teria, para a troca, os itens produzidos por si próprio. Assim, quando não houvesse uma necessidade mútua, as trocas estariam impossibilitadas²⁴, ou nas palavras de Carvalho *et al.* (2000, p. 2), “uma sociedade sem moeda teria uma vida econômica pouco ágil”. Dessa forma, a moeda, pode ser compreendida como um bem em particular, cuja convenção social faz com que todos a aceitem, em troca de seus bens (NAPOLEONI, 1985).

É uma necessidade que, surge em decorrência da divisão de trabalho, onde, por meio da economia capitalista moderna, ocorreu a especialização de unidades de produção e indivíduos. Nessa realidade, para agilizar as transações comerciais (compras e vendas), em períodos curtos e maximizar a satisfação de suas necessidades a partir da transação do seu excedente produtivo, os agentes econômicos passaram a demandar esse elemento (CARVALHO *et al.*, 2000).

²⁴ “Se cada mercadoria se trocasse diretamente, com outras mercadorias, a troca tomaria a forma particular de escambo. Ora, não é difícil perceber que o escambo é, em geral, uma forma bastante incômoda de troca, tão incômoda a ponto de tornar-se inclusive a troca difícilíssima, senão, totalmente, impossível. Se, digamos, o padeiro necessita de um terno, isto não quer dizer que o alfaiate necessita de pão, ou talvez, que necessite dele exatamente, quando o padeiro cogita efetuar a troca. Ou que necessite na medida que seria, por outro lado, necessário para compensá-lo do trabalho que teve para confeccionar um terno. Ainda: o fabricante de arados, além dos vários bens de consumo, necessita também dos materiais que servem para fabricar arados. Mas é bastante provável que nenhum dos que estariam em condições de fornecer-lhe estes bens, de que, ele precisa, necessite de arados. Se, portanto, a troca só pudesse realizar-se na forma de escambo, o nosso fabricante não saberia de quem obter os meios necessários para produzir arados” (NAPOLEONI, 1985, p. 51-52).

Toda e qualquer mercadoria aceita por uma coletividade como intermediário de compra, pode ser considerada uma moeda²⁵. Nesse sentido, Kirshner (2003, p. 645, *tradução nossa*), afirma que, “dinheiro é tudo, dinheiro não é nada, dinheiro é o que você pensa que é, dinheiro é poder, dinheiro é política”²⁶.

Em outras palavras, por conta da expansão do ritmo das transações, com destaque para os últimos quarenta anos, tudo versa sobre a temática do dinheiro – tudo é dinheiro. Por outro lado, o pedaço de papel (ou dado eletrônico), não tem valor *per se*, assim sendo, a preocupação fica a cargo do valor futuro do dinheiro, visto que, renunciar a um consumo no presente pressupõe-se um gasto futuro – dinheiro não é nada (KIRSHNER, 2003).

No que tange ao valor desse, quanto vale o dinheiro, senão, aquilo que o outro considerar que vale? Reter, emprestar, movimentar ou ter influência sobre o dinheiro gera a possibilidade de influência e promoção dos próprios interesses, assim sendo, dinheiro é poder. Por fim, a escolha em torno do dinheiro tem como pano de fundo uma disputa política, onde o sistema financeiro globalizado determina a lógica econômica, limitando atores e políticas em um cenário plausível e factível (KIRSHNER, 2003).

Historicamente, diversos elementos já foram utilizados como moeda, tais como cabeças de gado, peles, sal, conchas, cereais e arroz (NAPOLEONI, 1985; LOPES; ROSSETTI, 1998). Costa (1999), afirma que, as principais etapas da evolução histórica da moeda, com relação a sua forma, são moeda-mercadoria, metais cunhados, papel-moeda conversível, moeda fiduciária e moeda bancária. Com destaque para a passagem de moeda-mercadoria para metais cunhados, pois, a partir desses metais preciosos, imbuem-se os pontos durabilidade, divisibilidade e portabilidade necessários para as transações.

A partir desses metais, mais especificamente, da análise e avaliação da qualidade do material, sujeita a credibilidade de quem a avaliava, houve a ampliação do poder governamental, pois as moedas passaram a ser cunhadas pelos governos. E, a imposição dos impostos ficou facilitada com essa modificação, pois, o pagamento, sendo realizado em dinheiro e não em mercadorias, possibilitou a imposição de cobrança dos impostos tanto aos contribuintes quanto aos colonizados (GOODHART, 1998)²⁷.

²⁵ Dinheiro e moeda são conceitos diferentes, porém, apesar desse debate, esta tese trata de ambas como sinônimos – esse mesmo posicionamento também foi adotado em Pires (2021). De maneira simplificada, o dinheiro é uma criação social baseada na aceitação mercantil e a moeda é uma criação do Estado – moeda oficial – essa, apesar de criada pelo Estado, necessita da aceitação da sociedade para, efetivamente, atuar como dinheiro (nas trocas) (COSTA, 1999). Maiores detalhes do debate conceitual podem ser encontrados em Costa (1999).

²⁶ No original em inglês: “*Money is everything. Money is nothing. Money is what you think it is. Money is power. Money is politics*” (KIRSHNER, 2003, p. 645).

²⁷ Esta relação entre cunhagem de moedas e poderio do Estado é amplamente, trabalhada em Goodhart (1998). O autor diferencia duas formas de argumentação para o uso da moeda – a primeira forma, os *Cartalists* e a segunda

Como já apontado, o Estado definia, a cunhagem e a utilização de determinado metal precioso, como sendo, a moeda daquele local. Assim, pressupõe-se, um determinado espaço geográfico para uma moeda atuar, sendo essa, então, chamada de moeda nacional. No presente trabalho, a abordagem é mais ampla, ou seja, a análise principal se dá a respeito de uma moeda que, também, atua fora do seu Estado emissor. Isto é, uma moeda utilizada internacionalmente. Quando uma moeda é aceita internacionalmente, como forma de pagamento, cuja utilização é realizada fora do seu país de origem, é considerada uma moeda internacional (SANDRONI, 1999; CHEY, 2012). A escolha da utilização oficial de uma moeda como sendo internacional, reflete as escolhas dos bancos centrais e dos órgãos oficiais (KRUGMAN, 1984).

Para um elemento ser, de fato, considerado uma moeda, ele deve exercer algumas funções básicas. A respeito da classificação de tais funções, inicialmente, para a moeda nacional, Lopes e Rossetti (1998), e Costa (1999), apontam seis funções básicas²⁸ para que uma moeda, pode ser, efetivamente, considerada como tal. Quais sejam, meio de troca, unidade de conta, reserva de valor, liberatória, padrão de pagamentos diferidos e instrumento de poder²⁹.

A função meio de troca é caracterizada pela liberdade proporcionada aos agentes econômicos a partir da utilização da moeda. Por meio da moeda, é possível vender mercadorias ou serviços em troca de moeda. Em um segundo momento, a moeda adquirida passará a ser a intermediadora, pela qual, será possível adquirir outros bens e serviços. Ao permitir que essas transações sejam realizadas em momentos diferentes, a moeda, permite maior especialização e divisão social do trabalho. E, pode ser percebida, como meio de troca, intermediária de trocas, ou ainda meio de pagamento (LOPES; ROSSETTI, 1998; COSTA, 1999; CARVALHO *et al.*, 2000).

A partir da utilização ampla e generalizada da moeda, se faz necessária a criação de uma unidade padrão de medida – unidade de conta, ou também chamada, denominador comum de valores. A ausência dessa padronização, remeteria as trocas ao escambo. Com a

forma, os *Mengerians*. Para os primeiros, a utilização da moeda se baseia no poder da autoridade emissora, em outras palavras, a insígnia do soberano faz com que o elemento em questão seja considerado dinheiro. Aqui, o Estado tem papel central na evolução e na utilização do dinheiro. Já os segundos, *Mengerians*, afirmam que, o setor privado e sua orientação ao mercado são a resposta para superar os custos de transação envolvidos nas trocas.

²⁸ Carvalho *et al.* (2000), afirmam que, apesar dessas funções ou características serem básicas para a moeda ser, de fato, considerada uma moeda, em contextos hiperinflacionários é comum a não utilização da moeda local para algumas dessas funções. Como exemplo, os autores citam o cenário brasileiro do final da década de 1980, e início da década de 1990. Onde a moeda oficial deixou de ser utilizada como unidade de conta para contratos e só era utilizada como reserva de valor para períodos muito curtos, de dias, tendo em vista, sua desvalorização. De maneira geral, a moeda era utilizada apenas como meio de troca. Esse cenário perdurou até 1994, com a implementação do Real. Esse, por sua vez, como moeda oficial, reestabeleceu a utilização da moeda nas demais funções.

²⁹ Carvalho *et al.* (2000), consideram apenas as três primeiras funções. Costa (1999), afirma haver autores, que consideram as últimas três funções como desdobramentos das três primeiras. Dessa forma, para o aprofundamento das três primeiras funções, são considerados também os estudos de Carvalho *et al.* (2000).

racionalização evidenciada a partir de uma unidade comum, permite-se que, produtores e consumidores, compreendam seus padrões de produção, consumo, contabilizem a atividade econômica e celebrem contratos (LOPES; ROSSETTI, 1998; COSTA, 1999; CARVALHO *et al.*, 2000).

A unidade de conta utilizada em uma economia, a partir da moeda, deve ser, aos olhos do público, estável. De maneira que, a moeda possa ser vista como uma reserva de valor, ou ainda, que a posse dela seja vista, como a expressão do poder de compra entesourado. Isso equivale dizer que, a partir do momento em que o indivíduo recebe a moeda, até o instante em que esse decide gastá-la, ele detém uma reserva de valor que lhe permitirá, em um momento futuro, exercer a aquisição de um bem ou serviço. Como já mencionado, cenários hiperinflacionários prejudicam, e em alguns casos, eliminam essa função (LOPES; ROSSETTI, 1998; COSTA, 1999; CARVALHO *et al.*, 2000).

A moeda, pode ser compreendida, também, como elemento que detém uma função liberatória, pois a moeda, possui a capacidade de saldar dívidas, liquidar débitos e de retirar o detentor de uma situação passiva, libertando-o assim, de compromissos anteriormente assumidos. Já a função padrão de pagamentos diferidos, diz respeito à facilidade de distribuir pagamentos ao longo do tempo, relevante para o bom funcionamento da economia moderna. Por fim, a função instrumento de poder, versa sobre, a possibilidade de a moeda ser utilizada como instrumento de poder econômico, político e social. Pois, se a moeda é admitida como um título de crédito, aquele que a detém, possui o direito sobre o mercado, ou também, o direito decisório (LOPES; ROSSETTI, 1998; COSTA, 1999).

As funções das moedas não se restringem ao âmbito nacional. Uma moeda pode possuir, também, funções específicas para o âmbito internacional. Assim, o tópico a seguir, apresenta, de maneira aprofundada, as questões e os níveis pelos quais uma moeda internacional, pode ser utilizada e analisada.

2.2 FUNÇÕES DA MOEDA INTERNACIONAL

De igual modo à moeda nacional, a moeda internacional possui funções específicas. De maneira geral, os autores convergem em três funções, quais sejam, meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Observadas sob duas óticas ou dois níveis, as transações privadas (mercado privado), e as transações públicas (política oficial), totalizando assim, seis funções diferentes (KRUGMAN, 1984; ELWELL, 2007; CHEY, 2012; DE CONTI; PRATES;

PLIHON, 2013; COHEN, 2015). O quadro 4, esquematiza cada uma das funções para cada nível de análise.

Quadro 4 - Papéis de uma moeda internacional

FUNÇÕES	NÍVEL DE ANÁLISE	
	PRIVADO	OFICIAL
Meio de troca	Negociação de câmbio estrangeiro e liquidação comercial.	Intervenção
Unidade de Conta	Faturamento Comercial	Âncora
Reserva de Valor	Investimento	Reserva

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Krugman (1984), e Cohen (2015).

Analisando inicialmente, a função meio de troca no nível privado, pode-se verificar que, é a utilização de uma moeda enquanto negociações cambiais (meio de câmbio), trocas comerciais (COHEN, 2015), ou meio de pagamento (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013). Krugman (1984), sintetiza essa utilização chamando-a de moeda veicular. Essa, utilizada por atores privados para liquidar transações econômicas internacionais (CHEY, 2012). Nem todas as moedas são aceitas como meio de troca para pagamentos internacionais e, conseqüentemente, não servirão como unidade de conta, conforme abordado a seguir.

De Conti, Prates e Plihon (2013), afirmam que, quando a negociação acontece entre dois países desenvolvidos, a tendência, é que, seja utilizada a moeda do país exportador. Já quando a relação se dá entre um país desenvolvido e um país periférico, o uso tende a ser da moeda do país desenvolvido, quer seja esse, exportador ou importador. Porém, quando a troca se dá entre países periféricos, no geral, a negociação é realizada em dólar americano. O quadro 5, sintetiza essa tendência de utilização.

Quadro 5 - Moeda meio de troca no comércio internacional

Cenário	EXPORTADOR	IMPORTADOR	MOEDA UTILIZADA
1	País desenvolvido A	País desenvolvido B	País desenvolvido A
2	País periférico A	País desenvolvido A	País desenvolvido A
3	País periférico A	País periférico B	Dólar norte-americano

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Considerando o cenário 1, onde a exportação é realizada pelo Canadá, por exemplo, e a importação é realizada pela Suíça, a tendência, é que, seja utilizado o dólar canadense como moeda meio de troca. No cenário 2, por exemplo, a relação se dá entre Brasil (exportador), e Canadá (importador). A tendência, é que, seja utilizado o dólar canadense novamente, pois a relação é entre país periférico e país desenvolvido. Por fim, o cenário 3, apresenta uma relação entre Brasil (exportador), e Uruguai (importador), ambos periféricos. Aqui, a moeda utilizada

é o dólar norte-americano, visto que, é a moeda dominante do sistema monetário internacional³⁰.

A função meio de troca, na política oficial, diz respeito a moeda de intervenção (COHEN, 2015), usada por governos para intervir no mercado de câmbio (CHEY, 2012). Aqui, a intenção é a utilização das moedas estrangeiras, por parte dos bancos centrais, como meios de pagamento (KRUGMAN, 1984). Essa utilização, ocorre com o intuito de influenciar os mercados de câmbio, não visando lucratividade, mas focando nas condições da oferta e demanda de divisas e sua consequência nas taxas de câmbio (ELWELL, 2007; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

A função unidade de conta, analisada pelo nível privado, é também, designada por moeda de denominação (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013), moeda de faturamento comercial (COHEN, 2015), ou fatura (KRUGMAN, 1984). Pode ser compreendida, como a moeda pela qual, os preços, contratos ou transações internacionais são estabelecidos, ou seja, a unidade de conta utilizada nessas situações.

Para as operações privadas, a determinação do preço, segue a mesma lógica apresentada para a escolha da moeda utilizada (meio de troca). Ou seja, a moeda escolhida para estabelecer os preços (unidade de conta), será, a do país exportador, maior economia ou o dólar, quadro 5. Esse último, é utilizado por conta do tamanho da economia norte-americana e, em caso de *commodities*, pois o preço é cotado de maneira centralizada para o mercado global (KRUGMAN, 1984; CHEY, 2012; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

A unidade de conta, no nível de análise da política oficial, é compreendida como a moeda de referência, a âncora cambial, na qual, as autoridades monetárias atrelam as suas moedas. Esse processo, foi, e é, utilizado, na sua maioria, por países periféricos, cujos objetivos são reduzir a volatilidade de suas taxas de câmbio em um cenário de incerteza e elevada mobilidade de capitais. Bem como, fortalecer a política monetária doméstica no combate à

³⁰ Outro ponto relevante na análise da temática da moeda internacional, diz respeito aos Direitos Especiais de Saque (SDR). O SDR é um ativo de reserva internacional, criado pelo FMI em 1969 para complementar as reservas oficiais de seus países membros. O SDR não é uma moeda nem uma reivindicação sobre o FMI. Pelo contrário, é uma reivindicação potencial sobre as moedas livremente, utilizáveis dos membros do FMI. SDRs podem ser trocados por essas moedas (IMF, 2023d). Após a crise de Bretton Woods passou a ser considerado um substituto ao dólar. Discussão essa retomada após a crise de 2008 (MARTINS, 2017). A cesta de moedas que compõe o SDR é revisada a cada cinco anos, ou antes, caso o SDR precise ser ajustado para refletir a importância das moedas nos sistemas financeiros e globais. Na revisão concluída em novembro de 2015, a Diretoria decidiu que o renminbi chinês atendia aos critérios para inclusão na cesta de SDR. Assim, a partir de 1º de outubro de 2016, a cesta passou a ser composta pelas seguintes moedas: dólar norte-americano, euro, iene japonês, libra esterlina britânica e o renminbi chinês. Em maio de 2022, última revisão até o momento, foi mantida a seguinte composição para a SDR: dólar americano (43,38%), euro (29,31%), renminbi chinês (12,28%), iene japonês (7,59%), e libra esterlina (7,44%) (IMF, 2023d). Corroborando assim, tal qual demonstrado no quadro 5, uma dominância no dólar americano frente às demais moedas.

inflação (ELWELL, 2007; KRUGMAN, 1984; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

A função reserva de valor, ou moeda de investimento e financiamento, sob o nível de análise do mercado privado, trata da moeda como um ativo de investimento, onde, por meio de determinadas moedas internacionais, agentes privados buscam a preservação dos seus ativos ao longo do tempo. Nessa função, pode-se destacar, o papel dos bancos para que esse carregamento intertemporal ocorra (KRUGMAN, 1984; CHEY, 2012; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

Já no nível de análise da política oficial, a função reserva de valor, pode ser compreendida como, o nível de reserva cambial mantida pelas autoridades monetárias. As reservas, por sua vez, servem, quando necessário, para a manutenção da oferta de moeda estrangeira, para a manutenção dos preços dos ativos e como prevenção a possíveis crises no balanço de pagamentos. Demonstrando assim, um compromisso público com a estabilidade da taxa de câmbio (KRUGMAN, 1984; ELWELL, 2007; DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; COHEN, 2015).

Chey (2012), destaca que, apesar das divisões e diferenciações realizadas, essas classificações, podem estar inter-relacionadas. E que, mundialmente, o número de moedas que, de fato, desempenham os papéis de uma moeda internacional é muito limitado, conforme detalhado a seguir.

2.3 HIERARQUIA DAS MOEDAS

Chey (2012), afirma que, a moeda internacional, pode ser classificada quanto às suas funções e quanto à natureza dos fatores que determinam a sua importância e utilização. Dessa forma, pode-se dizer que há uma hierarquia de moedas internacionais. A seguir, são apresentadas as classificações das moedas internacionais realizadas por Strange (1971), Cohen (1998; 2015; 2019), e De Conti, Prates e Philon (2013).

2.3.1 Hierarquia das Moedas de Strange (1971)

Para ser realizada a hierarquização, e a consequente, classificação pela utilização e importância em Strange (1971), é necessário, inicialmente, compreender a lógica empregada pela autora. Strange (1971, p. 306, *tradução nossa*), afirma que, para que se possa efetuar uma classificação quanto as diferentes moedas, é necessário, inicialmente, refletir e explicar três

questões: “(i) por que as moedas internacionais são utilizadas? (ii) [as moedas] se diferem em caráter e função? Se sim, como? (iii) quais efeitos [as moedas] podem ter nas políticas nacionais?”³¹. O termo “efeitos”, aqui utilizado, se refere às possíveis implicações que as moedas internacionais podem ter na política externa (efeitos diretos) e na política interna (efeitos indiretos).

Nesse mesmo sentido, Chey (2012), afirma que, o uso de uma moeda internacional, implica em uma situação de dualidade. Onde, a partir desse uso internacional, há consequências políticas, tanto para o emissor da moeda, quanto para o detentor da moeda. A autora sugere, como possíveis respostas a esses questionamentos, três circunstâncias de análise. Dessas circunstâncias, pontua, três classificações principais de moedas: moeda principal, a moeda neutra e a moeda mestra (STRANGE, 1971; CHEY, 2012).

A primeira circunstância, ocorre quando um país exerce liderança no comércio internacional, na acumulação de capital e no lançamento de novos produtos sobre os demais. Desse cenário, tem-se que, o país em questão é detentor da chama moeda principal. Essa moeda, devido à superioridade econômica do seu emissor, é utilizada, majoritariamente, no mercado mundial. Como exemplo, têm-se a Grã-Bretanha, no século XIX, e os EUA a partir da Segunda Guerra Mundial (STRANGE, 1971; CHEY, 2012). Lógica similar à apresentada no quadro 5.

A segunda circunstância, diz respeito às moedas neutras ou passivas. Essas moedas são classificadas quanto à posição econômica forte do emissor, esse, não sendo, necessariamente, dominante perante os demais. O Estado emissor de uma moeda neutra, não possui, necessariamente, a intenção de promover sua moeda como uma via internacional, porém, a solidez de sua economia, o torna atraente para os demais. Historicamente, tem-se como exemplo, o marco alemão (até 2002, quando foi substituído pelo Euro, passando a não se enquadrar na lógica de análise aqui efetuada), e o franco suíço, em utilização até os dias atuais (STRANGE, 1971; CHEY, 2012).

A terceira circunstância, cuja resultante são as moedas mestras, é resultado da utilização da moeda em um grupo limitado de países ou territórios dependentes. Esse uso se justifica pela posição política de dominação e poder do Estado emissor sobre os que usam a moeda, envolve coerção na utilização. Como exemplo, têm-se a libra esterlina e o franco francês

³¹ No original em inglês: “(i) why international currencies come into use; (ii) whether they differ in character and function; and if so, how; (iii) what effects they may have on national policies, directly on foreign policy and indirectly through their effects on the domestic economy and on domestic economic management” (STRANGE, 1971, p. 306).

em seus respectivos impérios e esferas de influência ao longo da história (STRANGE, 1971; CHEY, 2012).

Além das três moedas elencadas, há ainda uma quarta possibilidade. A autora a trata como uma subsidiária das três ocasiões anteriores, afirmando que essa, parte de um dos *status* anteriores. A quarta categoria diz respeito à moeda negociada. Ela acontece, quando, o Estado emissor, barganha ou negocia politicamente, o uso da moeda em troca de apoio diplomático, militar ou econômico. Essa postura de negociação advém da necessidade de dirimir constrangimentos monetários (STRANGE, 1971).

Com o intuito de sintetizar a classificação das moedas internacionais realizadas por Strange (1971), elaborou-se o quadro 6. Foi considerado, as quatro classificações propostas pela autora, as características predominantes para cada moeda, e uma exemplificação.

Quadro 6 - Classificação das moedas quanto a determinação de importância

CLASSIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICA PREDOMINANTE	EXEMPLO
Moeda principal	O país emissor exerce liderança econômica sobre os demais.	Grã-Bretanha no Século XIX; Dólar americano atualmente.
Moeda neutra	Questões econômicas relevantes, não há domínio de estruturas políticas ou militares por parte o emissor sobre os demais.	Franco suíço; Marco alemão (até 2002).
Moeda mestra	Relações formais de dependência onde há um certo grau de coerção.	Libra esterlina e o franco francês em seus respectivos impérios; Momentos em que há laços coloniais.
Moeda negociada	Persuasão e entendimentos informais para promover ou sustentar o uso estrangeiro.	Negociações diplomáticas – Libra esterlina no imediato pós-guerra

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Strange (1971), Chey (2012) e Cohen (2019)

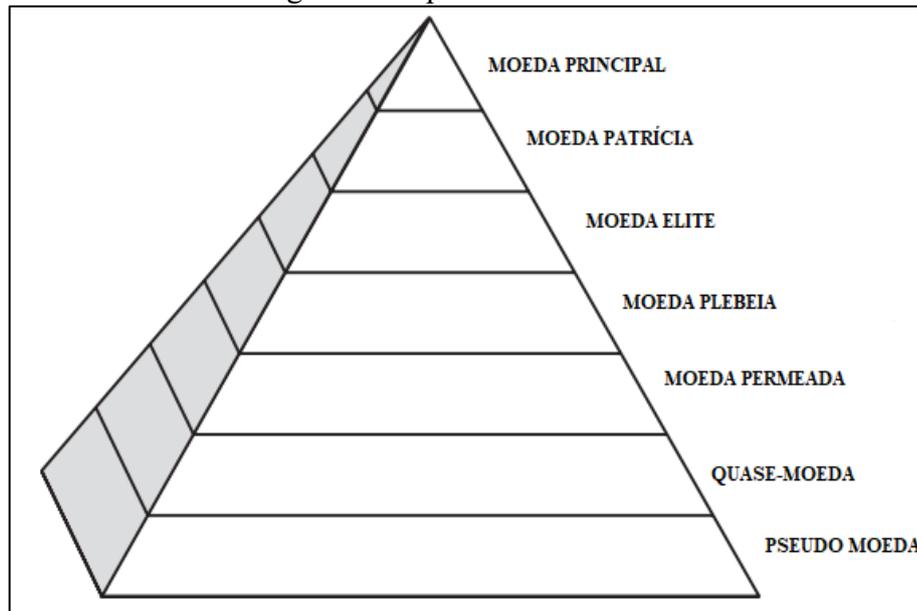
Vale ressaltar que, essa taxonomia não é rígida e a alteração não é rápida nem mutuamente, exclusiva, sendo necessário compreender as diferenças e nuances dos objetivos políticos e econômicos dos envolvidos, indo assim, além das classificações quanto as funções econômicas como reserva, veículo ou intervenção (STRANGE, 1971; CHEY, 2012).

2.3.2 Hierarquia das Moedas de Cohen (1998; 2015; 2019)

Cohen (1998; 2015; 2019), por sua vez, propõe a chamada pirâmide monetária. A intenção dessa, é representar, de maneira mais ampla, a hierarquia da moeda em todo o mundo. O autor (2015), ressalta que, as moedas no topo incluem os quatro tipos de moedas propostas por Strange (1971). E que, o formato piramidal, permite transmitir a diversidade das relações competitivas da moeda, sendo estreita no topo, onde apenas uma, ou poucas moedas dominam, e nas partes mais baixas há um número mais elevado de moedas.

Sua classificação é dividida em sete categorias: *top currency* (moeda principal); *patrician currency* (moeda patricia), *elite currency* (moeda elite); *plebian currency* (moeda plebeia); *permeated currency* (moeda permeada); *quase-currency* (quase-moeda), e *pseudocurrency* (pseudo moeda), conforme apresenta a figura 1.

Figura 1 - A pirâmide monetária



Fonte: Adaptado de Cohen (2015)

Detalhando cada um dos níveis da pirâmide, tem-se que, a moeda principal diz respeito às moedas cujo uso domina para a maioria, senão, para todos os tipos de propósitos transfronteiriços, não limitado a nenhuma região geográfica particular. Nos últimos dois séculos, pode-se dizer que apenas duas moedas se qualificaram para esse *status*: a libra esterlina da Grã-Bretanha antes da Primeira Guerra Mundial, e o dólar dos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial (COHEN, 1998; 2015; 2019).

A moeda patricia, possui um escopo menos abrangente, menos universal, porém, relevante no cenário internacional. Atualmente, duas moedas podem ser classificadas nesse nível: o euro, cuja participação vem logo após o dólar na maioria das categorias de uso transfronteiriço, e o iene japonês, utilizado para investimentos e fins de reserva (COHEN, 1998; 2015; 2019). Cohen (2019), afirma haver indicativos de que, o renminbi ocupará em breve essa classificação, tendo em vista, o crescimento que vem apresentando nos últimos anos (ARSLANALP; EICHENGREEN; SIMPSON-BELL, 2022; IMF, 2023b).

A moeda elite, tem apelo suficiente para se qualificar para algum grau de uso internacional, mas com escopo ou domínio limitado. São destaques nessa classificação, a libra

esterlina, o franco suíço e os dólares australianos e canadenses. Todas essas moedas, devido às suas qualidades econômicas inerentes, são usadas, até certo ponto, nos mercados financeiros e monetários globais (IMF, 2023b). Moedas plebeias, são mais modestas, de uso internacional limitado. São consideradas aqui, as moedas da Noruega, Suécia, Cingapura, Coreia do Sul, Taiwan, Kuwait, Arábia Saudita, Arábia e Emirados Árabes Unidos. Dentro de suas fronteiras soberanas, elas mantêm as funções tradicionais do dinheiro, porém, fora de suas fronteiras, têm pouco peso (COHEN, 1998; 2015; 2019).

No caso da moeda permeada, o governo possui a soberania monetária nominal, porém, a moeda estrangeira serve como uma alternativa no que tange à reserva de valor. Alguns economistas, chamam esse processo de substituição de moeda, onde os residentes adotam uma moeda estrangeira como alternativa à utilização da moeda nacional. Economias na América Latina e no Sudeste Asiático, ao longo de suas histórias, são exemplos de casos dessa classificação de moeda. A quase-moeda, é encontrada quando a moeda local mantém a soberania nominal, porém, é rejeitada para todas as funções da moeda. Além da reserva de valor, como a moeda permeada, a quase-moeda não cumpre as funções de unidade de conta e meio de troca, sendo seu domínio mais jurídico do que empírico (COHEN, 1998; 2015; 2019).

Por fim, as pseudo-moedas, cuja classificação compõe a base da pirâmide, a mais inferior de todas, são consideradas moedas apenas simbólicas, ou seja, só existem de nome. Na prática, é utilizada outra moeda forte, no geral, o dólar norte-americano, para as transações dos agentes econômicos locais. Cohen (2019), cita o balboa panamenho, como exemplo, de pseudo-moeda. Essas três últimas moedas, moeda permeada, quase-moeda e pseudo-moeda, são chamadas de *junk currencies* (COHEN, 1998; 2015; 2019).

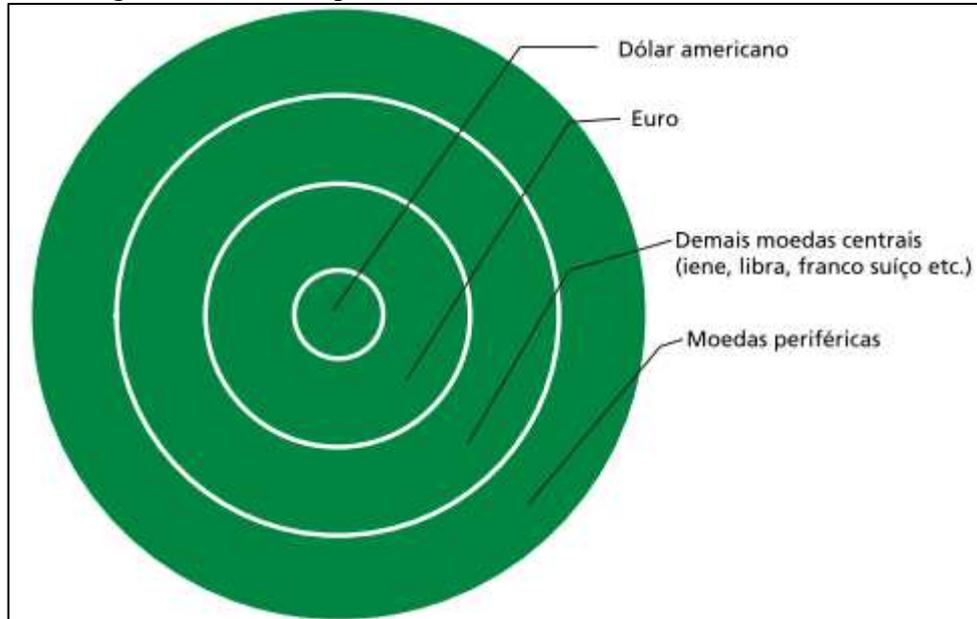
2.3.3 Hierarquia das moedas de Conti, Prates e Philon (2013)

De Conti, Prates e Philon (2013), afirmam que, as moedas, quanto às suas funções, podem ser hierarquizadas. Hierarquia essa, relacionada a todo o sistema monetário internacional³². De tal forma que, uma moeda nacional passa a desempenhar as três funções básicas de moeda no âmbito internacional. Essa situação, tem sido fundamental para o sistema monetário internacional (PAULA, FRITZ, PRATES, 2017). Assim, com base na capacidade e no grau de abrangência da moeda de exercer suas funções básicas em âmbito internacional, ela

³² É válido ressaltar que, o sistema monetário internacional possui três características principais, são elas: (I) o dólar fiduciário como a moeda-chave no topo da hierarquia de moedas; (II) o regime de câmbio flutuante; e (III) a livre mobilidade de capitais (CHESNAIS, 1996; PAULA, FRITZ, PRATES, 2017).

pode estar mais ao centro do sistema, ou mais na periferia do sistema, conforme apresentado na figura 2.

Figura 2 - A hierarquia do atual sistema monetário internacional



Fonte: De Conti, Prates e Philon (2013, p. 51)

O dólar americano, ao centro de todo o sistema, aparece como moeda chave para o sistema. Sendo ele, o principal no desenvolvimento das funções de moeda internacional, seguido do euro, que apesar de já realizar várias funções, ainda não atingiu o patamar do dólar no que tange ao alcance. No terceiro elo, estão as moedas centrais, que exercem funções de moeda internacional, porém, de maneira secundária. Por fim, na margem da figura, estão as moedas periféricas que, de maneira geral, não exercem funções de âmbito internacional (DE CONTI, PRATES, PHILON, 2013). Vale ressaltar aqui, que o estudo dos autores (2013), é anterior à entrada do renminbi chinês na divisão do IMF (2023b).

Uma ressalva é importante. Em se tratando da hierarquização monetária, a moeda é um instrumento importante de dominação e a autonomia dos agentes privados na determinação dessas, é limitada. Assim, é fundamental apontar que os agentes privados não escolhem as moedas a serem utilizadas de maneira aleatória, e sim com base em questões geopolíticas e geoeconômicas estabelecidas. Dessa forma, a hierarquia monetária é uma consequência da escolha dos agentes, e não a causa para a escolha. Em outras palavras, não são os agentes que determinam a hierarquia monetária, mas sim, as questões macro que irão determinar quem estará em qual parte da hierarquia (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013).

Para uma moeda figurar entre a, ou as principais moedas internacionais, são considerados, em relação ao país emissor, o tamanho da economia nacional e a integração com a economia mundial; o poder geopolítico; o voluntarismo político; instituições fortes; política econômica responsável e bons resultados macroeconômicos (DE CONTI; PRATES; PLIHON, 2013). Nas palavras de Cohen (2015), tamanho econômico, desenvolvimento financeiro, laços de política externa e alcance militar. Essas condições, mudam com o passar do tempo. Porém, apesar de ser possível pontuar o que é considerado para a ascensão de uma moeda, ascender nessa hierarquia, pode ser mais complexo do que aparenta³³.

2.4 O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E AS MOEDAS INTERNACIONAIS

O sistema monetário internacional, pode ser compreendido, como o elo entre as economias dos diferentes países (EICHENGREEN, 2000). E, apesar da complexidade e de não haver um poder supranacional soberano, que garanta a confiabilidade da moeda amplamente utilizada³⁴, a análise das relações monetárias internacionais, são relevantes para a compreensão de um cenário mais amplo (AGLIETTA, 1995). Além disso, um sistema monetário que funcione de maneira adequada, eficiente e estável, é vital para o funcionamento da economia política internacional. Para que isso ocorra, o sistema deve solucionar três problemas, quais sejam, liquidez, ajuste e confiança (GILPIN, 2002).

Liquidez, garantida pela oferta adequada e não inflacionária de moeda, para financiar o comércio e proporcionar reservas. Ajustes, por meio de métodos para resolver os desequilíbrios nacionais de pagamentos, tais como as mudanças na taxa de câmbio, a contração ou expansão da atividade econômica interna e a imposição de controles sobre as transações internacionais. Por fim, a confiança trata da capacidade do sistema de prevenir mudanças desestabilizadoras na composição das reservas nacionais, mudanças essas, ocasionadas pela perda de confiança na(s) moeda(s) reserva (GILPIN, 2002).

³³ A respeito dessa afirmação, Cohen (2015, p. 104, *tradução nossa*), afirma que, “A pirâmide monetária acaba sendo muito parecida com um poste engraxado, mais difícil de escalar do que parece”. No original em inglês: “*The Currency Pyramid turns out to be Much like a greased pole, harder to climb than it looks*”.

³⁴ É importante relembrar, que o sistema monetário internacional, não possui instituições reguladoras – é fato que existem instituições influentes, como o Fundo Monetário Internacional – FMI – porém, as restrições regulatórias por essas impostas, emanam de uma espécie de aceitação voluntária de regras. Em um âmbito geral, onde há um consenso entre as nações (CARVALHO *et al.*, 2000).

Em diversos momentos da história, diferentes moedas realizaram a função de moeda internacional, ou seja, estavam em evidência no sistema monetário internacional. Considerando o intervalo temporal proposto no objetivo deste estudo, século XX e século XXI, e, pontuando as modificações históricas do sistema monetário internacional que compreendem esse intervalo, o sistema, pode ser dividido em: padrão ouro (1870-1914), período entre guerras (1918-1939), anos posteriores à Segunda Guerra Mundial sob o acordo de Bretton Woods (1946-1973), e o período do câmbio flutuante, pós-1973. Pode-se dizer que, o desenvolvimento do sistema monetário internacional, é fundamentado no processo histórico, nas situações encontradas pelos países em determinado momento, e, no desejo dos governantes em realizar reformas (EICHENGREEN, 2000).

Em se tratando da principal moeda internacional em uso, alguns momentos foram destaques do ponto de vista histórico. Antes da Primeira Guerra Mundial, a principal moeda internacional era a libra esterlina (Grã-Bretanha). No período entre guerras, 1918 a 1939, o dólar norte-americano e a libra compartilharam esse papel. Porém, desde o final da Segunda Guerra Mundial (1945), o dólar norte-americano assumiu o protagonismo, e tem sido fundamental para o sistema monetário internacional, possuindo ramificações tanto políticas quanto econômicas (COHEN, 2015).

Apesar desse protagonismo, desde 1945, várias outras moedas, também, figuraram como as principais, porém, em menor escala. As principais moedas foram, o antigo marco alemão da Alemanha Ocidental, o iene do Japão e o euro (o sucessor de algumas moedas relevantes na Área do Euro) (COHEN, 2015). Nesse sentido, Gilpin (2002, p. 140), afirma que,

todo o regime monetário internacional, tem por base uma determinada ordenação política. Como a natureza do regime afeta os interesses dos Estados, estes últimos procuram influenciá-lo, amoldando-a a esses interesses. À medida que as potências hegemônicas crescem e decaem, ocorrem modificações no sistema monetário. Não surpreende, assim, que o sistema monetário do século XIX refletisse, primordialmente, os interesses políticos e econômicos da Grã-Bretanha. Com o declínio do poder britânico, nas primeiras décadas do século XX, houve, nos anos 1930, um colapso do sistema. Da mesma forma, ele voltou a experimentar tensões severas com o declínio relativo do poder norte-americano, no fim do século XX.

Detalhando cada período do sistema monetário internacional, e a moeda principal do período em questão, pode-se verificar que, o padrão-ouro significou a utilização, por parte da maioria dos principais países comerciais do final do século XIX, de um regime cambial fixo. Os que aceitaram o padrão ouro, não só se comprometeram em fixar o valor de sua moeda em relação a uma determinada quantidade de ouro, como também, a realizar políticas monetárias, de compra e venda de ouro, de modo a preservar a paridade definida. Em tese, esse sistema

monetário buscava incorporar o ideal liberal à ordem monetária internacional, onde os desequilíbrios do balanço de pagamentos eram corrigidos pelos fluxos de preços e de dinheiro (GILPIN, 2002).

Devido à sua industrialização, e a importância da Grã-Bretanha durante o padrão-ouro, essa, se tornou a maior potência econômica do mundo e principal fonte de financiamentos externos. O fato dela ser o centro capitalista da época, fez com que, também, se tornasse, o centro do sistema monetário internacional baseado no padrão ouro. Pode se dizer, então, que o padrão-ouro clássico foi à expressão da hegemonia inglesa entre o final do século XIX e a Primeira Guerra Mundial, e a libra esterlina o centro do sistema de comércio (BELLUZZO, 1997).

O padrão ouro, durou de 1870 até 1914. Seu declínio, se deu pela redução nas descobertas de ouro, década de 1890, pelo crescimento da economia mundial da época, e, pelo consequente aumento das trocas internacionais que necessitavam de uma quantidade maior de moedas lastreadas em ouro, ameaçando assim, a expansão econômica (CARVALHO *et al.*, 2000). Dessa forma, pode-se dizer, que a Grã-Bretanha exerceu funções governamentais mundiais (hegemônicas), até o final do século XIX (ARRIGHI, 1994). A partir da década de 1870, porém, a Grã-Bretanha começou a perder o controle do equilíbrio de poder na Europa, e em seguida no mundo. Ambos, devido à ascensão, no que tange à riqueza, tamanho e recursos, da Alemanha e dos Estados Unidos.

O período entre guerras, 1918 a 1939, foi marcado pela suspensão do padrão ouro. Isso justifica-se, pela necessidade da aquisição dos suprimentos para sustentar a máquina bélica. Assim, governos proibiram as exportações de ouro e passaram a se financiar via impostos, bônus governamentais e moeda sem lastro. O processo de emissão sem controle, resultou em grandes alterações nas taxas de câmbio (EICHENGREEN, 2000). O padrão ouro em colapso, foi, então, substituído por um sistema improvisado de taxas de câmbio flutuantes, marcando o fim da liderança econômica britânica, e da interdependência econômica. Resultando, então, na retomada da autonomia econômica por parte das autoridades nacionais em detrimento da ordem monetária internacional (GILPIN, 2002).

Passadas a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Crise de 1929³⁵ e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a necessidade de reconstrução levou a um aumento dos gastos públicos,

³⁵ A respeito dessa, Gilpin (2002, p. 151), afirma que, “... a severidade e a duração da Grande Depressão deveram-se em parte ao colapso da liderança econômica. A Grã-Bretanha não tinha mais o poder de cumprir as responsabilidades de potência hegemônica nas áreas do comércio e das finanças; a potência econômica dominante que surgia – os Estados Unidos da América – emergira da guerra como o maior credor mundial. A deflação norte-americana causou uma escassez da liquidez global que acentuou a depressão (H. Johnson, 1975, p. 272). Sem uma

financiados pela emissão descontrolada de moeda, e a um crescimento do protecionismo. Onde, grupos de países reuniram-se para estabelecer preferências comerciais entre si, buscando a preservação do equilíbrio externo e da estabilidade financeira, mantendo, também, os objetivos de política econômica interna. Em outras palavras, o mundo precisava ser reconstruído. Duas prioridades econômicas eram claras no pós-guerra: primeira, crescimento com pleno emprego; e segunda, a criação de uma ordem econômica mundial estável, que impedisse o nacionalismo destrutivo dos anos 1930 (GILPIN, 2002).

O reconhecimento desse cenário, foi o ponto de partida para o sistema monetário internacional resultante do “Pós-Segunda Guerra”, com o acordo de Bretton Woods. Assim, em julho de 1944, em Bretton Woods, representantes de 44 países, reuniram-se, para discutir e firmar, os Artigos de Acordo do Fundo Monetário Internacional (CARVALHO *et al.*, 2000; TORRES FILHO, 2019). Cohen (2019), afirma que, Bretton Woods representou uma acentuada descontinuidade na história das finanças internacionais.

No período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial, as moedas eram convertíveis em elementos físicos, metais, como ouro e prata. Durante o período entre guerras, as relações monetárias foram modificadas e desestabilizadas. Tanto pela necessidade gerada pela guerra, quando pela Crise de 1929, ocorrida no mesmo período. Já após o acordo de Bretton Woods, é possível afirmar que, houve uma relativa estabilidade para o cenário das finanças internacionais.

O acordo firmado em Bretton Woods, vigorou entre os anos de 1946 e 1973, e buscou, primordialmente, estabelecer as novas relações monetárias internacionais, baseadas em um sistema de taxas de câmbio fixas. Taxas essas, ancoradas ao dólar americano. E esse, por sua vez, fixo em relação ao ouro. “O ponto crucial do sistema, era a garantia dada pelo governo norte-americano de manter o dólar conversível em ouro à razão de US\$ 35 por dólar” a onça (GILPIN, 2002, p. 155). Dentre as medidas elencadas no acordo, estavam, o estabelecimento de mecanismos de ajuste das taxas de câmbio; a adoção de controles de movimentos de capital de curto prazo, para evitar a ação de especuladores; a criação do Fundo Monetário Internacional – FMI, para financiar os desequilíbrios de balanço de pagamentos dos países deficitários; e a criação do Banco Mundial, focado na reconstrução e modernização das economias (CARVALHO *et al.*, 2000).

Arrighi (1994), critica as instituições criadas no acordo de Bretton Woods, pois essas, se tornaram instrumentos suplementares para o governo norte-americano realizar suas funções hegemônicas. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, tanto o FMI quanto o Banco Mundial

potência hegemônica que aplicasse as regras e administrasse o sistema, os Estados recorriam à política nacionalista de exportar sua pobreza, e desapareceu a ordem econômica”.

tiveram pouco ou nenhum papel na regulação do dinheiro mundial se comparado aos bancos centrais liderados pelo Sistema de Reserva Federal Norte-Americano (ARRIGHI, 1994). Ao longo do Bretton Woods, a economia norte-americana, passou a ser o motor do desenvolvimento mundial, e a política monetária norte-americana, passou a ser uma política monetária mundial (GILPIN, 2002).

O sistema de Bretton Woods, acabou por gerar, primordialmente, dois desequilíbrios entre os países. O primeiro, diz respeito à capacidade de estabilização do câmbio por parte dos Bancos Centrais, visto que, esses dependiam de suas reservas em dólares e das condições do seu balanço de pagamentos. Já o segundo, versa sobre a posição privilegiada do dólar, pois, mesmo que esse estivesse sobrevalorizado, sua desvalorização frente a todas as outras moedas, exigiria, um grande esforço de coordenação (HILLBRECHT, 1999).

Por mais de duas décadas, o sistema funcionou bem. Pois, apesar dos constantes déficits orçamentários norte-americanos, a evasão de dólares dos Estados Unidos foi o combustível para a economia mundial. Gilpin (2002), afirma que, o sistema de Bretton Woods, cujas taxas de câmbio eram fixas em relação ao dólar, por conta da sólida base política que detinha, durou mais tempo do que, efetivamente, deveria ter durado. Isso se justifica, pois, Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, mantinham, o que Cohen (1977), chamou de “barganha implícita”.

Os Estados Unidos perceberam a necessidade de promover a recuperação econômica de potenciais aliados na Europa e no Japão, bem como, manter um considerável e potente estabelecimento militar no exterior. Tudo isso custou dinheiro. O privilégio de financiar déficits passivos, significava que, os Estados Unidos, estavam efetivamente livres das restrições do balanço de pagamentos para que pudessem, com o intuito de promover objetivos considerados de interesse nacional, gastar tão livremente, quanto julgassem necessário. Os Estados Unidos poderiam emitir o principal veículo e moeda de reserva do mundo, em quantias consideradas consistentes com suas próprias prioridades políticas – e não necessariamente, com as dos detentores de dólares estrangeiros. Os detentores de dólares estrangeiros, concederam essa autonomia política aos Estados Unidos. Visto que, essa, contribuiu, diretamente, para sua própria reabilitação econômica. A América aceitou a necessidade, por exemplo, de acordos preferenciais de comércio e pagamentos na Europa, apesar da discriminação inerente e óbvia [por parte da Europa] contra as exportações americanas; da mesma forma, os Estados Unidos aceitaram a necessidade de conceder aos exportadores japoneses, acesso ao mercado interno dos Estados Unidos em uma época em que outros mercados ainda permaneciam amplamente, fechados para produtos rotulados como “*Made in Japan*”. Com efeito, como argumentei em outro lugar, uma **barganha implícita** foi firmada. Os aliados dos Estados Unidos concordaram com um sistema hegemônico que concedeu aos Estados Unidos privilégios especiais para agir unilateralmente no exterior para promover os interesses americanos. Os Estados Unidos, por sua vez, toleravam o uso do sistema por seus aliados para promover sua própria prosperidade econômica, mesmo que isso

ocorresse, na maioria, às custas dos Estados Unidos (COHEN, 1977, p. 96-97, *grifo e tradução nossa*).³⁶

Apesar desse “esforço coordenado”, o início da década de 1970, foi marcado pela crise do sistema de Bretton Woods³⁷ e pela crise do petróleo, gerando assim, a base para uma crise no sistema monetário internacional. A partir de então, foram registrados elevados índices de conversão do dólar para diversas moedas e conseqüentemente, para o ouro.

Como resposta, os Estados Unidos suspenderam o compromisso de entregar ouro a governos credores em dólar. Em relacionando esse movimento às questões de hegemonia, é possível verificar aqui, que o Governo Nixon, pensou, primeiramente, na política interna, em detrimento da manutenção da sua hegemonia. Assim, pode-se dizer que o saldo líquido da relação custo-benefício da manutenção da hegemonia, foi considerado elevado. De forma que, a decisão tomada, indicou um predomínio da preocupação com o cenário interno. Como desfecho, ao invés de consultar ao FMI sobre sua decisão, os Estados Unidos apenas comunicaram ao diretor-chefe sua decisão. Sinalizando essa como, uma atitude irrevogável (EICHENGREEN, 2000).

O fim do Bretton Woods, em março de 1973, revisitou a questão, até então, pouco valorizada, do controle da economia via estabilidade da taxa de câmbio. Onde, por meio do uso de políticas monetárias, as relações monetárias internacionais, passaram a se basear em um regime de flutuação cambial. Nesse, a taxa de câmbio, pode ser utilizada, como instrumento de

³⁶ No original em inglês: “*The United States perceived a need to promote the economic recovery of potential allies in Europe and Japan, as well as to maintain a sizable and potent military establishment overseas. All of this cost money: the privilege of liability-financing deficits means that America was effectively freed from balance-of-payments constraints to spend as freely as it thought necessary to promote objectives believed to be in the national interest. The United States could issue the world's principal vehicle and reserve currency in amounts presumed to be consistent with its own policy priorities and not necessarily with those of foreign dollar holders. Foreign dollar holders conceded this policy autonomy to America because it also directly contributed to their own economic rehabilitation. America accepted the necessity, for example, of preferential trade and payments arrangements in Europe, despite their inherent and obvious discrimination against U.S. export sales; likewise, America accepted the necessity of granting Japanese exporters access to the U.S. internal market at a time when other markets still remained largely closed to goods labeled "Made in Japan." In effect, as I have argued elsewhere, an implicit bargain was struck. America's allies acquiesced in a hegemonic system that accorded the United States special privileges to act abroad unilaterally to promote U.S. interests. The United States, in turn, condoned its allies' use of the system to promote their own economic prosperity, even if this happened to come largely at the expense of the United States*” (COHEN, 1977, p. 96-97).

³⁷ O sistema de Bretton Woods tinha como base a manutenção da paridade dólar-ouro. Essa, por sua vez, dependia da capacidade dos EUA de manter a liquidez internacional adequada para o crescimento da economia mundial. Com sucessivos déficits no balanço de pagamentos, essa situação foi mantida. Porém, com a desaceleração das principais economias, a partir de 1971 – reforçando aqui que, uma das bases desse déficit era os investimentos diretos e a ajuda militar e econômica para os países da Europa em reconstrução no pós-Segunda Guerra – os EUA encontraram dificuldade em manter sua hegemonia monetária internacional. Pois, os demais países não estavam mantendo tantas reservas internacionais e ativos financeiros referenciados em dólar, isso gerou instabilidades em relação ao dólar e a elevada aceleração nas exigências de reservas de ouro (COMBAT, 2021). Assim, em agosto de 1971, a administração Nixon fez, o que Cohen (2015, p. 163), chamou de “fechar a janela do ouro”, em outras palavras, encerrou a conversibilidade dólar-ouro.

política macroeconômica, pois, a partir das oscilações da taxa, o mercado reage. Reação essa que, pode contribuir em aumentar ou reduzir os investimentos e o consumo.

Os principais argumentos para a flutuação, na época, eram a possibilidade de autonomia da política monetária de cada país; simetria de poder entre os países; e, taxas de câmbio como estabilizadores automáticos. Os acordos foram negociados pelo Grupo dos Dez, em dezembro de 1971, no *Smithsonian Institute*, em Washington. Por meio do chamado Acordo Smithsoniano, dez países concordaram em apreciar suas moedas em relação ao dólar (COMBAT, 2021). A adesão desse regime, permitia o uso da política monetária para alcançar o equilíbrio interno e externo. Uma vez que, os governos não precisariam intervir diretamente, no mercado de divisas para garantir a taxa de câmbio fixa (CARVALHO *et al.*, 2000).

Não havia um consenso quanto ao comportamento das taxas flutuantes, alguns, afirmavam que, essas, eliminavam o problema de apostas unilaterais e contribuiriam para o equilíbrio. Outros, acreditavam que a flutuação era o primeiro passo para um novo momento de turbulência e instabilidade. Eichengreen (2000), afirmou que, as taxas de câmbio nominais e reais, revelaram-se mais voláteis do que quando fixas, porém, não se registrou o caos financeiro previsto pelos que tinham se oposto à flutuação. Dessa forma, o pós-Bretton Woods, foi marcado pela livre mobilidade de capital, regulamentação favorável ao mercado, crescimento dos mercados financeiros e da chamada globalização econômica. Onde bancos e outras instituições financeiras, financiam a detenção e a negociação de ativos (WEBER, 2018).

Na primeira metade da década de 1980, onde o dólar estava apreciado, ocorreram tentativas de coordenação cambial para reverter esse cenário, tais como os Acordos do Plaza (1985), e do Acordo do Louvre (1987). O desalinhamento das taxas reais de câmbio era tão elevado, que até defensores do livre mercado e da flexibilidade cambial, demonstraram preocupação. Em um cenário onde, Estados Unidos deficitários, Japão e Alemanha superavitários, resultou, em países reafirmando sua autonomia política. De forma que, a União Monetária Europeia (sistema do *Deutschmark*), e o papel internacional do iene, se apresentaram como possibilidades ao sistema internacional (AGLIETTA, 1995; GILPIN, 2002; COHEN, 2015).

No geral, o movimento de ruptura das taxas de câmbio fixas pós-Bretton Woods, contribuiu para o liberalismo das finanças. Onde, os Estados Unidos, passaram, efetivamente, a dominar os demais países em função da posição do dólar, das dimensões do seu mercado e, puderam aplicar políticas econômicas. Mantendo, assim, sua posição hegemônica com endividamento externo e interno, sem ter a mesma preocupação dos demais países do mundo. Pois, o dólar, pode ser emitido internamente, pelo Federal Reserve (FED) (SOIHET;

GUIMARÃES, 2012). O mundo passa, então, a viver o chamado padrão dólar flexível (SERRANO, 2008), ou padrão dólar flutuante (AGLIETTA, 1995), onde os Estados Unidos se solidificam como o emissor da principal moeda internacional.

Apesar dessa posição, Cohen (2015), afirma haver custos para o país emissor promover o seu dinheiro como a moeda internacional prioritariamente utilizada. Esses custos, são trabalhados em outro momento neste estudo. Aqui, porém, cabe ressaltar que, estar no topo da pirâmide monetária e ser o emissor da moeda principal, está ligado não apenas às condições da moeda e do Estado emissor, mas também, à atratividade das alternativas disponíveis. Como já mencionado, ao longo dos anos 1980, anos 2000, e nos últimos anos outras moedas têm figurado como possibilidades. São elas, respectivamente, o marco alemão, o iene japonês, o euro e o renminbi chinês. Esses movimentos de aumento da utilização, são abordados no tópico a seguir.

2.5 PARA ALÉM DO DÓLAR AMERICANO: AS MOEDAS INTERNACIONAIS RELEVANTES PÓS-BRETTON WOODS

Apesar das críticas ao dólar americano, e do inegável privilégio vivenciado pelos Estados Unidos, a década de 1980, mostrou que, nos últimos quarenta anos, outras moedas, também, figuraram e figuram como possibilidade para assumir o papel de moeda principal. Nos tópicos a seguir, são analisadas as seguintes moedas: marco alemão, iene japonês, euro e o renminbi chinês.

2.5.1 Marco Alemão

O final da Segunda Guerra Mundial, deixou claro dois aspectos a respeito do cenário monetário global, são eles: o dólar era, de fato, a moeda internacional mais relevante, e a libra, estava em declínio para os propósitos transfronteiriços. Nas décadas de 1960 e 1970, desponta, então, a primeira moeda que dá indícios de questionamento ao poderio do dólar norte-americano, o marco alemão. Criado em 1948, fazia parte da grande reforma econômica da Alemanha Ocidental. Em 1980, já estava estabelecido como a segunda moeda mais importante do mundo. E, perdurou até 1999, com a criação do euro, sendo, então, por esse absorvido (COHEN, 2015; KOSINSKI, 2019). Assim, atualmente, o marco alemão não é mais utilizado.

A ascensão e a importância do marco alemão se justificam, à época, predominantemente, por fatores econômicos, sendo também, reforçados por fatores políticos. Onde, a crescente importância da Alemanha Ocidental no comércio, suas condições

macroeconômicas, a integração regional com a Comunidade do Carvão e do Aço (1950), e o Tratado de Roma (1955), proporcionaram, em maior ou menor grau, as condições necessárias para o marco alemão desempenhar os seis papéis de moeda internacional. Cenário esse, corroborado pelos vizinhos do marco alemão, onde, na década de 1980, esses, ancoravam as taxas de câmbio nominais em relação ao marco alemão, buscando controlar suas propensões inflacionárias. Esse contexto, contribuiu para as tentativas de promoção da integração monetária regional, ocorrida na Europa (COHEN, 2015; KOSINSKI, 2019).

Apesar de todas as conquistas, o marco alemão se manteve, por conta de quatro fatores, tanto econômicos quanto políticos, como a segunda colocada em relação ao dólar. São eles: falta de avanço fora da Europa, relativo atraso da Alemanha Ocidental no acesso aos mercados financeiros, relutância do governo da Alemanha Ocidental na internacionalização do marco alemão, e, por fim, questionável segurança para os investidores internacionais (COHEN, 2015).

O primeiro, versa sobre o fato de o marco alemão ser destaque no seu entorno, porém, diferentemente do dólar, o alcance em relação aos ganhos de espaço internacionais, eram baixos se comparados ao dólar americano. Quanto ao segundo ponto, o acesso aos mercados financeiros, ao serem comparados os mercados de títulos e as ações da Alemanha Ocidental, estes últimos, eram muito mais escassos que os mercados de Nova York e Londres, tanto nos possíveis instrumentos financeiros, quanto na regulamentação e complexidade de impostos. Dessa forma, a negociação de títulos em marco alemão, era mais custosa e dificultada quando comparada ao dólar americano (COHEN, 2015).

O terceiro fator, trata da questão governamental, ou seja, a relutância do governo da Alemanha Ocidental, em internacionalizar o marco alemão, caminhando inclusive no sentido oposto. No início da década de 1980, o *Bundesbank* teve em vista restringir o uso transfronteiriço do marco alemão por meio do controle da emissão de obrigações em marco alemão no mercado externo de títulos. Esse controle, foi motivado pelo controle da política monetária e pela manutenção da estabilidade anti-inflacionária – fruto de temores de um passado não tão distante (EICHENGREEN, 2008). Outro temor, nesse mesmo sentido, era de imposições à política doméstica, fruto de um acúmulo excessivo de passivos no exterior, tanto por volatilidade na taxa do câmbio, instabilidade de preços e variação das receitas de exportação. Assim, o governo em nenhum momento assumiu uma postura proativa em relação à internacionalização (COHEN, 2015).

Por fim, a questão da segurança para os investidores internacionais, é baseado no fato de que, apesar de uma democracia estável, no que diz respeito aos direitos de propriedade e

uma gestão pública eficaz, a Alemanha era uma nação dividida, com destaque para a Guerra Fria (GIAMBIAGI; BARENBOIM, 2002). Por motivos históricos, a Alemanha Ocidental, dificilmente, se projetaria com poderio militar para proteger os demais países, assim, contava com a proteção dos Estados Unidos, o que contribuía para que, caso os demais países apoiassem uma ascensão alemã, esse apoio viria por motivos econômicos, e não por apelo político (COHEN, 2015).

2.5.2 Iene japonês

No final da Segunda Guerra Mundial, o Japão e sua economia estavam devastados. Porém, apesar disso, as décadas de 1950 e 1960, representaram um *boom* para o crescimento japonês, fazendo com que esse, alcançasse uma posição relevante no cenário internacional. E fazendo com que, ao final da década de 1970, sua moeda, o iene, estivesse bem estabelecida e solidificada. De maneira geral, sua utilização foi destaque tanto no nível privado como no nível oficial como reserva de valor, e seu alcance, bem como, o marco alemão, permaneceu regional focado no Leste Asiático. Se comparado ao dólar americano e ao marco alemão, o iene japonês figurou, ao final do século XX, em terceiro lugar entre as moedas internacionais (EICHENGREEN, 2008; COHEN, 2015).

Com um cenário regional favorável, e com o iene, sendo a moeda veículo predominante para empréstimos externos nos países vizinhos, como Indonésia, Coreia, Malásia, Filipinas e Tailândia, na primeira metade de década de 1980, o Japão se tornou o mais relevante exportador de capitais de todo o mundo (COHEN, 2015). Saindo de um saldo de US\$ 35 bilhões, em 1981, para um saldo superior a US\$ 53 bilhões em 1985, fortalecendo assim, sua posição como potência internacional. Outro dado relevante, diz respeito ao conjunto dos ativos do Japão no exterior, sendo esse, no ano de 1986, superior a US\$ 129 bilhões, consagrando-o assim, como o maior credor global. A respeito do mesmo dado, a Inglaterra, para o mesmo período, possuía US\$ 90 bilhões de ativos líquidos no exterior, a Alemanha Ocidental, US\$ 50 bilhões, e os Estados Unidos aproximavam-se de zero, demonstrando assim, nesse sentido, a superioridade japonesa (GILPIN, 2002).

Além desses pontos, o enorme tamanho da economia e do comércio japonês, sua ampla rede transnacional e a relevância enquanto potência econômica global, contribuíram para o iene ser cogitado como uma possível moeda a ocupar o topo da pirâmide monetária. Porém, no geral, as causas da internacionalização do iene foram, predominantemente, econômicas, e, diferente do marco alemão, não houve um esforço na Ásia para a criação de uma integração política

formal (SILVA, 2013). Mesmo com o debate sobre a criação de um bloco baseado no iene, entre o Japão e seus vizinhos, apenas a Coreia do Sul, começou a seguir mais de perto a flutuação do iene, porém, nenhum país, de fato, atrelou sua moeda formalmente ao iene (EICHENGREEN, 2008; COHEN, 2015).

Apesar do destaque e da efetiva internacionalização do iene, esse, não alcançou um patamar mais elevado de importância como moeda internacional por cinco fatores. Quais sejam: inércia, o *crash* do mercado japonês após a bolha de 1989, o padrão de faturamento no comércio japonês, a política pública no Japão, e, por fim, segurança (COHEN, 2015).

Tal qual o marco alemão, o iene era importante na sua região, porém, fora da Ásia Oriental, não houve movimentações que estimulasse ganhos frente ao dólar americano e ao marco alemão. Já a respeito do *crash* do mercado japonês, esse, foi um fator que prejudicou a ascensão do iene ao prejudicar a própria economia japonesa, e, reduzir a força que essa havia obtido nos anos anteriores. Estagnação, recessões e deflações de preços foram, constantemente, verificadas na economia do Japão ao longo desse período (EICHENGREEN, 2008).

No que diz respeito ao padrão de faturamento no comércio japonês, esse, realizava poucos negócios no exterior em sua própria moeda, se comparado aos Estados Unidos e a Alemanha Ocidental. No geral, o Japão realizava, na época, entre 30% e 35%, de suas exportações em iene. As demais exportações, eram realizadas em dólares americanos. Comparando isso, com os Estados Unidos, onde, praticamente, todas as exportações eram realizadas em dólares americanos, e 80% das exportações alemãs eram realizadas em marco alemão, o volume de iene, era significativamente inferior. Tal qual o marco alemão, o iene, também, foi prejudicado em sua internacionalização por conta de suas autoridades governamentais, essas, resistiram por muito tempo a internacionalização, temendo à imposição de uma restrição à administração monetária doméstica (COHEN, 2015).

Cohen (2015, p. 117, *tradução nossa*), afirma que, “a internacionalização do iene foi vista pela maioria dos japoneses não como um objetivo a ser buscado, mas sim, como um preço a ser pago para manter a boa vontade dos americanos”³⁸. Por fim, tal qual a Alemanha Ocidental, o Japão, apesar de ser considerado uma democracia estável, com respeito aos direitos de propriedade e com uma gestão política eficaz, detinha poucos meios políticos para influenciar as preferências monetárias dos governos estrangeiros, e, pouco poderio em questões de segurança. Sendo essa última, limitada constitucionalmente, a uma força de autodefesa.

³⁸ No original em inglês: “*Yen internationalization was seen by most Japanese not as a goal to be sought but rather as a price to be paid to retain the good will of the Americans*” (COHEN, 2015, p. 117).

Indicando assim, que, a escolha do iene, tal qual, a do marco alemão, se daria mais por questões econômicas do que políticas (EICHENGREEN, 2008; COHEN, 2015).

2.5.3 Relação marco alemão, iene japonês e dólar americano

Com base na análise apresentada, pode-se perceber que apesar da importância econômica do marco alemão e do iene japonês, tanto a Alemanha Ocidental quanto o Japão, não atuaram de maneira específica e significativa, para que, as suas moedas se internacionalizassem e representassem, de fato, uma ameaça ao papel internacional do dólar. Ou seja, não houve um esforço do ponto de vista político para que a ascensão dessas moedas acontecesse, e que o papel do dólar fosse efetivamente questionado. Nas palavras de Helleiner e Kirshner (2009, p. 9, *tradução nossa*),

o fato de o Japão e a Alemanha não estarem dispostos, durante os anos 1970 e 1980, a transformar seus sistemas financeiros nos moldes dos Estados Unidos também, fornece grande parte da explicação de porque o iene e o marco alemão não desafiaram o papel internacional do dólar de maneira significativa naquele período³⁹.

Haver ou não esse esforço, indica que, o governo está optando ou não, por internacionalizar a sua moeda, obtendo assim, os benefícios que essa situação representa, porém, tendo que arcar, também, com os custos impostos por essa modificação na posição de sua moeda. Já ao se refletir sobre a postura do Estado do ponto de vista político, Gilpin (2002), ressalta que a relação Japão-Estados Unidos, foi fundamental para a manutenção do patamar do dólar norte-americano no final da década de 1970, e meados da década de 1980

A importância do financiamento japonês para o sucesso do programa econômico e militar do presidente Reagan, pode ser apreciada contrastando-a com um acontecimento anterior. Em outubro de 1979, o desinteresse da Alemanha Ocidental em apoiar o dólar, importando, assim, a inflação norte-americana, foi um fator importante na adoção por Washington de uma política monetária restritiva. [...] Foi a primeira vez no pós-guerra que os Estados Unidos fizeram uma mudança importante na sua política econômica em resposta a pressões vindas do exterior - mudança que marcou o fim da hegemonia econômica desse país. Daí em diante, os Estados Unidos passaram a precisar do apoio financeiro do Japão. Em meados dos anos 1980, o Japão havia substituído a Alemanha Ocidental como principal aliado econômico e sustentáculo financeiro da aparente posição hegemônica norte-americana, econômica e política. O investimento da poupança japonesa, e do grande saldo de pagamentos, ajudou a sustentar o dólar e a financiar a defesa, contribuindo, assim, para a prosperidade do país. Mais importante

³⁹ No original em inglês: “The fact then Japan and Germany were unwilling during the 1970s and 1980s to transform their financial systems along U.S. lines also provides Much of the explanation for why the yen and deutsche mark did not challenge the dollar’s international role in a significant way in that period” (HELLEINER; KIRSHNER, 2009, p. 9).

ainda: esse investimento disfarçou o declínio econômico norte-americano e permitiu que esse país adiasse, pelo menos durante algum tempo, a difícil tarefa de encarar o problema clássico enfrentado por todas as potências declinantes: decidir como reduzir seu poder e seus compromissos para alcançar um novo equilíbrio econômico e político. Assim, em meados da década de 1980, o sistema financeiro e monetário mundial, lastreado no dólar, fora sustentado em larga escala pelo capital japonês. Muito sobrevalorizado, o dólar teria perdido valor, e talvez entrado em colapso, em virtude da política econômica seguida pelo governo Reagan, não fosse pelo apoio financeiro do Japão (GILPIN, 2002, p. 363).

É possível verificar, então, que a relação entre EUA, Japão e Alemanha Ocidental, e conseqüentemente, as suas moedas, possui um tempo considerável. Essa relação, tem como base, uma relativa estabilidade, ampla aceitação, solidez e abertura dos mercados financeiros norte-americano, japonês e alemão, visto que, esses pontos, são avaliados pelo mercado em si, para a utilização das moedas no âmbito internacional (MCDOWELL, 2021). Isso é, desde os anos 1970, tanto iene, quanto o marco alemão (substituído pelo atual euro), e o dólar americano, figuram entre moedas internacionais relevantes no cenário internacional. Atualmente, além da criação do euro, em substituição a diversas moedas, com destaque aqui, para o marco alemão, tem-se também, a ascensão do renminbi enquanto moeda internacional, a análise dessas, é realizada nos tópicos seguintes.

2.5.4 Euro

Para que se possa compreender a instituição do euro enquanto moeda, e como essa, substituiu não apenas o marco alemão, mas diversas outras moedas utilizadas na Europa, é necessário compreender a implementação da chamada União Econômica e Monetária (UEM), que culmina na criação e na utilização do Euro.

Em junho de 1988, o Conselho Europeu, sinalizou para a implementação, de maneira gradual, de uma união econômica e monetária (ECB, 2023a). Foram, então, iniciados estudos e um plano concreto de realização. O plano apontava três fases para a UEM, a primeira, iniciada em 1 de julho de 1990, teve por etapas os seguintes pontos: liberalização total dos movimentos de capitais; maior cooperação entre bancos centrais; livre utilização do ECU (*European Currency Unit* – a unidade monetária europeia que precedeu o euro), e o aumento da convergência econômica. Já a segunda fase, iniciada em 1 de janeiro de 1994, teve como etapa a criação do Instituto Monetário Europeu (IME); a proibição do financiamento do setor público pelos bancos centrais; uma maior coordenação das políticas monetárias; o reforço da convergência econômica; a conclusão do processo para a independência dos bancos centrais nacionais, guiando-os até o que seria o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC); e,

trabalhos preparatórios para a terceira fase. A terceira fase, iniciada em 1 de janeiro de 1999, fixou as taxas de câmbio; introduziu a utilização do euro; conduziu uma política monetária única por meio do SEBC; alinhou o funcionamento do mecanismo de taxas de câmbio entre os países da União Europeia; e, colocou em vigor o Pacto de Estabilidade e Crescimento (ECB, 2023a).

Ao longo de todo esse processo, alguns pontos ficaram claros: (i) as notas de euro entrariam em circulação em 1 de janeiro de 2002, porém, em 1 de janeiro de 1999, a moeda começaria a ser utilizada para fins contábilísticos e pagamentos eletrônicos; (ii) buscando trazer mais solidez e robustez a UEM, em 1997, foi adotado o Pacto de Estabilidade e Crescimento, esse, buscava assegurar a disciplina orçamentária dos países participantes; (iii) em 2 de maio de 1998, por meio do Conselho da União Europeia, verificou-se que, 11 Estados-Membros cumpriam as condições necessárias para participar da Terceira Fase da UEM, e de fato, iniciar a utilização da moeda única (em 1 de janeiro de 1999, em forma não material), foram eles, Bélgica, Alemanha, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia (ECB, 2023a; ECB, 2023b).

Após as tratativas iniciais, em 1 de janeiro de 2001, a Grécia (12º país), também, passou para a terceira fase da UEM, seguida de Eslovênia em 1 de janeiro, sendo o 13º país, Chipre (14º), e Malta (15º), um ano mais tarde, Eslováquia (16º), em 1 de janeiro de 2009, Estônia (17º), em 1 de janeiro de 2011, Letônia (18º), em 1 de janeiro de 2014, Lituânia (19º), em 1 de janeiro de 2015, e Croácia (20º), em 1 de janeiro de 2023. Dessa forma, as notas e moedas de euro, figuram, legalmente, em 20 dos 27 Estados-Membros da União Europeia⁴⁰. Importante ressaltar que, nas datas em que esses países entraram para a área do euro, os respectivos bancos centrais passaram, automaticamente, a integrar o Eurosistema (ECB, 2023a; ECB, 2023b).

⁴⁰ Apesar de amplamente difundido, é importante diferenciar aqui a União Europeia, dos países que efetivamente utilizam o Euro como moeda (Área do Euro). A União Europeia é uma união econômica e política composta por 27 países do continente europeu. Advinda da cooperação pós-II Guerra Mundial na Europa, passando pela criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, pela assinatura dos Tratados de Roma e do surgimento do Parlamento Europeu (EUROPEAN UNION, 2023a). Possui um processo complexo e demorado de adesão, onde o país candidato tem que cumprir diversos critérios, legais, regulamentais e financeiros, para inclusive aderir à utilização do euro (EUROPEAN UNION, 2023b). Os 27 países que compõem a União Europeia são Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Bulgária, Tchêquia, Hungria, Polônia, Romênia, Suécia e Dinamarca. Desses, os sete últimos não pertencem à área do Euro, ou seja, não utilizam o euro em suas transações (EUROPEAN UNION, 2023c). Já entre os países candidatos à adesão na União Europeia, tem-se Albânia, Bósnia-Herzegovina, Moldávia, Montenegro, Macedônia do Norte, Sérvia, Turquia e Ucrânia. Entre os potencialmente candidatos têm-se Geórgia e Kosovo (EUROPEAN UNION, 2023b).

Cohen (2003), afirma que, o Euro, cuja utilização iniciou em 1999, teve suas negociações iniciadas já no final da década de 1980, culminando no Tratado de Maastricht de 1992⁴¹. Além de figurar como uma moeda relevante, apontava a possibilidade de ser um grande “rival” para o dólar. Porém, Cohen (2013a, p. 86, *grifo do autor*), deixa mais claro o que é um “rival”. O autor afirma que, “ultrapassar o dólar corresponde a superá-lo quanto ao grau ou à extensão do seu uso para diversos objetivos internacionais, isto é, ultrapassá-lo no que é comumente, chamado de ‘internacionalização’ da moeda”.

Essa visão, é sintetizada pelo autor com três dimensões. São elas: trajetória, escopo e domínio. A trajetória, pode ser compreendida como o caminho percorrido pela utilização mundial, ou seja, à medida que, a utilização de determinada moeda aumenta, qual é o comportamento do caminho a ser percorrido? Qual é a trajetória para essa utilização? Já o escopo, diz respeito as categorias de funções de uso, onde, são consideradas quais funções a moeda em questão pode exercer, e, se essa já alcançou todas essas categorias. Por fim, o domínio diz respeito a expansão geográfica da utilização, por meio de países ou regiões que utilizam essa moeda.

Em síntese, Cohen (2013a), considera que, para que se possa, efetivamente, analisar uma moeda e sua possibilidade de ser uma rival frente ao dólar, é necessário analisar a trajetória que essa percorreu, ao longo da expansão da sua utilização, quais funções ela desempenha internacionalmente, ou seja, qual seu escopo. E por fim, em qual área ela exerce o seu domínio, expansão territorial.

Na análise realizada por Cohen (2013a), considerando os dados do Banco Central Europeu de 2011, o autor, observa que, no que tange a trajetória, o uso internacional do euro desacelerou e estava, aparentemente, estabilizado há mais de meia década. Inicialmente, teve uma ampla adesão, porém, não foi surpreendente o resultado obtido pelo euro, visto que, o marco alemão já era a segunda maior moeda nas relações monetárias globais. Nas palavras de Cohen (2013, p. 87), “nada menos, teria sido um verdadeiro choque”. O destaque cabe, apenas, a manutenção da estabilidade, se comparado a parcela de mercado detida pelas antigas unidades monetárias nacionais.

⁴¹ O Tratado da União Europeia, também conhecido como Tratado de Maastricht por ser assinado em Maastricht na Holanda, é o tratado que versa sobre os três pilares da União Europeia, são eles: as Comunidades Europeias, Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Justiça e Assuntos Internos (JAI), sendo esses dois últimos as áreas de cooperação adicionais às comunidades (primeiro pilar). Por meio do tratado, a CEE – Comunidade Econômica Europeia, torna-se a CE – Comunidade Europeia, demonstrando assim, a ampliação do processo de cooperação (EUROPARL, 2023).

No que tange ao escopo, o autor (2013a), aponta que, na época do estudo, havia uma expansão considerável na emissão de títulos de dívida, porém, em categorias como mercado de câmbio, comercial ou bancário, o dólar, se mantinha maior do que as demais moedas. Já quanto ao domínio, a relação é feita, analisando, países com laços geográficos, institucionais e cambiais bem acirrados. De forma que, o euro estava presente nos países da Área do Euro, e em alguns países da África, tendo uma participação mundialmente relevante.

Trazendo a análise para o momento atual, a publicação *The international role of the euro – June 2023* (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023), afirma que, apesar dos novos choques de 2022, guerra da Rússia e da Ucrânia, aumento das sanções econômicas e dos riscos políticos, o papel internacional do euro permaneceu firme em 2022. Se mantendo como a segunda moeda mais importante ao nível mundial. De maneira geral, os resultados apresentados no estudo, corroboram o que já fora apontado por Cohen (2013a). Em se tratando do euro, conforme afirmado pelo estudo (2023), esse, “tende a ser mais uma moeda regional. Enquanto a utilização do dólar dos EUA, em empréstimos bancários transfronteiriços, é global”⁴²(EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023, p. 75, *tradução nossa*). O estudo, porém, aponta para um novo elemento, o crescimento da participação de outras moedas (exceto euro e dólar americano), nas reservas cambiais globais, com destaque para uma moeda, até então, não considerada uma moeda relevante, o renminbi chinês⁴³.

Ao analisar de maneira ampla o euro, Cohen (2015), afirma que, o problema para a ascensão da utilização do euro, começa na concepção dos mecanismos de governança dessa união monetária. Pois, ela é uma fusão incompleta de Estados soberanos europeus, exacerbando, assim, falhas internas das instituições financeiras europeias. Essas, por sua vez, são incapazes de igualar a liquidez, a segurança, o poderio político, o poderio militar e o alinhamento de políticas públicas existentes no dólar e nos Estados Unidos.

Quando o euro entrou em circulação, várias moedas deixaram de circular, visto que, a intenção da unificação, era, de fato, unificar também, a moeda dos países envolvidos. Algumas moedas, podem ser apontadas como as mais relevantes. São elas: o marco alemão, o franco francês, o florim neerlandês, a dracma grega, a lira italiana, a peseta espanhola e o escudo português. Esses, são alguns exemplos de moedas que, apesar de, historicamente, relevantes, não estão mais em circulação (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023).

⁴² No original em inglês: “*It confirms that the euro tends to be more of a regional currency, while use of the US dollar in cross-border bank lending is global*” (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023, p. 75).

⁴³ Optou-se nesta discussão, em não realizar a análise profunda do impacto do Brexit na participação do Euro, tendo em vista, que, até o momento, não parece haver grandes mudanças nos segmentos de mercado, onde o Reino Unido é o principal envolvido para o Euro (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023).

Ilzetzki, Reinhart e Rogoff (2020), afirmam que, o surgimento do euro fez pouco mais que consolidar as moedas regionais por meio de sua unificação. E, apesar de ser a segunda moeda mais relevante em diversos aspectos, ficando atrás apenas do dólar, seu futuro é incerto, pois, dentre os fatores da manutenção do dólar como moeda principal, está o aumento considerável da participação das economias asiáticas ancoradas ao dólar na atividade econômica global. Assim, se esse apoio fosse, no médio prazo, migrado para o euro, esse, poderia se tornar a moeda principal. Porém, dado o peso da economia chinesa nesse contexto, e o rápido crescimento do renminbi em diferentes funções como moeda internacional, este último, poderia “usurpar o *status* de vice-campeão [pertencente ao euro] no sistema monetário internacional” (ILZETZKI; REINHART; ROGOFF, 2020), podendo deixar o euro na terceira colocação nessa hierarquia.

2.5.5 Renminbi

O renminbi é a moeda oficial utilizada na China, a segunda maior economia do mundo atualmente (EUROPEAN CENTRAL BANK, 2023). A China é o maior exportador do mundo, faz investimentos estrangeiros diretos, possui relações no comércio de mercadorias e commodities com praticamente, todas as partes do mundo (UNCTAD, 2021). Esse movimento, faz com que, os países tenham cada vez mais ligações econômicas, políticas e financeiras com a China. Toda essa inserção, envolvimento no comércio, realização de investimentos estrangeiros diretos em diversas regiões, sinalizam o quanto o renminbi tende a ser, cada vez mais relevante enquanto moeda internacional (EICHENGREEN; LOMBARDI, 2017).

A ascensão chinesa, verificada a partir das reformas iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, resultaram em uma redução da pobreza, aumento do PIB *per capita*, aumento no índice de desenvolvimento humano (IDH), e no aumento do tamanho econômico do país. Em se tratando especificamente, do PIB, o crescimento médio anual verificado no período de 1978-2007, é de 9,7%. Isso significa dizer que, ao longo do período, o PIB teve seu valor multiplicado em dezessete vezes (NONNENBERG, 2010).

O autor (2010), aponta alguns aspectos que contribuíram para o desempenho da economia chinesa no período supracitado. São eles: a liberalização do sistema de formação de preços – impactando na produtividade, na renda e no emprego; a liberalização do comércio exterior; a criação de Zonas Econômicas Especiais – ZEEs – permitindo a concessão de incentivos; a manutenção dos baixos salários, com um crescimento dos salários reais anuais médios, em média 11%, proporcionada pela migração de um grande contingente de mão de

obra rural para a cidade, e pelo aumento da demanda por trabalho; a ausência de proteção à propriedade intelectual; o tamanho da população chinesa, que favoreceu as economias de escala e a redução dos custos de produção na maior parte das indústrias; o crescimento de IDE – Investimentos Diretos Externos, saindo de US\$ 265 milhões em 1981, para US\$ 138 bilhões em 2007, impulsionado pelas ZEEs e seus incentivos; por fim, as políticas de incentivo a investidores estrangeiros no que tange à inovação, a transferência e a geração de ciência e tecnologia. Visto que, até o ingresso da China na OMC, a permissão ou estímulo às empresas estrangeiras, estava atrelado a transferência de tecnologia, ou a abertura de centros de pesquisa e desenvolvimento no país (NONNENBERG, 2010).

Todo esse crescimento, revisitou um debate em torno das consequências econômicas e políticas para economia global da internacionalização do renminbi (GERMAIN; SCHWARTZ, 2017). Como já elencado nesse estudo, diversas foram as moedas, historicamente, utilizadas como moedas internacionais, bem como, diferentes foram os alcances por essas obtidos. Porém, Cohen (2015), aponta uma diferença entre o que acontece com o renminbi e o que aconteceu com as moedas do passado.

Cohen (2015, p. 214, *tradução nossa*), afirma que, “a internacionalização é o destino manifesto do renminbi, um subproduto imparável do notável sucesso econômico da China”⁴⁴. E que, após longa hesitação por parte do governo chinês, agora, Pequim parece ter feito da internacionalização um objetivo político, sendo essa a principal diferença, entre os antecessores marco alemão, iene e euro, e o atual renminbi. Agora, há um apoio das autoridades emissoras, e não apenas uma preferência da procura do mercado. Porém, apesar desse movimento, tal qual as demais moedas, o renminbi deve manter-se no patamar das demais moedas internacionais relevantes, visto que, há um preço necessário a se pagar para a moeda ser considerada uma moeda internacional.

Para a China, o principal custo é a liberalização financeira, e com ela, uma modificação do modelo econômico de Pequim (COHEN, 2015), o que Germain e Schwartz (2017), chamam de custo social da internacionalização da moeda. Pois, permitir uma circulação de grande volume de renminbi, exigiria uma alteração no foco da produção chinesa. Saindo de um cenário predominantemente exportador de produtos. O que acarretaria, um aumento das importações líquidas da China – tanto para produtos, quanto para serviços. Esse cenário, por sua vez, exigiria esforços coordenados do governo chinês, visto que, modificaria o *status quo* econômico e

⁴⁴ No original em inglês: “*Internationalization, it is said, is the RMB’s manifest destiny, an unstoppable by-product of China’s remarkable economic success*” (COHEN, 2015, p. 214).

político da China. Tendência essa, que enfrenta resistência de grupos no Partido Comunista e do Estado Chinês (GERMAIN; SCHWARTS, 2017).

Torres Filho e Pose (2018), apontam que o processo de internacionalização do renminbi é baseado em um projeto claro, onde, desde os anos 2000, a China vem fazendo acordos internacionais e alinhando medidas para ampliar a conversibilidade de sua moeda. Tais como, o programa *QFII – Qualified Foreign Institutional Investor*, que permitiu, a aquisição de títulos no mercado doméstico, por parte de investidores estrangeiros selecionados. Em 2003, os passos iniciais para a criação de mercados financeiros *offshore* em Hong Kong foram dados. Porém, com a crise de 2008, os passos para essa internacionalização foram exacerbados.

A crise de 2008⁴⁵, pode ser pontuada como um estímulo à internacionalização do renminbi. Pois, essa, fez com que, tanto governos quanto empresas, buscassem formas de reduzir a sua dependência do dólar, tendo em vista, a instabilidade verificada em 2008. Dessa forma, pode se dizer, que, com o intuito, majoritariamente, defensivo, tanto a China quanto os seus parceiros, direcionaram suas relações comerciais e financeiras para o renminbi, na busca de se tornarem mais resistentes frente a problemáticas no sistema monetário internacional, como a ocorrida em 2008 (TORRES FILHO; POSE, 2018).

Nesse sentido, o renminbi cresceria não como uma alternativa a uma moeda principal, no caso o dólar, mas seu crescimento seria destinado a uma região específica. No caso, a Ásia, tornando-se uma moeda regional, tal qual, o euro para a Europa. Esse movimento já, pode ser observado, visto que, os sete primeiros países a estabelecer mecanismos de negociação direta com o renminbi, foram países asiáticos. Esses, ao invés de utilizarem dólares para as suas negociações diretas, utilizaram renminbi (EICHENGREEN; LOMBARDI, 2017).

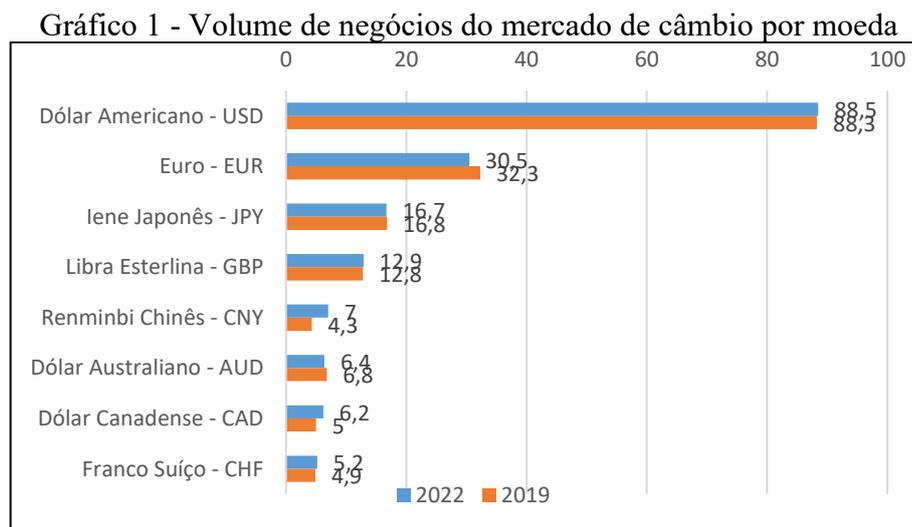
Nesse sentido, a nova rota da seda, corrobora a intenção como sendo um projeto geopolítico e geoeconômico chinês. Essa, visa articular mais de setenta países por meio de acordos bilaterais para projetos de infraestrutura, portos, ferrovias, rodovias, geração de energia, planos de urbanização, dentre outros. A área a ser alcançada, vai do Pacífico-Sul ao Mar do Norte, atingindo a Costa Leste da África e o Mediterrâneo. A perspectiva é alcançar o

⁴⁵ Em 23 de março de 2009, o Dr. Zhou Xiaochuan, presidente do Banco Central da China, em discurso no BIS – Banco de Compensações Internacionais, afirmou que, ao longo da história, houve diversas tentativas de se alinhar o sistema monetário internacional buscando sua estabilidade. Tais como, o padrão ouro e Bretton Woods. Porém, a crise financeira de 2008, deixou claro que, o sistema monetário internacional atual possuía fraquezas e vulnerabilidade inerentes a ele. De forma que, “a crise em questão exigiria, novamente, uma reforma criativa, rumo a uma moeda de reserva internacional com um valor estável, emissão baseada em regras e fornecimento gerenciável, de modo a atingir o objetivo de salvaguardar a estabilidade econômica e financeira global” (XIAOCHUAN, 2009, p. 1). No original em inglês: “*The crisis again calls for creative reform of the existing international monetary system towards an international reserve currency with a stable value, rule-based issuance and manageable supply, so as to achieve the objective of safeguarding global economic and financial stability*” (XIAOCHUAN, 2009, p. 1).

aumento da circulação do renminbi na região, principalmente, em países dependentes da China. Demonstrando, assim, a capacidade financeira chinesa e um indício de questionamento da hierarquia monetária internacional atual (METRI, 2020).

2.6 AS MOEDAS INTERNACIONAIS ATUAIS: MEIO DE TROCA, UNIDADE DE CONTA E RESERVA DE VALOR

Em se tratando da moeda como meio de troca, o BIS – *Bank for International Settlements*⁴⁶, divulga trienalmente, à Pesquisa “*Triennial Central Bank Survey OTC Foreign Exchange*”. Com o intuito de aumentar a transparência, apresentar informações sobre o tamanho e a estrutura dos mercados globais de balcão (*over-the-counter* – OTC), em câmbio estrangeiro (*foreign exchange* – FX), e derivativos de taxa de juros, no mesmo sentido do realizado por Benney e Cohen (2022). A última pesquisa do BIS, divulgada em abril e revisada em outubro de 2022 (BIS, 2022), analisando o volume de negócios do mercado de câmbio por moeda, afirma que, o dólar norte-americano continua sendo a moeda veículo dominante no mundo. O gráfico 1, apresenta o comportamento das moedas mais utilizadas. Importante ressaltar que, o BIS (2022), considera como sendo duas moedas envolvidas em cada transação, assim, a soma das moedas individuais totalizará 200%.



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir dos dados de BIS (2022).

⁴⁶ Banco de Compensações Internacionais (BIS), coordena diversos comitês, dos quais, o Banco Central (Bacen), é representante ativo, como o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária, o Comitê do Sistema Financeiro Global, o Comitê de Pagamentos e Infraestruturas de Mercado e o Comitê de Mercados. O BIS é a mais antiga instituição financeira internacional, fundada em 1930. Suas missões são atuar como um banco para bancos centrais, auxiliar os bancos centrais e demais autoridades financeiras dos países na manutenção da estabilidade monetária e financeira e fomentar a cooperação internacional nessas áreas de interesse. O Banco Central do Brasil é acionista do BIS desde 1997 (BCB, 2023).

A partir do gráfico 1, é possível verificar que, conforme já mencionado, o dólar americano ocupa o primeiro lugar como a moeda veículo mais transacionada no mundo, posição mantida nos dois períodos analisados, com um total de pouco mais de 88% de todas as negociações realizadas. A segunda moeda, é o Euro, com um total de 30,5% das negociações, apresentando uma leve baixa em relação a 2019 (32,3%). A terceira moeda destaque, é o Iene japonês, com um acumulado de 16,7% em 2022, praticamente, inalterado quando relacionado ao ano de 2019 (16,8%). A libra esterlina, quarta moeda destaque, também com pouca oscilação no período, apresenta uma participação de 12,9% em 2022, contra 12,8% em 2019.

A quinta moeda observada na classificação realizada pelo BIS (2022), foi o renminbi, moeda chinesa. Essa, por sua vez, apresentou um aumento no período analisado. Saindo de 4,3% em 2019, para 7,0% em 2022, aumentando cerca de 61% a participação, saindo do 8º lugar (2019). O dólar australiano, sexto colocado, teve uma leve queda no volume de transações, saindo de 6,8% (2019), de utilização, para 6,4% (2022). A sétima moeda mais utilizada é o dólar canadense, com uma leve alta, sai de 5,0% (2019), de utilização para 6,2% (2022). Por fim, o franco suíço, oitavo colocado, manteve-se praticamente inalterado, com 5,2% em 2022, contra 4,9% em 2019⁴⁷.

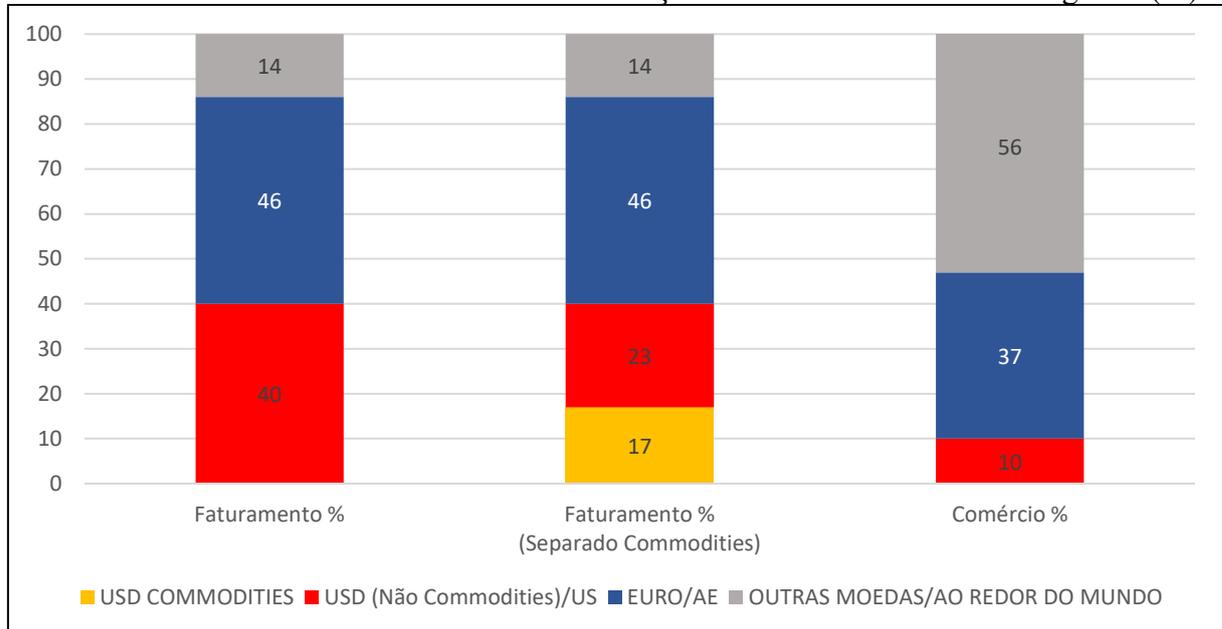
Ao analisar as moedas internacionais como unidade de conta, no que diz respeito ao faturamento comercial, o Fundo Monetário Internacional (*IMF – International Monetary Fund*), divulgou um *Working Paper* intitulado *Patterns in Invoicing Currency in Global Trade – Padrões na Moeda de Faturamento no Comércio Global* – com um conjunto de dados em painel abrangente e atualizado, a respeito das moedas de faturamento no comércio global. O estudo, afirma que, independentemente, dos países envolvidos nas transações comerciais, a maioria delas são realizadas em apenas algumas moedas. O dólar americano, aparece como a principal moeda de faturamento global dominante, seguido do euro como segunda principal moeda de faturamento (BOZ *et al.*, 2020).

Boz *et al.* (2020), afirmam que, grande parte das exportações globais faturadas em dólares, não vão para os EUA. Em outras palavras, o quantitativo total de exportações globais realizadas em dólares, é muito maior do que as exportações efetivamente destinadas aos EUA. Na busca por comparar a parcela das exportações para os EUA, para a Área do Euro e para o restante do mundo, com a participação do dólar americano e do euro nas exportações globais, enquanto moeda faturamento, sem que o destino seja, efetivamente, os países emissores das

⁴⁷ Cabe ressaltar, que as demais moedas apresentadas em BIS (2022), não foram aqui listadas por representarem menos de 5% do volume de negócios do mercado de câmbio mundial.

mesmas, de 1999 a 2019⁴⁸, Boz *et al.* (2020), analisaram o *invoicing* e o *trade*, trabalhados aqui, como, faturamento e comércio global, apresentados no gráfico 2.

Gráfico 2 - Uso das moedas faturamento em relação ao faturamento e comércio global (%)



Fonte: Adaptado de Boz *et al.* (2020).

A primeira coluna apresenta as exportações faturadas em dólares americanos, euros e em outras moedas no mundo todo. A segunda coluna separa do que é faturado em dólar, as *commodities*, por simplificação, os autores, consideraram todas elas como negociadas em dólar. Para que assim, seja possível a verificação de quanto do uso do dólar não está vinculado as *commodities*. Por fim, a terceira coluna apresenta o comércio global e o destino das exportações. Onde estão dispostos os dados referentes as exportações para Estados Unidos, para a Área do Euro (AE), e ao redor do mundo.

⁴⁸ Os autores, apontam que os dados considerados foram os que eles dispunham no momento da análise. Convém indicar, aqui, que países em desenvolvimento com exportação considerável, incluindo China e México, não foram incluídos na amostra. A respeito das justificativas para a não obtenção dos dados, Boz *et al.* (2020, p. 12-13, *tradução nossa*), afirmam que, “Infelizmente, por várias razões, nosso conjunto de dados não inclui vários países em desenvolvimento. No caso da China, as autoridades não participam de nosso exercício de coleta de dados, mas informações limitadas sobre a parcela do renminbi usada como moeda de liquidação no comércio de mercadorias estão disponíveis em conjuntos de dados anteriores [...] em outros casos, as autoridades alfandegárias não coletam dados de moeda de faturamento ou não os coletam com precisão suficiente. Por exemplo, a divulgação da moeda de faturamento não é obrigatória nos formulários de declaração alfandegária no México. Finalmente, nosso conjunto de dados deixa de lado vários outros países avançados e em desenvolvimento – como Cingapura, Nigéria e Vietnã. Embora nosso conjunto de dados represente uma clara melhoria em relação às montagens anteriores, a América Central e a África Subsaariana ainda se destacam como regiões para as quais temos informações e cobertura de países relativamente limitadas. Esta última é uma deficiência grave porque, por razões históricas, o euro poderia desempenhar um papel de liderança como moeda-veículo em muitos países africanos. Além disso, especialmente, nos últimos anos, o renminbi pode ter começado a desempenhar um papel cada vez mais importante como moeda-veículo em muitos países africanos no contexto do rápido crescimento comercial da região com a China”. Para maiores detalhes metodológicos sugere-se a consulta ao *working paper* supracitado.

O gráfico 2, aponta que 40% das exportações são faturadas em dólar americano (primeira coluna – área vermelha), porém, apenas 10% das exportações como um todo são destinadas aos Estados Unidos (terceira coluna – área vermelha). Essa diferença considerável, indica que, o dólar possui um papel diferenciado no que tange as exportações mundiais. Boz *et al.* (2020), afirmam que relação similar é encontrada quando se realiza a análise a partir das importações. Ao realizar a retirada das *commodities* (17% - segunda coluna – área amarela), na análise das exportações, a diferença permanece, onde, o total das exportações realizadas em dólar americano, ainda atinge o patamar de 23% (segunda coluna), frente 10% do que é, efetivamente, destinado aos Estados Unidos.

O euro também possui destaque no faturamento das exportações globais com 46%. O fato de o euro participar com 46% e o dólar com 40% pode dar a falsa impressão de que, o euro é a principal moeda de faturamento, porém, isso não está correto. Boz *et al.* (2020, p.14, *tradução nossa*), realizam a seguinte ressalva.

Embora pareça um número muito grande, lembre-se de que, o papel de moeda veículo só pode ser medido comparando sua participação no faturamento global com a participação nas exportações globais que envolvem a jurisdição que emite a moeda. Esta comparação, revela que a participação do euro no faturamento global das exportações não é muito maior do que sua participação, 37%, nas exportações destinadas aos países da AE. (...) Nos dados da Direção de Estatísticas Comerciais do FMI, que incluem todos os países, com ou sem informações sobre a moeda de faturamento, apenas 24% das exportações globais foram destinadas aos países da AE em 2019⁴⁹.

Além desse ponto, todas as exportações realizadas na Área do Euro são realizadas em euro. E que, a melhor cobertura realizada da pesquisa de Boz *et al.* (2020), foi realizada na Europa. De maneira geral, os países que usam o euro, exceto os que fazem parte da Área do Euro, são países africanos e países europeus não pertencentes a Área do Euro, quando esses exportam para países da Área do Euro⁵⁰. As exportações realizadas para a Área do Euro, totalizam 37% das exportações mundiais, sendo um volume expressivo em se tratando do comércio global. As demais moedas do mundo, representam apenas 14% do percentual do faturamento das exportações mundiais, ficando aquém dos demais dados apresentados. Já as

⁴⁹ No original em inglês: “While this appears as a very large number, recall that a currency’s vehicle currency role can be gauged only by comparing its share in global invoicing to the share of global exports that involve the jurisdiction issuing the currency. This comparison reveals that the euro’s share in global export invoicing is not much larger than its share, 37%, of exports destined to EA countries. In data from the IMF’s Direction of Trade Statistics that includes all countries whether or not information on invoicing currency is available, only 24% of global exports were destined for EA countries in 2019” (BOZ *et al.*, 2020, p.14).

⁵⁰ Para maiores detalhes a respeito desses países ver Boz *et al.* (2020).

exportações para o restante do mundo – excluindo Estados Unidos e Área do Euro – representam 56%.

Outra conclusão importante do estudo, versa sobre os repasses cambiais e os impactos de política monetária. Países que faturam mais em dólares americanos, tendem a ter maior repasse cambial nos preços de suas importações. O mesmo acontece com países cuja predominância é o euro – o repasse nesses países é maior em euro. Dessa forma, se a moeda de faturamento difere da moeda do produtor, há uma tendência também de divergência do preço padrão da moeda. Esse cenário, impacta nos movimentos das taxas de câmbio – como já apontado – e no espraiamento internacional da condução da política monetária realizada pelo país emissor da moeda dominante (BOZ *et al.*, 2020).

No que diz respeito a utilização das moedas como reserva, o FMI gerencia a base de dados de Composição Monetária das Reservas Cambiais Oficiais – COFER (*Currency Composition of Official Foreign Exchange Reserves*). Nessa base, são apresentados os ativos de reserva informados pelos países nos seus balanços de pagamento⁵¹. As moedas identificadas no COFER são: dólar americano, euro, renminbi chinês, iene japonês, libra esterlina, dólar australiano, dólar canadense e franco suíço, as demais moedas estão inclusas como outras moedas (IMF, 2023a). Considerando os dados do último quartil de 2022, o dólar americano, possui destaque como a moeda mais utilizada como moeda reserva, seguida do euro, do iene japonês, da libra esterlina, do renminbi chinês, do dólar canadense, do dólar australiano e do franco suíço⁵².

As tabelas 2 e 3, apresentam o comportamento das moedas reserva de 2016 até 2022, sempre, considerando os dados do último quartil de cada ano, optou-se por selecionar esse intervalo, pois, os dados referentes ao euro, estavam disponíveis, apenas, a partir de 1999, e os dados do renminbi, apenas, a partir de 2016 (IMF, 2023b).

⁵¹ Para maiores detalhes da metodologia utilizada na base de dados ver IMF (2023a).

⁵² Ao se comparar a ordem aqui verificada com a ordem de utilização da moeda como meio de troca, a única diferença a ser encontrada é entre o dólar canadense e o dólar australiano, aqui, estando o canadense em 6º lugar e lá, como meio de troca, o australiano estava em 6º lugar.

Tabela 2 - Composição das reservas cambiais oficiais em milhões de dólares americanos de 2016 a 2022

RESERVAS	2016Q4	2017Q4	2018Q4	2019Q4	2020Q4	2021Q4	2022Q4	Varição no intervalo
Reservas Alocadas	8.417.845,24	10.012.690,96	10.726.222,51	11.071.545,13	11.864.417,27	12.049.603,54	11.088.964,48	31,73%
Créditos em dólares americanos	5.501.929,91	6.280.659,97	6.624.672,11	6.725.710,82	6.990.862,75	7.085.012,34	6.471.276,78	17,62%
Créditos em euros	1.611.025,86	2.019.378,26	2.217.578,02	2.279.459,18	2.526.413,71	2.481.340,13	2.270.362,73	40,93%
Créditos em renminbi chinês	90.777,37	123.473,47	203.085,04	214.460,85	271.601,75	337.259,79	298.435,40	228,76%
Créditos em ienes japoneses	332.757,90	490.307,86	556.905,59	649.762,81	715.347,56	665.102,97	610.853,65	83,57%
Créditos em libras esterlinas	365.857,93	454.789,65	474.875,75	513.518,28	561.388,03	579.381,73	548.681,23	49,97%
Créditos em dólares australianos	142.303,39	180.494,36	174.463,04	187.881,65	216.870,65	221.321,10	217.517,13	52,85%
Créditos em dólares canadenses	163.143,75	202.797,90	197.216,33	205.988,88	246.567,23	286.932,08	263.682,91	61,63%
Créditos em francos suíços	13.694,39	17.603,77	14.782,39	16.564,40	20.738,35	20.788,75	25.308,23	84,81%
Créditos em outras moedas	196.354,74	243.185,71	262.644,24	278.198,26	314.627,24	372.464,65	382.846,44	94,98%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF (2023b)

Tabela 3 - Composição das reservas cambiais oficiais em percentuais de 2016 a 2022

RESERVAS	2016 (%)	2017 (%)	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	2021 (%)	2022 (%)
Reservas Alocadas	100,00%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100%
Créditos em dólares americanos	65,36%	62,73%	61,76%	60,75%	58,92%	58,80%	58,36% (1ª)
Créditos em euros	19,14%	20,17%	20,67%	20,59%	21,29%	20,59%	20,47% (2ª)
Créditos em renminbi chinês	1,08%	1,23%	1,89%	1,94%	2,29%	2,80%	2,69% (5ª)
Créditos em ienes japoneses	3,95%	4,90%	5,19%	5,87%	6,03%	5,52%	5,51% (3ª)
Créditos em libras esterlinas	4,35%	4,54%	4,43%	4,64%	4,73%	4,81%	4,95% (4ª)
Créditos em dólares australianos	1,69%	1,80%	1,63%	1,70%	1,83%	1,84%	1,96% (7ª)
Créditos em dólares canadenses	1,94%	2,03%	1,84%	1,86%	2,08%	2,38%	2,38% (6ª)
Créditos em francos suíços	0,16%	0,18%	0,14%	0,15%	0,17%	0,17%	0,23% (8ª)
Créditos em outras moedas	2,33%	2,43%	2,45%	2,51%	2,65%	3,09%	3,45%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF (2023b)

A partir dos dados apresentados na tabela 2, é possível verificar que, as principais moedas reservas do mundo, no período analisado, pouco se modificaram. E o dólar americano se manteve, sempre, como a principal moeda quando tratado da alocação de reservas cambiais.

Analisando pontualmente o total de reservas alocadas, é possível ver que, de 2016 para 2022, o aumento percentual foi de 17,62%. Apesar desse aumento, quando comparado as demais moedas, foi o menor percentual de todas as moedas analisadas no período.

Verificando o comportamento do dólar, com base dos dados das tabelas 2 e 3, é possível verificar, como já mencionado, que no período analisado, ele foi sempre, a principal moeda reserva. Porém, a sua participação na composição no todo (em relação as demais moedas), apesar de ter numericamente aumentado 17,62%, caiu em toda a série temporal analisada. Em 2016, o dólar americano representava 65,36% da composição mundial das reservas cambiais, já em 2022, o percentual foi de 58,36%. Arslanalp e Simpson-Bell (2021), afirmam que, em se considerando o quarto trimestre de 2020, o dólar americano obteve o seu nível mais baixo na reserva dos países em 25 anos. Podendo o resultado, indicar um declínio do papel do dólar na economia global frente a concorrência de outras moedas utilizadas pelos bancos centrais.

Com relação ao comportamento do euro, responsável por cerca de um quinto das reservas cambiais oficiais (2022), segunda maior se comparado as demais moedas, houve um crescimento de 40,93% na sua participação ao longo do tempo (tabela 2). Já na sua participação da composição do todo (tabela 3), houve pouca variação ao longo tempo, saindo de uma participação de 19,14% (2016), para 20,47 (2022).

O iene japonês, aparece como a terceira maior moeda em percentual na composição das reservas cambiais oficiais, representando 5,51% das reservas no todo – tabela 3. Apesar de ser a terceira moeda, ela apresenta um percentual bem inferior com relação à primeira e a segunda, o dólar e o euro, respectivamente. Ao longo do tempo sua participação na composição das reservas pouco foi alterada, saindo de 3,95% do total em 2016, para os atuais 5,51%. Com relação a sua evolução ao longo do tempo – tabela 2 – o iene ampliou sua participação em 83,57%, sendo a terceira moeda que mais cresceu no período analisado.

A quarta maior moeda, a libra esterlina, apresenta 4,95% de participação nas reservas no todo – tabela 3. Bem como, o iene, a sua oscilação ao longo do tempo foi pequena, saindo de 4,35% em 2016, para 4,95% em 2022. Já com relação a sua evolução ao longo do tempo, a libra apresentou o terceiro menor crescimento no comparativo numérico de sua participação no intervalo 2016-2022, crescendo, 49,97% – tabela 2 – atrás apenas de dólar e euro respectivamente.

O renminbi chinês, merece destaque na análise não pela sua participação na composição das reservas como um todo (tabela 3), quinta moeda reserva em se considerando o percentual na composição, mas sim, quanto a variação numérica no intervalo considerado

(tabela 2), onde sua participação cresceu 228,76%. Convém, lembrar que, o primeiro ano em que o renminbi aparece na listagem do IMF (2023b), é o ano de 2016. Ano no qual, o renminbi já apareceu como a sétima moeda na composição das reservas mundiais, à frente do franco suíço – moeda essa que, figura na composição de reservas cambiais desde o primeiro ano da série histórica verificada em IMF (2023b), 1995. Ao se realizar um comparativo do percentual alcançado no seu primeiro ano de listagem, o renminbi obteve 1,08%, e em 2022, alcançou o patamar de 2,69%. Apesar do pequeno percentual, como já mencionado, foi a moeda que mais cresceu percentualmente em relação as demais, com um aumento de 1,61%.

A sexta moeda, mais presente, percentualmente, na composição das reservas cambiais oficiais, é o dólar canadense, com 2,38% de participação (tabela 3). Com relação ao período todo, 2016-2022, sua oscilação foi pequena, saindo de uma participação com 1,94% com relação às outras moedas para uma participação de 2,38%. Ao se analisar o comparativo numérico do seu próprio crescimento, para o período analisado, tabela 2, o dólar canadense cresceu 61,63%.

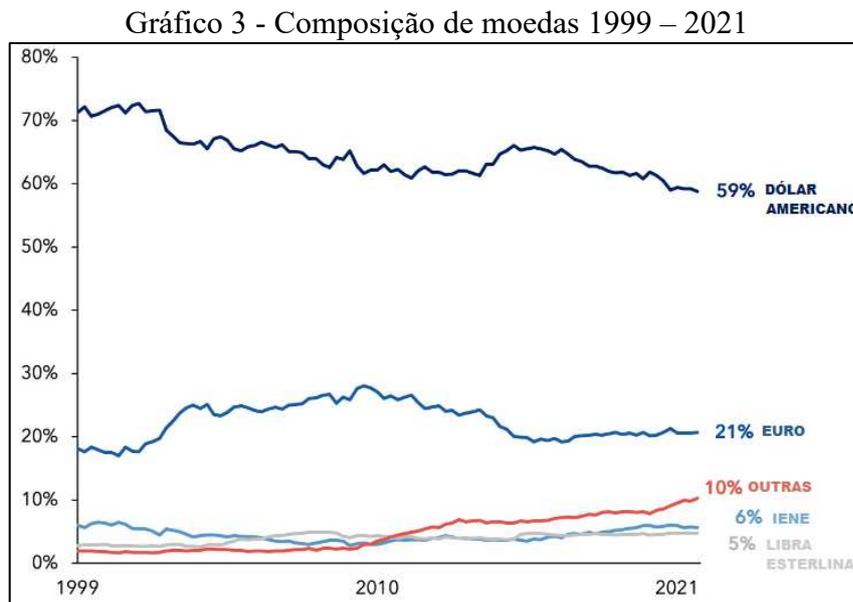
Já o dólar australiano, presente com 1,96% de participação em relação as demais moedas no ano de 2022, figura como a sétima principal moeda na composição das reservas cambiais, tendo uma pequena oscilação em relação ao começo do período (tabela 3). Com relação ao valor numérico, sua participação cresceu 52,85% no comparativo 2016 – 2022 (tabela 2). A oitava moeda listada é o franco suíço. Analisando o montante no todo, numericamente, o franco suíço cresceu ao longo dos anos, tabela 2, alcançando 84,81%. No mesmo período, a composição total cresceu 31,73%. Porém, em relação as demais moedas, o franco suíço representa 0,23% das reservas cambiais totais, esse percentual oscilou pouco ao longo dos anos analisados.

As demais moedas representam, 3,45% do total da composição das reservas cambiais (tabela 3). Apesar de relativamente baixo, em valores absolutos – tabela 2 – o crescimento encontrado foi de 94,98%, sendo inferior apenas ao crescimento do renminbi para o período analisado, mostrando um crescimento da diversificação das moedas que compõe as reservas cambiais. Arslanalp, Eichengreen e Simpson-Bell (2022), afirmam que, o dólar, apresenta um desempenho relevante nos mercados mundiais, no comércio global, na dívida internacional e nos empréstimos não bancários, em comparação às demais moedas. Mesmo com a economia americana produzindo cada vez menos no total da produção global e dos Estados Unidos não participarem da mesma forma que antes em emissões de títulos e empréstimos internacionais.

Já no que tange as reservas, os bancos centrais não estão mantendo o dólar em suas reservas da mesma forma que o faziam anteriormente. Um exemplo, é o Banco Central de Israel,

cuja nova estratégia é reduzir a participação do dólar americano em suas carteiras, ampliando as alocações em dólar australiano, dólar canadense, renminbi chinês e iene japonês, reservas estas calculadas em todo de US\$ 200 bilhões (ARSLANALP; EICHENGREEN; SIMPSON-BELL, 2022). Essa análise, corrobora os dados apresentados nas tabelas 2 e 3.

Como já mencionado anteriormente, o patamar atual do dólar como moeda reserva é o menor em 25 anos, ampliando o período de análise para 1999, por meio do gráfico 3, é possível verificar de maneira mais clara esse comportamento⁵³.



Fonte: Adaptado de ARSLANALP; EICHENGREEN, SIMPSON-BELL (2022)

O gráfico 3, insere em “outras” o dólar australiano, o dólar canadense, o renminbi chinês, o franco suíço e a classificação outras moedas mencionadas nas tabelas 2 e 3. É possível visualizar que, apesar de não ser acentuada, a queda do dólar americano e a ascensão de “outras” é perceptível. Porém, apesar disso, o dólar americano é o único que cumpre todas as funções de moeda internacional em escala global (CHEY, 2012).

⁵³ Apesar de não ser o foco deste estudo, verificou-se ao longo das pesquisas o crescimento, em alguns países, de reservas em ouro. Desde 1999, as reservas oficiais de ouro aumentaram 7% em termos de volume. Após quase quatro décadas de quedas nas reservas, as participações em ouro nos bancos centrais aumentam desde a crise financeira global de 2008. Em considerando o intervalo de 1999-2021, os maiores compradores foram a Rússia, a China, a Turquia e a Índia. Enquanto os maiores vendedores foram, a Suíça, a França, os Países Baixos e o Reino Unido. Essas reservas, tendem a crescer, quando os gestores de reservas visam uma cobertura contra riscos econômicos e geopolíticos. Com destaque para as possíveis sanções financeiras advindas de EUA, Reino Unido, Área do Euro e Japão. Não há uma linha clara para o futuro, porém, verificou-se, no intervalo de 1999-2021, um crescimento nas aquisições de ouro dos seguintes países, Cazaquistão, Bielorrússia, Turquia, Uzbequistão, Hungria, Iraque, Argentina, Qatar. Todos esses compraram pelo menos um milhão de onças troy (ARSLANALP; SIMPSON-BELL; EICHENGREEN, 2023).

Benney e Cohen (2022, p. 444, *tradução nossa*), analisam toda a questão monetária atual e são enfáticos a respeito do momento atual do sistema financeiro internacional, no que tange as moedas internacionais:

O euro recuperou nomeadamente, dos problemas de dívida que prejudicaram a Europa após a crise financeira global de 2008. O renminbi chinês (RMB), emergiu como um rival potencialmente, sério do dólar norte-americano. Os quatro anos da presidência de Donald Trump abalaram gravemente, a confiança até então, sólida dos investidores globais e dos bancos centrais na segurança dos seus créditos em dólares. As perturbações da pandemia da COVID-19, também reavivaram o espectro da inflação global. E, mais recentemente, as sanções de Washington contra a Rússia durante o conflito na Ucrânia fizeram com que muitos governos pensassem duas vezes sobre a sua própria exposição à utilização de armas monetárias. (...) Apesar de alguns indícios de uma ligeira erosão (...), o dólar permanece tão dominante como sempre. Um conjunto de moedas menores começou a competir pela atenção, mas a multipolaridade em qualquer sentido significativo ainda não chegou. A contribuição do dólar para as capacidades geopolíticas dos EUA ainda não foi comprometida em grande medida⁵⁴.

Dessa forma, pode-se verificar que, apesar do crescimento das demais moedas, o dólar americano permanece como sendo a principal moeda internacional para as diferentes funções da moeda apresentadas.

2.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Buscou-se, nesse capítulo, descrever o processo histórico e político da ascensão e queda das moedas internacionais utilizadas a partir do século XX. Para que isso fosse possível, o estudo, trouxe o motivo pelo qual a moeda foi criada e quais funções, essa desempenha. Como já elencado, a moeda possui o valor que a ela é atribuído, ou seja, “a moeda é tudo e a moeda não é nada”. Em se tratado do aspecto internacional, para uma moeda ser utilizada fora do espaço territorial do seu emissor, é necessário que, os demais países, aceitem que, a moeda em questão possui, e consegue desenvolver papéis, que a sua própria moeda não pode. Nesse sentido, verificou-se que, nem todas as moedas são iguais.

⁵⁴ No original em inglês: “*The euro has recovered notably from the debt troubles that hobbled Europe following the global financial crisis of 2008. The Chinese renminbi (RMB) has emerged as a potentially serious rival to America’s greenback. The four years of Donald Trump’s presidency gravely shook the hitherto rock-solid confidence of global investors and central banks in the security of their dollar claims. The disruptions of the COVID-19 pandemic have also revived the specter of global inflation. And most recently, Washington’s sanctions against Russia during the Ukraine conflict have made many governments think twice about their own exposure to currency weaponization. (...) Despite some hints of minor erosion (...), the greenback remains as dominant as ever. A cluster of smaller currencies have begun to compete for attention, but multi-polarity in any meaningful sense has still not arrived. The contribution of the dollar to US geopolitical capabilities has yet to be compromised to any great degree* (BENNEY; COHEN, 2022, p. 444)

A partir das três funções básicas de uma moeda e das hierarquias propostas por Strange (1971), Cohen (1998; 2015; 2019), e De Conti, Prates e Philon (2013), pode-se afirmar que, ao longo da história, diversas moedas foram relevantes no cenário internacional. Além disso, o sistema monetário internacional foi mudando com o passar do tempo. Em considerando o recorte temporal deste estudo, os séculos XX e XXI, pode-se afirmar que, as principais moedas internacionais utilizadas foram, a libra, no início do século XX, e o dólar-americano, a partir da Segunda Guerra Mundial.

Apesar dessa proeminência e preponderância na utilização, e, no cumprimento das funções de uma moeda internacional encontrada na libra e atualmente, no dólar americano, outras moedas internacionais, também foram pontuadas ao longo desse capítulo como relevantes. O marco alemão e o iene japonês, foram moedas que, na segunda metade do século XX, apresentaram forte importância no cenário internacional, principalmente, em se tratando das suas regiões de atuação. Já no século XXI, o euro e o renminbi merecem destaque enquanto moedas que desempenham funções, fora da área do emissor.

É importante destacar aqui, que, como já apontado ao longo do capítulo, diversos são os motivos pelos quais um país incentiva, ou não, a internacionalização da sua moeda. No geral, para uma moeda ter relevância internacional, o país emissor dessa, deve também ser relevante internacionalmente. Em outras palavras, pode-se dizer que, o emissor da principal moeda internacional, pode ser considerado o detentor da hegemonia monetária internacional.

Apesar da oscilação verificada, ao se analisar o cenário atual do comportamento das moedas internacionais, no que tange as funções meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, o dólar americano é considerado a principal moeda internacional. Porém, como já indicado, há custos para que a manutenção desta hegemonia monetária internacional aconteça. Custos esses que, fizeram com que o Japão e a Alemanha Ocidental recuassem de internacionalizar as suas moedas, e que, trazem questionamentos frente aos próximos passos da economia chinesa com o renminbi.

No intuito de aprofundar a compreensão desses custos, o próximo capítulo visa relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia monetária dos EUA, para, compreender os custos políticos para que os EUA se mantenham enquanto hegemonia monetária internacional.

3 A HEGEMONIA MONETÁRIA DOS ESTADOS UNIDOS E A POLÍTICA ESTADUNIDENSE

Dada a importância dos EUA no contexto internacional, esses, podem ser considerados uma potência, um hegemon. Em se tratando da questão monetária, o uso do dólar americano como principal moeda internacional, e, a liderança exercida nas questões monetárias, como já indicado nos capítulos anteriores, aponta que, os EUA podem ser considerados o país detentor da hegemonia monetária internacional.

O capítulo em questão, tem por objetivo, relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia monetária dos EUA. Ao buscar a relação entre as alterações políticas estadunidenses, e, a hegemonia monetária norte-americana, o capítulo, contribui para o alcance do objetivo geral deste estudo. Por possibilitar a compreensão e a interpretação das questões político-partidárias norte-americanas quanto a, hegemonia monetária internacional.

É importante ressaltar aqui, que, nas duas plataformas partidárias analisadas, não foi localizado o termo “hegemonia monetária”, ou ainda, “poder monetário”. Porém, foram verificados elementos que indicam, a visão de cada um dos principais partidos a respeito da compreensão desses. Qual seja, acerca do que é considerado um saldo líquido aceitável, quanto a manutenção da hegemonia monetária internacional.

Para isso, é abordada, a definição de poder monetário. Tendo em vista, que, esse, tem relação com a capacidade do Estado emissor de alterar condições econômicas de maneira internacional. Os macro e micro níveis de análise das formas de poder monetário, e, a questão da influência e da autonomia de um Estado. Após isso, é realizado um breve retrospecto da história dos EUA, uma análise do bipartidarismo norte-americano e das bases dos partidos democrata e republicanos.

Em seguida, é analisada a política norte-americana após o fim da guerra fria e sua relação com a hegemonia monetária estadunidense com foco nos séculos XX e XXI⁵⁵. Convém destacar que, os benefícios e custos impostos aos EUA, por ser o emissor da principal moeda internacional, são apresentados no próximo capítulo. O cerne, aqui, é a questão da hegemonia monetária norte-americana.

⁵⁵ Conforme já mencionado, na metodologia deste estudo, na tentativa de reduzir um viés gerado pela interpretação de outros autores, o capítulo em questão recorre a materiais das convenções dos partidos. Ressalta-se então, que, em diferentes trechos, a explanação repleta as informações fornecidas pelos partidos, buscando, por parte da autora, uma tentativa de, análise imparcial.

3.1 PODER MONETÁRIO INTERNACIONAL E A HEGEMONIA MONETÁRIA INTERNACIONAL

Para que se possa compreender a questão dos custos e benefícios para um emissor de moeda internacional, é necessário compreender inicialmente, a questão do poder monetário. É por meio da expressão desse poder, que a manutenção da moeda é possível. Apesar da vasta explanação acerca do poder, e de haver várias formas de compreendê-lo, Cohen (2015, p. 29, *tradução nossa*), afirma que, “a análise do poder deve lidar com quatro grupos principais de questões. Esses, dizem respeito, respectivamente, ao significado, às fontes, aos usos e aos limites do poder. Para todos os quatro grupos, o contexto, é claramente importante⁵⁶”. Essa definição vale inclusive para questões de cunho monetário.

Conforme já mencionado, para uma moeda ser considerada internacional, ela deve exercer, tanto para agentes públicos quanto para agentes privados, algumas funções fora do espaço territorial do emissor. A moeda internacional, deve então, ter a possibilidade de ser conversível. Servindo, assim, a não residentes no país emissor. Esses, por sua vez, poderão utilizá-la para suas decisões de gasto e alocação em portfólio (TORRES FILHO; POSE, 2018).

Ao longo do tempo, diversas foram as moedas utilizadas como moeda internacional. De maneira geral, pode-se dizer que, quando há um Estado forte por trás de uma moeda, essa, pode ser utilizada no âmbito internacional, em maior ou menor escala (COHEN, 2015). Como exemplo de ampla utilização, tem-se a libra esterlina (Século XIX), e o dólar americano (Século XX).

Há casos também, em que o país opta pelo não estímulo da utilização internacional de suas moedas. Alemanha e Japão, podem ser considerados exemplos de países que, ao longo da história, tiveram a oportunidade de estimular, ou não, a ampla utilização de suas moedas no cenário internacional. E, optaram por não o fazer (HELLEINER; KIRSHNER, 2009; CHEY, 2012). Isso se deve ao fato de que, além do privilégio exorbitante (EICHENGREEN, 2011), de ser o emissor da moeda internacional dominante, há também custos envolvidos. E, em muitos casos, como nos casos supracitados, o país acaba considerando que, o saldo líquido dessa relação, não é interessante para o seu país (GOURINCHAS; REY; GOVILLOT, 2010; CHEY, 2012).

⁵⁶ No original em inglês: “*that power analysis must contend with four key clusters of questions. These concern, respectively, the meaning, sources, uses, and limits of power. For all four clusters, context clearly matters*” (COHEN, 2015, p. 29).

Cohen (2015), afirma que, apesar da relação uso nacional de uma moeda e o poder do país emissor nem sempre ser óbvia, uma premissa, pode ser considerada, a de uma relação de endogeneidade mútua. Onde, o poder estatal, possui um papel de variável independente, orientando a escolha da moeda. E, uma moeda, não será utilizada além das suas fronteiras, se o Estado emissor não dispuser de uma posição relevante, no que tange a aspectos econômicos e políticos no mundo todo. “Uma moeda não se tornará ‘grande’ a menos que o seu emissor já seja ‘grande’ também” (COHEN, 2015, p. 77, *tradução nossa, grifo do autor*)⁵⁷. Todo esse prelúdio, é sintetizado pelo autor na definição chamada de, poder monetário internacional⁵⁸.

A análise do poder monetário, visa responder aos seguintes questionamentos, o que acontece com o poder do Estado quando o dinheiro nacional passa a ser usado para fins internacionais? Ou ainda, que valor é acrescentado pela internacionalização da moeda? Há diversas funções que uma moeda internacional pode desempenhar, como cada uma dessas funções impacta a capacidade global de um governo? Qual o efeito do poder do Estado em cada uma das funções da moeda? Existe interdependência entre os papéis? Quais os impactos relativos e cumulativos? Todos esses questionamentos, elencados por Cohen (2015), contribuem para uma reflexão inicial da questão dos custos e benefícios, políticos e econômicos, sob a ótica do emissor para a utilização de sua moeda como moeda internacional, tendo como base o poder monetário.

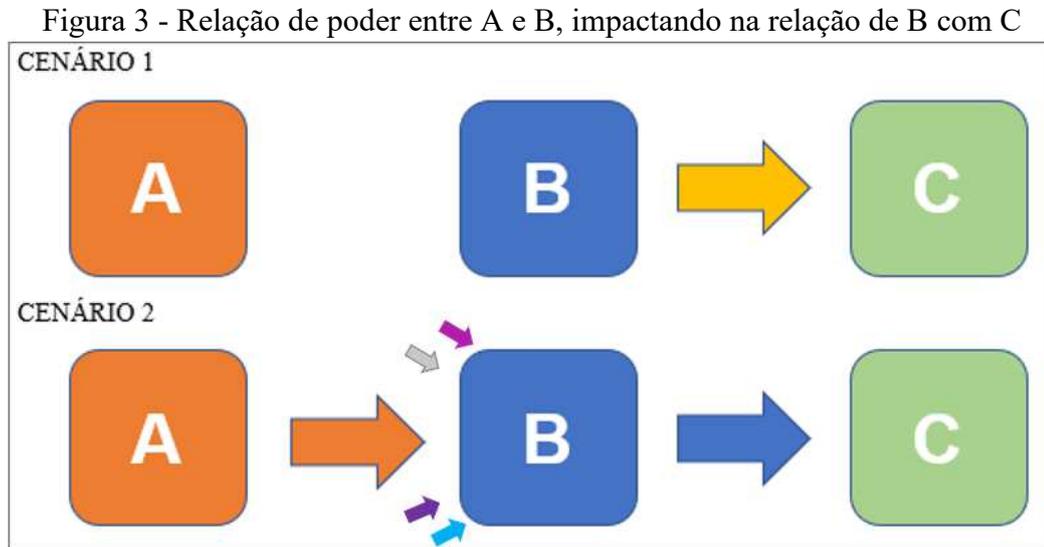
Marques (2016, p. 173), define poder monetário como a “capacidade da moeda de alterar condições econômicas internacionalmente, de maneira a atingir os objetivos políticos de seu Estado emissor”. Essa garantia, deverá ser alcançada, com um prejuízo mínimo sobre a relevância desse para a economia internacional e, com o “máximo possível de resistência às pressões relacionadas ao ajuste do balanço de pagamentos por parte do Estado emissor”. Em outras palavras, o poder monetário trata da capacidade de uma moeda de modificar as condições internacionais, de tal forma que, o Estado emissor da moeda em questão possa alcançar seus objetivos políticos com o menor custo, obtendo o maior benefício possível.

Andrews (2006a), afirma que, o poder monetário internacional, acontece, quando o comportamento de um Estado muda, por conta da sua relação monetária com outro Estado. A política monetária, por sua vez, se refere ao ajuste consciente e intencional das relações monetárias para influenciar as políticas de outros estados. O autor (2006a), visa trazer em sua

⁵⁷ No original em inglês: “*A currency will not come to be ‘great’ unless its issuer is already ‘great’ as well*” (COHEN, 2015, p. 77, *grifo do autor*).

⁵⁸ Ao longo do estudo, apenas por praticidade, o termo “poder monetário” é utilizado no lugar de “poder monetário internacional”, sem prejuízo à questão conceitual.

conceituação a questão do poder como uma questão relacional, onde, o comportamento de um Estado muda, como resultado de sua ação com o outro, adotando assim, uma visão de causalidade. A figura 3, ilustra essa situação.



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Observando a Figura 3, é possível perceber dois cenários, “Cenário 1” e “Cenário 2”. Suponha que, A, B e C, sejam Estados, e que, A, seja o Estado com maior poder monetário dos três. No cenário 1, A não possui relação para com B, porém, B possui relação com C. Apesar de A ser o Estado com maior poder monetário, por esse não se relacionar com B, B, age conforme considera pertinente em relação a C.

Porém, em considerando o cenário 2, onde A tem poder sobre B, pode-se verificar que, a ação de B para com C, foi modificada. Assim, dizer que o país A, tem poder sobre o país B, significa afirmar que, a relação que A tem com B, faz com que B, se comporte de uma determinada maneira para com C. Pode ser que A não seja o único motivo (causa), conforme ilustrado na figura 3, porém, a relação de A com B, faz com que B aja de forma diferente do que seria sua intenção inicial (ANDREWS, 2006a; ANDREWS, 2006b).

Marques (2016, p. 173), realiza em seu artigo, uma tentativa de construção conceitual para o termo poder monetário internacional em economia política internacional⁵⁹. O autor, elenca cinco atributos, chamados por ele de “núcleo-duro”, para que de fato, exista o poder monetário. Deve-se haver um Estado emissor de moeda, com objetivos políticos claro, efetivo grau de internacionalização do Estado e da moeda, gerando efeitos macro e microeconômicos,

⁵⁹ Para maior aprofundamento do debate sugere-se a verificação do artigo completo. Aqui, é analisado o conceito para contribuir para a compreensão da temática do capítulo em questão.

com capacidade de resistir a pressões de ajuste no balanço de pagamentos. Isto é, para o poder monetário ser de fato, exercido, deve-se haver um Estado emissor de uma moeda internacional, cujos objetivos políticos estejam alinhados com a capacidade de resistir a pressões de ajuste no balanço de pagamento, reconhecendo haver impactos macro e microeconômicos intrínsecos ao exercício desse poder.

Na busca por verificar se, de fato, os EUA exercem poder monetário, considerando os dois primeiros atributos de Marques (2016), a análise de Cohen (2015), e os pontos elencados no capítulo anterior, ao se analisar o caso dos EUA e do dólar americano, é possível notar que, os EUA, se posicionam de fato, como o Estado emissor da principal moeda internacional. E, no que diz respeito ao grau de internacionalização, o dólar americano, possui o espraiamento necessário para ser considerado a principal moeda internacional.

Em se tratando dos atributos: efeitos macro e microeconômicos, a capacidade de resistir a pressões de ajuste no balanço de pagamentos e os objetivos políticos, esses, são abordados ao longo deste capítulo.

3.1.1 Formas de poder monetário: macro e micro nível de análise

As formas para o exercício do poder monetário podem ser compreendidas tanto no nível macro, ou seja, no nível do Estado nacional, cujo debate central versa sobre os desequilíbrios do balanço de pagamento. Quanto no nível micro, onde a questão principal é quem se beneficia da organização dos assuntos monetários internacionais, das ações desses atores não estatais e grupos de interesse. Pois, esses grupos possuem relação com a capacidade do dinheiro de mudar identidades e interesses dos atores (ANDREWS, 2006b; COHEN, 2006). Apesar da divisão, utilizada para melhor compreensão, ambos os níveis estão interligados, e o comportamento do micro, pode resultar em uma resposta a nível macro. Por exemplo, uma pressão das famílias e de setores específicos resultando em uma mudança política. Ou ainda, em um exemplo, predominantemente micro, interesses de produtores e consumidores de uma taxa ou regime cambial específico, que beneficie apenas seu segmento. Dependendo do poder desses atores, o impacto, poderá ser maior ou menor.

A análise da forma de poder a nível macro, chamada por Cohen (2006, p. 31, *tradução nossa*), de, macro fundamentos do poder monetário, está baseada nos desequilíbrios do balanço

de pagamentos⁶⁰, ou nas palavras do autor “na distribuição do peso do ajustamento do desequilíbrio externo”⁶¹. Onde o país, demonstra a sua capacidade de evitar os custos de ajustamento dos pagamentos, quer seja, atrasando esse ajuste, ou até mesmo desviando o ajuste para outros países. Quanto maior for a capacidade do Estado de evitar os custos do ajuste, maior o seu poder a nível macro. Alguns mecanismos para a demonstração desse poder, têm relação com os ganhos de senhoriagem e com a utilização dos mercados financeiros globais em ganhos cambiais (HELLEINER, 2006).

Andrews (2006b), corrobora com Cohen (2006), afirmando que, no nível macro, o país precisa, predominantemente, de poder para desviar os custos transitórios e atrasar os custos contínuos do ajustamento. Para desviar os custos, o país pode se utilizar de uma passividade em relação às pressões. Concomitantemente, o país deve estimular os outros Estados a suportarem alterações de preços e de rendimentos, dessa forma, o ajuste, acontecerá de maneira mútua. Para que isso tenha resultado, como já elencado, o país deve exercer poder a nível macro e possuir características econômicas apropriadas para o sucesso desse mecanismo. Dentre elas, o tamanho da economia em si (PIB), e a abertura do mercado de capitais.

Para atrasar os custos, um dos mecanismos apontados, trata da utilização das reservas internacionais, ou ainda, da obtenção de empréstimos no exterior. Dessa forma, o ajuste real irá demorar mais para chegar na economia em si. Para que isso seja possível, o país deve ter acesso a reservas, ou seja, deve ter reservas prévias, ou ao menos, acesso ao mercado de crédito internacional. Tanto o desvio, quanto o atraso, necessitam de um cenário, onde o país, tenha credibilidade em seu quadro político, e qualidade nas instituições do mercado financeiro. Nesse sentido, é correto afirmar que, nem todos os Estados possuem o mesmo poder para desviar e/ou adiar. Nas palavras de Cohen (2006, p. 50, *tradução nossa*), “as relações monetárias sempre tenderam a ser nitidamente hierárquicas”⁶².

Já a nível micro, onde a questão central é, quais atores não estatais e grupos de interesse são os beneficiados pela organização dos assuntos monetários. O poder parte de dois objetivos centrais, o primeiro, rearticular os interesses dos atores e o segundo reconstruir a identidade dos atores (ANDREWS, 2006b). Helleiner (2006), afirma que, esse poder possui ligação com a

⁶⁰ As definições e o aprofundamento do balanço de pagamentos *per se*, são realizados adiante, ao se abordar os benefícios para o emissor da moeda internacional principal.

⁶¹ No original em inglês: “*I argue that the central issue at the macro-level in the distribution of the burden of adjustment to external imbalance*” (COHEN, 2006, p. 31).

⁶² No original em inglês: “*In fact, monetary relations have always tended to be distinctly hierarchical*” (COHEN, 2006, p. 50).

formação de identidades, e com uma remodelação da geografia econômica possível, pois, os agentes envolvidos, tendem a ser influentes sobre as regulamentações financeiras.

Um dos mecanismos utilizados para demonstração dessa influência, é a adoção de uma moeda extraterritorial para alguns fins. Por exemplo, o desvio comercial, novas coligações e o fortalecimento de uma identidade (ANDREWS, 2006b). Como exemplo, têm-se as áreas monetárias criadas na África Ocidental (KIRSHNER, 1997). Para que isso, aconteça, é preciso, como mecanismo primário, a adoção de uma moeda extraterritorial, que busque reduzir os custos mútuos de transação, formar novas coligações no setor privado e contribuir para a formação de uma identidade coletiva. Identidade essa que, será fortalecida por meio de uma moeda comum, dando um sentido de linguagem única para os países envolvidos naquele contexto (ANDREWS, 2006b; HELLEINER, 2006).

Feita a distinção entre os níveis de poder monetário, para este estudo, são aprofundadas as fontes de poder a nível macro, chamadas por Cohen (2006, p. 31), de *macrofoundations of monetary power*, com livre tradução, os macrofundamentos do poder monetário. São eles: influência, autonomia, sensibilidade e vulnerabilidade. As duas primeiras relacionadas ao poder de adiar o ajuste do balanço de pagamentos e as duas últimas relacionadas ao poder de desviar desse ajuste.

3.1.2 Influência e Autonomia

A influência, pode ser compreendida, como o poder que um país possui de fazer com o outro, faça a sua vontade, ou seja, a capacidade de um Estado alterar o comportamento de outro Estado. Onde A, por meio de suas ações, modifica o comportamento de B. Fazendo com que B, aja de maneira diferente do seu interesse inicial. A influência B (ANDREWS, 2006a; ANDREWS, 2006b).

A autonomia é a base para o poder iniciar, por possuir relação com o quanto um país é autônomo, independente. A situação interna do país, possui relação com o balanço de pagamentos, visto que, se materializa na capacidade de evitar, atrasar ou desviar o ajuste exigido pelos desequilíbrios. Quando o desequilíbrio das contas públicas é mitigado, a autonomia é estabelecida. Somente a partir daí, é que, o país começa a exercer uma determinada influência sobre os demais (COHEN, 2013b).

Em se tratando do balanço de pagamentos, tanto uma economia deficitária quanto uma economia superavitária, na busca por restaurar o equilíbrio externo, podem incorrer em prejuízos. Uma economia deficitária, por exemplo, pode ser forçada a reduzir gastos ou até

mesmo desvalorizar a sua moeda para buscar o equilíbrio das contas públicas. Esse cenário, tende a gerar redução do crescimento e do emprego. Já em uma economia superavitária, pode-se criar um cenário com inflação e pressão sobre as taxas de câmbio, prejudicando a competitividade internacional. Cohen (2009, p. 20, *tradução nossa*), afirma que, “nenhum governo gosta de ser obrigado a comprometer objetivos políticos fundamentais em prol da restauração do equilíbrio externo. Todos, se pudessem escolher, prefeririam ver os outros fazerem os sacrifícios necessários”⁶³.

A distinção entre os dois conceitos é complexa, porém, pode ser compreendida como duas dimensões de poder distintas e interligadas, onde a dimensão externa é a influência e a dimensão interna é a autonomia. O início desse poder, se dá na autonomia, no âmbito interno, ou seja, para um país conseguir exercer uma determinada influência no cenário internacional, esse, deve, inicialmente, ser independente do ponto de vista político em considerando seus aspectos internos. Assim, a autonomia é um pré-requisito para a influência, “o poder começa em casa”⁶⁴ (COHEN, 2006, p. 33, *tradução nossa*).

Ao focar no nível macro para a análise do poder, este estudo, aprofunda as questões do poder do Estado em si. Apesar da vasta revisão já realizada a respeito do poder, e do quão complexo é uma definição, Cohen (2006), afirma que, o poder nas relações internacionais, pode ser definido como essa capacidade de controlar ou de ao menos influenciar os acontecimentos, fazendo com que os demais façam o que se quer que seja feito. “Poder não significa influenciar os outros; significa não permitir que os outros o influenciem, ou seja, fazer com que os outros deixem você fazer o que quer”⁶⁵ (COHEN, 2015, p. 30, *tradução nossa*).

Para que um país chegar ao ponto de fazer com que a sua vontade prevaleça perante outro país, é necessário, inicialmente, que esse, tenha uma situação política e econômica interna que lhe dê subsídios para tal influência. Isto é, para que A exerça seu poder sobre B, A deve conseguir atuar de maneira isolada de pressões externas no que tange ao seu próprio cenário interno. Podendo atuar de maneira livre, tanto na formulação, quanto na implementação de políticas, ou seja, A deve ter autonomia. Para um país ampliar, tanto sua influência quanto sua autonomia, são necessárias liquidez internacional e reservas monetárias (COHEN, 2015).

⁶³ No original em inglês: “No government likes being compelled to compromise key policy goals for the sake of restoring external balance. All, if given a choice, would prefer instead to see others make the necessary sacrifices” (COHEN, 2009, p. 20).

⁶⁴ No original em inglês: “power begins at home” (COHEN, 2006, p. 33).

⁶⁵ No original em inglês: “In this sense, power does not mean influencing others; rather, it means not allowing others to influence you – others letting you have your way” (COHEN, 2015, p. 30).

Norrlöf (2014), afirma que, as capacidades monetárias, tanto em termos de influência quanto de autonomia, produzem poder monetário e perpetuam a hegemonia monetária. Esse poder, incorporado na estrutura das relações que emergem, como acordos financeiros, públicos ou privados, interconectando os agentes por meio da influência, da economia política dominante, ou ainda, como uma influência hegemônica (SOBEL, 2014).

3.1.3 Sensibilidade e vulnerabilidade

A sensibilidade e a vulnerabilidade possuem relação com o poder de desviar dos ajustes do balanço de pagamentos relacionados ao macro nível de análise do poder monetário internacional. Keohane e Nye Jr. (2012), trabalham os conceitos relacionando-os a interdependência. De maneira simplificada, uma dependência mútua entre os países.

A sensibilidade, diz respeito a velocidade com que, considerando o quadro político, as mudanças em um país, provocam mudanças em outro país, (KEOHANE; NYE, 2012). Isto é, o quão sensível é um país em relação às mudanças em outro país. O regime no qual o país está inserido, a estrutura em si, não é modificada, porém, há efeitos ocasionados e essa modificação é sentida no outro país. Essa alteração, pode ser, por exemplo, uma mudança política, cujos efeitos podem ser tanto positivos quanto negativos.

Já a vulnerabilidade, diz respeito ao quão oneroso é para o país ignorar ou se acomodar aos efeitos de eventos em outros países, mesmo depois de já haver reagido, por exemplo, por meio de políticas. Trata da reversibilidade dos impactos externos e os custos que esse terá de arcar para lidar com a nova realidade (COHEN, 2006; KEOHANE; NYE, 2012).

A sensibilidade trata de um estímulo e a vulnerabilidade trata de uma resposta (COHEN, 2006; KEOHANE; NYE, 2012). Considerando a capacidade de desviar dos ajustes do balanço de pagamentos, a abertura do mercado e adaptabilidade do país as modificações externas tendem a reduzir tanto a sensibilidade quanto a vulnerabilidade, são eles: (COHEN, 2015).

3.1.4 A HEGEMONIA MONETÁRIA INTERNACIONAL

A hegemonia, pode se apresentar em diversas frentes. Quer seja por meio da posse das matérias-primas, fontes de capital, vantagens competitivas, produções com alto valor agregado, estabilizador da economia internacional, mantenedor da abertura comercial, prestador de

última instância ou detentor do amplo poderio bélico (KINDLEBERGER, 1973; KINDLEBERGER, 1986; NORRLÖF, 2010; KEOHANE; NYE, 2012; NORRLÖF, 2020). A partir da análise até aqui realizada, é possível dizer que, os EUA formam uma hegemonia. Seu Estado possui maior relevância e avanço frente aos demais, exerce influência internacional baseada em sua autonomia e possuem poder nos regimes internacionais, quer seja com poder de veto ou de maior participação em organismos internacionais (KRASNER, 1976; KINDLEBERGER, 1986; COHEN, 2009; COHEN, 2015).

A busca pela compreensão da definição dos termos hegemonia monetária e poder monetário, propriamente dita, a partir do caso dos EUA, podem gerar prejuízos para a obtenção de uma definição clássica (MARQUES, 2016). Norrlöf (2020, p. 1301, *tradução nossa*), por sua vez, afirma que, a liderança norte-americana na esfera monetária, serve como propulsora na estabilização da economia internacional, estimulada pela hegemonia do dólar americano. “A liderança monetária dos EUA, deriva da hegemonia monetária e financeira dos EUA e é uma fonte vital da própria hegemonia dos EUA, e não um complemento opcional”⁶⁶.

Assim, para este estudo, é considerado que, por meio do exercício do poder monetário, os EUA expressam sua hegemonia perante os demais. Apesar das diversas formas dessa hegemonia ser expressa, aqui, será abordado especificamente, a hegemonia monetária. Que na visão de Norrlöf (2014), é perpetuada, tanto em termos de influência, quanto de autonomia, a partir do poder monetário fruto das capacidades monetárias, quais sejam, PIB, comércio, mercado de capitais e despesas com defesa. A partir dos pontos elencados por Cohen (2006), quais sejam, influência, autonomia, sensibilidade e vulnerabilidade, verificou-se que, os dois últimos possuem baixa relação com os EUA. Dessa forma, ao longo deste capítulo, em se analisando cada um dos presidentes do período proposto, é verificada a questão da hegemonia monetária, expressa por meio da influência e da autonomia dos EUA para o momento em questão.

Cohen (1977, p. 96, *tradução própria*), afirma que, os EUA não ansiavam, inicialmente, de maneira deliberada, a responsabilidade da gestão monetária global. Porém, ao perceberem a possibilidade de se tornarem, “o gestor financeiro do dinheiro para o mundo”, diferente dos britânicos no século XIX, acataram a responsabilidade, como sendo um misto de “altruísmo e interesse próprio”⁶⁷. Após a Segunda Guerra Mundial, com Europa e Japão

⁶⁶ No original em inglês: “US monetary leadership is derived from US currency and financial hegemony and is a vital source of US hegemony itself, not some optional add-on” (NORRLÖF, 2020, p. 1301).

⁶⁷ No original em inglês: “Money manager for the world [...] mixture of altruism and self-interest” (COHEN, 1977, p. 96).

devastados, os EUA perceberam a necessidade da reconstrução desse novo mundo, o que os torna altruístas, porém, essa reconstrução, custaria muito dinheiro, dinheiro norte-americano. Nesse novo mundo, de novos organismos internacionais, nova liderança global, os EUA, privilegiaram-se em larga medida pela não necessidade de manutenção dos déficits de financiamento. Isso significou, uma América com possibilidades de gastos livre, onde, desde que, alinhado aos interesses nacionais, os gastos poderiam ser realizados (COHEN, 1977).

A dicotomia, aqui enfrentada pelos norte-americanos, era, se por um lado os EUA utilizariam o sistema em benefício próprio, eles deveriam também tolerar a utilização do sistema pelos seus aliados, lógica similar a apontada por Keohane (1982), com os *free-riders*. Essa utilização, no geral, possibilitou, a promoção de prosperidade econômica aos demais países, as custas da valorização do dólar americano, redução da capacidade de utilização de políticas macroeconômicas, responsabilização política e impactos na indústria nacional (CHEY, 2012; COHEN, 2015). Esses aspectos, são aprofundados no próximo capítulo.

Em se tratando da hegemonia monetária, atentando-se aos elementos econômico-financeiros das definições supracitadas, pode-se dizer que, há elementos subjetivos. O mesmo acontece em relação aos custos para a hegemonia monetária ser mantida. Em se tratando dos dois principais partidos políticos norte-americanos a serem analisados ao longo deste capítulo, há divergências de visão e de interpretação, de como a hegemonia monetária, pode ser expressa. Bem como, qual custo o governante está disposto a arcar. É importante ter clareza, que o partido dialoga com uma base específica, quer seja filiada a ele ou não, e essa base, no geral, se identifica com os princípios do partido.

Em se tratando do partido republicano, tanto em sua plataforma quanto no histórico dos presidentes, pode-se verificar que as questões conversadoras, de redução do Estado, armamentistas e das demonstrações de poderio dos EUA perante os demais estão amplamente presentes. Já em se tratando do partido democrata há uma visão mais liberal, com incentivo às minorias, aumento dos setores cuja responsabilidade é do Estado, redução da presença e do uso de poderio bélico, salvo se necessário e uma visão multilateral, com os EUA como um conciliador dos problemas internacionais.

A partir disso, no cenário interno, no âmbito da autonomia, os partidos podem atuar na busca da mitigação ou não dos custos dessa hegemonia monetária. E, quando não atuam seguindo o que os eleitores compreendem como sendo a veia partidária principal, a não perpetuação do partido no poder é visualizada. O mesmo acontece, internamente, no partido, quando, dependendo da atitude ou da fala do governante, as alas partidárias ficam contra aquele gestor.

Já no cenário externo, no âmbito da influência, a percepção predominante, deve ser relacionada à avaliação dos demais países, em, ao observar as ações do *hegemon*, avaliam, se esse possui a capacidade de seguir mantendo a liderança, se possui políticas internas coerentes e se, a partir de suas ações, segue no intuito de manter uma coesão do sistema monetário internacional. E em, observando que isso pode não acontecer, os demais países atuam, ou como uma nova possível liderança, ou como apoiadores de possíveis lideranças regionais.

Para que se possa compreender o atributo objetivos políticos (MARQUES, 2016), no que diz respeito existência do poder monetário, e a hegemonia monetária norte-americana, se faz necessário adentrar de fato, no objeto de estudo, os EUA e sua política. Para isso, os próximos tópicos apresentam, uma breve retrospectiva dos EUA, seu processo político, bem como, uma análise dos presidentes para o período estudado.

3.2 O BIPARTIDARISMO NORTE-AMERICANO

Diversas são as formas que uma estrutura política, pode ser organizada. Em se tratando do sistema político norte-americano, esse, pode ser caracterizado como um sistema bipartidário⁶⁸. Segundo Sartori (2005), para um sistema ser qualificado como um sistema bipartidário, ele deve seguir quatro regras: os dois partidos ter condições de concorrer pela maioria absoluta de assentos, existir a possibilidade de um dos partidos obter de maneira efetiva a maioria parlamentar, o partido estar disposto a governar sozinho, e por fim, há uma expectativa crível na alternância do poder. Assim, este trabalho, atem-se, ao detalhamento das bases políticas dos dois principais partidos: partido democrata e o partido republicano⁶⁹.

3.2.1 Partido Democrata

O partido democrata é um dos dois principais partidos norte-americanos. Ele é comandado pelo Comitê Nacional Democrata – *The Democratic National Committee (DNC)*. Foi criado oficialmente, em 1848, durante a Convenção Nacional Democrata, é o comitê

⁶⁸ Apesar dessa classificação bipartidária, LOC (2022), afirma que, ao avaliar o processo eleitoral presidencial, o sistema americano é multipartidário. Pois, apesar dos partidos Democrata e Republicano serem os principais, há diversos outros partidos que figuram no cenário político nacional norte-americano. São eles: o partido Reformista, Libertário, Socialista, Naturalista, Constitucional e Verde. Apesar da participação de outros partidos, analisando a filiação partidária dos presidentes norte-americanos desde 1900, não se verifica a presença de nenhum outro partido além do Democrata e do Republicano (HISTORY HOUSE, 2022).

⁶⁹ É importante ressaltar que, além da força no âmbito nacional, os partidos se organizam predominantemente, ao nível estadual com a eleição de líderes, criação da infraestrutura política, arrecadação de recursos, elaboração de plataformas e resoluções próprias, bem como, a realização de convenções.

partidário mais antigo dos EUA⁷⁰. Seus princípios atuais são: a liberdade individual, uma sociedade justa, liberdade política para a participação de todos os cidadãos, dignidade e o respeito para todas as pessoas da nação, saúde como um direito de todos, ruas e escolas livres de violência armada, as decisões sobre o corpo da mulher são dela e o trabalho da classe média deve ser recompensado (DEMOCRATS, 2022a).

O partido é regido pela sua Carta e Estatuto, onde afirma que, a força das instituições políticas da nação tem sido a base de sua estrutura partidária e que, um partido político deve ouvir aqueles que quer liderar. Na Carta e no Estatuto, são apresentados os elementos que compõem a Convenção Nacional, o Comitê Executivo e diversos outros elementos regimentais (DEMOCRATS, 2022d). Além da Carta e Estatuto, o partido tem como base nacional a chamada “Plataforma Democrata” aprovada em 18 de agosto de 2020, antes da eleição da 03 de novembro de 2020, onde, o então presidente, Donald Trump foi derrotado para o ex-vice-presidente Joe Biden. O documento possui um tom de recuperação da economia, democracia e injustiças sistêmicas⁷¹:

[...] esvaziamento do governo Trump de nossas instituições públicas: a marginalização de especialistas, a rejeição da ciência, o sub investimento em pesquisa e a corrupção grosseira e abusos de poder. O abandono do dever do presidente Trump causou a morte de dezenas de milhares de americanos, a perda de dezenas de milhões de empregos americanos e danos duradouros à educação e ao futuro de nossos filhos. E revelou, a um trágico custo econômico e humano, o vazio da política externa “America First” do Partido Republicano. Sob o presidente Trump, a América está sozinha. Amigos e inimigos não admiram nem temem a liderança do presidente Trump – eles a desprezam e a ridicularizam. O Partido Republicano sob o presidente Trump tornou a América pequena – quando somos um povo chamado a fazer as maiores coisas. Os democratas lutarão para reparar a alma desta nação. Para unir e curar nosso país. Transformar esta crise em um cadinho, a partir do qual forjaremos um futuro mais forte, mais brilhante e mais justo. Devemos corrigir os erros em nossa sociedade, corrigir as injustiças sistêmicas que há muito atormentam nossa sociedade, abrir as portas da oportunidade para todos os americanos e reinventar nossas instituições em casa e nossa liderança no exterior. Nós não aspiramos, simplesmente, a retornar nosso país para onde estávamos há quatro anos. Sabemos que devemos ser mais ousados e ambiciosos. Devemos mais uma vez impedir que outra recessão republicana se torne uma segunda Grande Depressão. O presidente Trump e o Partido Republicano manipularam a economia em favor dos poucos mais ricos e as maiores corporações, e deixou famílias trabalhadoras e pequenas empresas no frio. Os democratas vão forjar um novo contrato social e econômico com o povo americano – um contrato que cria milhões de novos empregos e promove a prosperidade compartilhada, fecha as diferenças raciais de renda e riqueza, garante o direito de se unir ou formar um sindicato, aumenta os salários e garante igualdade para

⁷⁰ Tem sua origem no Partido Republicano Jeffersoniano, também chamado de Partido Democrata-Republicano em 1790, porém, apenas no final do século XIX passou a ter uma visão progressista e não escravista como no início da sua criação (TOTA, 2008).

⁷¹ Optou-se pela utilização de um longo trecho na íntegra para manter a fidedignidade dos termos utilizados pelo partido.

as mulheres e licença familiar remunerada para todos, e garante uma aposentadoria segura e digna (DEMOCRATS, 2020, p. 5,6, tradução *nossa*)⁷².

A plataforma, em sua extensão, trabalha as seguintes temáticas: (i) protegendo os americanos e a recuperação da pandemia COVID-19; (ii) a construção de uma economia mais forte e justa; (iii) saúde universal, acessível e de qualidade; (iv) protegendo comunidades e construindo a confiança no sistema de justiça criminal; (v) curando a alma da América, (vi) combater a crise climática e fortalecer a justiça ambiental; (vii) restaurar e fortalecer a democracia americana; (viii) criar um sistema de imigração do Século XXI; (ix) educação de classe mundial em cada localidade; (x) renovação da liderança americana (DEMOCRATS, 2020)⁷³.

⁷² No original em inglês: “*The bill has come due on the Trump Administration’s hollowing out of our public institutions: the sidelining of experts, the rejection of science, the underinvestment in research, and the gross corruption and abuses of power. President Trump’s dereliction of duty has caused the deaths of tens of thousands of Americans, the loss of tens of millions of American jobs, and lasting harm to our children’s education and future. And it has revealed, at tragic economic and human cost, the emptiness of the Republican Party’s “America First” foreign policy. Under President Trump, America stands alone. Friends and foes alike neither admire nor fear President Trump’s leadership—they dismiss and ridicule it. The Republican Party under President Trump has made America small—when we are a people called to do the greatest things. Democrats will fight to repair the soul of this nation. To unite and to heal our country. To turn this crisis into a crucible, from which we will forge a stronger, brighter, and more equitable future. We must right the wrongs in our democracy, redress the systemic injustices that have long plagued our society, throw open the doors of opportunity for all Americans, and reinvent our institutions at home and our leadership abroad. We do not simply aspire to return our country to where we were four years ago. We know we must be bolder and more ambitious. We must once again stop another Republican recession from becoming a second Great Depression. President Trump and the Republican Party have rigged the economy in favor of the wealthiest few and the biggest corporations, and left working families and small businesses out in the cold. Democrats will forge a new social and economic contract with the American people – a contract that creates millions of new jobs and promotes shared prosperity, closes racial gaps in income and wealth, guarantees the right to join or form a union, raises wages and ensures equal pay for women and paid family leave for all, and safeguards a secure and dignified retirement*” (DEMOCRATS, 2020, p. 5,6).

⁷³ Iniciando pela questão da (i) proteção perante a Pandemia Covid-19, a Plataforma é enfática afirmando que, os democratas irão salvar vidas utilizando estratégias para o combate da transmissão e a expansão dos financiamentos para que os departamentos de saúde possam contratar pessoal para realizar o rastreamento de contatos dos que testaram positivo, reduzindo assim, o contágio. O segundo tópico, (ii) a construção de uma economia justa e forte com foco na geração de empregos, afirma que, a herança Obama-Biden deixada ao Presidente Trump, foi de anos de crescimento e uma longa expansão econômica, esses negligenciados por um governo determinado a privilegiar ricos e aumentar os custos para as famílias trabalhadoras da classe média. A questão (iii) saúde universal, acessível e de qualidade, resgata os programas de saúde Medicare, Medicaid e Affordable Care Act, como exemplos de grandes feitos democratas, feitos esses que, trouxeram segurança e respaldo perante as discriminações realizadas pelas companhias de seguros, onde mulheres eram mais cobradas do que homens, e pessoas com doenças pré-existentes eram impedidas de acessar ao seguro saúde. A plataforma afirma que, a saúde é um direito fundamental de todos, e não um privilégio de poucos. A quarta temática trata da (iv) proteção das comunidades e da construção da confiança no sistema de justiça criminal, apoiando as questões de raça, gênero e diversidade. O sistema de justiça criminal é falho em manter as comunidades seguras e falho em fazer justiça, assim, os Democratas afirmam que a construção de um sistema confiável de justiça passa por investimentos em educação, empregos, saúde e habitação. E não na criminalização da pobreza, excesso de polícias nas comunidades negras e latinas. Além desses pontos, as prisões estão superlotadas e se utilizam de métodos desumanos de punição, e não na retomada à sociedade após o cumprimento da pena, na redução das barreiras de acesso a emprego, moradia e voto aos anteriormente encarcerados. O quinto tema apresentado, (v) curando a alma da América, traz como foco a união do povo americano, onde, “a cura” significa enfrentar, por meio de medidas ambiciosas, as desigualdades sociais, o racismo estrutural, a misoginia e a discriminação contra pessoas com deficiência. Esses aspectos possuem íntima relação com a proteção dos direitos civis dos americanos. O (vi) combate à crise climática e fortalecimento da

Retomando os conceitos de Cohen (2006), é possível perceber que, no que tange a manutenção do poder monetário internacional, a plataforma apresenta pontos que buscam ampliar tanto a autonomia (políticas internas), quanto a influência (políticas externas).

Para os democratas, com a política de Trump “*American First*” veio o isolamento, uma economia mais frágil, com valores, democracia e unidades ameaçados. Agora, é o momento de promover os interesses, valores, vantagens competitivas, melhor corpo diplomático, alianças estratégicas e militares, retomar a liderança e a mobilização das instituições internacionais (DEMOCRATS, 2020). Uma temática fortemente relacionada com a questão das expressões de poder relacionadas com a capacidade de influência (ANDREWS, 2006a; ANDREWS, 2006b; COHEN, 2013b).

Em vias gerais, o partido é conhecido por defender a diversidade “Os democratas são o partido da inclusão. Sabemos que a diversidade não é nosso problema – é nossa promessa. Como democratas, respeitamos as diferenças de perspectiva e crença, e nos comprometemos a trabalhar juntos para levar este país adiante, mesmo quando discordamos” (DEMOCRATS, 2022b, n.p, *tradução nossa*⁷⁴).

3.2.2 Partido Republicano

justiça ambiental, é uma emergência global e suas mazelas já impactam a vida dos americanos. Assim, o partido democrata defende uma economia baseada em energia limpa, próspera, equitativa e globalmente competitiva, focada nas comunidades e nos trabalhadores. Onde projetos de energia limpa que se beneficiarem de apoio federal devem ter contrapartidas salariais e trabalhistas robustas, impulsionados pela utilização de materiais fabricados nos Estados Unidos, “*Buy Clean*” e “*Buy America*”, pois todo americano tem direito de respirar ar puro, beber água limpa e viver sem medo da exposição a resíduos tóxicos. O sétimo tema, trata, da (vii) restauração e fortalecimento da democracia americana, onde os governos e as eleições devem refletir os interesses do povo e não apenas dos ricos e das maiores corporações. A Plataforma apresenta o chamado princípio sagrado, “uma pessoa, um voto” (*one person, one vote*), não importando a raça, renda, status, deficiência, geografia ou proficiência da língua inglesa. Além da liberdade para votar, cada americano deve ter seu voto protegido e estimulado, sem longas filas e leis de identificação eleitoral, o registro de eleitores passará a ser automático, com possibilidade de votação antecipada, opção de voto em casa e por correio. A criação do sistema de imigração do Século XXI, (viii) considera que, os imigrantes, são essenciais para a sociedade e para a economia norte-americana. A chamada imigração do século XXI incorpora valores, expande oportunidades econômicas para todos os americanos, aumenta a competitividade global dos Estados Unidos e fortalece a democracia e a competitividade econômica de longo prazo (DEMOCRATS, 2020). O nono tema, (ix) educação de qualidade em cada uma das localidades, tem como base a premissa democrata, de que, a educação é a base para o enfrentamento de desafios, e essa, é um bem público crítico, não uma mercadoria, mas uma responsabilidade do governo. Por fim, o tema (x) renovação da liderança americana por meio da revitalização da diplomacia, reinvenção de alianças e mobilização do mundo para novos desafios transnacionais de ordem de saúde e do clima, traz para o centro a questão da força americana, onde, os Estados Unidos só podem ser fortes no mundo quando são fortes e unidos internamente.

⁷⁴ No original em inglês: “*Democrats are the party of inclusion. We know that diversity is no our problem – it is our promise. As Democrats, we respect differences of perspective and belief, and pledge to work together to move this country forward, even When we disagree*” (DEMOCRATS, 2022b, n.p).

Como já mencionado, no que tange aos partidos norte-americanos, dois são considerados principais. Além do partido democrata, o partido republicano⁷⁵ também é considerado um partido relevante. Ele é comandado pelo Comitê Nacional Republicano – *The Republic National Committee (RNC)* – criado em 1856, durante a Convenção Nacional Republicana⁷⁶, tinha como principal ponto em sua plataforma a oposição à expansão da escravidão nos territórios livres (LOC, 2022; 2023a)⁷⁷.

O partido tem como base nacional a chamada “Plataforma Republicana”, atualmente, a Plataforma considerada é a Plataforma de 2016⁷⁸. O documento inicia com considerações que buscam explicar o motivo da manutenção da mesma plataforma desde o ano supracitado⁷⁹:

Considerando que, o Comitê Nacional Republicano (RNC), reduziu significativamente, o tamanho e o escopo da Convenção Nacional Republicana de 2020, em Charlotte devido a restrições estritas a reuniões e por preocupação com a segurança dos participantes da convenção e nossos anfitriões; considerando que, o RNC votou por unanimidade para renunciar ao Comitê da Convenção sobre Plataforma, em reconhecimento ao fato de que, não queria que um pequeno contingente de delegados formulasse uma nova plataforma sem a amplitude de perspectivas no crescente movimento republicano; considerando que, todas as plataformas são instantâneos dos contextos históricos em que nascem, e os partidos cumprem suas prioridades políticas, em vez de sua retórica política; considerando que, o RNC, se o Comitê da Plataforma pudesse se reunir em 2020, teria, sem dúvida, concordado por unanimidade em reafirmar o forte apoio do Partido ao presidente Donald Trump e seu governo; considerando que, a mídia deturpou escandalosamente as implicações do RNC não adotar uma nova plataforma em 2020, e continua a se envolver na defesa enganosa das políticas fracassadas do governo Obama-Biden, em vez de fornecer ao público relatórios imparciais de fatos; e Considerando que, o RNC apoia entusiasticamente o presidente Trump e continua a rejeitar as posições políticas da administração Obama-Biden, bem como, as adotadas pelo Comitê Nacional Democrata hoje; portanto, resolveu-se que, o partido republicano tem e continuará a apoiar entusiasticamente a agenda *America-first* do Presidente; Resolveu-se que, a Convenção Nacional Republicana de 2020, será adiada sem adotar uma nova plataforma até a convenção nacional republicana de 2024; resolveu-se que, a Convenção Nacional Republicana de 2020, chama a mídia a se envolver em reportagens precisas e imparciais, especialmente no que se refere ao forte apoio do RNC ao Presidente Trump e seu governo; e Resolveu-se que, qualquer moção para alterar a plataforma 2016 ou adotar uma nova plataforma, incluindo qualquer moção

⁷⁵ Também chamado de *Grand Old Party*, *Gallant Old Party* ou GOP (NEVADA GOP, 2022).

⁷⁶ Descendendo do Partido Federalista (Whig), era baseado em uma plataforma reformista, progressista, antiescravista e favorável a proteção da indústria e manufatura. No final do século XIX tanto o partido democrata quanto o partido republicano passaram por mudanças de posicionamento. A partir de então, o Partido Republicano tornou-se mais conservador e o Partido Democrata mais progressista (TOTA, 2008).

⁷⁷ Os sites oficiais do Partido Republicano (www.gop.com), e do Comitê Nacional Republicano (www.rnc.org), permaneceram fora do ar durante a realização deste estudo, assim, foram utilizadas outras fontes oficiais que apresentavam o conteúdo oficial. O documento referente a Plataforma Republicana foi obtido após solicitação para a Sra. Jeannie Negrón Burniston – Diretora de Comunicação do Partido Republicano do Alabama. A ela o nosso agradecimento.

⁷⁸ Apesar da Plataforma Republicana possuir uma única página de atualização, considerando o cenário de 2020, todo o restante do documento foi datado como 2016. Assim sendo, optou-se por manter a referência com data de 2016 como o documento oficial.

⁷⁹ Tal qual o realizado com o partido democrata, optou-se pela utilização de um longo trecho na íntegra para manter a fidedignidade dos termos utilizados pelo partido.

para suspender os procedimentos que permitirão fazê-lo, será descartada (REPUBLICAN PLATAFORM, 2016, p.1, *tradução nossa*)⁸⁰.

A partir da análise do trecho é possível verificar uma forte crítica a mídia e aos processos de distanciamentos imputados como reação a COVID-19. Em se atendo a plataforma, essa é estruturada nos seguintes temas: (i) restaurando o sonho americano (*american dream*); (ii) um renascimento do governo constitucional; (iii) recursos naturais da América; (iv) reforma do governo; (v) grandes famílias americanas; (vi) América ressurgente; pontos esses que, contribuíram para a vitória de Donald Trump na eleição de 2016 (REPUBLICAN PLATAFORM, 2016)⁸¹.

⁸⁰ No original em inglês: “*WHEREAS, The Republican National Committee (RNC), has significantly scaled back the size and scope of the 2020 Republican National Convention in Charlotte due to strict restrictions on gatherings and meetings, and out of concern for the safety of convention attendees and our hosts; WHEREAS, The RNC has unanimously voted to forego the Convention Committee on Platform, in appreciation of the fact that it did not want a small contingent of delegates formulating a new platform without the breadth of perspectives within the ever-growing Republican movement; WHEREAS, All platforms are snapshots of the historical contexts in which they are born, and parties abide by their policy priorities, rather than their political rhetoric; WHEREAS, The RNC, had the Platform Committee been able to convene in 2020, would have undoubtedly unanimously agreed to reassert the Party’s strong support for President Donald Trump and his Administration; WHEREAS, The media has outrageously misrepresented the implications of the RNC not adopting a new platform in 2020 and continues to engage in misleading advocacy for the failed policies of the Obama-Biden Administration, rather than providing the public with unbiased reporting of facts; and WHEREAS, The RNC enthusiastically supports President Trump and continues to reject the policy positions of the Obama-Biden Administration, as well as those espoused by the Democratic National Committee today; therefore, be it RESOLVED, That the Republican Party has and will continue to enthusiastically support the President’s America-first agenda; RESOLVED, That the 2020 Republican National Convention will adjourn without adopting a new platform until the 2024 Republican National Convention; RESOLVED, That the 2020 Republican National Convention calls on the media to engage in accurate and unbiased reporting, especially as it relates to the strong support of the RNC for President Trump and his Administration; and RESOLVED, That any motion to amend the 2016 Platform or to adopt a new platform, including any motion to suspend the procedures that will allow doing so, will be ruled out of order*” (REPUBLICAN PLATAFORM, 2016, p. 1).

⁸¹ (i) restaurando o *american dream*, sonho americano, por meio da reconstrução da economia e da criação de empregos. Parte da ideia de que, uma economia em crescimento possibilita oportunidades e prosperidade possibilitadas sobretudo pela liberdade, impostos justos e simples, política comercial vencedora, liberdade para os comércios financeiros, incentivo na rede elétrica e no empreendedorismo, ampliação da transparência e da responsabilidade do Federal Reserve e redução da dívida federal. O segundo, (ii) um renascimento do governo constitucional, parte da premissa que, segundo a plataforma, os Republicanos “são o partido da Declaração da Independência”, assim, ressaltam, o resgate aos princípios fundamentais da Constituição (governo limitado, separação dos poderes, liberdade individual e estado de direito). Dessa forma, indicam sua oposição ao fanatismo, ao racismo, antissemitismo, o preconceito étnico, a intolerância religiosa, a discriminação com base em raça, sexo, religião, credo, deficiência ou origem nacional e apoiam os estatutos para acabar com tal discriminação. Conforme mencionado no método e no início do capítulo, os materiais oficiais tendem a enaltecer pontos que se mostram diferentes dos resultados reais. Alguns exemplos de divergências, são mencionados ao longo deste estudo. No que tange ao judiciário, defendem um judiciário com poder mais fraco, pois a expansão desse despojou o povo e os representantes eleitos, do poder de governar a si. Defendem ainda o casamento e a família tradicionais, sendo contrários a decisão da Suprema Corte que removeu a capacidade decisória do Congresso, no que tange a política de casamento na Lei Federal. O terceiro tema, (iii) recursos naturais da América, versa sobre a agricultura, energia e meio ambiente com a valorização do produtor, a expansão de oportunidades comerciais, aberturas de novos mercados, adequação a padrões suficientes de saúde e segurança para produtos importados e a garantia de que, as políticas domésticas não comprometam a competitividade global por meio de regulamentação excessiva e interferência indevida no mercado. A quarta temática da plataforma, apresenta, a (iv) reforma do governo, afirmando que, o governo deve trabalhar para o povo com um orçamento equilibrado, pois a carga fiscal federal ameaça à segurança, a liberdade e a independência da nação. Os programas Medicare e do Medicaid devem ser

O partido republicano luta por uma América mais livre e mais forte, onde todos tenham a oportunidade de realizar o “*American Dream*”. Seus princípios são: a preservação e valorização da constituição; o fortalecimento da livre iniciativa para fazer a economia crescer; um governo mais eficiente e com orçamento equilibrado; valorização dos veteranos; fortalecimento das forças armadas e da segurança nas fronteiras; igualdade de acesso à educação de excelência; redução da pobreza por meio do acesso ao trabalho; valorização das tradições da família, da vida, da liberdade religiosa e do trabalho árduo; independência energética que incentive o investimento interno com baixos preços e criação de empregos; sistema de imigração que projeta as fronteiras, a economia e a lei; fortalecimento da livre empresa com as ferramentas de produção pertencendo e sendo controladas pelo povo e não pelo governo (GILLESPIE COUNTY GOP, 2023).

3.3 PRINCÍPIOS BASE DOS PARTIDOS DEMOCRATA E REPUBLICANO

Apesar da teoria conceituar hegemonia monetária e poder monetário internacional, cada partido possui as suas bases e as suas compreensões do que seria mais adequado para os EUA. Na busca de sintetizar os elementos até aqui apresentados, e trazer fundamento para a análise da política norte-americana a partir de 1989, o quadro 7, apresenta os princípios base dos partidos democrata e republicano. Foram elencadas, catorze questões, e, a partir dos materiais verificados, pontou-se a relação do partido para com uma das questões.

mantidos, bem como, a Previdência Social, porém, essa manutenção deve ser alcançada por meio da utilização dos mercados para a criação de riquezas e não de maneira insustentável. No que tange a política de imigração, essa, deve ser usada como forma de serviço aos interesses nacionais dos Estados Unidos e dos trabalhadores americanos. A questão da família americana, tema chamado na plataforma de (v) *great american families*, tem como base educação, saúde, justiça criminal, resgate dos valores americanos, incentivo ao casamento entre um homem e uma mulher, luta contra a pobreza – por meio da remoção de impedimentos para a ampliação das contratações das empresas, forma essa vista como a maneira efetiva de retirar as pessoas pobres da pobreza – fortalecimento da educação, melhoria no Ensino Superior, melhor atendimento e custos mais baixos para a saúde, defesa pelo não financiamento público e a não inclusão em planos de saúde do abordo, programa para bairros mais seguros e combate ao uso de drogas. Por fim, o sexto tema, (vi) América ressurgente, aborda a necessidade da reconstrução da América enfraquecida, com capacidades navais envelhecidas, inadequadas e inimigos em crescente – China, Rússia e rede terrorista Islâmica em ascensão – dessa forma, a plataforma ressalta a necessidade de restaurar o poderio militar, a chamada supremacia americana; abandonar o controle de armas; financiar, desenvolver e implantar um sistema de defesas antimísseis; reforçar a segurança das fronteiras; honrar e apoiar os veteranos; apoiar Israel, cuja demonstração, pode ser realizada por meio da transferência da embaixada americana para Jerusalém – aqui uma proposta, porém, a mudança da Embaixada dos Estados Unidos para Jerusalém aconteceu em 14 de maio de 2018, durante o mandato do Presidente Republicano Donald Trump (FARRELL, 2018); liderar o Pacífico Asiático exigindo o desmantelamento completo do programa de armas nucleares norte-coreanos; atuar na renovação da Aliança Europeia e com os vizinhos da América e da África; e por fim, combater o tráfico de pessoas (REPUBLICAN PLATAFORM, 2016).

Quadro 7 – Princípios-base dos partidos democrata e republicano

QUESTÃO ANALISADA	DEMOCRATA	REPUBLICANO
Incentivo à posse de armas	Não	Sim
Incentivo à diversidade	Sim	Não
Casamento entre pessoas do mesmo sexo	Sim	Não
Restrição ao aborto	Não	Sim
Auxílios maiores para a saúde (gratuidade)	Sim	Não
Redução dos poderes do governo – cenário interno	Não	Sim
Restrições à imigração	Não	Sim
Foco na educação de excelência	Sim	Sim
Fortalecimento das forças armadas	Não	Sim
Previdência social pública	Sim	Não
Defesa dos direitos civis	Sim	Sim
Tamanho do Estado	Maior	Menor
Visão geral	Liberal	Conservadora
Menção ao termo “hegemonia monetária”	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Republican Platform (2016), Democrats (2022a, 2022b, 2022c, 2022d) e Gillespie County GOP (2023).

Com base no quadro 7, e nos pontos elencados até aqui, é possível perceber que, o partido democrata possui uma visão mais liberal no que tange a questões econômicas, sociais e de proteção aos direitos civis. Já em se tratando do partido republicano, essa visão é mais conservadora, defendendo uma redução do Estado, a livre iniciativa, os incentivos às empresas e um controle das ferramentas de produção por parte da iniciativa privada (REPUBLICAN PLATAFORM, 2016; DEMOCRATS, 2022a, 2022b, 2022c, 2022d; GILLESPIE COUNTY GOP, 2023).

Como já afirmado anteriormente, a hegemonia monetária, possui relação com o estabilizador da anarquia internacional em aspectos monetários. Ou seja, um líder, que busca a manutenção do comércio por meio de mercados abertos, o fornecimento de empréstimos, a manutenção das taxas de câmbio, garantia de políticas macroeconômicas e o comprometimento com o fornecimento de bens públicos indispensáveis para a manutenção da ordem econômica mundial e liberal. Legitimada pelos países que esse hegemom lidera (KINDLEBERGER, 1973; FIORI, 1999; FERNANDES, 2015; GONTIJO, 2020).

Na tentativa de relacionar a hegemonia monetária com os pontos até aqui elencados, pode-se dizer que, a compreensão da questão da hegemonia monetária internacional, perpassa os elementos partidários, sem ser pontuada com clareza. E, cada um dos partidos, têm interpretações diferentes da realidade. O que irá determinar as ações, no geral, é a avaliação dos atos que impactam na manutenção, ou não, da hegemonia monetária, a partir do prisma das bases partidárias.

Por exemplo, políticas comerciais que impliquem em um aumento dos acordos entre países, ampliam a influência dos EUA sobre os demais. Aumentando assim, a hegemonia

monetária internacional. A partir do quadro 7, pode-se dizer que esse tipo de movimento, é esperado mais em governos democratas. Onde, por meio da expansão do diálogo e da presença norte-americana nas negociações, há o fortalecimento do comércio internacional. Outro caso, pode ser analisado, a partir de uma medida de ampliação dos investimentos nas forças armadas, cujo intuito é fortalecer a imagem internacional dos EUA e ampliar suas ações em eventuais guerras. Esse, tende a dialogar mais com a compreensão de hegemonia para os republicanos. É importante ressaltar aqui, que, apesar do investimento militar impactar em outra frente de hegemonia, por se tratar de uma expansão dos gastos, ou seja, uma ampliação do endividamento, é mencionado aqui, como um elemento de hegemonia monetária.

Dessa forma, pode-se verificar que, a relação entre os custos, tanto políticos quanto econômicos, de manutenção do dólar como moeda internacional, perpassam as premissas partidárias. Para que, a partir dessas, seja possível, uma análise da hegemonia monetária dos EUA. A quebra dessas premissas, impactará, mais, ou menos, na percepção do resultado líquido dessa relação. O tópico a seguir, tem a intenção de, aprofundar os elementos até aqui mencionados, e analisar cada um dos governos norte-americanos pós 1989, buscando relacionar as alterações políticas estadunidenses, as questões político-partidárias e a hegemonia monetária norte-americana.

3.4 A POLÍTICA NORTE-AMERICANA – PÓS 1989

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos foram consagrados como nação hegemônica e deu-se início ao período conhecido como Século Americano. Porém, apesar dessa hegemonia, no cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial, se verifica que, além do modelo norte-americano, capitalista, havia também o modelo soviético, socialista. Ambos, incompatíveis. Durante o intervalo que compreende os anos de 1947 a 1989, essa incompatibilidade acarretou a chamada Guerra Fria (PECEQUILO, 2013).

A Guerra Fria (1947-1989), dividiu o mundo em dois blocos ocidentais capitalistas e orientais socialistas, cujos países eram respectivamente, os Estados Unidos e a URSS. Ambos disputando espaço e regiões de influência, buscando expandir territorialmente seus modos de vida. Essa disputa ocorreu indiretamente, por meio de disputas políticas, econômicas e tecnológicas, e não por meio de uma guerra aberta – armamentista – isso justificado pela possibilidade de aniquilação mútua em uma disputa nuclear, por exemplo (PECEQUILO, 2001). Chomsky (1996, p. 12), afirma que, as duas superpotências da Guerra Fria estavam em lados extremamente opostos no que versa sobre a liberdade interna e a democracia, porém, por

meio do confronto “ações criminosas ao nível externo e o entrincheiramento do privilégio e do poder do Estado em casa” foram justificadas. Todos os atos eram vistos como manutenção da segurança nacional, realizados “em resposta à ameaça do superpoderoso inimigo, ameaçador e cruel”.

Em novembro de 1989, com a queda do Muro de Berlim e em dezembro de 1991, com a dissolução da URSS, os Estados Unidos se tornaram a única nação com condições para liderar a construção de uma Nova Ordem Mundial, baseada na paz, democracia e prosperidade. Essa liderança deveria ser exercida a um custo menor do que o imputado ao longo da Guerra Fria, e para reestruturar o sistema mundial avançando sobre os ex-socialistas e controlando os aliados (VISENTINI, 2015). É importante ressaltar, conforme aponta Pecequillo (2001, p. 14), que “se por um lado a queda do Muro significara o apogeu do poder americano, ela também abria uma fase doméstica e externa de questionamento deste mesmo poder”.

O quadro 8, divide o intervalo pós-queda do Muro de Berlim com relação às eleições realizadas, mandatos, presidentes e partidos que estiveram à frente da Casa Branca, bem como, se esses presidentes vieram de um antecessor de mesmo partido. A intenção com essa última informação é verificar se, do ponto de vista político, houve a perpetuação do poder e das bases partidárias no governo. Para melhor visualização, optou-se pela utilização da cor vermelha quando se tratava de informações referentes ao partido republicano e da cor azul quando se tratada do partido democrata.

Quadro 8 - Síntese dos presidentes dos EUA pós 1989

ELEIÇÃO	MANDATO	PRESIDENTE	PARTIDO	PARTIDO ANTERIOR
1988	1989-1993	George H. W. Bush (Bush pai)	Republicano	Republicano
1992	1993-1997	William J. Clinton (Bill Clinton)	Democrata	Republicano
1996	1997-2001	William J. Clinton (Bill Clinton)	Democrata	Democrata
2000	2001-2005	George Walker Bush (Bush filho)	Republicano	Democrata
2004	2005-2009	George Walker Bush (Bush filho)	Republicano	Republicano
2008	2009-2013	Barack Obama	Democrata	Republicano
2012	2013-2017	Barack Obama	Democrata	Democrata
2016	2017-2021	Donald John Trump	Republicano	Democrata
2020	2021-2025	Joseph Robinette Biden Jr.	Democrata	Republicano

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O quadro 8, apresenta o seguinte cenário, de 1989 a 1993, George Herbert Walker Bush (Bush pai), do partido republicano governou os EUA. Ele foi sucessor do também republicano Ronald Regan. Diferente de Regan, Bush não conseguiu a manutenção dos republicanos à frente da Casa Branca, perdendo a eleição de 1992, para o democrata Bill Clinton. Bill Clinton governou os EUA de 1993 a 2001. Sua reeleição aconteceu no ano de 1996. Apesar de ter conseguido se reeleger, Clinton não conseguiu que Al Gore, candidato

democrata, fosse eleito em 2000, assim, o republicano George Walker Bush (Bush filho), saiu como vitorioso. George W. Bush governou os EUA de 2001 a 2009, sua reeleição aconteceu em 2004. Tal qual Bill Clinton, Bush, também não conseguiu a perpetuação dos republicanos na Casa Branca por meio de John McCain, assim, Barack Obama, democrata, foi eleito para o mandato, 2009-2013. Obama foi reeleito em 2012, mantendo os democratas no poder, porém, na eleição de 2016, os republicanos retornaram com o presidente Donald Trump. Trump governou os EUA de 2017 até 2021, não obtendo a reeleição. Em 2020, Trump perdeu a eleição para o atual presidente, o democrata Joe Biden. É possível perceber também que nos últimos trinta anos houve uma alternância de poder entre os democratas e os republicanos.

3.4.1 Lideranças partidárias: Câmara, Senado e Presidência

A partir da explanação do que cada partido defende, é importante compreender a forma de governo dos Estados Unidos, pois, não basta o Presidente querer e ter projetos alinhados com a identidade do partido, ele tem que conseguir efetivamente, colocar esses projetos em prática. E isso acontece, a partir das aprovações na Câmara e do Senado. Outro ponto importante, ao se analisar o processo eleitoral norte-americano diz respeito ao formato das eleições. Nos EUA as eleições presidenciais são eleições indiretas, funcionando por meio do chamado Colégio Eleitoral⁸².

Em 48, dos 50 Estados, os votos eleitorais, têm como base o sistema “*Winner-takes-all*”, ou seja, o vencedor leva tudo, assim, todos os votos eleitorais do Estado vão para o candidato vencedor da eleição estadual, mesmo que a margem seja ínfima. Como há variação na quantidade de eleitores de Estado para Estado⁸³, por conta de informações populacionais, da

⁸² O Colégio Eleitoral é o processo por meio do qual o Presidente dos Estados Unidos é eleito. Esse, estabelecido na Constituição pelos Pais Fundadores, implica no compromisso da relação entre o voto popular e os votos eleitorais, relação essa determinada a partir do Censo. O Colégio é formado por 538 eleitores, onde, cada Estado recebe uma quantidade de eleitores de acordo com seus membros do Congresso (Senado e Câmara dos Deputados), incluindo três eleitores de Washington, Distrito de Colúmbia. Ao receber uma maioria de 270 votos eleitorais, o presidente é considerado eleito. É importante aqui destacar que, esses 538 eleitores são escolhidos pelos estados em duas etapas. A primeira etapa é controlada pelo partido político e varia de Estado para Estado. De modo geral, pode acontecer de duas maneiras, a primeira, por meio de uma listagem de eleitores em potencial determinados nas convenções estaduais, ou, a segunda maneira, a escolha é feita por meio de uma votação do comitê central do partido, os selecionados irão votar efetivamente para a escolha do Presidente e são comumente chamados de delegados. Já a segunda etapa, acontece quando os eleitores vão, de fato, as urnas e votam no candidato presidencial de sua escolha. Aqui, o intuito é determinar quem são os eleitores (delegados), que, são considerados para a votação de presidente. Ao longo da história, 99% dos delegados votaram conforme prometido (NATIONAL ARCHIVES, 2022a; 2022b; USA, 2022a).

⁸³ Os votos eleitorais são distribuídos com base no Censo. As alocações atuais consideram os dados do Censo de 2010, sendo esse, válido para as eleições de 2012, 2016 e 2020. Atualmente, os Estados com maior quantidade de votos são Califórnia com 55 votos e o Texas com 38 votos (NATIONAL ARCHIVES, 2022d). A listagem completa por Estado pode ser encontrada em National Archives (2022d).

representação no Congresso e por ser um processo eleitoral indireto, pode acontecer do vencedor no voto popular não ganhar a eleição⁸⁴.

A respeito do Congresso Norte-Americano, esse, é formado pela *House of Representatives* (Câmara dos Deputados), e pelo *Senate* (Senado). Os membros do Senado totalizam 100, e os membros da Câmara 435. O mandato dos senadores, dura um período de seis anos e o dos membros da Câmara dura dois anos. Em cada eleição presidencial, todos os 435 membros da Câmara são eleitos, e um terço do Senado é eleito. Já nas chamadas eleições de meio de mandato (*midterm*), novamente, todos os membros da Câmara são eleitos e um terço do Senado (USA, 2022b).

De maneira simplificada, para as leis federais entrarem em vigor, deve haver, em qualquer uma das Câmaras do Congresso, a apresentação de um projeto de lei. A partir do momento da apresentação do projeto, é atribuído a esse um comitê, que irá pesquisar, discutir e realizar alterações no projeto. A partir daí o projeto é apresentado para votação. Em sendo aprovado, o projeto seguirá para o outro órgão do Congresso, para, novamente, passar por um processo de discussão. Após ambos os órgãos aceitarem o projeto de lei já em sua versão final, alinhadas todas as divergências entre as versões discutidas, e finalizado em uma versão aprovada pelas duas Câmaras, o projeto de lei segue para a apresentação ao presidente. O presidente, por sua vez, com um prazo de dez dias, analisará o projeto, e poderá, aprová-lo ou não (veto), determinando assim, se esse, será uma lei. Caso opte por vetar o projeto, o Congresso pode ainda, em sua maioria – dois terços no Senado e na Câmara – anular o veto e tornar o projeto uma lei contrariando o presidente (USA, 2022c).

Tendo em vista, que, as eleições para Câmara e Senado acontecem a cada dois anos, verifica-se que, há um Congresso eleito juntamente com o Presidente, e outro assume ao final do segundo ano do seu mandato, eleito nas *midterms*⁸⁵. Pensando de maneira estratégica, é conveniente que um presidente mantenha a maioria nas casas, por tender a ter maior

⁸⁴ Considerando o período pós-Guerra Fria, isso aconteceu em dois momentos, 2000, quando Albert Gore Jr. (democrata), concorreu com George W. Bush (republicano), e em 2016, quando Hillary Clinton (democrata), perdeu para Donald J. Trump (republicano). Em ambos, apesar dos democratas terem ganho no voto popular, os republicanos foram eleitos. Considerando todo o processo eleitoral dos EUA, essas divergências ocorreram em mais três momentos, 1824, 1876 e 1888. Importante ressaltar que, aos Estados de Nebraska e Maine, essa lógica não se aplica, pois esses realizam a distribuição proporcional dos eleitores (NATIONAL ARCHIVES, 2022c; USA, 2022a).

⁸⁵ Pires e Lacerda (2022), afirmam que, tradicionalmente as eleições de meio de mandato dão aos opositores um cenário melhor em relação aos situacionistas, pois, as promessas eleitorais, dificilmente, foram cumpridas nos dois primeiros anos e não há uma efetiva percepção de mudança por parte dos eleitores. Em se concretizado esse cenário, a dificuldade no cumprimento das promessas tende a ser ainda maior. Caso o partido de oposição se torne o líder de uma das Câmaras no meio do mandato do presidente, a tendência é que, o cumprimento dessas se torne inviável. Os autores ainda complementam, afirmando que, foi o ocorrido no Governo Trump (eleições 2018).

governabilidade e facilidade na aprovação de projetos de lei que interessem ao seu eleitorado. Em se analisando o cenário pós 1989, apresentado no quadro 9, e com base no apontado por Pires e Lacerda (2022), para as eleições de meio de mandato, pode-se perceber que essa situação favorável ocorreu poucas vezes na composição do Congresso. A coluna “Governo Partidário”, indica que, quando as casas e a presidência apresentam o mesmo partido, há uma unificação partidária, ou seja, tanto as lideranças das casas quanto à presidência seguem as mesmas diretrizes partidárias, minimizadas aqui, as diferentes vias internas nos partidos. Já ao se observa a informação “dividido”, para a mesma coluna. Pode-se dizer que, a governabilidade tende a ser reduzida, ao haver diferenças entre os partidos de maioria das casas e o partido do presidente.

A partir do quadro 9, pode se perceber que, as composições do Congresso estão divididas seguindo os mandatos das casas e não os mandatos presidenciais. O mandato do Congresso, inicia na primeira semana de janeiro do ano inicialmente citado e, finaliza, assim que, o novo congresso assume. Por esse motivo, há uma repetição entre a data final e inicial nas sequências apresentadas.

Quadro 9 - Lideranças partidárias: Câmara, Senado e Presidência

Congresso	Maioria da Câmara	Maioria no Senado	Presidência	Governo partidário
101° (1989-1991)	Democratas	Democratas	Republicano (GHW Bush)	Dividido
102° (1991-1993)	Democratas	Democratas	Republicano (GHW Bush)	Dividido
103° (1993-1995)	Democratas	Democratas	Democrata (Clinton)	Unificado
104° (1995-1997)	Republicanos	Republicanos	Democrata (Clinton)	Dividido
105° (1997-1999)	Republicanos	Republicanos	Democrata (Clinton)	Dividido
106° (1999-2001)	Republicanos	Republicanos	Democrata (Clinton)	Dividido
107° (2001-2003)	Republicanos	Republicanos/ Democratas ⁽¹⁾	Republicano (GW Bush)	Unificado / Dividido
108° (2003-2005)	Republicanos	Republicanos	Republicano (GW Bush)	Unificado
109° (2005-2007)	Republicanos	Republicanos	Republicano (GW Bush)	Unificado
110° (2007-2009)	Democratas	Democratas ⁽²⁾	Republicano (GW Bush)	Dividido
111° (2009-2011)	Democratas	Democratas	Democrata (Obama)	Unificado
112° (2011-2013)	Republicanos	Democratas	Democrata (Obama)	Dividido
113° (2013-2015)	Republicanos	Democratas	Democrata (Obama)	Dividido
114° (2015-2017)	Republicanos	Republicanos	Democrata (Obama)	Dividido
115° (2017-2019)	Republicanos	Republicanos	Republicano (Trump)	Unificado
116° (2019-2021)	Democratas	Republicanos	Republicano (Trump)	Dividido
117° (2021-2023)	Democratas	Democratas	Democrata (Biden)	Unificado

⁽¹⁾ Em junho de 2001, o senador James Jeffords, de Vermont, mudou sua filiação partidária de republicano para independente, fizeram caucus com os democratas, transferindo a maioria para os democratas. No final daquele Congresso, a morte do senador democrata Paul Wellstone de Minnesota, a nomeação de um independente para ocupar seu assento e a eleição do senador republicano James M. Talent do Missouri para preencher o restante do mandato do falecido senador Mel Carnahan trouxe os republicanos novamente, para a liderança em novembro de 2002, durante os dois meses restantes do Congresso (HISTORY HOUSE, 2023).

⁽²⁾ Dois senadores independentes, em 2006, fizeram caucus com os democratas dando a esse a maioria no Senado (HISTORY HOUSE, 2023).

Fonte: Elaborado pela autora com base em (HISTORY HOUSE, 2023).

Partindo do Governo de G. H. W. Bush (1989 – 1991), pode se perceber que durante todo o seu governo o cenário encontrado foi de divisão partidária, ou seja, ele governou durante quatro anos, sem deter maioria nas casas. Situação diferente da encontrada pelo Presidente Clinton em 1993, visto que, durante a primeira metade do seu mandato, Clinton teve maioria nas duas casas. Porém, durante os seis anos seguinte – final do primeiro mandato e todo o segundo mandato – a situação também foi adversa.

G. W. Bush, em seis, dos seus oito anos à frente da presidência – com exceção de pequenos períodos no que tange ao Senado, governou com maioria nas casas. Já Obama, assume a presidência com um cenário unificado, maioria nas casas, já a partir da segunda metade do seu primeiro mandato, perde a Câmara. No Senado detém maioria até o início de 2015, finalizando assim, seu mandato, sem liderança nas duas casas. Donald Trump inicia 2017, com as duas casas sob liderança republicana, porém, nas *midterms* perde a Câmara, mantendo-se apenas com o senado. O democrata Biden, assume em 2021, também com um governo unificado. Pires e Lacerda (2022), em meados de 2022, apontavam, para a expectativa de que, em novembro de 2022, a liderança fosse afetada. Apesar de, de fato, perder a maioria na Câmara, o Senado, se manteve Democrata (HISTORY HOUSE, 2023)⁸⁶.

Dos dezessete intervalos apresentados no quadro 9, dez deles são apresentados como divididos, ou seja, lideranças divergentes da presidência, três unificações democratas, três unificações republicanas e um período parcialmente republicano e parcialmente dividido. Considerando dezesseis intervalos, onde há apenas uma classificação de governo partidário, pode-se dizer que, 62,5% do intervalo que compreende 1989 a 2022, foi governado por um presidente sem maioria nas duas casas, ou ainda, com as duas casas lideradas por partidos de oposição, seis dos dezesseis intervalos apresentam essa característica, 37,5% do total ou 60% do período dividido. Isso mostra que, de maneira geral, a maioria do período analisado apresenta divergências e uma maior dificuldade para aprovações de projetos.

A respeito das relações Executivo, Legislativo, Judiciário e Sociedade, Pecequillo (2013), afirma que, há um equilíbrio entre os poderes do Executivo, e entre o Executivo e os governos estaduais, dessa forma, se reduz a possibilidade de predominância de um poder sobre os demais, sendo esse modelo político misto, onde os poderes são compartilhados e existem controles e equilíbrios.

⁸⁶ Essa última informação não consta no quadro 9, pois a posse do 118º Congresso se deu apenas em 2023, ficando assim, fora do escopo desta pesquisa.

3.4.2 Panorama geral: leis e ordens executivas 1989-2022

Conforme já mencionado, para que um projeto de lei seja efetivado implementado, ele deve ser aprovado nas duas casas do Congresso e seguir para a aprovação do Presidente. Em se considerando o período completo desta pesquisa, 1989-2022, foram aprovados pelos presidentes do período 7.370 projetos de lei. Outra forma utilizada para administrar as operações do Poder Executivo do Governo dos EUA diz respeito as Ordens Executivas. Uma ordem executiva é uma declaração feita por um presidente ou governo que tem força de lei, e recorre aos poderes estatutários existentes. No geral são usadas para operações internas e de rotina, porém, por não necessitarem de aprovação do Congresso, alguns presidentes fizeram uso dessas para executar programas e políticas (BUREAU OF JUSTICE ASSISTANCE, 2023; FEDERAL REGISTER, 2023).

Na busca de obter um panorama geral do que foi aprovado, de como essas leis dialogam com os pilares dos partidos, com a questão da hegemonia monetária, e com os custos de manutenção do dólar como moeda internacional, são analisadas as aprovações realizadas no Congresso e as Ordens Executivas emitidas em cada um dos Presidentes. Cada uma das leis analisadas, é classificada, a partir de sua área política, "*policy area*", advinda da base de dados do Congresso. Atualmente, são considerados pelo Congresso trinta e dois termos amplos para considerar as áreas políticas⁸⁷. De 1997 a 2008, a categoria Comemorações também foi utilizada para categorizar homenagens e memoriais. Durante a categorização das leis foi verificada mais uma classificação, *private legislation*, com livre tradução, legislação privada, somado assim, 34 termos. Esse último, por se tratar do interesse de um único indivíduo, o Congresso não atribui um termo de área política⁸⁸ (CONGRESS, 2023c).

Iniciando a apresentação dos dados pelo compilado das leis aprovadas em relação a cada um dos 34 termos, pode-se observar, a partir da tabela 4, que o Congresso com o maior

⁸⁷ Um dos 32 termos da área política é atribuído a cada projeto de lei e resolução que é analisado pelo Congresso. O termo busca retratar e sintetizar a melhor forma de descrever o foco ou o tema predominante em cada uma das medidas. As trinta e duas áreas são Agricultura e Alimentação; Animais; Forças Armadas e Segurança Nacional; Artes, Cultura, Religião; Direito Cívico e Liberdades, Questões Minoritárias; Comércio; Congresso; Crime e aplicação da lei; Economia e Finanças Públicas; Educação; Gerenciamento de Emergência; Energia; Proteção Ambiental; Famílias; Finanças e Setor Financeiro; Comércio Exterior e Finanças Internacionais; Operações e Política Governamental; Saúde; Habitação e Desenvolvimento Comunitário; Imigração; Assuntos Internacionais; Trabalho e Emprego; Lei; Nativos americanos; Terras Públicas e Recursos Naturais; Ciência, Tecnologia, Comunicações; Ciências Sociais e História; Bem-estar social; Esportes e recreação; Tributação; Transportes e obras públicas e Desenvolvimento de recursos hídricos. Maior detalhamento acerca de cada uma das áreas pode ser encontrado no Anexo C (CONGRESS, 2023c).

⁸⁸ Dentre os casos verificados encontrou-se venda de terras e transferência de postos de trabalho (CONGRESS, 2023a).

quantitativo de aprovações é o 101º Congresso – 666 leis, 9% do total, já o 112º Congresso é Congresso com menor a menor quantidade de aprovações, 284 leis, cerca de 3,8% do total. Em analisando as 34 temáticas discutidas, a tabela 4, também apresenta os percentuais encontrados para cada uma das classificações, considerando o período de cada. Os valores absolutos para cada um dos itens podem ser encontrados no apêndice H.

Seguindo na análise da tabela 4, é possível verificar que, diversas temáticas têm percentuais baixos de participação no Congresso, a última coluna apresenta os percentuais de cada uma das temáticas obtendo o total de 7.370. Organizando as temáticas por quantidade de leis aprovadas, é possível verificar que as temáticas com maior aprovação foram “Operações e Política Governamental” com um total de 1.539 leis, “Terras públicas e Recursos naturais” com um total de 803 leis, e “Forças armadas e segurança nacional” cujo total foi 551 leis⁸⁹.

⁸⁹ As temáticas com menos presença, consideram o corte como cem leis, visto que, na média foram aprovadas 217 leis por temática, pode-se observar que as temáticas “Congresso” com 98 leis, “Imigração” com 96 leis, “Comércio Exterior e Finanças Internacionais” com 89 leis, “Tributação” com 83 leis, “Trabalho e Emprego” com 82 leis, “Artes, Cultura, Religião” com 75 leis, “Bem-estar social” com 71 leis, “Famílias” com 59 leis, “Direitos Cívicos e Liberdades, Questões Minoritárias” com 49 leis, “Habitação e Desenvolvimento Comunitário” com 45 leis, “Animais” com 38 leis, “Ciências Sociais e História” com 30 leis e “Esportes e Recreação” com 23 leis.

Tabela 4 - Leis aprovadas no Congresso – 1989-2022 – Classificação Become Law – Percentual por Congresso

ÁREA POLÍTICA	GHW BUSH 101	GHW BUSH 102	CLINTON 103	CLINTON 104	CLINTON 105	CLINTON 106	GW BUSH 107	GW BUSH 108	GW BUSH 109	GW BUSH 110	OBAMA 111	OBAMA 112	OBAMA 113	OBAMA 114	TRUMP 115	TRUMP 116	BIDEN 117	TOTAL	%
Agricultura e Alimentação	3,30%	3,44%	6,13%	2,37%	1,49%	1,49%	1,04%	2,18%	1,24%	2,17%	1,04%	0,00%	0,34%	1,22%	0,45%	0,58%	1,10%	143	1,94%
Animais	0,45%	0,49%	0,85%	0,00%	1,49%	0,99%	0,78%	0,79%	0,41%	0,43%	0,00%	0,35%	0,68%	0,00%	0,23%	0,00%	0,27%	38	0,52%
Artes, Cultura, Religião	2,25%	1,15%	3,81%	1,19%	1,49%	0,99%	0,26%	1,19%	0,21%	0,43%	0,52%	0,35%	0,34%	0,30%	0,45%	0,00%	0,55%	75	1,02%
Assuntos Internacionais	5,26%	5,90%	4,86%	3,56%	3,71%	3,81%	4,18%	4,56%	4,76%	3,91%	3,12%	4,58%	6,08%	6,08%	6,32%	3,20%	3,84%	340	4,61%
Bem-estar social	0,75%	0,82%	1,69%	0,89%	0,50%	0,99%	0,00%	1,39%	2,07%	0,65%	2,34%	0,70%	0,34%	0,30%	0,45%	1,45%	0,55%	71	0,96%
Ciência, Tecnologia, Comunicações	1,20%	1,80%	0,00%	0,59%	1,49%	1,49%	1,83%	1,98%	1,24%	1,96%	3,64%	0,70%	2,03%	0,91%	3,61%	4,94%	1,92%	133	1,80%
Ciências Sociais e História	1,95%	1,64%	1,06%	0,00%	0,00%	0,17%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,35%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	30	0,41%
Comemorações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,15%	10,93%	8,88%	7,74%	7,66%	10,65%	0,52%	0,00%	0,00%	0,30%	0,00%	0,29%	0,00%	270	3,66%
Comércio	1,95%	1,97%	1,90%	2,08%	2,72%	2,15%	1,04%	2,58%	1,45%	3,04%	4,68%	3,87%	0,34%	3,04%	2,26%	2,33%	3,56%	174	2,36%
Comércio Exterior e Finanças Internacionais	0,90%	1,15%	1,69%	2,37%	0,74%	0,66%	1,83%	1,19%	1,24%	1,74%	1,30%	3,17%	0,00%	1,22%	0,45%	0,58%	1,10%	89	1,21%
Congresso	0,90%	0,82%	0,63%	2,97%	1,49%	1,16%	0,78%	0,99%	0,83%	2,39%	2,34%	1,76%	1,01%	1,82%	1,35%	0,87%	1,64%	98	1,33%
Crime e aplicação da lei	2,85%	2,13%	2,96%	4,75%	4,95%	3,64%	2,35%	3,17%	2,90%	5,65%	4,68%	5,99%	3,72%	5,78%	6,55%	5,81%	8,49%	314	4,26%
Desenvolvimento de Recursos Hídricos	1,65%	0,82%	0,63%	2,97%	2,23%	5,46%	2,61%	2,38%	4,35%	1,09%	0,78%	1,06%	2,03%	0,30%	0,68%	0,87%	0,00%	138	1,87%
Direitos Cívicos e Liberdades, Questões Minoritárias	1,50%	1,48%	1,27%	0,30%	0,25%	0,50%	0,00%	0,00%	0,21%	0,43%	0,52%	0,00%	0,34%	0,91%	0,90%	0,58%	1,10%	49	0,66%
Economia e Finanças Públicas	5,11%	5,41%	5,71%	8,31%	7,18%	7,12%	7,31%	4,76%	4,14%	2,17%	4,94%	4,23%	4,05%	2,43%	2,71%	4,36%	3,29%	366	4,97%
Educação	4,65%	4,26%	3,17%	0,59%	1,24%	0,83%	1,57%	1,39%	2,28%	3,70%	0,78%	1,06%	0,68%	1,22%	0,90%	1,45%	1,10%	150	2,04%
Energia	2,40%	0,33%	0,63%	6,53%	3,71%	1,49%	1,83%	0,40%	1,24%	0,65%	0,52%	1,06%	2,36%	0,30%	3,39%	0,29%	0,00%	114	1,55%
Esportes e Recreação	0,30%	0,98%	0,21%	0,59%	0,00%	0,17%	0,00%	0,20%	0,00%	0,00%	0,52%	0,00%	0,68%	0,00%	0,45%	0,58%	0,55%	23	0,31%
Famílias	2,25%	2,13%	1,90%	0,59%	0,74%	0,17%	0,26%	0,79%	0,41%	0,43%	0,52%	0,35%	0,68%	0,00%	0,23%	0,29%	0,00%	59	0,80%
Finanças e Setor Financeiro	2,10%	1,97%	3,17%	2,67%	2,48%	1,32%	2,09%	1,59%	2,28%	1,74%	3,90%	4,93%	2,70%	1,82%	3,39%	4,36%	1,37%	181	2,46%

Forças Armadas e Segurança Nacional	7,36%	9,34%	6,13%	4,75%	4,46%	2,98%	6,27%	4,96%	3,11%	3,91%	7,53%	6,69%	10,81%	12,46%	10,16%	13,66%	18,90%	551	7,48%
Gerenciamento de Emergência	1,05%	0,98%	1,06%	0,00%	0,74%	0,33%	0,78%	1,39%	2,90%	1,30%	1,56%	1,41%	1,69%	3,65%	2,48%	2,91%	3,01%	112	1,52%
Habituação e Desenvolvimento Comunitário	1,05%	0,66%	1,06%	0,59%	0,25%	0,50%	1,04%	0,99%	0,21%	0,43%	1,56%	0,00%	0,68%	0,61%	0,00%	0,29%	0,00%	45	0,61%
Imigração	0,45%	0,82%	0,42%	0,89%	2,23%	2,65%	2,87%	1,19%	1,04%	1,52%	1,56%	2,11%	1,69%	0,30%	0,90%	1,16%	0,82%	96	1,30%
Legislação privada	2,40%	3,28%	1,69%	1,19%	2,48%	3,97%	1,83%	1,19%	0,21%	0,00%	0,52%	0,35%	0,00%	0,00%	0,23%	0,00%	0,82%	103	1,40%
Lei	0,90%	1,48%	1,69%	2,97%	2,23%	0,99%	1,57%	1,98%	1,04%	1,96%	1,56%	2,46%	1,01%	0,91%	0,23%	0,87%	1,64%	107	1,45%
Nativos americanos	3,00%	3,61%	4,23%	5,04%	2,72%	3,48%	1,31%	2,78%	2,90%	2,17%	2,08%	2,46%	4,73%	3,34%	2,71%	3,20%	4,66%	234	3,18%
Operações e Política Governamental	13,06%	11,48%	17,55%	18,40%	11,63%	13,74%	19,06%	21,63%	23,60%	29,57%	29,35%	28,87%	24,32%	30,40%	27,77%	26,45%	25,75%	1539	20,88%
Proteção Ambiental	3,30%	1,80%	1,48%	2,97%	0,74%	0,33%	0,78%	1,19%	0,41%	1,74%	1,30%	1,06%	1,01%	1,22%	0,90%	2,03%	1,37%	105	1,42%
Saúde	9,91%	10,16%	5,07%	4,75%	2,97%	1,49%	4,18%	4,56%	4,35%	6,52%	3,90%	1,76%	7,43%	6,38%	6,09%	5,23%	5,21%	406	5,51%
Terras Públicas e Recursos Naturais	10,81%	13,28%	12,68%	9,20%	15,10%	20,36%	15,40%	14,48%	14,70%	2,39%	4,42%	9,51%	9,12%	4,26%	8,35%	7,56%	3,56%	803	10,90%
Trabalho e Emprego	1,50%	2,13%	1,69%	1,19%	2,23%	0,66%	1,31%	0,79%	1,04%	0,43%	0,52%	0,00%	0,68%	0,61%	1,35%	0,87%	0,82%	82	1,11%
Transportes e Obras Públicas	3,45%	1,97%	2,96%	3,26%	3,22%	2,32%	2,61%	2,18%	3,52%	2,83%	4,94%	6,34%	6,08%	6,69%	3,61%	2,03%	3,01%	249	3,38%
Tributação	0,00%	0,33%	0,00%	1,48%	0,99%	0,66%	2,35%	1,39%	2,07%	1,96%	2,60%	2,46%	2,36%	1,22%	0,45%	0,87%	0,00%	83	1,13%
TOTAL	666	610	473	337	404	604	383	504	483	460	385	284	296	329	443	344	365	7370	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base em Congress (2023a).

Analisando os títulos das leis colocadas em vigor, verificou-se que, as leis classificadas na área política “Animais”, com um total de 38 leis, não contribuíam com a análise a ser realizada nesta pesquisa. O mesmo aconteceu com as leis classificadas como “Legislação privada”, com um total de 103 leis e com as leis presentes na área política “Comemorações” utilizada de 1997 a 2008, com 270 leis no total.

Verificou-se também que, fora do período compreendido pela área política “Comemorações” diversas homenagens, comemorações e menções honrosas foram realizadas, dessa vez, estavam atreladas as áreas políticas da qual a comemoração tratada. De igual modo, essas não contribuem para a compreensão da hegemonia monetária e do dólar. No total verificou-se 507 leis cuja característica se enquadra nesse cenário.

Outra situação verificada, diz respeito a alterações de Correio (*post office*), classificadas em sua ampla maioria como da área política “Operações e política governamental”, 887 leis se enquadravam nesse caso. Todas as leis explicitadas aqui, foram excluídas da base analisada. No total foram excluídas 1.805 leis, resultando em uma nova base de análise com 5.565 leis no total. A nova base com os percentuais é apresentada na tabela 5, e a tabela com os valores absolutos é apresentada no apêndice I.

Essa pesquisa foi realizada, pois, para ser possível compreender as medidas tomadas em cada um dos momentos dos governos pós-1989, é preciso, além de compreender o ambiente, o momento histórico, por esses enfrentado, e, o momento político norte-americano. Dado que, a maioria das casas legislativas, os partidos predominantes e o foco em que cada Congresso atuou, bem como, a ênfase dada por cada presidente em relação às ordens executivas (discutidas posteriormente), é possível estabelecer uma relação entre as mudanças políticas e o aumento, ou a diminuição, da hegemonia monetária internacional dos EUA.

Tabela 5 - Leis aprovadas no Congresso – 1989-2022 – Classificação Become Law – Percentual por Congresso – pós-exclusões

	101º	102º	103º	104º	105º	106º	107º	108º	109º	110º	111º	112º	113º	114º	115º	116º	117º	TOTAL	%
Agricultura e Alimentação	3,44%	4,30%	7,00%	2,52%	1,80%	1,96%	1,37%	3,05%	1,74%	3,36%	1,32%	0,00%	0,40%	1,50%	0,58%	0,75%	1,37%	129	2,32%
Artes, Cultura, Religião	1,15%	0,48%	1,96%	1,26%	1,80%	1,31%	0,34%	1,39%	0,29%	0,67%	0,33%	0,44%	0,40%	0,37%	0,58%	0,00%	0,68%	47	0,84%
Assuntos Internacionais	3,90%	5,97%	5,04%	3,77%	4,19%	5,01%	5,50%	6,09%	6,40%	6,04%	3,97%	5,29%	7,26%	7,49%	8,09%	4,15%	4,78%	302	5,43%
Bem-estar social	0,46%	0,48%	1,68%	0,94%	0,60%	1,31%	0,00%	1,94%	2,91%	1,01%	2,98%	0,88%	0,40%	0,37%	0,58%	1,89%	0,68%	63	1,13%
Ciência, Tecnologia, Comunicações	1,83%	2,39%	0,00%	0,63%	1,80%	1,96%	2,41%	2,77%	1,74%	3,02%	4,64%	0,88%	2,42%	1,12%	4,62%	6,42%	2,39%	132	2,37%
Ciências Sociais e História	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,22%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,44%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2	0,04%
Comércio	2,52%	2,63%	2,52%	2,20%	3,29%	2,83%	1,37%	3,60%	2,03%	4,70%	5,96%	4,85%	0,40%	3,75%	2,89%	3,02%	4,44%	171	3,07%
Comércio Exterior e Finanças Internacionais	1,15%	1,67%	2,24%	2,52%	0,90%	0,87%	2,41%	1,66%	1,74%	2,68%	1,66%	3,96%	0,00%	1,50%	0,58%	0,75%	1,37%	88	1,58%
Congresso	1,15%	1,19%	0,84%	3,14%	1,80%	1,53%	1,03%	1,39%	1,16%	3,69%	2,98%	2,20%	1,21%	2,25%	1,73%	1,13%	2,05%	97	1,74%
Crime e aplicação da lei	1,83%	1,67%	2,52%	5,03%	5,99%	4,79%	3,09%	4,43%	4,07%	8,72%	5,96%	7,49%	4,44%	7,12%	8,38%	7,55%	10,58%	292	5,25%
Desenvolvimento de Recursos Hídricos	2,52%	1,19%	0,84%	3,14%	2,69%	7,19%	3,44%	3,32%	6,10%	1,68%	0,99%	1,32%	2,42%	0,37%	0,87%	1,13%	0,00%	138	2,48%
Direitos Civis e Liberdades, Questões Minoritárias	1,38%	1,67%	1,40%	0,31%	0,30%	0,65%	0,00%	0,00%	0,29%	0,67%	0,66%	0,00%	0,40%	1,12%	1,16%	0,75%	1,37%	42	0,75%
Economia e Finanças Públicas	7,80%	7,88%	7,56%	8,81%	8,68%	9,37%	9,62%	6,65%	5,81%	3,36%	6,29%	5,29%	4,84%	3,00%	3,47%	5,66%	4,10%	366	6,58%
Educação	3,90%	3,82%	2,24%	0,63%	1,50%	1,09%	2,06%	1,94%	3,20%	5,70%	0,99%	1,32%	0,81%	1,50%	0,87%	1,89%	1,37%	118	2,12%
Energia	3,67%	0,48%	0,84%	6,92%	4,49%	1,96%	2,41%	0,55%	1,74%	1,01%	0,66%	1,32%	2,82%	0,37%	4,34%	0,38%	0,00%	114	2,05%
Esportes e Recreação	0,00%	0,24%	0,00%	0,63%	0,00%	0,22%	0,00%	0,28%	0,00%	0,00%	0,33%	0,00%	0,40%	0,00%	0,58%	0,75%	0,68%	13	0,23%
Famílias	0,69%	0,95%	0,00%	0,63%	0,90%	0,22%	0,34%	1,11%	0,58%	0,67%	0,66%	0,44%	0,81%	0,00%	0,29%	0,38%	0,00%	29	0,52%
Finanças e Setor Financeiro	2,06%	1,67%	3,92%	1,89%	2,99%	1,74%	2,75%	2,22%	3,20%	2,68%	4,30%	3,52%	2,42%	1,12%	3,76%	3,77%	1,02%	145	2,61%

Forças Armadas e Segurança Nacional	6,65%	9,79%	6,44%	5,03%	5,39%	3,92%	8,25%	6,65%	4,36%	6,04%	8,94%	7,93%	12,90%	15,36%	12,14%	17,36%	23,21%	500	8,98%
Gerenciamento de Emergência	1,38%	0,24%	0,84%	0,00%	0,90%	0,44%	1,03%	1,94%	4,07%	2,01%	1,99%	1,76%	2,02%	4,49%	3,18%	3,77%	3,75%	104	1,87%
Habitação e Desenvolvimento Comunitário	1,15%	0,72%	1,40%	0,63%	0,30%	0,65%	1,37%	1,39%	0,29%	0,67%	1,99%	0,00%	0,81%	0,75%	0,00%	0,38%	0,00%	42	0,75%
Imigração	0,69%	1,19%	0,56%	0,94%	2,69%	3,49%	3,78%	1,66%	1,45%	2,35%	1,99%	2,64%	2,02%	0,37%	0,87%	1,51%	1,02%	95	1,71%
Lei	1,15%	2,15%	1,96%	3,14%	2,69%	1,31%	2,06%	2,77%	1,45%	3,02%	1,99%	3,08%	1,21%	1,12%	0,29%	1,13%	2,05%	105	1,89%
Nativos americanos	4,13%	4,77%	5,60%	5,35%	3,29%	4,58%	1,72%	3,88%	4,07%	3,36%	2,32%	3,08%	5,65%	4,12%	3,47%	4,15%	5,80%	229	4,12%
Operações e Política Governamental	16,06%	11,93%	17,93%	15,72%	10,78%	7,41%	8,59%	5,54%	4,94%	8,39%	13,91%	15,42%	12,50%	16,10%	11,27%	8,68%	9,90%	633	11,37%
Proteção Ambiental	2,98%	1,43%	1,96%	3,14%	0,90%	0,44%	1,03%	1,66%	0,58%	2,68%	1,66%	1,32%	1,21%	1,50%	1,16%	2,64%	1,71%	91	1,64%
Saúde	4,59%	5,73%	1,68%	5,03%	3,59%	1,96%	5,50%	6,09%	6,10%	10,07%	4,97%	2,20%	8,87%	7,87%	7,80%	6,79%	6,48%	303	5,44%
Terras Públicas e Recursos Naturais	15,37%	17,42%	14,85%	9,75%	17,96%	26,80%	20,27%	19,94%	20,35%	3,69%	5,30%	11,89%	10,08%	4,87%	9,54%	8,30%	4,44%	768	13,80%
Trabalho e Emprego	1,83%	2,86%	2,24%	1,26%	2,69%	0,87%	1,72%	1,11%	1,45%	0,67%	0,66%	0,00%	0,81%	0,75%	1,73%	1,13%	1,02%	79	1,42%
Transportes e Obras Públicas	4,59%	2,63%	3,92%	3,46%	3,89%	3,05%	3,44%	3,05%	4,94%	4,36%	6,29%	7,93%	7,26%	8,24%	4,62%	2,64%	3,75%	245	4,40%
Tributação	0,00%	0,48%	0,00%	1,57%	1,20%	0,87%	3,09%	1,94%	2,91%	3,02%	3,31%	3,08%	2,82%	1,50%	0,58%	1,13%	0,00%	83	1,49%
TOTAL	436	419	357	318	334	459	291	361	344	298	302	227	248	267	346	265	293	5565	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora com base em Congress (2023a).

Mesmo após as exclusões, é possível observar que, para o período analisado, as áreas políticas com mais leis aprovadas foram “Terras públicas e Recursos naturais” com um total de 768 leis, “Operações e Política Governamental” com um total de 633 leis, e “Forças armadas e segurança nacional” cujo total foi 500 leis. Diferente do cenário anterior, as temáticas voltadas para as terras públicas tiveram, no todo, um quantitativo maior.

Antes de analisar a fundo o que foi, de fato, aprovado, a relação com os partidos e a questão dos custos propriamente dita, é conveniente a análise das ordens executivas, visto que, essas, também impactam no dia a dia dos cidadãos. A tabela 6, apresenta o quantitativo de ordens em cada ano de governo, o total para cada um dos presidentes, o percentual desse presidente em relação ao total de ordens executivas emitidas, bem como, a relação entre a quantidade total do presidente e ao período que esse esteve à frente da Casa Branca.

Tabela 6 - Ordens Executivas (O.E.), emitidas de 20 de janeiro de 1989 até 31 de dezembro de 2022

ANO	PRESIDENTE	QUANTIDADE DE O. E. ASSINADAS	TOTAL POR PRESIDENTE	QUANTIDADE POR ANOS DE MANDATO
1989	George H. W. Bush	31		
1990	George H. W. Bush	43		
1991	George H. W. Bush	46	166 (12,04%)	41,5
1992	George H. W. Bush	40		
1993	George H. W. Bush	6		
1993	Clinton	57		
1994	Clinton	10		
1995	Clinton	40		
1996	Clinton	49		
1997	Clinton	38	320 (23,21%)	40
1998	Clinton	38		
1999	Clinton	35		
2000	Clinton	41		
2001	Clinton	12		
2001	George W. Bush	54		
2002	George W. Bush	31		
2003	George W. Bush	41		
2004	George W. Bush	45		
2005	George W. Bush	26	291 (21,10%)	36,375
2006	George W. Bush	27		
2007	George W. Bush	32		
2008	George W. Bush	30		
2009	George W. Bush	5		
2009	Obama	38		
2010	Obama	36		
2011	Obama	34		
2012	Obama	39	276 (20,01%)	34,5
2013	Obama	20		
2014	Obama	31		
2015	Obama	29		
2016	Obama	42		

2017	Obama	7		
2017	Trump	55		
2018	Trump	37		
2019	Trump	45	220 (15,95%)	55
2020	Trump	69		
2021	Trump	14		
2021	Biden	77	106 (7,69%)	53
2022	Biden	29		

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Federal Register (2023).

Considerando o intervalo do início do mandato de G. H. W. Bush, 20 de janeiro de 1989, até o dia 31 de dezembro de 2022, foram emitidas um total de 1.379 ordens executivas. É conveniente ressaltar as datas, pois os inícios dos mandatos nos EUA não são realizados no dia primeiro de janeiro, como no Brasil, mas sim, no dia 20 de janeiro. Dessa forma, houve momentos na história que em um ano específico, dois presidentes emitiram ordens executivas, é o caso de 1993, 2001, 2009, 2017 e 2021. Analisando as quantidades de ordens emitidas por presidente é possível verificar que o presidente Clinton foi o presidente que emitiu mais O.E., porém, ao se considerar o tempo que cada presidente ficou no poder, contribuindo para a redução do viés de que, quem governa mais, naturalmente, vai se sobressair na quantidade, o presidente Trump apresenta destaque, tecnicamente, empatado com Biden, se considerando o mandato em meses, visto que, o Governo de Biden na pesquisa não completou 2 anos. Considerando um período de 4 anos de mandato para Trump, pode-se dizer que ele emitiu o equivalente a 55 O.E. por ano. Já Biden, em considerando, por arredondamento, dois anos de mandato, emitiu 53 O.E. por ano. Uma quantidade cerca de 25% maior do que o presidente G. H. W. Bush, o terceiro maior em considerando o período.

Antes de detalhar os motivos para essas emissões é fundamental compreender as áreas políticas de cada uma das ordens executivas. Para ser possível a relação entre as aprovações realizadas no Congresso e as ordens emitidas, cada O.E. foi classificada considerando as áreas anteriormente citadas. A tabela 7, sintetiza os resultados para cada um dos presidentes e os apêndices J e K, apresentam os valores absolutos ano a ano. Para uma melhor compreensão, as linhas da tabela foram organizadas seguindo uma ordem decrescente do quantitativo total considerando cada área política analisada. Isso significa que as primeiras linhas apresentam as áreas políticas com maior emissão, no total, e as últimas linhas, as menores emissões. Importante ressaltar que, para cada um dos presidentes, a realidade encontrada tende a ser diferente.

Tabela 7 - Ordens Executivas (O.E.), emitidas de 20 de janeiro de 1989 até 31 de dezembro de 2022 classificadas por área política

ÁREA POLÍTICA	PRESIDENTE						TOTAL
	George Bush	Clinton	George W. Bush	Obama	Trump	Biden	
Operações e Política Governamental	31	65	77	58	40	11	282
Assuntos Internacionais	31	44	56	61	25	18	235
Forças Armadas e Segurança Nacional	16	27	22	17	20	3	105
Trabalho e Emprego	11	14	14	23	6	7	75
Ciência, Tecnologia, Comunicações	6	22	13	11	9	6	67
Saúde	5	12	7	7	20	15	66
Direitos Cívicos e Liberdades, Questões Minoritárias	4	20	12	9	6	12	63
Proteção Ambiental	3	24	8	11	3	4	53
Comércio Exterior e Finanças Internacionais	13	18	8	6	6	0	51
Economia e Finanças Públicas	9	15	4	6	12	4	50
Tributação	5	9	16	10	8	2	50
Crime e aplicação da lei	3	5	4	7	11	5	35
Lei	4	4	7	7	5	2	29
Gerenciamento de Emergência	2	1	4	11	5	1	24
Habitação e Desenvolvimento Comunitário	0	5	8	5	5	1	24
Comércio	2	9	1	5	6	0	23
Comemorações	6	4	3	3	3	1	20
Terras Públicas e Recursos Naturais	2	2	6	4	3	1	18
Educação	4	3	3	2	3	1	16
Finanças e Setor Financeiro	0	1	1	4	5	4	15
Energia	1	0	5	3	3	2	14
Imigração	2	0	2	1	5	3	13
Esportes e recreação	3	2	3	1	2	0	11
Transportes e Obras Públicas	0	3	4	1	3	0	11
Nativos americanos	0	4	1	2	1	2	10
Famílias	2	4	0	1	0	0	7
Agricultura e Alimentação	1	2	1	0	2	0	6
Desenvolvimento de Recursos Hídricos	0	1	1	0	1	0	3
Bem-estar social	0	0	0	0	2	0	2
Artes, Cultura, Religião	0	0	0	0	0	1	1
TOTAL	166	320	291	276	220	106	1379

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Federal Register (2023).

A partir da análise da tabela 7, e comparando com os dados encontrados nas leis do Congresso, pode-se verificar que há similaridade entre as áreas mais encontradas. O destaque, porém, em se tratando das O.E., diz respeito aos assuntos internacionais, sendo a segunda área mais presente entre as classificações. Já na análise do Congresso, a área “Assuntos Internacionais”, é a sexta área mais abordada.

Dessa forma, é possível verificar que, em se tratando de elementos relacionados à hegemonia, as ordens executivas são utilizadas na maioria para questões internacionais. Ao se refletir, especificamente, sobre a hegemonia monetária internacional, essas ordens são utilizadas também para a imposição de sanções financeiras, conforme é apresentado ao longo deste capítulo. Após esse panorama mais amplo, é necessário pontuar o cenário histórico-político enfrentado por cada um dos presidentes para compreender as aprovações, tanto do Congresso, quanto de ordens executivas, e, como essas se relacionam com a hegemonia monetária estadunidense.

Nos próximos tópicos, são analisados cada um dos governos do período estudado nesta tese, bem como, a relação entre as alterações políticas estadunidenses e a hegemonia monetária internacional norte-americana. Ao longo do texto, são pontuados fatores que contribuem para a hegemonia militar, cultural e tecnológica. Porém, esses, têm a intenção de ampliar a compreensão do cenário vivenciado pelos EUA no momento citado. Para este estudo, são aprofundados aspectos que contribuam com a análise da liderança monetária dos EUA, e sua hegemonia monetária e financeira (NORRLÖFF, 2020).

3.4.3 Governo George H. W. Bush: 1989 – 1992 – Republicano

O governo do republicano George H. W. Bush, compreende o intervalo de 1989 até 1992. Teve em vista resgatar os valores americanos tradicionais e tornar os EUA “uma nação mais amável e mais gentil”⁹⁰. Seu governo foi marcado pela queda do Muro de Berlim (1989), seguida da desintegração da URSS (1991), era o fim da Guerra Fria (WHITE HOUSE, 2022a, n.p, *tradução nossa*). É um novo mundo e um novo contexto para a economia política internacional.

No que tange ao Congresso, durante todo o período de governo, o presidente, atuou sem a maioria em ambas as casas, o que impactou nas ações realizadas ao longo desses anos, pois, de maneira geral, esse cenário tende a dificultar um pouco mais a gestão realizada.

⁹⁰ No original em inglês: “*a kinder and gentler nation*” (WHITE HOUSE, 2022a, n.p).

Dentre os pontos relacionados a economia, foi um período de queda dos juros, tentativa de retomada da economia, visto que, o cenário era de recessão fruto das décadas de 1970 e 1980, queda da produção, desemprego relativamente elevado, inflação em alta e gastos no exterior focados na região da ex-URSS e na América Central. Por se tratar de um governo republicano, as expectativas eram baseadas em um maior conservadorismo, redução do Estado e fortalecimento das forças armadas.

A postura defendida por H. W. Bush, era de ampliação da presença global norte-americana, pois, com o fim da Guerra Fria, os EUA tinham a oportunidade de ampliar o seu exercício de hegemonia, por meio da busca de uma supremacia militar e do unilateralismo. A partir do governo H. W. Bush, a busca era, de fato, tornar os EUA a única superpotência, ou seja, a nação hegemônica, no aspecto militar, econômico, cultural e tecnológico (BERTONHA, 2009; PECEQUILO, 2017; METRI, 2020). Importante ressaltar aqui, que, o governo, tinha por objetivo uma expansão hegemônica total, ou seja, a hegemonia econômica estava incluída nessas intenções.

Na questão militar o governo, teve diversas inserções, destaca-se aqui, a resposta à Guerra do Golfo e as ações no Panamá⁹¹. Nas questões internas, H. W. Bush, atuou na expansão do financiamento federal relacionado a creches, na ampliação da licença médica para emergências familiares, na política ambiental, e na proteção e restauração de parques e refúgios selvagens. Apesar disso, recusou-se a assinar um tratado internacional de preservação da biodiversidade de plantas, Bush exigiu como contrapartida a diluição de outro tratado que buscava conter as causas do aquecimento global. Foi criticado pelo avanço da criminalidade

⁹¹ Em agosto de 1990, o Iraque invadiu e dominou o Kuwait em poucas horas. Com essa invasão, o Iraque, passou a dominar uma parte relevante das reservas de petróleo da região, resultando assim, em uma intervenção dos EUA. Ao final de novembro, do mesmo ano, H. W. Bush, coordenando uma coalizão de mais de 30 países, conseguiu a aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Essa, autorizava o uso da força para expulsar o Iraque do Kuwait, se Hussein não se retirasse até 15 de janeiro de 1991. Porém, para que essa invasão norte-americana acontecesse, o Congresso, com maioria democrata, deveria autorizar. Por uma estreita margem, isso aconteceu. Assim, os EUA, por meio da Operação Desert Storm aprovada por meio da Resolução Conjunta 77 (H.J.Res.77: Authorization for Use of Military Force Against Iraq Resolution), interviram na Guerra do Golfo. Já em fevereiro de 1991, tanto o iraquiano Saddam Hussein, como suas tropas deixam o Kuwait (PATTERSON, 2005; CONGRESS, 2023a). A questão no Panamá, foi chamada de Operação Justa Causa, e envolveu o anticomunista panamenho Manuel Noriega. Esse, havia colaborado com os EUA e com a CIA ao longo da década de 1980. Porém, após não aceitar o resultado de eleições democráticas de maio de 1989, que deram a vitória para Guillermo Endara. Assim, os EUA invadiram o Panamá na busca pela proteção dos norte-americanos no Panamá, na defesa da democracia e dos direitos humanos, porém, acima de tudo, era a ameaça de Noriega a Zona e ao Canal localizado na cidade do Panamá. Novamente, o Congresso aprova essa invasão (PATTERSON; 2005; MATTOS, 2021). Por fim, ainda em 1989, Noriega foi capturado e Endara assume o poder. Além dessas inserções e do investimento no auxílio aos países da região da ex-URSS, H. W. Bush atuou junto a Gorbachev na redução dos arsenais nucleares de ambos os lados, e na negociação do NAFTA (North American Free Trade Agreement ou em livre tradução, Acordo de Livre Comércio da América do Norte), esse último, só entrou de fato em vigor com a aprovação do Senado no mandato de Clinton (PATTERSON; 2005; MATTOS, 2021).

em regiões mais pobres e por falta de empatia ao não ampliar os auxílios aos desempregados (PATTERSON, 2005; CONGRESS, 2023a).

O Congresso neste período, atuou na promoção dos direitos legais de minorias e no combate à discriminação de deficientes no emprego, por meio da implantação da Lei dos Americanos Portadores de Deficiência (S. 933 – *Americans with Disabilities Act* de 12 de julho de 1990), um marco em se tratando do tema, pois proibia os empregadores privados de discriminar as pessoas com deficiência no emprego, nos serviços e alojamentos públicos e nos demais setores. Por meio dela, houve um avanço significativo na questão dos direitos humanos nos EUA. Outra lei relevante aprovada no Congresso nessa mesma época, foi a Lei do Ar Limpo (S. 1630 – *Clean Air Act Amendments of 1990*, de 15 de novembro de 1990), essa, buscava conter ameaças à saúde, tais como chuva ácida, poluição atmosférica urbana, destruição da camada de ozônio e outras emissões poluentes (PATTERSON, 2005; CONGRESS, 2023a).

H. W. Bush, também se destaca pelas quatro solicitações de aumento de limite da dívida e pela tentativa de contenção da crescente dívida federal, cujo caminho foi a elaboração de um pacote de impostos, redução dos déficits e aumento do imposto de renda da faixa superior de 28% para 31,5%, claramente, contrariando a campanha eleitoral realizada por Bush “Leia os meus lábios: não há novos impostos⁹²”. O que contribuiria em parte, para a falta de apoio da ala mais conservadora do partido republicano e para a sua derrota em 1992 para Clinton⁹³ (PATTERSON, 2005; NBC NEWS, 2018, n.p, *tradução nossa*; CONGRESS, 2023a).

A respeito das ordens executivas, o destaque pode ser dado para temáticas relacionadas a bloqueios e sanções, ao fim de emergências em determinadas regiões, cooperações nucleares e sobre a designação de áreas como zona de combate (FEDERAL REGISTER, 2023). Temáticas essas que buscam o fortalecimento da hegemonia monetária internacional, quer seja de maneira direta ou de maneira indireta.

Considerando o pós-1989, com o fim da Guerra Fria e o esfriamento do sentimento anticomunista, observou-se uma tendência de quebra do equilíbrio nos partidos republicano e

⁹² No original em inglês: “*Read my lips: no new taxes*” (NBC NEWS, 2018, n.p).

⁹³ Em conversa com o *The New York Post* acerca da quebra da promessa de campanha, William J. Bennett, secretário de Educação, diretor de política de drogas e conselheiro político de Bush afirmou que foi um erro o presidente assinar a lei de aumento de impostos. “Alguns de nós lutamos o máximo que pudemos, em alguns momentos indo além dos limites da cortesia, para que ele não concordasse com o aumento de impostos. Falei com ele várias vezes. Disse que sua promessa não era apenas uma promessa de campanha. **FOI A** campanha. Você não pode pegar a sua definição e invertê-la. Descobri que o povo americano não precisa concordar com você. O que eles querem é uma linha reta, sendo fiel à sua palavra” (SCHMALZ, 1992, *tradução nossa, grifo do autor*). No original em inglês: “*Some of us fought as hard as we could, at some point beyond the limits of courtesy, for him not to sign on to the tax increase. I spoke to him several times. I said his pledge wasn't just a campaign promise. It WAS the campaign. You can't take the definition of yourself and flip it. I've found that the American people don't have to agree with you. What they want is a straight line, being true to your word.*” (SCHMALZ, 1992).

democratas. Isso, trouxe polarizações e fragmentações internas nas linhas de pensamento. Patterson (2005), afirma que, essas discussões internas no partido republicano, onde, republicanos conservadores e republicanos moderados como Bush, passaram a figurar em lados opostos, contribuíram para o fortalecimento dos Democratas nas eleições de 1992. Pois, o anticomunismo que manteve uma forte ligação no partido, agora, dava lugar a outros debates.

Em se tratando da questão hegemônica monetária de maneira pontual, é possível ver que, o governo em questão, focou nas questões internacionais (ambiente externo), e na presença militar norte-americana nos conflitos internacionais. Esse movimento, contribui para o aumento da influência norte-americana nos demais países. Isto significa, que, diversas ações, dentre elas, o aumento do endividamento nacional, conforme detalhado no próximo capítulo, foram realizadas em prol de uma ampliação da presença e das atuações no cenário externo. Com destaque para o aumento da influência e da dependência de certas regiões para com uma presença norte-americana, como o caso da América Latina e do Oriente Médio. A questão interna, por sua vez, apesar de necessária para a ampliação da autonomia, não foi tão enfatizada no governo H.W. Bush.

Pode-se dizer então, que, do ponto de vista político, e considerando as definições de Kindleberger (1973), Gilpin (1981), e Keohane (1982), o governo H.W. Bush contribuiu para a ampliação da hegemonia monetária norte-americana ao manter uma liderança monetária e estimular o crescimento do livre comércio. Porém, apesar das conquistas internacionais e dos trunfos diplomáticos e militares, no cenário interno havia um descontentamento com uma economia inconstante, aumento da violência nas cidades e do déficit nas contas públicas (WHITE HOUSE, 2022a, n.p, *tradução nossa*). Todo esse cenário de fragilidade política e de queda da popularidade de Bush contribuíram para a vitória de Clinton em 1992.

3.4.4 Governo Bill Clinton: 1993-2001 – Democrata

O democrata William Jefferson Clinton (Bill Clinton), esteve à frente da Casa Branca de 1993 a 2001, sendo o 42º Presidente. Bill Clinton, governou os Estados Unidos durante dois mandatos. O primeiro, durou de 1993 até 1997, vencendo em 1992, o republicano H. W Bush que buscava sua reeleição, e o segundo de 1997 até 2001, vencendo nas eleições de 1996, o republicano Bob Dole.

Seu governo, no cenário interno, marca a criação de 23 milhões de novos empregos e o maior período de expansão econômica em tempos de paz da história norte-americana. Com destaque para, a menor taxa de desemprego dos tempos modernos, crescimento no setor

produtivo (INDPRO), a menor inflação em 30 anos, e quedas das taxas de criminalidade em diversos lugares do país. Seu mandato, também foi marcado por crises nos países emergentes, crise no mercado de títulos norte-americano, o estouro da bolha da internet, acusações de corrupção e pelo *impeachment*. Sugeriu o primeiro orçamento equilibrado em décadas e alcançou superávit orçamentário. Ampliou a legislação educacional, proteção aos empregos dos pais que precisavam cuidar de crianças doentes, limitar a venda de armas e fortalecer as regras ambientais (DEMOCRATS, 2022c; WHITE HOUSE, 2022c).

No que tange ao Congresso, os primeiros dois anos de governo, foram marcados por maioria Democrata em ambas as casas. Já nos seis anos seguintes, tanto Câmara quanto Senado possuíam maioria Republicana. Por se tratar de um governo democrata, a expectativa era de uma maior pluralidade, diversidade, incentivos na saúde, previdência, direitos humanos e uma menor preocupação com questões de guerra e armamentistas. Pelo fato de os EUA virem de um cenário de aumento de impostos gerados pelo aumento da dívida pública, da baixa preocupação com a política interna e de um ambiente de paz, Clinton priorizou a política interna e venceu alegando que, os governos republicanos Reagan e H. W. Bush tinham os piores resultados em se tratando da economia, afirmando que, os EUA ainda estavam em recessão.

Por conta disso, Clinton desenvolveu sua estratégia de campanha a partir do *slogan* “A economia, estúpido!⁹⁴”. Como resultado, Clinton obteve 43% do total, contra 37,4% de Bush (em votos 9,7 milhões a menos que na eleição de 1988), e 19% de Ross Perot pelo Partido Reformista, esse, obtendo o melhor resultado de um partido de terceira via desde 1912 (PATTERSON, 2005, p. 252, *tradução nossa*; PECEQUILO, 2013).

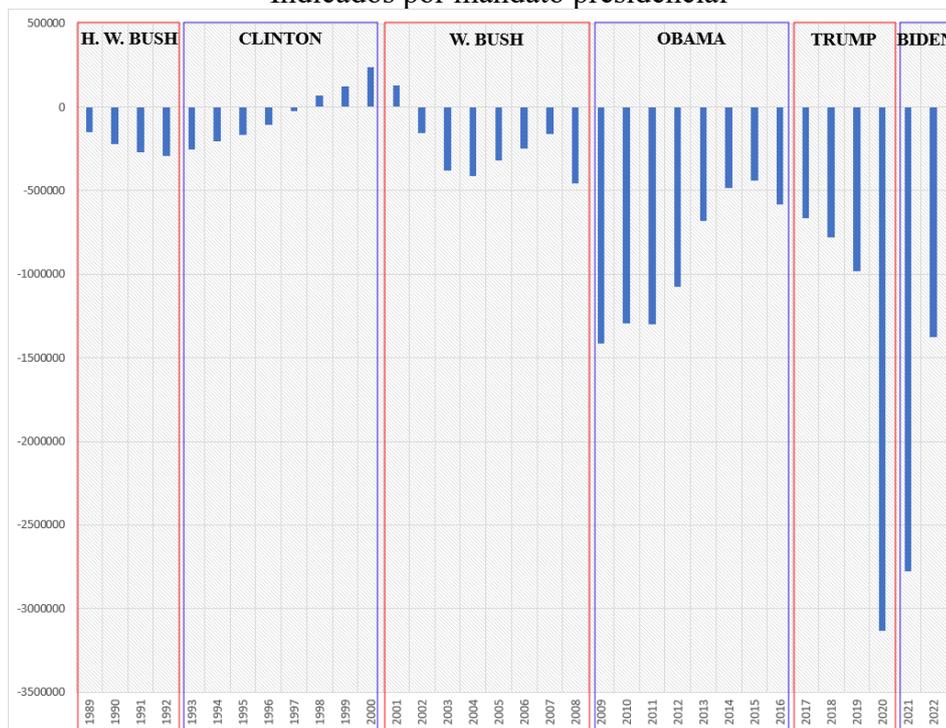
Inicialmente, o governo Clinton preocupou-se com questões domésticas, visto que, era seu foco na campanha, uma das maiores críticas ao antigo presidente e em possuindo maioria nas casas o cenário tenderia a ser favorável. Porém, isso, rapidamente, mudou. Em 1993, o *World Trade Center* sofreria o seu primeiro ataque terrorista com a explosão de uma bomba na garagem subterrânea de uma das torres, o atentado foi atribuído a Al-Qaeda. E em 1995, um atentado terrorista interno, realizado por um grupo de supremacistas branco, alinhados com a extrema-direita, explodiu o Edifício Federal Alfred Murrah, em Oklahoma City (PECEQUILO, 2013).

De maneira geral, o presidente Clinton alcançou feitos relevantes para a história norte-americana. Lutou vertiginosamente, na questão do orçamento público, assinando leis voltadas para a redução dos impostos para as pessoas de baixa renda, pequenas empresas e ampliando

⁹⁴ No original em inglês: “*The economy, stupid!*” (PATTERSON, 2005, p. 252).

os impostos para os mais ricos (CONGRESS, 2023a). Os resultados são visíveis ao se comparar os orçamentos de cada um dos períodos analisados neste estudo. O gráfico 4, permite essa visualização.

Gráfico 4 - Dados do orçamento fiscal em milhões de dólares sem ajuste sazonal – 1989-2022 – Indicados por mandato presidencial



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de FRED (2023e).

É possível ver que, para todo o período analisado neste estudo, Clinton foi o único presidente que conseguiu resultado positivo em se tratando no orçamento público, o que impactou em um ritmo menor de aumento da dívida pública. Em outras palavras, a dívida pública no governo Clinton cresceu, como já visto anteriormente, porém, a um ritmo mais lento. A partir da influência do secretário do Tesouro, Robert Rubin, a gestão Clinton, restringiu o crescimento dos gastos do governo. Com o aumento da confiança internacional na moeda, houve também um aumento das reservas internacionais dos demais países quando realizadas em dólares e um fortalecimento claro da posição fiscal interna (EICHENGREEN, 2011; COHEN, BENNEY, 2013). Cenário esse que, ocasionou uma renovação da hegemonia monetária norte-americana (PECEQUILO, 2008).

A partir do meio do seu primeiro governo, Clinton teve que ampliar as negociações com o Congresso, visto que, as casas eram de maioria republicana, esse cenário contribuiu para uma paralisação momentânea de governo, seguido de cortes de impostos para os ricos e uma mudança na compreensão das políticas de assistência social. No que se refere a questões

terroristas, as bases americanas no Iêmen e na Arábia Saudita e as embaixadas no Quênia e na Tanzânia sofreram ataques antes dos anos 2000. Resultando na criação por Clinton de uma força tarefa para o estudo de riscos de atentados contra os EUA. A força tarefa era comandada por Richard Clarke (PECEQUILO, 2013).

No cenário externo, a partir dos ganhos já obtidos por Bush no que diz respeito ao NAFTA, conseguiu sua aprovação no 103º Congresso em 1994, se tornando a Lei n.º 103-182, denominada *North American Free Trade Agreement Implementation Act*. Mattos (2021), afirma que, apesar das intenções serem de ampliação da geração de empregos no México, mitigação da entrada de ilegais, possibilidades de acordos para melhoria do meio ambiente, o que se verificou na prática foi bem diferente, sendo renegociado em 2018, tornando-se o USMCA (*United States – Mexico – Canada Agreement*).

Na busca por se manter como líder mundial, a partir de 1997, Clinton passou a evitar pressões excessivas à China, buscando o que Pecequilo (2013, p. 112), chamou de “engajar para conquistar”, ou seja, manter-se próximo das potências regionais tendo-as como aliadas. Aqui, de maneira estratégica, Clinton evitou o embate à China, aproximando-se da Índia, por exemplo. Trabalhou na expansão da OTAN, no início das negociações da OMC (Organização Mundial do Comércio), nos arranjos da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), e da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), buscando a expansão da globalização e aumento da influência nas potências regionais. O presidente deixava claro acreditar nas oportunidades que a globalização e o advento da internet dariam para os Estados Unidos, permitindo crescimento das empresas, acesso a novos produtos por meio das reduções de barreiras comerciais (PATTERSON, 2005; CONLEY, 2007; PECEQUILO, 2008; 2013).

Em 1998, sofreu um impeachment pela Câmara dos Deputados por escândalos de ordem pessoal⁹⁵, porém, ao ser julgado no Senado, foi considerado inocente. Nas questões internacionais bombardeou o Iraque quando Saddam Hussein interrompeu as inspeções das Nações Unidas, em busca de armas químicas, biológicas e nucleares (DEMOCRATS, 2022c; WHITE HOUSE, 2022c). Na economia, apresentou a melhor expansão em momentos de paz já vivenciada pelos EUA.

No Congresso, durante os oito anos de governo de Clinton, pode se destacar, as prorrogações das leis de dotações contínuas, para os anos fiscais de 2000 e 2001, aprovadas no

⁹⁵ No final da década de 1990, o então presidente Bill Clinton foi processado por assédio sexual pela então, estagiária da Casa Branca Mônica Lewinsky. Ao longo do processo o presidente foi acusado de onze motivos possíveis para o impeachment, dentre eles, mentir sob juramento ao grande júri ao negar o caso, obstruir a justiça ao alinhar depoimentos entre ele e Mônica, e, abusar de sua autoridade constitucional. Ao final Clinton foi absolvido pelo Senado e considerado inocente das acusações (CONGRESS, 1998; WHITE HOUSE, 2022n).

final dos anos, respectivamente, anteriores. Demonstrando assim, os amplos debates que aconteceram, no que tange a questão orçamentária. (CONGRESS, 2023a). No que diz respeito as Ordens Executivas, a O.E. 12851, de junho de 1993, voltada para a República Popular da China (*Conditions for renewal of Most-Favored-Nation Status for the People's Republic of China in 1994*), e a O.E. 12854, de julho de 1993, cujo foco era a democracia cubana (*Implementation of the Cuban Democracy Act*). Por fim, na questão da segurança pode-se destacar a O.E. 12868, de setembro de 1993, relacionada a participação dos cidadãos dos EUA em atividades de proliferação de armas (*Measures to restrict the participation by United States persons in weapons proliferation activities*) (FEDERAL REGISTER, 2023).

Assim, em considerando as definições apresentadas no capítulo 1 (KINDLEBERGER, 1973; GILPIN, 1981; KEOHANE, 1982), e, a partir dos pontos elencados sobre o governo Clinton, é possível verificar que, tanto no cenário internacional (considerando a influência), quanto no cenário doméstico (autonomia), seu governo contribuiu para o fortalecimento da hegemonia monetária norte-americana. Com Clinton, os EUA atuaram em favor do multilateralismo por meio da OMC, NAFTA, ALCA, e nas questões de segurança atuaram alinhados com a OTAN. Em se tratando do cenário interno, houve um resgate da economia, dos empregos e do crescimento. Apesar de todo o cenário favorável, com as questões de *impeachment* e o crescimento dos conservadores, o partido democrata não se perpetuou no poder. Assim, Al Gore, vice-presidente de Bill Clinton e candidato democrata, mesmo tendo ganho no voto popular, não obteve a quantidade necessária de delegados para derrotar George W. Bush, filho de George H. W. Bush do partido republicano.

3.4.5 Governo George W. Bush: 2001-2009 – Republicano

O republicano George W. Bush, filho do George H. W. Bush governou os EUA por oito anos em dois mandatos, 2001-2004 e 2005-2009. Na eleição de 2000, venceu no Colégio Eleitoral o democrata Al Gore, e em 2004, derrotou, tanto no Colégio Eleitoral quanto no voto popular, o democrata John Kerry. No geral, o governo Bush, inicia com os efeitos do estouro da bolha da internet (nos anos 2000), com uma série de ataques terroristas em 11 de setembro de 2001, e finaliza com o início da crise *subprime*. Bush assumiu em 2001, após oito anos de expansão econômica da gestão Clinton, porém, a economia já apresentava indícios de desaceleração. Assim, uma de suas pautas principais era a promessa de cortes de impostos.

Bush foi eleito, sob a promessa de revolucionar o país, reafirmando a liderança internacionais e os valores internos, não atuando sobre os direitos adquiridos na era Clinton,

mas combatendo o chamado ativismo liberal. Com uma visão de redução do tamanho do Estado, Bush defendia a regulamentação de todo o sistema. Assim, seu governo foi marcado pelo corte de orçamento e recursos humanos das agências reguladoras. A visão de dólar forte, contribuindo para a manutenção da hegemonia monetária, iniciada no governo Clinton e mantida no governo Bush, contribuiu para a escalada dos déficits comerciais norte-americanos (EICHENGREEN, 2011; PECEQUILO, 2013).

Bush afirmava que, o superávit orçamentário, era obtido a partir do dinheiro do povo e não do dinheiro do governo. Dessa forma, em seu primeiro mandato, foram aprovadas cinco leis de cortes de impostos, uma renúncia fiscal de quase dois trilhões de dólares no período de 2001 a 2008. Em se considerando todo o período de seu governo, a quantidade de leis aprovadas nesse sentido, sobe para sete. Essa redução, focou na carga fiscal para as famílias, pequenas empresas, aumento de benefícios para a educação e a redução da taxa de impostos sobre dividendos⁹⁶. Em contrapartida, o déficit norte-americano aumentou para o período. Dentre outras medidas tomadas por Bush estavam também a retomada da construção do escudo antimísseis e a realocação do orçamento de programas sociais, reduzindo a verba de temáticas como controle de natalidade e educação sexual, e ampliando o valor de iniciativas religiosas (CUNHA FILHO, 2012; PECEQUILO, 2013; CONGRESS, 2023a).

No que tange ao cenário do Congresso, na maior parte do seu primeiro mandato, governou com maioria nas casas. Já no seu segundo mandato, após a realização das *midterms* perdeu a maioria nas suas casas. Assim, dos oito anos de mandato, em praticamente, seis deles possuiu maioria republicana no Congresso, o que, de maneira geral, tende a facilitar a gerência por parte do presidente (CONGRESS, 2023a).

O período Bush é marcado por: (i) uma queda considerável do PIB (2004: crescimento de 3,9%, 2009: -2,6%); (ii) seguidos cortes na taxa de juros, chegando ao intervalo de 0% até 0,25% de dezembro de 2008, até 2015 (o objetivo central aqui, foi contribuir para o crescimento tanto dos EUA quanto do restante do mundo); (iii) orçamento superavitário apenas em 2001; (iv) no que diz respeito as obrigações financeiras e assistências no aspecto internacional em 2002, realizou gastos relevantes nos países do Oriente Médio e na África, e em 2008, na Europa,

⁹⁶ Dentre as leis que podem ser destacadas estão *Economic Growth and Tax Relief Reconciliation Act of 2001* (Lei de Reconciliação do Crescimento Econômico e Alívio Fiscal de 2001 – Nº 107-16), *Victims of Terrorism Tax Relief Act of 2001* (Lei de Alívio Fiscal às Vítimas do Terrorismo de 2001 – Nº 107-134), *Jobs and Growth Tax Relief Reconciliation Act of 2003* (Lei de Reconciliação de Alívio Fiscal de Emprego e Crescimento de 2003 – Nº 108-27), *Working Families Tax Relief Act of 2004* (Lei de Alívio Fiscal para Famílias Trabalhadoras de 2004 – Nº 108-311), *Military Family Tax Relief Act of 2003* (Lei de Alívio Fiscal Familiar Militar de 2003 – Nº 108-121), *Katrina Emergency Tax Relief Act of 2005* (Lei de alívio fiscal de emergência do Katrina de 2005 – Nº 109-73), *Tax Relief and Health Care Act of 2006* (Lei de redução de impostos e cuidados de saúde de 2006 – Nº 109-432) (CONGRESS, 2023a, tradução nossa).

no intuito aqui, de conter a crise *subprime*; (v) quanto a produção, pode-se verificar uma queda vertiginosa nos anos de 2001, 2007 e 2008, e um aumento do desemprego, tendo como pico o ano de 2003, com 6,0%; e, (vi) o crescimento do desemprego de 2001 a 2003, inflação acima da média em 2007. Sendo sintetizado como um governo que tratou predominantemente, da guerra ao terror (2001/2004), e da retomada do multilateralismo (2005/2008). Por se tratar de um governo republicano, era esperado, uma postura mais conservadora. Isso, pode ser observado ao longo de sua campanha e no seu primeiro ano de governo.

Um dos principais marcos do seu mandato, foram os ataques terroristas ao *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001, onde quase três mil americanos foram mortos. Os ataques frearam diversos dos planos de governo de Bush, fazendo com que esse atuasse predominantemente, na segurança nacional⁹⁷. De maneira sucinta, a palavra de ordem passou a ser o combate ao terrorismo e a modificação da justificativa para o uso da força, antes utilizada para conter situações de conflito, agora utilizada para prevenir. Esse combate aconteceu por meio de um investimento elevado em armamento e do uso das guerras como prevenção ao terror. A chamada intervenção preventiva resultou na definição de três países como sendo, o Eixo do Mal, são eles: Coreia do Norte, Irã e Iraque, mudando assim, a postura norte-americana de multilateralista para unilateralista (PECEQUILO, 2013; 2017). Além das questões de segurança, no cenário interno, ele atuou fortemente nos cortes de impostos, promessa de campanha por ele realizada.

No cenário internacional, a postura de Bush foi, em muitos momentos, de distanciamento dessas temáticas, ao se recusar a assinar acordos internacionais como o Protocolo de Quioto e do Tribunal Penal Internacional, colocou assim, os EUA em uma posição de hegemon isolado, reduzindo assim, a sua influência e a relação com os demais países⁹⁸. Ataques ao Irã, Iraque, o *USA Patriot Act*⁹⁹, utilização da prisão de Guantánamo (incluindo atos que infringiam os direitos humanos), baixo avanço nos acordos comerciais e o início da maior

⁹⁷ Foi modificado o Departamento de Segurança Interna, os serviços de coleta e análise de inteligência, o Iraque foi invadido, o presidente iraquiano Saddam Hussein foi capturado, sendo esses dois últimos pontos, justificados pela afirmação de que, Saddam representava uma grave ameaça para os Estados Unidos e apenas com essas ações o mundo estaria mais seguro contra o terrorismo. Teve início então, a chamada Guerra ao Terror. Esse movimento, era representado pela soma das Guerras do Afeganistão (2001-2021), do Iraque (2003-2011), e da chamada Doutrina Bush, onde o mundo era dividido em dois, os EUA de um lado, contra todo o restante do mundo, do outro (WHITE HOUSE, 2022b).

⁹⁸ Nesse sentido, Norrlöf (2010, p. 192, *tradução nossa*), afirma que, “quanto mais afastados politicamente os Estados Unidos e os aliados estiverem, menos atraentes parecerão, os mercados de produtos e de capitais norte-americanos”. No original em inglês: “*The further apart the United States and allies are politically, the less attractive American product and capital markets will seem*).

⁹⁹ A lei é aprofundada ao longo deste capítulo.

crise financeira desde 1929, marcaram os mandatos de Bush (NORRLÖF, 2010; PECEQUILO, 2013; 2017).

Analisando o 2º mandato, a grande característica foi o chamado conservadorismo compassivo¹⁰⁰. Observando as políticas implementadas no período, na classe “Economia e finanças públicas”, pode ser visualizada a presença predominante de leis de dotações para os anos fiscais. Tendo em vista, as necessidades de aumento da previsão orçamentária. Outro destaque relevante para os mandatos de Bush diz respeito ao *Medicare*. Ao longo deste período foram aprovadas cinco leis específicas para melhorias e aprimoramentos do sistema (CONGRESS, 2023a). Em se tratando das Ordens Executivas, temáticas destaque dizem respeito as sanções e bloqueios, totalizando 21 ordens e da designação de determinados espaços e áreas como sendo zona de combate. Por fim, as questões de segurança versam sobre criação de comissões e centros voltados para o compartilhamento de informações e de combate ao terrorismo (FEDERAL REGISTER, 2023).

Pode-se dizer que, o Governo Bush, teve que reagir a diversos fatores controversos. Esses, em dada medida, impactaram nas medidas por esse realizadas. Em se tratando da hegemonia monetária norte-americana, principalmente, em sua primeira metade, o Governo atuou de maneira predominantemente unilateral, focado em guerras, na reafirmação da supremacia militar perante os demais e na imposição de sanções e bloqueios financeiros por meio das ordens executivas. Essas imposições, por meio da coerção, contribuíram, para um aumento na influência dos EUA para com o restante do mundo. Pois, se apresentaram como, uma demonstração de poder, corroborando a capacidade que um Estado, os EUA, possui, de fazer com que a sua vontade seja realizada.

Na segunda metade do seu mandato, Bush atuou na identificação e no fortalecimento da relação com potenciais regionais, buscando a cooperação e a valorização dessas relações. Na época, Bush e seu Secretário de Estado, visitaram nações da Ásia, da Europa e da América Latina, inclusive o Brasil (PECEQUILO, 2013). Por meio dessa tendência a multipolaridade, identificada no seu segundo mandato, Bush visou fortalecer a influência norte-americana sobre as demais nações e conseqüentemente, sua hegemonia monetária no que diz respeito aos estímulos comerciais (GILPIN, 1981).

Apesar desses movimentos identificados no segundo mandato, havia elementos que iam contra a imagem de Bush no cenário interno. Guerras ainda existentes no Oriente Médio,

¹⁰⁰ Conceitos conservadores que buscam melhorar o bem-estar geral da sociedade. As principais ações por ele propostas foram a excelência na educação, isenção de impostos, ampliação do voluntariado entre organizações religiosas e comunitárias, e o fortalecimento da liberdade (WHITE HOUSE, 2022b).

baixa efetividade nas suas ações em relação ao Furacão Katrina de 2005, e a falta de reação sólida à crise *subprime* (2008), dificultaram a perpetuação dos republicanos no poder por meio da candidatura de John McCain. Assim, em 2008, o democrata Barack Obama é eleito como o novo presidente dos EUA.

3.4.6 Governo Barack Obama: 2009-2017 – Democrata

Eleito em 2008, o 44º Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, democrata, primeiro presidente afro-americano, assume a nação em um cenário conturbado, onde a crise *subprime* de 2008, a maior recessão econômica desde a Grande Depressão, e, as guerras no Iraque e Afeganistão faziam parte da realidade norte-americana. Visto como um candidato de mudança e de esperança, foi eleito com o *slogan* *Yes, we can*, traduzido como “Sim, nós podemos”.

Obama governou os EUA por dois mandatos, vencendo as eleições de 2008, contra o republicano John McCain, e de 2012, contra o republicano Mitt Romney. No que diz respeito a composição do Congresso ao longo dos seus oito anos, inicialmente, 111º Congresso, tanto Senado quanto Câmara possuíam maioria democrata, o que, em grande parte, facilitou a aprovação de diversos projetos. Nos quatro anos seguintes, 112º e 113º Congresso, a Câmara dos Deputados tinha por maioria deputados do partido republicano enquanto o Senado tinha maioria democrata. Nos dois últimos anos de governo, os republicanos eram maioria em ambas as casas. Esse processo de crescimento republicano em muito justificado pelo forte componente religioso crescente no partido (PECEQUILO, 2013).

Em se tratando dos dados econômicos, a grande maioria deles corrobora o cenário de crise vivenciado pelos EUA e pelo mundo a partir do final de 2007, mas principalmente, no intervalo 2008/2009. O PIB apresentou uma queda considerável no início do primeiro mandato, de Obama, recuperou-se ao final desse período, porém, manteve um padrão lateralizado ao longo do segundo mandato, mantendo uma média aproxima de 2% para o período. Esse cenário, pode ser também visualizado, ao se analisar a queda da produção, com o pior resultado sendo obtido em junho de 2009.

Um forte corte na taxa de juros no ano de 2008, saindo de 1% para um intervalo de 0% a 0,25% (praticamente 100 bps). Taxa essa mantida, até o ano de 2015. O foco, aqui, era estimular o investimento produtivo e o consumo. A partir de 2015, iniciou o aumento da taxa para um patamar mais realista. O desempenho das obrigações internacionais também merece destaque, saindo de US\$ 54 bilhões em 2007, para US\$ 62 bilhões. Considerando todo o período

do governo Obama, o desemprego médio, supera 7%, com destaque para 2008 (9,3%), e 2009 (9,6%). Por fim, a dívida pública norte-americana praticamente dobrou em considerando o começo e o fim do mandato de Obama.

Por ser um democrata e o primeiro presidente afro-americano foi eleito como resposta e renovação aos problemas enfrentados pelos norte-americanos, não apenas na crise financeira, mas também na questão militar, visto que, a Guerra ao Terror, implementada por Bush, já gerava esgotamento na população. Analisando seus dois mandatos, Obama lutou pelos direitos civis, direitos LGBTs, pelas questões climáticas, pela retomada do multilateralismo e pela melhoria e acesso à saúde para todos os americanos (OBAMA WHITE HOUSE, 2023).

Em se tratando de suas ações para combater os efeitos da crise *subprime*, grande parte do dinheiro federal foi destinado para o desenvolvimento de pequenas empresas, incentivos a contratação de novos trabalhadores, infraestrutura e cortes de impostos. Um total de US\$ 787 milhões¹⁰¹ de dólares por meio do *American Recovery and Reinvestment Act of 2009* (Lei Americana de Recuperação e Reinvestimento – n.º 111-5). Esses investimentos sofreram diversas críticas dos republicanos opositores de Obama. Para eles, a partir de 2010, a crise deixa de ser uma crise bancária e passa a ser, uma crise ocasionada pelo inchaço governamental e os gastos em grande escala, esses contribuíram para a duração da crise (ASHBEE; DUMBRELL, 2017; DEMOCRATS, 2022c; WHITE HOUSE, 2022d; CONGRESS, 2023a).

Como resposta a exigências republicanas, e, especificamente, na área fiscal, o *Tax Relief, Unemployment Reauthorization and Job Creation Act* (Lei de Redução Fiscal, Reautorização de Desemprego e Criação de Emprego – n.º 111-312), representou a continuidade dos cortes fiscais realizados no Governo Bush. Inclusive, para grupos de rendimento mais elevados, com deduções, créditos fiscais, extensão de benefícios do seguro-desemprego e redução dos impostos da Segurança Social (ASHBEE; DUMBRELL, 2017; CONGRESS, 2023a)¹⁰².

¹⁰¹ Cabe aqui ressaltar que o montante previsto era de US\$ 825 bilhões de dólares, porém, para que esse fosse aprovado, ele passou por cortes (PECEQUILO, 2013).

¹⁰² O governo Obama também é destaque em se tratando de melhorias na saúde. A Lei de Proteção do Paciente e Cuidados Acessíveis de 2010 (Patient Protection and Affordable Care Act – N° 111-148), também conhecida como “Obamacare” possibilitou um aumento do número de pessoas com cobertura de seguro saúde, bem como, o acesso aos menores de 26 anos e todos aqueles com condições médicas pré-existentes. Em considerando o final do seu segundo mandato, mais de 20 milhões de adultos obtiveram acesso a cobertura de saúde. A taxa de não segurados se manteve em menos de 10%, possibilitando assim, mais acesso, mais saúde e diversos avanços (CONGRESS, 2023a). Outra lei que merece destaque nesse sentido, é a Lei de Reconciliação de Cuidados de Saúde e Educação de 2010 (Health Care and Education Reconciliation Act of 2010 – N° 111-152). Essa, incluiu subsídios a grupos de baixos rendimentos, aumento das taxas para pagamento dos médicos, descontos em medicamentos e uma reforma do empréstimo estudantil, facilitando e ampliando o financiamento para faculdades e universidades historicamente negras e que atendem as minorias, colocando os estudantes à frente dos bancos privados (CONGRESS, 2023a).

Esse cenário de medidas expansionistas fez do presidente Obama alguém amado por uns e odiados por outros, pois, estimular e injetar dinheiro da forma que foi realizada, principalmente, no primeiro mandato, implica em aumento de orçamento e aumento da dívida pública. Assim, ao longo do segundo mandato, e predominantemente depois das *midterms* à postura adotada foi um pouco mais austera, focada em reduzir os gastos e realizar concessões partidárias (ASHBEE; DUMBRELL, 2017; OBAMA WHITE HOUSE, 2023).

Nas questões multilaterais, trabalhou na busca de ampliar as relações com o Oriente Médio, na retirada das tropas do Iraque (2011), e do Afeganistão (2014), e, na retomada de relações diplomáticas com Rússia e Cuba (OBAMA WHITE HOUSE, 2023; CONGRESS, 2023a). Analisando o NAFTA, pode-se dizer que houve um aumento dos fluxos das relações comerciais entre México e EUA, porém, ficando aquém na questão de geração de empregos e transferência de tecnologia. Se portando mais como um exportador de empregos propriamente dito. Já na questão da hegemonia e na eficiência em ser um articulador para as demais nações, pode-se dizer que, na gestão Obama os BRICS, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, e os tratados climáticos avançaram (PECEQUILO, 2013; 2017).

Em se tratando das Ordens Executivas, diferente dos demais presidentes analisados até aqui, cuja ordem de prioridade verificada era: Operações e Política Governamental, Assuntos Internacionais e Forças Armadas e Segurança Nacional, na gestão Obama é possível verificar a presença da classificação “Trabalho e Emprego”. A área política mais abordada no governo Obama foi a área “Assuntos Internacionais” com 61 ordens, com uma forte presença de sanções e bloqueios a pessoas relacionadas com os conflitos da Líbia, Somália, Coreia do Norte, Iraque e Afeganistão. Seguida das ordens de “Operações e Política Governamental” com 58 ordens, tendo como foco questões de sucessão nos órgãos governamentais. E a área “Trabalho e emprego” sendo a terceira área mais verificada, com 23 ordens executivas. A maioria delas destinada à verificação de disputadas entre empresas de transporte público e seus funcionários (FEDERAL REGISTER, 2023).

No geral, o governo Obama atuou a partir de uma crise a muito tempo não vivenciada nos EUA. Dessa forma, teve que tomar medidas e efetuar gastos, como nenhum outro presidente até aqui apontado. Apesar disso, atuou no fortalecimento da autonomia – poder monetário interno – e no avanço da influência – poder monetário externo. Porém, apesar dos muitos avanços e das claras atuações do governo, autores pontuam que, internacionalmente, o governo, pode ser visto como um governo com indícios de indecisão. O que, coloca a hegemonia monetária norte-americana em vias de ser questionada. Não pelo governo e suas reações em si, mas pelo acontecimento da crise *subprime*. A partir dessa muitos países sofreram com o

contágio das problemáticas por ela gerados, e passaram a perceber uma necessidade de redução da dependência para com os EUA, mais especificamente, a dependência para com o dólar americano (MILAN, 2012; PECEQUILO, 2013; MORAN, 2017).

Além disso, o inchaço governamental, a retirada generalizada das tropas norte-americanas de diversos conflitos internacionais e a ampla disputa entre Congresso e Presidente, deram espaço para o crescimento de outras potências. As economias periféricas, com destaque para a China, apresentaram crescimento de seu dinamismo e relevância. Assim, pode-se verificar uma necessidade de reorganização do sistema econômico, político e comercial frente a esse novo quadro de potências regionais, sendo esse um cenário desafiador para a manutenção da hegemonia norte-americana (MILAN, 2012; PECEQUILO, 2013; MORAN, 2017).

Dessa forma, embora o avanço do governo, Obama não conseguiu perpetuar o governo democrata no poder. Hillary Clinton, candidata democrata na eleição de 2016, mesmo eleita no voto popular, perdeu a eleição para o republicano Donald Trump nos votos do colégio eleitoral.

3.4.7 Governo Donald Trump 2017-2021 – Republicano

Em junho de 2015, na Trump Tower, Nova Iorque, Trump lança sua candidatura pelo partido republicano. Há anos, Trump insinuava interesse em disputar uma eleição presidencial, porém, nunca havia realizado essa candidatura. Durante o discurso, Trump proferiu algumas frases que deixam bem claro o estilo de governante que pretendia ser:

vamos tornar nosso país grande novamente [...] observei os políticos, lidei com eles durante toda a minha vida [...] eles nunca tornarão a América grande novamente. Eles nem têm chance [...] infelizmente, o sonho americano está morto, mas se eu for eleito presidente, vou trazê-lo de volta maior, melhor e mais forte do que nunca (DIAMOND, 2015, n.p, *tradução nossa*)¹⁰³.

Ao final de 2016, o *Lowy Institute for International Policy* emitiu um relatório de pesquisa a respeito das eleições de 2016, por meio desse, Wright (2016, p. 2, *tradução nossa*), afirmou que “a eleição de 2016, é a eleição americana mais importante desde 1860, quando Abraham Lincoln se tornou presidente. É também a mais importante para a ordem mundial

¹⁰³ No original em inglês: “*We are going to make our country great again*” [...] “*I’ve watched the politicians, I’ve dealt with them all my life, [...] they will never make America great again. They don’t even have a chance*” [...] “*sadly the American dream is dead, but if I get elected president I will bring it back bigger and better and stronger than ever before*” (DIAMOND, n.p, 2015).

desde a Segunda Guerra Mundial”¹⁰⁴. Esse cenário é justificado pelo tema central da campanha de Trump, “*Make America Great Again*”, torne a América grande novamente. Diferente do ocorrido desde os anos 1950, nunca houve um posicionamento de um candidato contrário a liderar e sustentar uma ordem liberal internacional. Independente do foco dado nas candidaturas, em todos os casos, sempre havia uma linearidade da liderança pautada da manutenção desse objetivo central¹⁰⁵.

A vitória de Trump, destaca-se predominantemente, em três aspectos, o primeiro diz respeito a sua falta de experiência política anterior; o segundo, à utilização do contato direto com o eleitorado pela internet; e por fim, a sua derrota no voto popular (WHITE HOUSE, 2022f). Sob um cenário que ele sempre criticou, privilegiado pelo colégio eleitoral. Nas palavras de Trump (2012, n.p), em um tuíte “*The electoral college is a disaster for a democracy*”, traduzido como “O colégio eleitoral é um desastre para a democracia”¹⁰⁶. Hillary obteve quase três milhões de votos populares a mais do que Trump, porém, no colégio eleitoral ele venceu com 306 delegados, contra 232 de Hillary (BBC, 2016; MARS, 2020). Donald Trump, chega à Casa Branca em janeiro de 2017, como o 45º Presidente dos EUA, sob o slogan de campanha “Torne a América grande novamente”¹⁰⁷.

Juntamente com Trump, o partido republicano conquistou também a maioria nas duas casas, o 115º Congresso era unificado sob o domínio republicano, o que, favoreceu as ações de Trump. Porém, nas eleições de meio de mandato, os democratas recuperaram a maioria na Câmara de Deputados, dificultando a aprovação das medidas de Trump. Foi também na segunda parte do seu mandato, que a pandemia COVID-19, iniciou (CONGRESS, 2023a).

O governo Trump, em se tratando de dados econômicos, pode ser dividido em dois intervalos: 2017-2019 e 2020. Divisão essa justificativa pelas reações, mesmo que amplamente criticadas devido à falta de agilidade e posicionamento, à pandemia. No que diz respeito ao orçamento do governo Trump seu crescimento anual foi muito similar ao verificado no último ano do governo Obama. Porém, no dado relacionado a 2020, esse número foi três vezes superior ao de 2019. Movimento similar é verificado no desemprego, onde, para o primeiro intervalo o

¹⁰⁴ No original em inglês: “*The US presidential election of 2016 is the most important American election since 1860, when Abraham Lincoln became president. It is also the most important for world order since the Second World War*” (WRIGHT, 2016, p. 2).

¹⁰⁵ Trump, no entanto, baseou sua campanha em uma plataforma de enfraquecimento dos elementos centrais da ordem liberal, dos sistemas de aliança e da abertura econômica, com promessas de alianças com a Rússia e a quebra de contratos comerciais já em vigor. Hillary, porém, tinha a difícil tarefa de convencer, novamente, o povo norte-americano sobre os méritos que um maior envolvimento dos EUA poderia gerar (WRIGHT, 2016).

¹⁰⁶ Apesar da ampla utilização por Trump das redes sociais, a maior quantidade de votos para ele veio de eleitores brancos, mais velhos, sem formação universitária, das zonas rurais, que no geral, tendem a ter menos acesso à internet (MÜLLER; SCHWARZ; FUJIWARA, 2020).

¹⁰⁷ No original em inglês: “*Make American Great Again*” (WHITE HOUSE, 2022f, n.p).

indicador caiu em mais de 1%, saindo de 4,9% no último ano do Governo Obama para 3,7% ao final de 2019. Já em 2020, a quantidade de desempregados mais que dobrou, saindo de 3,7% para 8,1%¹⁰⁸.

Analisando o governo Trump, em se tratando da Política externa, por meio de diversas ordens executivas, Trump encerrou e suspendeu a participação norte-americana em diversos acordos internacionais, dentre eles pode-se destacar o encerramento das negociações do Acordo de Associação Trans pacífico (abertura comercial), iniciado no governo Obama, a suspensão da participação dos EUA no Acordo de Paris (clima), encerrou o NAFTA, substituindo-o pelo USMCA (Acordo Estados Unidos – México – Canadá)¹⁰⁹, negociou e renegociou acordos bilaterais prezando sempre, pela defesa e primazia dos interesses norte-americanos (PECEQUILO, 2017; BOJIKIAN; PONTES, 2021). Todo esse movimento, contribui para a redução da hegemonia norte-americana. Tanto em sentido amplo, quanto em relação à hegemonia monetária internacional. Em todo o seu governo, Trump teve uma postura protecionista e voltada para os interesses dos norte-americanos, *American First*.

Outro destaque também deve ser dado para a relação de Trump com a China, a essa, Trump impôs diversas tarifas, atuando no que chamou de “enfrentamento às práticas comerciais desleais [estando focado então, em] deter e punir os esforços do Partido Comunista da China para roubar e lucrar com as inovações e propriedade intelectual americanas”¹¹⁰. Trump atuou fortemente contra a imigração, na construção de um muro para separar o México dos EUA, cortou impostos e elevou tarifas (PECEQUILO, 2017; FEDERAL REGISTER, 2023; TRUMP WHITE HOUSE, 2023b, n.p, *tradução nossa*).

Em se tratando da COVID-19¹¹¹, Trump negou a pandemia por diversos momentos e atuou em defesa apenas da economia, com foco para o cenário interno. Ao invés de articular

¹⁰⁸ Considerando todo o século XXI, esse patamar só foi superado pelo período pós crise subprime, o mesmo, pode ser verificado em relação ao PIB. No que diz respeito ao déficit orçamentário, o ano de 2020, apresenta o pior resultado em se considerando o período total deste estudo. O governo Trump, ainda, apresentou uma taxa média de 2,5% nos três primeiros anos e um resultado negativo em 2,8% para 2020, superando o governo Obama em 2009. Por ser um governante republicano, já era esperada de Trump, uma postura mais conservadora, porém, conforme sinalizado em sua campanha, ele acabou se mostrando mais conservador, do que boa parte dos republicanos críticos às suas posturas. Morgan (2017), aponta, que tensões internas no partido republicano e as diferentes reações a ascensão de Trump como candidato, deixaram claras essas divergências.

¹⁰⁹ Trump afirmava que o NAFTA poderia ser considerado o pior acordo da história, pois, ao se analisar a balança comercial entre os países os dados comprovavam a ineficiência. Em se tratando dos empregos, de igual modo, era ineficiente (MATTOS, 2021).

¹¹⁰ No original em inglês: “*Took strong actions to confront unfair trade practices and put America First [...] Directed an all-of-government effort to halt and punish efforts by the Communist Party of China to steal and profit from American innovations and intellectual property*” (TRUMP WHITE HOUSE, 2023b, n.p).

¹¹¹ No início do segundo ano do seu mandato, mais precisamente em 20 de janeiro de 2020 o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado nos EUA. Assim, o restante do mandato de Trump foi marcado pela pandemia da COVID-19. Trump foi muito criticado pelo seu combate tardio em relação à pandemia. Norrlöf (2020), afirma que, a falta de reação e as negativas quanto ao alcance, gravidade e letalidade minaram a legitimidade dos EUA.

uma rápida resposta, usando a influência norte-americana, Trump negou a ciência, reprimiu as fronteiras abertas, ameaçou retirar os recursos da OMS, em dada medida contribuindo para o crescimento desse mal público (NORRLÖF, 2020)¹¹².

Trump governou os EUA por quatro anos. No que diz respeito as Ordens Executivas, Trump, pode ser considerado um dos presidentes que, na média, emitiu mais ordens por ano de mandato, um total de 55 ordens por ano, no total 220 ordens. Em se tratando das áreas políticas, a área de operações e política, revogou ordens anteriores e aplicou agendas de reformas regulatórias. Já nas questões internacionais, atuou fortemente em bloqueios e sanções, mais da metade das suas ordens trataram dessa temática. Na área das forças armadas assinou diversas ordens com foco na proteção à entrada e à detenção de terroristas nos EUA, e tratou do que foi chamado de ameaças representadas por softwares e aplicativos.

Por fim, na questão da saúde, após diversas críticas internacionais, várias ordens foram assinadas no intuito de trazer modernização, recursos, acesso e priorização de resposta à propagação da COVID-19. As primeiras ordens a respeito da COVID-19, datam da segunda quinzena de março de 2020¹¹³. Já a respeito da vacina, a data da ordem é de 08 de dezembro de 2020¹¹⁴ (FEDERAL REGISTER, 2023, n.p, *tradução nossa*).

Amplamente controverso e altamente protecionista, os quatro anos do governo Trump abalaram consideravelmente a confiança dos investidores globais e dos bancos centrais na manutenção do dólar como moeda de segurança para os seus créditos internacionais (BENNEY; COHEN, 2022). Esse movimento, pode ser visualizado nas constantes quedas da participação dos dólares americanos e do crescimento das outras moedas na composição das reservas cambiais oficiais (IMF, 2023b). E, no crescimento do questionamento à hegemonia norte-americana, nos diferentes aspectos. Pode-se dizer que, durante o governo Trump, a hegemonia que menos foi prejudicada, mas que também não saiu ilesa, foi a hegemonia monetária (NORRLÖF, 2020; BENNEY, COHEN, 2022).

Apesar da reação atrasada e o não incentivo as práticas de saúde, por meio do programa “*Operation Warp Speed*” o setor privado conseguiu a aprovação de duas vacinas. Trump não ficou no poder até o final da pandemia, mas, ao final do seu governo mais de 400 mil americanos já haviam morrido de COVID-19 (WHITE HOUSE, 2022f).

¹¹² Apesar das fortes críticas sofridas por Trump, segundo Trump White House (2023b), a gestão atuou para agilizar as respostas governamentais por meio da desregulamentação, do fornecimento de apoio a agricultores, pecuaristas, liberação da utilização da reserva estratégica de petróleo para reduzir a volatilidade do mercado, realizou parcerias e apoios financeiros com clínicas e laboratórios que atuavam na busca de tratamentos e vacinas. Dentre os apoios pode-se destacar o auxílio fornecido à Johnson & Johnson, US\$ 1 bilhão, à AstraZeneca de US\$ 1,2 bilhão e Pfizer, US\$ 1,95 bilhão.

¹¹³ Vale ressaltar aqui que, a OMS foi alertada sobre os vários casos de pneumonia na China em 31 de dezembro de 2019, em 30 de janeiro de 2020 a OMS declarou um surto do novo coronavírus e em 11 de março de 2020 a COVID-19 foi classificada pela OMS como uma pandemia (OPAS, 2020).

¹¹⁴ A primeira pessoa a ser vacinada nos EUA foi vacinada em 14 de dezembro de 2020 (CNN, 2020a).

Nesse mesmo sentido, Norrlöf (2020), afirma que, a pandemia COVID-19, apenas exacerbou o que já era visualizado, o questionamento da hegemonia norte-americana. Quando os EUA, optaram por gastar mais com questões econômicas e militares, e menos com a saúde dos norte-americanos, afirma a autora, há um descompasso entre capacidade, ou intenção, do fornecimento de bens públicos para a população nacional e internacional. As atitudes de Trump foram amplamente questionadas tanto interna quanto externamente, e contribuíram para a queda da autonomia e da capacidade de influência norte-americana, ao fazerem dos EUA um hegemom isolado.

Em 2019 e 2020, Trump sofreu dois processos de impeachment, sendo acusado, de obstrução ao Congresso e abuso de poder. Em ambos, o presidente foi absolvido (WHITE HOUSE, 2022f). Dentre as acusações estão abuso de poder, obstrução do Congresso e incitação à insurreição (CONSTITUTION CONGRESS, 2023a). A eleição de 2020, foi marcada pela disputa entre Trump, tentando sua reeleição pelos republicanos, e Biden, ex-vice-presidente no governo Obama vindo como candidato pelo partido democrata.

3.4.8 Governo Joe Biden 2021-2025 (em andamento) – Democrata

A eleição de 2020, onde o democrata Joseph Robinette Biden Jr., Joe Biden, vence a tentativa de reeleição do republicano Donald Trump, e marca, a maior participação popular em mais de um século, onde 66,3% da população elegível para votar compareceu às urnas. Em se considerando o intervalo 1900 até 2020, o maior dado foi verificado em 1908, onde a participação foi de 65,7% (SCHAUL; RABINOWITZ; MELNIK, 2020). Trump obteve cerca de 74 milhões de votos, enquanto Biden, alcançou cerca de 81 milhões de votos populares. Em se tratando dos votos eleitorais, delegados, Biden, alcançou 306 votos, e Trump 232 votos (CNN, 2020b; NBC NEWS, 2022) ¹¹⁵.

¹¹⁵ A vitória de Joe Biden e Kamala Harris foi amplamente questionada por Trump e seus apoiadores. Por meio das redes sociais, o ex-presidente afirmou que cédulas haviam sido perdidas, outras haviam sido adulteradas, questionou a fidedignidade do Software Dominion Voting Systems utilizado na tabulação dos votos, dentre vários outros apontamentos. Não compareceu à posse de Biden e Harris, e, em um comício, incentivou seus apoiadores a protestarem contra o resultado, o que acabou gerando a invasão do capitólio em 06 de janeiro de 2021 (GERHART, 2021). Um último fator marcante a respeito do final do Governo Trump diz respeito as afirmações públicas sobre o resultado eleitoral e sua derrota para Joe Biden. Trump afirmou publicamente que as eleições foram fraudadas, discurso esse que, corrobora o tom utilizado pelos republicanos ao explicarem os motivos da não atualização da Plataforma Republicana no ano de 2020 como já apresentado anteriormente (REPUBLICAN PLATAFORM, 2016). Assim, após o comício “Salve a América” do dia 06 de janeiro de 2021, onde, encorajados por Trump, apoiadores do presidente protestaram contra a contagem de votos no Congresso. O protesto tornou-se violento e manifestantes invadiram o Capitólio dos Estados Unidos, com a violência e a depredação danos de milhões de dólares foram verificados no complexo do Capitólio e cinco pessoas morreram (WHITE HOUSE, 2022f).

Durante a corrida presidencial, Biden publica um artigo na revista *Foreign Affairs*. Na publicação, é enfático ao apresentar elementos que, além de corroborar a sua candidatura, demonstram como as posturas nacionalistas e protecionistas de Trump permitiram que a liderança norte-americana fosse questionada no âmbito internacional.

Em quase todos os aspectos, a credibilidade e a influência dos Estados Unidos no mundo diminuíram desde que, o presidente Barack Obama e eu deixamos o cargo em 20 de janeiro de 2017. O presidente Donald Trump menosprezou, minou e, em alguns casos, abandonou aliados e parceiros dos EUA. Ele virou-se contra os nossos próprios profissionais de inteligência, diplomatas e tropas. Ele encorajou os nossos adversários e desperdiçou a nossa influência para enfrentar os desafios de segurança nacional da Coreia do Norte ao Irã, da Síria ao Afeganistão e à Venezuela, sem praticamente nada para mostrar. Ele lançou guerras comerciais imprudentes, tanto contra amigos como contra inimigos dos Estados Unidos, que estão prejudicando a classe média americana. Abdicou da liderança americana na mobilização de ação coletiva para enfrentar novas ameaças, especialmente aquelas exclusivas deste século. Mais profundamente, ele afastou-se dos valores democráticos que dão força à nossa nação e nos unificam como povo (BIDEN Jr., 2020, p. 64, *tradução nossa*)¹¹⁶

A partir do texto de Biden, e com base nos pontos até aqui elencados, é possível verificar, que o ambiente pré e pós-eleitoral foi um tanto quanto conturbado. Dessa forma, Biden e Harris assumem a Casa Branca em um momento que, a pandemia Covid-19, matava uma quantidade significativa de pessoas no mundo todo. A liderança norte-americana, era amplamente questionada e internamente era nítida a divisão entre os norte-americanos.

Segundo White House (2023a), o país enfrentava crise na área econômica, climática e racial. Um dado que corrobora a insatisfação norte-americana com o cenário de 2020/2021, diz respeito ao resultado da eleição no Congresso. Sua candidatura versa sobre três aspectos: batalhar pela alma da nação, reconstruir a classe média e a união, “uma só América”¹¹⁷ (WHITE HOUSE, 2022e). O 117º Congresso possuía, em ambas as casas, maioria democrata.

De maneira geral, em considerando a primeira metade do governo Biden, além da pandemia COVID-19, que impactou, predominantemente, os dados de 2021, em fevereiro de 2022, tem início da Guerra da Ucrânia, onde a Rússia, invade a Ucrânia, impactando os dados

¹¹⁶ No original em inglês: “By nearly every measure, the credibility and influence of the United States in the world have diminished since President Barack Obama and I left office on January 20, 2017. President Donald Trump has belittled, undermined, and in some cases abandoned U.S. allies and partners. He has turned on our own intelligence professionals, diplomats, and troops. He has emboldened our adversaries and squandered our leverage to contend with national security challenges from North Korea to Iran, from Syria to Afghanistan to Venezuela, with practically nothing to show for it. He has launched ill-advised trade wars, against the United States’ friends and foes alike, that are hurting the American middle class. He has abdicated American leadership in mobilizing collective action to meet new threats, especially those unique to this century. Most profoundly, he has turned away from the democratic values that give strength to our nation and unify us as a people (BIDEN Jr., 2020, p. 64).

¹¹⁷ No original em inglês: “One America” (WHITE HOUSE, 2022e., n.p).

já de 2022. Apesar de dados favoráveis¹¹⁸, a inflação e o endividamento, de fato, são preocupantes. Tanto 2021, quanto em 2022, os dois indicadores, batem recorde em relação à série histórica aqui estudada. A inflação, em 2021 e 2022, atinge, respectivamente, 7,0% e 6,5%. Já a dívida nacional dos EUA, ultrapassa os US\$ 28 trilhões em 2021, e os US\$ 30 trilhões em 2022. Esses, são alguns dos problemas enfrentados pela gestão Biden.

Para iniciar seu governo, Biden dá início a uma série de medidas que ele considera como sendo fundamentais e necessárias para organizar o ambiente que, nas palavras de Bojikian e Teixeira (2021, p. 3), se encontrava “bagunçado, minado, desnivelado” e sob o questionamento ávido da hegemonia norte-americana perante os atores internacionais, inclusive a hegemonia monetária. Dentre as prioridades apontadas por Biden estão, o alívio econômico para as famílias, o controle da pandemia, o combate as alterações climáticas, a promoção da igualdade racial e dos direitos civis, o reforço do sistema de imigração e a restauração da posição dos EUA no mundo (WHITE HOUSE, 2023b). Para essa “organização” Biden fez uso, dentre outros meios, das ordens executivas.

Em considerando todo o período da pesquisa, Biden foi o presidente que mais emitiu ordens nos seus primeiros dias de mandato. Ao considerar todo o mês de janeiro de 2021, sua posse aconteceu em 20 de janeiro de 2021, Biden emitiu 25 ordens executivas, pouco mais de duas ordens por dia para o período trabalhado. Antes dele, o presidente que mais havia emitido ordens em janeiro da posse, foi Obama em 2009, totalizando 9 emissões. As ordens assinadas tratavam de temáticas de equidade racial, apoio a comunidades carentes, agilidade nas respostas e promoção da segurança em relação à COVID-19, prevenção e combate à discriminação, proteção da ciência e do meio ambiente, revisão das políticas de imigração, enfrentar a crise climática e fortalecimento do *Medicaid* e do *Affordacle Care Act* (FEDERAL REGISTER, 2023).

Dentre as principais realizações do governo Biden pode-se destacar a aprovação, ainda que em etapas diferentes do inicialmente desenhado, do Plano *Build Back Better*, das leis 117-2, 117-58 e 117-169, respectivamente, a Lei do Plano de Resgate Americano de 2021 (*American Rescue Plan Act of 2021*), a Lei dos Investimentos e Empregos em Infraestrutura (*Infrastructur*

¹¹⁸ Resgatando alguns indicadores relevantes para esses dois anos de governo, tem-se que, tanto em 2021, quanto em 2022, o déficit orçamentário vem recuando. E, ao se comparar os dois anos, 2022, apresenta, cerca da metade do que atingido em 2021. Em se tratando da produção (INDPRO), os patamares anteriores a pandemia, mais especificamente fevereiro de 2020, apresentavam o resultado de 101,633. Em se considerando o indicador médio para 2022, o total foi de 102,61, aproximadamente, demonstrando assim, uma recuperação da produção. O mesmo, pode ser observado no emprego, com uma taxa de desempregados alcançando 3,6% em 2022, o menor percentual para toda a série histórica analisada. Em se tratando do PIB, os dados de 2021 e 2022, retratam essa recuperação, apresentando 5,9% e 1,9% respectivamente.

Investment and Jobs Act), e a Lei de Redução da Inflação de 2022 (*Inflation Reduction Act of 2022*). Por meio dessas, mais de US\$ 2 trilhões foram injetados na economia norte-americana no intuito de acelerar a recuperação da economia, reduzir os efeitos da recessão gerada pela pandemia da COVID-19, e gerar novos investimentos em infraestrutura hídrica, estradas, pontes, internet, dentre outros (CONGRESS, 2023a, n.p, *tradução nossa*).

Dentre os resultados do governo Biden nas questões internas até o final de 2022, estão as melhorias no *Medicare*; a redução dos custos para as famílias de rendas mais baixas; o aumento dos empregos, com destaque para a indústria, os hispânicos, os afro-americanos e as pessoas com deficiência; o investimento em infraestrutura; a prevenção à violência armada; o aumento do salário mínimo para trabalhadores e empreiteiros federais; o alívio da dívida estudantil; a reversão de proibições discriminatórias nas forças armadas; a proteção dos direitos de reprodução e o estímulo à produção de energia limpa (WHITE HOUSE, 2023b).

Em se tratando do cenário internacional, ainda no início do seu mandato, em 04 de fevereiro de 2021, Biden realiza um discurso deixando claro a sua diferença para Trump:

A América voltou. [...] A diplomacia voltou ao centro da nossa política externa. [...] Temos de enfrentar o novo momento de aceleração global – desafios globais acelerados – da pandemia à crise climática e à proliferação nuclear – desafiando a vontade que apenas será resolvida pelas nações trabalhando em conjunto e em comum. Não podemos fazer isso sozinhos. Deve ser assim: devemos começar com uma diplomacia enraizada nos valores democráticos mais queridos da América: defender a liberdade, defender as oportunidades, defender os direitos universais, respeitar o Estado de direito e tratar todas as pessoas com dignidade. Esse é o fio terra da nossa política global – o nosso poder global. Essa é a nossa fonte inesgotável de força. Essa é a vantagem permanente da América (WHITE HOUSE, 2021, n.p, *tradução nossa*)¹¹⁹.

Dessa forma, a gestão de Biden teve em vista, trazer os EUA para o centro dos debates e das problemáticas mundiais, retornaram ao Acordo de Paris, apoiaram com ajuda financeira e humanitária o governo da Ucrânia na busca por retomar a paz na região, na COP-27 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática), foram favoráveis a criação do fundo de “perdas e danos” para compensar países mais pobres pelos danos climáticos e eliminaram líderes do ISIS e Al Qaeda (WHITE HOUSE, 2023a). A respeito desse último, em primeiro de agosto de 2022, Biden afirma que, em ataque aéreo realizado em Cabul,

¹¹⁹ No original em inglês: “America is back. [...] Diplomacy is back at the center of our foreign policy. [...] We must meet the new moment accelerating glo - accelerating global challenges - from the pandemic to the climate crisis to nuclear proliferation - challenging the will only to be solved by nations working together and in common. We can't do it alone. That must be this - we must start with diplomacy rooted in America's most cherished democratic values: defending freedom, championing opportunity, upholding universal rights, respecting the rule of law, and treating every person with dignity. That's the grounding wire of our global policy - our global power. That's our inexhaustible source of strength. That's America's abiding advantage” (WHITE HOUSE, 2021, n.p).

Afeganistão, o emir da Al Qaeda, Ayman al-Zawahiri, mentor de diversos ataques terroristas e líder de Bin Laden, foi morto. E complementa,

Os Estados Unidos continuam a demonstrar a nossa determinação e a nossa capacidade de defender o povo americano contra aqueles que procuram fazer-nos mal. Você sabe, nós – nós deixamos claro novamente, esta noite que não importa quanto tempo leve, não importa, onde você se esconda, se você for uma ameaça ao nosso povo, os Estados Unidos irão encontrá-lo e eliminá-lo (WHITE HOUSE, 2022g, n.p, *tradução nossa*)¹²⁰.

É possível perceber por meio do discurso e das decisões tomadas por Biden uma retomada da postura multilateral norte-americana, em busca de uma retomada da hegemonia e das demonstrações de força e poderio, bem como, da capacidade de articulação entre os atores internacionais.

A respeito das ordens executivas, Biden, tal qual Trump, possui destaque na quantidade de ordens emitidas. Um total de 106 ordens, para pouco mais de 23 meses de mandato, pois o intervalo final da pesquisa é 31 de dezembro de 2022, e seu mandato, iniciou em 20 de janeiro de 2021. Em considerando 2 anos completo, seria, algo próximo, de 53 ordens por ano, bem superior aos demais, exceto Trump. Dentre as áreas políticas em que Biden mais atuou estão “Assuntos internacionais” com 18 ordens, “Saúde” com 15 ordens e “Direitos Cívicos e Liberdades, Questões Minoritárias” com 12 ordens. Ao comparar com os demais presidentes, Biden diverge bastante nas áreas políticas priorizadas. Pode-se dizer que, como Biden, sucede um governo com posturas bem diferentes do costumeiro, e toma posse em um momento pandêmico. Assim, as suas ações e necessidades também divergem dos demais (FEDERAL REGISTER, 2023)¹²¹.

Em se tratando das questões internacionais, Biden, atua em sanções e proibições, em uma resposta norte-americana para os EUA atuarem como líder global nas questões de saúde e segurança perante a COVID-19, e estabelece Conselhos para avaliação das problemáticas na África e em Nicarágua. Nas questões de saúde, a grande maioria aprovada em seus primeiros meses de mandato, e relacionadas a COVID-19. Por fim, em relação às questões de minorias e dos direitos civis, atuou na busca pela prevenção e o combate da discriminação, à identidade de

¹²⁰ No original em inglês: “*The United States continues to demonstrate our resolve and our capacity to defend the American people against those who seek to do us harm. You know, we - we make it clear again tonight that no matter how long it takes, no matter where you hide, if you are a threat to our people, the United States will find you and take you out*” (WHITE HOUSE, 2022g, n.p).

¹²¹ Uma das ordens que, apesar de não figurar entre as temáticas de maior atuação do governo Biden, é a O. E. 14080 – *Chips and Science Act*, essa, prevê, US\$ 280 bilhões, em dez anos busca incentivar a instalação de indústria com alto padrão tecnológico nos EUA.

gênero e orientação sexual, e na promoção da equidade, excelência e oportunidades econômicas educacionais por meio de faculdades e universidades historicamente negras ou voltadas para o povo hispânico e afro-americano (FEDERAL REGISTER, 2023).

De maneira geral, as expectativas para o Governo Biden, apontam resultados de melhora no cenário interno e a melhora da hegemonia monetária norte-americana, altamente prejudicada no governo Trump, por sua postura instável e unilateral. Apesar disso, para a segunda parte do seu mandato, o cenário é um pouco menos benéfico do que foi na primeira parte. Após as eleições de meio de mandato, os Republicanos alcançaram a maioria na Câmara dos Deputados (HISTORY HOUSE, 2023).

Outro aspecto que vem sendo amplamente discutido diz respeito ao crescimento da inflação, resultando essa na perda de poder de compra dos norte-americanos. Além do cenário interno, o cenário externo também é desafiador. Pois, ainda ao final de 2023, permanece a Guerra entre Ucrânia e Rússia, e há, o surgimento ou a retomada de outra Guerra, dessa vez entre Israel e a Palestina.

3.5 A HEGEMONIA MONETÁRIA ESTADUNIDENSE PÓS-1989

Em considerando o período analisado neste estudo, 1989-2022, é possível perceber que o mundo como um todo, enfrentou diversos problemas econômicos, guerras e até mesmo uma pandemia. Iniciando a análise pelo republicano H. W. Bush (1989-1993), cuja posse aconteceu em meio a uma recessão e a uma forte modificação do mundo, pode-se dizer que, por meio do fortalecimento militar, da expressão do poderio bélico, uma economia interna ainda não reestabelecida, a hegemonia norte-americana, em sua totalidade, foi mantida.

Em se tratando da hegemonia monetária norte-americana, para o período, H.W. Bush atuou na promoção do livre comércio e no estímulo à diplomacia. As custas de um endividamento elevado, aumento de impostos e, apesar de finalizar seu mandato com o aumento da violência nas cidades, pode-se dizer que, o governo atuou tanto no aumento da influência (cenário externo), quanto no aumento da autonomia (cenário interno).

O democrata Clinton, foi eleito com a expectativa de mudança, foco na ampliação do multilateralismo, uma atuação nas questões das minorias e da diversidade. Em seu governo, inicialmente, focou nas questões domésticas, porém, o ataque de 1993, trouxe a necessidade de se impor como hegemom internacional e atuar nas questões de segurança e contra a Al-Qaeda. Após os ataques, atuou, de fato, no fortalecimento dos EUA, enquanto líder mundial (PECEQUILO, 2013).

Com o crescimento da economia e a forte atuação na obtenção de um resultado positivo quanto ao orçamento público, o governo Clinton foi destaque quanto ao fortalecimento da autonomia norte-americana. Foi visto, inclusive, como o presidente com melhores resultados econômicos em tempos de paz. Em se tratando do fortalecimento da influência, a assinatura do NAFTA, a postura de dólar forte, e, o crescimento da participação dos dólares americanos como moeda de reserva internacional, são exemplos das ações voltadas para o crescimento da hegemonia monetária internacional norte-americana.

W. Bush, filho de H. W. Bush, republicano, assume o poder em 2001. Já no seu primeiro ano, os EUA sofrem os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, um questionar ao poderio e a hegemonia internacional norte-americanas (PECEQUILO, 2013). O mandato de Bush, segue, então, como uma guerra ao terror. Buscando, além da demonstração do poder bélico, a manutenção da hegemonia dos EUA.

Em se tratando especificamente das questões voltadas para a hegemonia monetária, em seu primeiro mandato, recusou-se a assinar diversos acordos multilaterais e atuou de maneira unilateral. Essas atitudes, tendem a enfraquecer a influência internacional dos EUA e, conseqüentemente, enfraquecem a hegemonia monetária norte-americana. Apesar disso, Bush foi reeleito em 2004. Aqui, é possível perceber que, ao selecionar as prioridades governamentais, Bush foi coerente com o eleitorado em focar nas questões internas e na guerra ao terror. Outro aspecto que cabe ser destacado aqui, diz respeito a renúncia fiscal e ao aumento dos déficits públicos ao longo dos governos Bush. Esses, tentem a reduzir a autonomia.

Em seu segundo mandato, Bush assumiu uma postura mais multilateral, focada no fortalecimento das relações exteriores. Porém, o final do seu segundo mandato, é mais uma vez conturbado. Dessa vez, a crise era financeira. A crise *subprime*, atingiu o mundo todo em maior ou menor escala, porém, os EUA foram o epicentro do problema. Esse contexto, contribuiu para a derrota dos republicanos, a retomada dos democratas e um questionar dos demais países quanto à capacidade dos EUA de manter-se como hegemon monetário internacional. Visto que, o estabilizador não conseguiu reduzir o contágio da crise internacional enfrentada. Sendo essa, comparada a crise de 1929.

Nesse contexto, Obama, assume o poder. Sobel (2014), afirma que, a influência hegemônica em casos como o enfrentado por Obama, tende a limitar e a estabilizar um sistema que está em perturbação. Em outras palavras, as decisões do hegemon frente a cenários adversos evidenciam, a capacidade de gerência que esse possui. A gestão Obama, realizou fortes cortes das taxas de juros, altos investimentos, tanto nacionais quanto internacionais, atuou fortemente no socorro a pequenas empresas e aos desempregados. Externamente, países europeus que não

havia acessado recursos financeiros em anos anteriores, foram socorridos pelos EUA. Atuando assim, como de fato, um estabilizador e credor em última instância.

Após a crise *subprime*, a hegemonia monetária internacional não é mais como antes. A instabilidade e incerteza vivenciadas durante esses anos, somado ao crescimento de potências regionais (os BRICS, por exemplo), fazem do cenário internacional um ambiente ainda em definição. Visto que, esses, pressionavam os EUA por uma reforma no sistema internacional, buscando maior equidade. As potências emergentes, proporcionaram uma redução da concentração do poder, porém, o crescimento dessas, não foi suficiente para tomar o lugar dos EUA. E, nem a queda da economia norte-americana, verificada em 2008, tão relevante, para que, de fato, perdessem, a hegemonia monetária (PECEQUILO, 2013).

Krasner (1982a), aponta que uma hegemonia declinante pode resultar em dois cenários. O primeiro, um enfraquecimento dos regimes, pois, sem uma liderança para a manutenção de princípios, normas e regras, o regime tende a não ser cumprido. Ou, com a diminuição da hegemonia, os demais países, podem passar a um processo de colaboração coletiva, onde, os até então, *free-riders*, remuneram os países provedores dos bens públicos coletivos.

Todo esse contexto, acrescido das problemáticas locais, fizeram que, tal qual o democrata Clinton, Obama não perpetuasse o partido na Casa Branca. Pode-se dizer, assim, que o governo Obama, possibilitou para os EUA, um crescimento, tanto do ponto de vista da influência, quanto da autonomia. Porém, em se tratando da hegemonia monetária em si, a instabilidade vivenciada pelo sistema financeiro internacional e o crescimento de potências emergentes contribuíram para uma redução nessa hegemonia.

Outra semelhança é verificada ao se comparar os governos Clinton e Obama, diz respeito ao resultado eleitoral. Novamente, os democratas vencem no voto popular, porém, perdem no Colégio Eleitoral. O que, em dada medida, mostra que, apesar da hegemonia norte-americana estar mais abalada do que em governos anteriores (acadêmicos e políticos já afirmavam em 2016, que o mundo era ou estava caminhando para, uma realidade multipolar), havia uma parcela importante da população que apoiava as medidas, até tomadas. Nesse sentido, Helleiner (2017), afirma que, o equilíbrio entre os benefícios e os custos, no que diz respeito a postura hegemônica, pode variar em diferentes fases de ascensão ou queda da hegemonia.

O republicano Trump, com seu discurso unilateral, focado na revisão de acordos anteriormente assinados, principalmente em aspectos comerciais, inicia seu mandato na Casa Branca. A postura dele, demonstra que, as regras dos regimes internacionais e a estabilidade da

política monetária interna, necessárias ao hegemon, agora, eram uma incógnita. E, conseqüentemente, a hegemonia, tanto monetária quanto a liderança global, estavam sob questionamento. Nesse sentido, Walter (2006), é enfático, afirmando que, há dois pré-requisitos para que a liderança monetária internacional aconteça, políticas monetárias internas conservadoras por parte do país líder, e um conjunto de acordos institucionais. O primeiro tem o intuito de dar estabilidade para as instituições políticas e econômicas nacionais. E, o segundo, visa facilitar o surgimento de mercados financeiros altamente desenvolvidos.

Em se tratando das questões políticas e institucionais, a visão partidária tende a trazer uma subjetividade na avaliação. Porém, como pontuou Wright (2016), em considerando todo o período analisado neste estudo, o único candidato contrário à manutenção dessa liderança por parte dos EUA, atuando foco de ação voltado iminentemente para questões internas, indicando o abandono desta postura e a adoção do *America First*, foi Donald Trump.

Ao longo do seu mandato, Trump teve que enfrentar a pandemia da COVID-19. Os EUA exerceram sua liderança monetária, cortando taxas, realizando acordos de *swap*, atuando na busca de evitar um colapso mundial. Porém, o governo Trump, é amplamente criticado em se tratando de sua postura negacionista quanto a própria pandemia. Demonstrando assim, a dificuldade em manter-se como líder global no combate de uma situação tão adversa como uma pandemia. Em um âmbito geral, o governo Trump manteve-se unilateral, desfazendo contratos anteriormente estabelecidos, e reduzindo a influência norte-americana no mundo.

Essa postura, contribuiu para um movimento já verificado antes da pandemia, o crescimento da multipolaridade. Esse mundo multipolar, é justificado, pelas reverberações da crise *subprime* e pela ascensão de potências emergentes, como China, Rússia, Índia e Brasil (NORRLÖF, 2020).

Trump não é reeleito, dando assim, espaço para o democrata Biden. Na busca por retomar a liderança mundial, Biden visa desmontar a era Trump e avançar mesmo sem consenso. Para isso, emite diversas ordens executivas (PECEQUILO, 2021). Seu governo é baseado na retomada do multilateralismo, no fortalecimento da imagem dos EUA perante os demais, como de fato, um líder mundial capaz de manter os EUA como líder mundial.

Por se haver analisado apenas meio mandato, ainda há muito em aberto no que diz respeito a hegemonia monetária norte-americana na gestão Biden, porém, o que já se pode afirmar, é que, os EUA, assumiram protagonismo no enfrentamento da COVID-19, e na busca por resgatar relações diplomáticas e comerciais. Apesar disso, grande parte das ações de Biden foi realizada para o mercado interno norte-americano.

Em se tratando da relação entre, as alterações políticas e a hegemonia monetária norte-americana, pode-se perceber uma conexão entre a visão partidária e as atitudes dos governantes. Retomando os pontos, indicados por Kindleberger (1973), Gilpin (1985), e Fernandes (2015), onde, o detentor da hegemonia monetária internacional, deve exercer uma liderança, consciente ou não, buscando estabelecer padrões de condutas, assumindo os encargos das adversidades do sistema, a garantia de um ambiente voltado para o livre comércio e o fornecimento dos bens públicos no âmbito internacional. É possível afirmar que, os governos democratas contribuíram em maior escala para que a hegemonia monetária norte-americana fosse estabelecida e ampliada. Ao se considerar as questões de segurança e os gastos militares, enquanto um bem público, e, o poder militar, enquanto variável relevante para avaliar o potencial de influência monetária (NORRLÖF, 2019), pode-se dizer que, os republicanos, de maneira geral, atuaram na busca da ampliação da hegemonia monetária norte-americana.

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Nesse capítulo, buscou-se relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia monetária dos EUA. Assim, iniciou-se a explanação a partir do poder monetário internacional. Diversos são os autores que conceituam essa questão, porém, tendo em vista, o objetivo geral deste trabalho, Marques (2016), possui uma definição pertinente em se tratando da moeda enquanto expressão do poder monetário. O autor (2016), afirma que, o poder monetário é alcançado por um Estado, a partir de sua moeda. Quando essa, pode alterar condições econômicas internacionalmente, de modo que, os objetivos políticos do emissor sejam alcançados.

Esse poderio, pode ser analisado no aspecto macro e no aspecto micro. Focando no aspecto macro, e tendo em vista, os elementos pontuados por Cohen (2006), foi possível verificar que, por meio do dólar americano, os EUA expressam seu poder monetário no âmbito internacional. Mais especificamente, por meio da influência e da autonomia detida pelos EUA.

Como verificado no primeiro capítulo deste estudo, o hegemom, pode ser compreendido como o estabilizador internacional, cuja ação, contribui para a estabilidade do sistema. Em se tratando da hegemonia monetária internacional, pode-se dizer que, o detentor dessa hegemonia, deve estabelecer padrões, assumir encargos e garantir um ambiente internacional favorável ao livre comércio (KINDLEBERGER, 1973; GILPIN, 1985; FERNANDES, 2015). Os Estados Unidos, desde 1945, desenvolvem essa hegemonia.

A partir da compreensão das premissas partidárias, das leis aprovadas nos Congressos, das Ordens Executivas expedidas pelos presidentes e do comportamento político norte-americano, para o intervalo de 1989 até 2022, pode-se perceber que, exceto o Presidente Trump, todos buscaram a manutenção da hegemonia norte-americana (WRIGHT, 2016). É importante ressaltar aqui, que, apesar das diferentes interpretações dos caminhos que essa hegemonia poderia seguir, os demais, republicanos e democratas, demonstraram preocupação com o cumprimento dos acordos dos regimes internacionais.

Em se tratando especificamente da hegemonia monetária internacional, verificou-se que, mesmo com a manutenção da predominância do dólar enquanto moeda internacional, há um movimento de crescimento de potências emergentes. Isso, atrelado ao fato do risco de sanções e da instabilidade verificada com a crise de 2008, fez com que, apesar de uma elevada autonomia e de uma ampla influência dos EUA para com o resto do mundo, o cenário atual é muito diferente do cenário do início do século XXI. Nesse sentido, Strange (1994), já afirmava que, os EUA não perderam, de fato, o poder dentro e sobre o sistema. O que pode ter acontecido é que, eles mudaram de ideia sobre a utilização desse poder.

Compreendidos os elementos da hegemonia monetária norte-americana e o cenário político em torno dessa questão, o próximo capítulo, visa verificar os custos, políticos e econômicos, da manutenção do dólar como moeda internacional.

4 CUSTOS E BENEFÍCIOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DO DÓLAR COMO MOEDA INTERNACIONAL

O capítulo em questão busca, verificar os custos políticos e econômicos, internos e externos, da manutenção do dólar como moeda internacional. Para ser possível o alcance desse objetivo, é necessário também, relacionar os benefícios para o emissor da moeda internacional. Os benefícios, ou expressões do privilégio exorbitante, a serem apresentados neste capítulo são: custos de transação reduzidos, senhoriagem internacional, flexibilidade macroeconômica, alavancagem política e reputação (COHEN, 2015). Em se tratando dos custos políticos e econômicos para o emissor, o chamado dever exorbitante, são verificados, a valorização da moeda, a restrição externa, a responsabilidade política e os impactos na indústria nacional.

Para ser possível a verificação ao longo do período supracitado, foram elencadas as seguintes variáveis: Balanço de pagamentos (contas principais), relação desempregados e empregados, quantitativo dos funcionários da manufatura e de fábricas, os dólares em posse de estrangeiros, o endividamento norte-americano, as exportações e as importações por categoria, a inflação, o PIB, as moedas utilizadas como reserva cambial, as obrigações financeiras dos EUA para com o restante do mundo, o orçamento fiscal, a produção industrial (INDPRO), a taxa de câmbio e a taxa de juros norte-americana.

4.1 BENEFÍCIOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE UMA MOEDA INTERNACIONAL PARA O EMISSOR

Tal qual a utilização da moeda nacional facilita o ambiente no qual ela está inserida, a utilização de uma moeda internacional, tende a beneficiar a economia como um todo, facilitar o comércio, investimentos transfronteiriços, o dia a dia das pessoas (CHEY, 2013).

Trazendo a análise para a ótica do emissor, como já elencado anteriormente, diversos podem ser os benefícios quando se trata de ser o emissor da moeda internacional principal, ou seja, a mais utilizada ao redor do mundo. Benefícios como, reputação, poder, facilidade para os habitantes do país emissor em coisas práticas, dentre outros. Eichengreen (2011), afirma que, ser o emissor da moeda internacional faz com que os Estados Unidos detenham um domínio perante as demais nações, segundo o autor (2011, p. 3, *tradução nossa*),

Este domínio é algo do qual nós, americanos, obtemos benefícios consideráveis. Um turista americano em Nova Delhi, que pode pagar seu motorista de táxi em dólares, é poupado da inconveniência de ter que trocar dinheiro em seu hotel. [...] Uma empresa

alemã que exporta máquinas-ferramentas para a China e recebe pagamentos em dólares incorre no custo adicional de converter esses dólares em euros, a moeda que utiliza para pagar os seus trabalhadores e comprar os seus materiais. O mesmo não acontece com um exportador de máquinas-ferramentas dos EUA. Ao contrário das empresas de outros países, o produtor dos EUA recebe o pagamento na mesma moeda, dólares, que utiliza para pagar os seus trabalhadores, fornecedores e acionistas¹²².

Os benefícios podem ser tanto tangíveis quanto intangíveis, de fácil ou de complexa mensuração. Atentando-se especificamente aos benefícios da área política e econômica, Chey (2013, p. 9), sintetiza os benefícios em sete classes de ganhos, sendo seis benefícios econômicos e um político. São eles: senhoriagem internacional, flexibilidade macroeconômica, redução dos problemas de incompatibilidade de moedas, ganhos comerciais por parte de instituições financeiras, menores riscos cambiais para as empresas e aumento do poder de compra para os consumidores. O benefício político diz respeito ao aumento do poder internacional do Estado emissor. Cohen (2015, p. 19), elenca cinco benefícios, quais sejam, custos de transação reduzidos, senhoriagem internacional, flexibilidade macroeconômica, alavancagem política e reputação.

Neste estudo, é considerada, a classificação proposta por Cohen (2015), por se considerar que, a classificação de Chey (2013), está abarcada nos itens que Cohen (2015), elencou.

4.1.1 Custos de transação reduzidos

Para ser possível a compreensão desse benefício é conveniente definir inicialmente o que são custos de transação. Sandroni (1999, p. 153), define os custos de transação como sendo os custos para a “realização de contratos de compra e venda de fatores [...] são comparados com aqueles necessários à internalização dessas atividades no âmbito da própria empresa e constituem um critério importante na tomada de decisão nas empresas”. Em outras palavras, o custo de transação, pode ser compreendido como os custos que vão além da produção em si,

¹²² No original em inglês: “*This dominance is something from which we Americans derive considerable benefit. An American tourist in New Delhi who can pay his cab driver in dollars is spared the inconvenience of having to change money at his hotel. [...] A German company exporting machine tools to China and receiving payment in dollars incurs the additional cost of converting those dollars into euros, the currency it uses to pay its workers and purchase its materials. Not so a U.S. exporter of machine tools. Unlike firms in other countries, the U.S. producer receives payment in the same currency, dollars, that it uses to pay its workers, suppliers, and shareholders*” (EICHENGREEN, 2011, p. 3).

envolvem os custos de acessar o mecanismo de preços, negociar e concluir questões contratuais (COASE, 1937)¹²³.

Ter os custos de transação reduzidos é um dos benefícios mais proeminentes, principalmente em se tratando do setor bancário norte-americano, pois esse, desfruta de acesso privilegiado aos recursos do banco central do país emissor da principal moeda internacional. Assim, lhe é possível criar com maior facilidade passivos monetários determinados em sua moeda nacional, o que, para os demais sistemas bancários não é permitido, possibilitando então, uma vantagem competitiva em relação as demais instituições financeiras (CHEY, 2013; COHEN, 2015).

Swoboda (1968, p. 13, *tradução nossa*), chama esse processo de *denomination rents*, ou com livre tradução rendas de denominação, e esse processo é benefício para o sistema bancário do país emissor. Pois, conforme o sistema bancário do país principal aumenta a oferta de passivos monetários na principal moeda veículo internacionalmente utilizada, buscando satisfazer a necessidade dos agentes, os bancos obtêm uma renda que sem esse cenário (de utilização internacional de sua moeda nacional), não teriam acesso. Dessa forma, os lucros do sistema bancário do país emissor, os Estados Unidos, tudo o mais mantido constante, são superiores ao dos demais sistemas bancários dos outros países. É conveniente aqui, ressaltar, como elencado pelo autor, que esse benefício é válido enquanto a moeda nacional se mantiver como moeda dominante internacional.

Esta conclusão é válida enquanto permanece no mundo uma fonte de poder de monopólio que descrevemos, nomeadamente, o privilégio do sistema bancário de cada país de emitir passivos na sua própria moeda. Quando os proprietários de riqueza são indiferentes quanto à denominação da moeda, este poder de monopólio não dá origem nem à senhoriação, nem a rendas de denominação especial acumuladas para os bancos comerciais. Quando os proprietários de riqueza demonstram preferência por, digamos, dólares e são indiferentes a outras moedas, o sistema bancário americano colhe os benefícios desta preferência. Seu valor para um banco comercial nos Estados Unidos deveria, teoricamente, ser refletido no prêmio que alguém estaria disposto a pagar por um elemento que desse o direito de emitir passivos monetários em dólares, em vez de passivos denominados em alguma outra moeda¹²⁴.

¹²³ Para uma maior explanação do conceito de custos de transação e da teoria por trás do conceito, sugere-se a leitura do artigo COASE (1937).

¹²⁴ No original em inglês: “*This conclusion holds insofar as one source of monopoly power remains in the world we have described, namely, the privilege of the banking system of each country to issue liabilities in its own currency. When wealth owners are indifferent as to currency denomination, this monopoly power gives rise neither to seigniorage nor to special denomination rents accruing to commercial banks. When wealth owners show a preference for, say, dollars and are indifferent between other currencies, the American banking system reaps the benefits of this preference. Its value to a commercial bank in the United States should, theoretically, be reflected in the premium one would be willing to pay for a charter giving the right to issue dollar monetary liabilities rather than liabilities denominated in some other currency*” (SWOBODA, 1968, p. 14).

Os ganhos extras podem ser expressos por comissões maiores nas transações cambiais, taxas de empréstimos, serviços de investimento e outras atividades (COHEN, 2015). Eichengreen (2011, p.3), no texto supracitado, traz esses benefícios para a realidade dos viajantes internacionais, aqui, materializado não como o aumento dos ganhos, mas como redução de custos. Nesse mesmo sentido, Cohen (2015, p. 20, *tradução nossa*), afirma que, o benefício proporcionado pela não necessidade de conversão da moeda ao longo de suas viagens, traz para o cidadão “uma conveniência notável”¹²⁵.

Além dos bancos e dos cidadãos, empresas não financeiras também são positivamente impactadas com esse cenário. Cohen (2015), elenca duas formas de impacto para as empresas de um país cuja moeda emitida é a mesma utilizada internacionalmente, válida especialmente para empresas ou setores da economia orientados para o exterior. O primeiro benefício tem relação com a redução do custo cambial, pois para as empresas locais, a moeda utilizada nas negociações internacionais, é a mesma moeda utilizada nacionalmente. Dessa forma, a necessidade de conversões e o risco é mitigado. Já o segundo ponto elencado trata do acesso aos mercados financeiros internacionais, visto que, algumas empresas passam a ter a possibilidade de obtenção de empréstimos mais baratos e em maior da escala do que conseguiriam considerando apenas o seu país local. A crítica aqui, cabe ao fato de que, como nem todos os setores são igualmente impactados pelos benefícios as consequências distributivas são significativas.

O espraiamento desse benefício é possível apenas a partir da existência de mercados financeiros bem desenvolvidos e abertos no país emissor, contribuindo também para o aumento da liquidez da moeda internacional no mundo todo. Os Estados Unidos, por exemplo, só ascenderam a moeda internacional dominante após a criação do *Federal Reserve* em 1913. Isso também é verificado ao se analisar os mercados financeiros de Londres, com a ascensão da libra, e os obstáculos enfrentados por Japão e Alemanha com mercados financeiros fortemente regulados, corroborando as dificuldades, os obstáculos, à internacionalização do iene e do marco alemão (CHEY, 2013).

4.1.2 Senhoriagem internacional

Em termos gerais, a senhoriagem está relacionada a receita obtida por aqueles que possuem o poder de realizar a emissão de moedas, sendo essa, expressa pela diferença entre o

¹²⁵ No original em inglês: “*A notable convenience*” (COHEN, 2015, p. 20).

valor de face da moeda e seu custo de produção, aqui, incluindo o valor do metal – ouro, prata, bronze – e o trabalho da realização da cunhagem em si (SANDRONI, 1999).

Trazendo a definição para o cenário internacional, Dobbs *et al.* (2009), afirmam que, a senhoriagem internacional, pode ser compreendida como um empréstimo sem juros gerado pela emissão adicional de moeda a não residentes, que detêm, notas e moedas norte-americanas. Chey (2012), conceitua a senhoriagem internacional como sendo a senhoriagem – diferença entre valor nominal de uma moeda e o seu custo de produção – gerados no ambiente internacional. Em outras palavras, quando estrangeiros detêm a moeda nacional, ou, os direitos financeiros nela denominados. Abrange também ganhos devido à diferença entre os juros pagos sobre ativos estrangeiros adquiridos pelo país emissor e aqueles sobre ativos denominados na sua própria moeda adquiridos por estrangeiros. Para Cohen (2015), a senhoriagem internacional pode ser compreendida como o excesso do valor nominal de uma moeda sobre o seu custo de produção. Essa senhoriagem, é gerada, sempre que estrangeiros, adquirem e detêm uma determinada quantidade de dinheiro nacional em troca de serviços, bens ou ativos de investimento estrangeiro transacionados.

Esse dinheiro nacional acumulado de maneira transfronteiriça, pode se dar de duas formas. A primeira, pelo acúmulo estrangeiro de dinheiro físico, notas e moedas em si. E a segunda, pela acumulação estrangeira de ativos ou créditos financeiros denominados na moeda nacional.

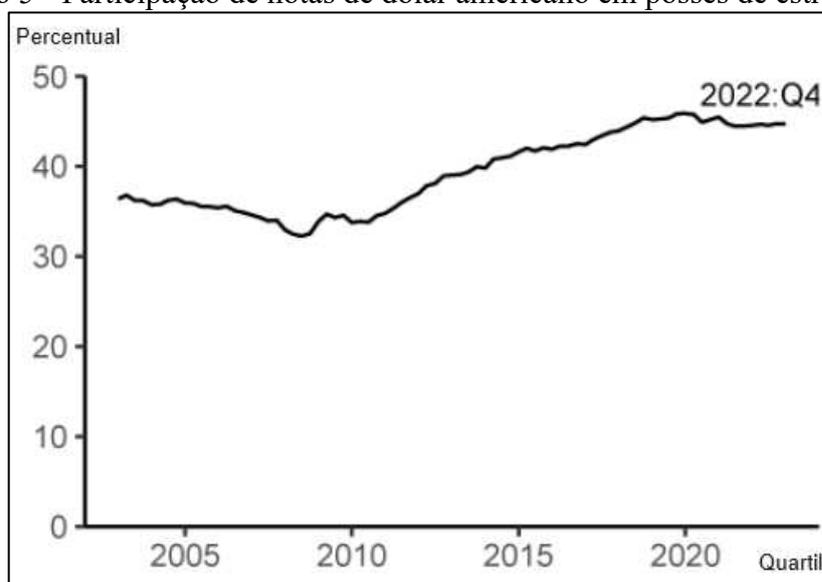
Detalhando cada um desses elementos, quando há um acúmulo de notas e moedas físicas em posse transfronteiriça, um banco central estrangeiro, por exemplo, isso equivale a um empréstimo sem juros ao país emissor, visto que, sob a posse daqueles recursos não incidem juros (COHEN, 2015). A esse respeito, considerando o dólar americano, Dobbs *et al.* (2009), estimam esse benefício financeiro em, aproximadamente, US\$ 10 bilhões. Trazendo o cenário para a realidade do povo norte-americano Eichengreen (2011), afirma, que o custo para que o *Bureau of Engraving and Printing – BEP*¹²⁶ realize a impressão de uma nota de cem dólares é de poucos centavos. Porém, para outros países obterem cem dólares, esses, devem desembolsar cem dólares em bens ou serviços. Essa diferença é a senhoriagem, um benefício de ser o emissor da moeda internacional principal. Segundo o autor, quando da escrita de sua obra, havia cerca de US\$ 500 bilhões de dólares norte-americanos em circulação fora dos Estados Unidos,

¹²⁶ Como tradução livre pode-se compreender como sendo o Departamento de Gravura e Impressão das notas monetárias dos Estados Unidos, local onde, as notas são produzidas. Opera como o banco central do país no que tange a produção e garantia do quantitativo adequado de dinheiro e moeda em circulação (USA, 2023).

isso, implica dizer que, os estrangeiros forneceram, aos Estados Unidos, esse mesmo valor – US\$ 500 bilhões em bens e serviços reais.

O Federal Reserve (2023a), afirma que, apesar da quantidade exata de notas de dólares americanos detidas por estrangeiros não ser conhecida, a estimativa conservadora¹²⁷, aponta que, em se considerando os dados do último trimestre de 2022, havia mais de um bilhão de dólares americanos em posse de estrangeiros, o equivalente a 44,7% do total de dólares em circulação, conforme apresentado no gráfico 5.

Gráfico 5 - Participação de notas de dólar americano em posses de estrangeiros



Fonte: Adaptado de Federal Reserve (2023b).

Além desse cenário, a utilização do dólar enquanto moeda âncora¹²⁸ aumentou nas últimas duas décadas. Estimativas indicam que em 2015, 50% do PIB mundial foi produzido em países cuja moeda estava ancorada no dólar americano, excluindo os Estados Unidos dessa análise (FEDERAL RESERVE, 2023b).

O segundo componente apontado por Cohen (2015), como o mais substancial, trata da acumulação estrangeira de ativos financeiros denominados em outra moeda internacional, aqui, o dólar norte-americano. O aumento dessa acumulação tem o efeito de fazer com que o custo do empréstimo seja inferior ao que seria de outra forma.

¹²⁷ No original em inglês: “The exact amount of U.S. dollar banknotes held by foreigners is not known and this is most likely a conservative estimate” (FEDERAL RESERVE, 2023a).

¹²⁸ Dizer que o dólar era utilizado como âncora equivale aqui a dizer que os Estados em questão limitavam os movimentos de suas moedas em relação ao dólar americano, utilizando o mesmo como moeda reserva de valor (FEDERAL RESERVE, 2023b).

Para os Estados Unidos, o subsídio total foi estimado em até 80 pontos base¹²⁹, produzindo uma poupança anual de pelo menos 150 mil milhões de dólares [...] uma estimativa comparável para a Europa, sugere um ganho de até 0,5% do PIB para os membros da zona euro. Este cálculo, pode ser realizado de maneira estimada relacionando a diferença entre os retornos dos ativos estrangeiros de um país emissor (mais elevados), e o custo dos passivos estrangeiros (mais baixos). Considerando os Estados Unidos, estudos estimam que, o excesso de retorno sobre os créditos estrangeiros líquidos, seja de 300, ou mais pontos base por ano. Situando-se entre 1% e 3% do PIB, estes números são tudo menos negligenciáveis (COHEN, 2015, p. 21-22, *tradução nossa*)¹³⁰.

Além disso, o governo, as empresas e as famílias norte-americanas conseguem acesso ao capital de forma mais barata, tendo em vista, as grandes compras de títulos do Tesouro dos Estados Unidos por parte de governos e agências governamentais estrangeiras. Dobbs *et al.* (2009), estimam que, essas compras reduziram entre 50 e 60 pontos base, ao longo dos anos a taxa de financiamento dos Estados Unidos. Isto é, a busca por ativos denominados em dólar faz com que haja uma poupança anual para o governo federal e demais mutuários. A lógica aqui, é a do prêmio pela liquidez, ou ainda um desejo de um porto seguro para os investimentos, um prêmio de segurança.

4.1.3 Flexibilidade macroeconômica

A flexibilidade macroeconômica, também, pode ser considerada uma expressão de poder monetário, por remeter a uma autonomia perante os demais países, é conseqüentemente, vista como um benefício para o país emissor da principal moeda internacional em utilização no mundo, o dólar americano. Cohen (2006, p. 33, *tradução nossa*), afirma que, “em nenhuma área das relações econômicas a importância da autonomia é mais evidente do que no domínio dos assuntos monetários, onde os estados estão inevitavelmente ligados através do balanço de

¹²⁹ Pontos base ou *basis point* (BPS), é uma unidade de medida utilizada para apontar variações de taxas. O valor do BPS deverá ser de 0,01%, pois detona a menor parte dos pontos percentuais. Não é o mesmo que uma variação percentual, pois o percentual leva em conta a numeração em questão, o ponto base se mantém em 0,01%. Exemplificando, se uma taxa sobe de 5% para 5,5%, pode se dizer que, há um aumento de 50 *basis point*. Porém, ao se analisar percentualmente, a taxa subiu 10%.

¹³⁰ No original em inglês: “Overall, for the United States the total subsidy has been estimated to amount to as much as 80 basis points, producing an annual saving of at least \$150 billion for the federal government and other domestic borrowers.²⁷ A comparable estimate for Europe suggests a gain of as much as 0.5 percent of GDP for the members of the euro zone. Alternatively, the value of the second component can be estimated by calculating the difference between the (higher) returns on foreign assets of an issuing country and the (lower) cost of foreign liabilities. For the United States as a whole, studies put the excess return on net foreign claims at 300 or more basis points per year. At anywhere from 1 percent to 3 percent of GDP, these figures are anything but negligible” (COHEN, 2015 p. 21-22).

pagamentos”¹³¹. Para que se possa compreender a questão da flexibilidade macroeconômica, é fundamental a compreensão do que é o balanço de pagamentos e quais contas estão por trás do conceito.

O balanço de pagamentos diz respeito ao local de registro de todas as transações econômico-financeiras realizadas por residentes de um país com residentes dos demais países na contabilidade nacional. Tem por objetivo apresentar as medidas de desempenho macroeconômico em um determinado período, ou seja, qual a produção de bens e serviços finais do país em um dado momento. De maneira simplificada, nele, são registradas todas as informações referentes a compras, vendas, envios, recebimentos, aplicações e operações entre os países. Quando o resultado final do balanço de pagamentos é positivo, pode-se dizer que há um superávit, quando o resultado é negativo há um déficit e quando os valores são equivalentes pode-se dizer que o balanço de pagamentos está equilibrado (SANDRONI, 1999).

O balanço de pagamentos é formado por três contas básicas, a conta-corrente, a conta capital e a conta financeira. A conta-corrente é composta pela balança comercial, que trata de bens e apresenta a diferença entre exportações e importações, pela balança de serviços, que mede a diferença entre receitas e despesas relativas à prestação de serviços, a balança de rendas registra a diferença entre receitas e despesas relacionadas as rendas do trabalho e de capitais (salários, lucros, dividendos reinvestidos e juros – rendas primárias a partir de 2015), e as transferências unilaterais correntes (rendas secundárias a partir de 2015), que registram as remessas de divisas. A conta capital, por sua vez, apresenta as transferências unilaterais relacionadas ao patrimônio, aquisição e alienação de patrimônios físicos (ativos tangíveis), ou de bens não financeiros não produzidos (ativos intangíveis), por exemplo, propriedades e patentes, respectivamente. Por fim, a conta financeira apresenta os investimentos diretos, investimentos em carteira, derivativos e outros investimentos. Em todas as contas supracitadas, sempre considerando a relação entre residentes e não residentes. Em cada uma dessas três contas – corrente, capital e financeira – há um resultado de superávit ou de déficit, ou seja, é possível avaliar se entrou ou saiu mais dinheiro (SANDRONI, 1999; IMF, 2009a; FEIJÓ, RAMOS, 2013; BCB, 2014).

O resultado final do balanço de pagamentos é obtido a partir da soma das transações correntes e dos movimentos de capitais¹³², se esse resultado for positivo, superavitário, haverá

¹³¹ No original em inglês: “*And in no area of economic relations is the salience of autonomy more evidente than in the realm of monetary affairs, where states are inescapably linked through the balance of payments*” (COHEN, 2006, p. 33).

¹³² Convém ressaltar aqui que, além das transações correntes e da conta capital e financeira, também são considerados os erros e emissões para se estabelecer o resultado final do Balanço de Pagamentos. A respeito desse,

uma contribuição para os estoques de reservas internacionais, porém, se o resultado final de uma das contas for negativo, sem que as demais compensem, haverá um déficit. Por exemplo, se a balança comercial for deficitária, e se as demais contas nas transações correntes e os movimentos de capitais não compensarem esse déficit, haverá um resultado deficitário no balanço de pagamentos. Caso isso ocorra, o déficit, deverá ser financiado pelos haveres da autoridade monetária do país¹³³. O quadro 10, visa sintetizar e ilustrar essa explicação.

Quadro 10 - Estrutura do balanço de pagamentos

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EXPRESSO EM REAIS (BRASIL) OU DÓLARES (BASES INTERNACIONAIS) RESULTANTE DA ANÁLISE DE
I – Balança Comercial	Exportações e Importações
II – Balança de Serviços	Viagens internacionais, transportes, seguros, serviços governamentais, serviços diversos (comunicações, construção, computação e informações, royalties, licenças, entre outros)
III – Balança de Rendas / Renda Primária	Salários, lucros, dividendos reinvestidos e juros.
IV – Donativos ou Transferências Unilaterais Correntes / Renda Secundária	Remessas de trabalhadores, ou manutenção de residentes, vinculada a geração dos recursos remetidos entre as famílias, ao trabalho
V – Saldo em Transações Correntes	= I + II + III + IV
VI – Conta Capital	Transferências unilaterais relacionadas com patrimônio de imigrantes e aquisição ou alienação de bens não financeiros não produzidos (cessão, patentes e marcas)
VII – Conta Financeira	Investimentos diretos; Investimentos em carteira; Derivativos; Investimentos diretos líquidos (novas firmas estrangeiras); Reinvestimentos (multinacionais já instaladas no país); Empréstimos e financiamentos (Banco Mundial, BID, bancos privados e oficiais estrangeiros); Amortizações; Capitais de curto prazo e outros investimentos
VIII – Erros e Omissões	Partidas a crédito e a débito lançadas provenientes de diversas fontes de informações, gerando, na prática, total líquido diferente de zero
IX – Saldo do Balanço de Pagamentos	= V + VI + VII + VIII
X – Haveres da autoridade monetária	= - IX (Variação das reservas internacionais)

Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF (2009b), Feijó e Ramos (2013), BCB (2014) e IMF (2023c).

Sandroni (1999, p. 210), afirma que, erros e emissões são o “item do balanço de pagamentos, onde são computados os erros e omissões cometidos durante o ano no registro das operações das várias contas desse balanço. Por exemplo, no final de 1997 o governo anunciou um déficit na balança comercial de 8,536 bilhões de dólares; no início de 1998, constatou um erro e uma omissão que reduziram o déficit para 8,372 bilhões. O erro foi cometido no registro de uma operação de 91 mil dólares, computada como 90 milhões de dólares. E a omissão foi devida ao cancelamento de Declarações de Importação, no valor de 73 milhões de dólares, não utilizadas pelas empresas na segunda quinzena de dezembro de 1997”.

¹³³ Segundo BCB (2002), os haveres da autoridade monetária representam “a variação das reservas internacionais do país, no conceito de liquidez internacional, deduzidos os ajustes relativos a valorizações/desvalorizações das moedas estrangeiras em relação ao dólar americano e os ganhos/perdas relativos a flutuações nos preços dos títulos e do ouro”. Em outras palavras, são ativos de reserva que estão disponíveis e sob o controle do governo. Os haveres são organizados em cinco categorias, ouro monetário, direitos especiais de saque, posição de reservas no FMI, reservas em moeda estrangeira e outros ativos.

Isto é, o saldo do balanço de pagamentos acrescido aos haveres da autoridade monetária deverá ser zero, assim, se houver o superávit do balanço de pagamentos, o resultado dos haveres será negativo. Já se houver um déficit no balanço de pagamentos será positivo. Além dessa função, servem também para cobrir as diferenças no balanço de pagamentos e possibilitar a execução da política cambial (SANDRONI, 1999; BCB, 2014).

Pode-se assim, dizer que quando o saldo das transações correntes é positivo há um superávit, existe poupança interna em relação ao investimento, há uma poupança externa negativa. Isso equivale dizer que há uma exportação de poupança para o exterior. Já com um déficit em conta-corrente, pode-se dizer que o país possui uma poupança externa positiva, por haver um excesso de investimento em relação à poupança doméstica, em outras palavras o país está importando poupança do exterior. Dessa forma, o saldo do balanço de pagamentos em conta-corrente está associado a posição internacional do país em relação aos investimentos, onde o país pode estar acumulando ativos externos ou reduzindo passivos externos (quando apresentar um superávit), ou estar reduzindo ativos externos ou aumentando passivos externos (quando apresentar um déficit). Feijó e Ramos (2013, p. 185), ilustram essa análise.

Caso o Brasil deva mais ao resto do mundo do que o resto do mundo deve ao Brasil, a posição internacional de investimento do Brasil será negativa, e vice-versa. [...] Suponha que o Brasil tenha um déficit em conta corrente de US\$ 40 bilhões. Para cobrir esse déficit, o Brasil pode tomar um empréstimo de US\$ 40 bilhões junto ao resto do mundo, ou reduzir suas reservas em US\$ 40 bilhões. Em ambos os casos, a posição externa de investimento do país se deteriora, isto é, aumenta o saldo devedor do Brasil em relação ao resto do mundo.

Em se tratando da conta capital, conta financeira e da conta erros e omissões, quando o resultado é positivo significa haver uma entrada líquida ou um aumento líquido nos ativos financeiros. Já quando há um déficit pode-se dizer que há uma diminuição líquida nos ativos financeiros. As contas correntes e de capital mostram transações não financeiras, ou seja, seu saldo exige que financiamentos sejam tomados ou oferecidos. Já a conta financeira, por sua vez, mostra como os financiamentos são alocados. Em síntese, o saldo da conta-corrente, acrescido da conta de capital irá indicar uma capacidade líquida de financiamento – se houver um resultado superavitário – ou uma necessidade líquida de financiamento – se o resultado for deficitário – financiamento esse advindo do restante do mundo (IMF, 2009b; FEIJÓ, RAMOS, 2013).

Com base nesse esclarecimento, pode-se verificar que, a flexibilidade macroeconômica proporcionada ao estado emissor da moeda internacional, pode ser compreendida como o benefício mais significativo, por dizer respeito a capacidade desse de

financiar déficits do balanço de pagamentos com a sua própria moeda. Ter a sua moeda utilizada de maneira transfronteiriça permite o alívio das restrições que o balanço de pagamentos imputa aos países, tanto do ponto de vista da política interna monetária quanto da política interna fiscal. Pois, quanto maior for a capacidade do país de financiar os seus déficits em sua própria moeda, maior será a liberdade para os decisores políticos buscarem seus objetivos de despesa pública, novamente, ampliando a expressão de autonomia do poder monetário. Isso se justifica, pois, a realização dos ajustes necessários para o ajuste do balanço de pagamentos, impactam no bem-estar da população, dessa forma, haverá um custo, tanto político quanto econômico para o ajuste ser realizado. Ao ser o detentor da moeda utilizada para este ajuste, o custo é bem inferior ao imputado aos demais países (CHEY, 2012; COHEN, 2013b).

Cohen (2006), afirma que, com a interligação dos estados por meio da balança de pagamentos, o risco de um desequilíbrio exacerbado representa uma ameaça a independência política. Ameaça essa que, será maior ou menor dependendo da autonomia do país em questão.

Os desequilíbrios excessivos geram automaticamente pressões mútuas para o ajustamento, para mover a balança de pagamentos de volta ao equilíbrio. Mas o ajustamento, pode ser inconveniente ou mesmo dispendioso, tanto em termos econômicos como políticos. Nenhum governo gosta de ser forçado a comprometer objetivos políticos fundamentais em prol da restauração do equilíbrio externo. Todos, se pudessem escolher, prefeririam que outros fizessem os sacrifícios necessários. No nível macro dos assuntos monetários, portanto, o poder monetário consiste na capacidade de evitar o fardo do ajustamento exigido pelo desequilíbrio nos pagamentos (COHEN, 2006, p. 33).

Eichengreen (2011), afirma que, a crise subprime de 2008, revisitou questionamentos a respeito dos privilégios exorbitantes que os Estados Unidos detêm. Um dos pontos diz respeito ao déficit de cerca de 6% do PIB em transações correntes no período anterior à crise, período esse marcado pelo crescimento dos mercados emergentes e pelo aumento das reservas em dólares dos bancos centrais desses países. Com esse cenário os Estados Unidos obtiveram acesso a um financiamento estrangeiro barato e puderam então, manter as suas taxas de juros baixos, permitindo a manutenção do poderio das famílias americanas. De forma que, os países emergentes subsidiaram essa situação. Eichengreen (2011, p. 5, *tradução nossa*), sintetiza, refletindo que, o financiamento barato fornecido aos EUA para a obtenção dos dólares necessários para apoiar as crescentes transações internacionais validou as práticas que resultaram na crise. “Os Estados Unidos acenderam o fogo, mas os estrangeiros foram forçados pela estrutura perversa do sistema a fornecer o combustível”¹³⁴.

¹³⁴ No original em inglês: “*The United States lit the fire, but foreigners were forced by the perverse structure of the system to provide the fuel*” (EICHENGREEN, 2011, p. 5).

Pode se dizer, então, que o balanço de pagamentos reflete as questões macroeconômicas de cada um dos países, assim, os desequilíbrios encontrados nos balanços são indicativos da realidade do país (*ex-ante*), ou ainda, servem como base para que gestores de políticas ajam (*ex-post*). De maneira mais ampla, quando um país atua por meio de uma política mais expansiva que a dos demais, esse, tende a registrar déficits comerciais ou saídas de capitais. Já países com políticas mais restritivas, registram excedentes comerciais ou entradas de capitais. As negociações macroeconômicas internacionais deixam claro que o excedente de um é o déficit do outro. Apesar disso, todo o contexto histórico pós-Segunda Guerra que os Estados Unidos e o dólar americano alcançaram, os rendeu uma posição diferenciada no que diz respeito ao custo de ajuste, refletido assim, a sua flexibilidade macroeconômica. Webb (1994, p. 412, *tradução nossa*), é enfático ao afirmar que,

dado que o dólar forneceu a principal moeda de reserva e de transação do mundo ao longo da era do pós-guerra, os estrangeiros têm, geralmente, estado dispostos a deter dólares sem exigirem um prêmio elevado de taxa de juros. A capacidade única dos Estados Unidos de pedirem empréstimos substanciais a estrangeiros na sua própria moeda isolou Washington dos custos totais dos seus enormes déficits orçamentários. A fraca confiança externa nas políticas americanas fez ocasionalmente subir as taxas de juros nos Estados Unidos, mas a coordenação política e as condições econômicas favoráveis continuam a isolar a política monetária americana das potenciais restrições da sua dependência de empréstimos estrangeiros. [...] Tudo isso sugere que os Estados Unidos estão numa posição de negociação forte nas negociações macroeconômicas internacionais, e o padrão de ajustamentos políticos confirma isso.¹³⁵

Situação essa diferente da encontrada por Alemanha e Japão ao longo da história, ou ainda a realidade dos países emergentes no início do século XXI. É fato que, conforme destacado por Cohen (2015), nem todos os setores da economia e famílias norte-americanas podem ser considerados beneficiados por esse cenário, há indivíduos que preferiam outro tipo de postura, porém, em se considerando o Estado como um todo, um maior grau de liberdade monetária e política perante o restante do mundo é de fato, considerado uma benesse. A tabela 8, apresenta uma síntese do balanço de pagamentos dos Estados Unidos ao longo do intervalo analisado nesta tese, 1989 até 2022. O balanço completo, pode ser encontrado no Anexo A.

¹³⁵ No original em inglês: “*Because the dollar has provided the world's primary reserve and transactions currency throughout the postwar era, foreigners have generally been willing to hold dollars without demanding a high interest rate premium. The United States' unique ability to borrow substantial sums from foreigners in its own currency has insulated Washington from the full costs of its huge budget deficits. Weak foreign confidence in American policies has occasionally nudged interest rates up in the United States, but policy coordination and favourable economic conditions continue to insulate American monetary policy from the potential constraints of its dependence on borrowing from abroad. (...) All of this suggests that the United States is in a strong bargaining position in international macroeconomic negotiations, and the pattern of policy adjustments bears this out*” (WEBB, 1994, p. 412).

Tabela 8 - Síntese do Balanço de pagamentos dos Estados Unidos em Milhões de dólares americanos no intervalo de 1989 - 2022

	Saldo Balança Comercial (bens)	Saldo Balança de Serviços	Saldo Renda Primária	Saldo Renda Secundária	Conta corrente	Conta de capital	Saldo conta corrente e de capital	Conta financeira	Saldo em conta corrente, capital e financeira	Erros e omissões líquidos	Reservas e itens relacionados
1989	-117.756,0	24.630,0	19.800,0	-26.180,0	-99.506,0	-206,5	-99.712,5	-72.683,0	-27.029,5	52.317,4	25.287,9
1990	-111.042,0	30.190,0	28.560,0	-26.660,0	-78.952,0	-7.220,2	-86.172,2	-60.222,0	-25.950,2	28.183,0	2.232,8
1991	-76.940,0	45.760,0	24.130,0	9.901,0	2.851,0	-5.129,9	-2.278,9	-38.043,0	35.764,1	-41.522,8	-5.758,7
1992	-96.897,0	57.689,9	24.236,0	-36.634,0	-51.605,1	1.449,4	-50.155,7	-90.030,0	39.874,4	-43.801,7	-3.927,3
1993	-132.451,0	62.140,0	25.339,0	-39.810,8	-84.782,8	-714,2	-85.497,0	-80.632,0	-4.865,0	6.241,2	1.376,2
1994	-165.831,0	67.320,0	17.134,0	-40.265,4	-121.642,4	-1.111,2	-122.753,6	-118.902,0	-3.851,6	-1.498,2	-5.349,8
1995	-174.170,0	77.783,0	20.899,3	-38.073,3	-113.561,0	-221,5	-113.782,5	-92.561,8	-21.220,7	30.968,0	9.747,3
1996	-191.000,0	86.965,0	22.324,8	-43.016,9	-124.727,1	-7,0	-124.734,1	-127.839,6	3.105,5	-9.772,3	-6.666,8
1997	-198.428,0	90.140,0	12.624,8	-45.061,3	-140.724,5	-256,3	-140.980,8	-219.947,9	78.967,1	-77.955,1	1.012,0
1998	-248.221,0	82.091,0	4.280,1	-53.187,1	-215.037,0	-8,0	-215.045,0	-73.737,0	-141.308,0	148.039,3	6.731,3
1999 (*)	-337.067,0	81.254,0	9.969,0	-40.778,0	-286.622,0	-6.428,0	-293.050,0	-229.855,0	-63.195,0	54.468,0	-8.727,0
2000	-446.783,0	77.094,0	14.626,0	-46.865,0	-401.928,0	-4.218,0	-406.146,0	-478.684,0	72.538,0	-72.243,1	294,9
2001	-422.368,0	61.995,0	23.246,0	-56.952,0	-394.079,0	12.169,0	-381.910,0	-406.943,0	25.033,0	-20.106,3	4.926,7
2002	-475.246,0	54.580,0	17.505,0	-52.948,0	-456.109,0	-3.825,0	-459.934,0	-506.349,0	46.415,0	-42.722,6	3.692,4
2003	-541.644,0	45.393,0	29.254,0	-55.300,0	-522.297,0	-8.499,0	-530.796,0	-539.032,0	8.236,0	-9.765,4	-1.529,4
2004	-664.765,0	53.932,0	46.580,0	-71.634,0	-635.887,0	-4.343,0	-640.230,0	-539.416,0	-100.814,0	98.010,0	-2.804,0
2005	-782.805,0	66.268,0	44.184,0	-76.877,0	-749.230,0	950,0	-748.280,0	-699.965,0	-48.315,0	34.228,4	-14.086,6
2006	-837.288,0	73.755,0	15.979,0	-69.088,0	-816.642,0	-7.439,0	-824.081,0	-823.190,0	-891,0	-1.501,3	-2.392,3
2007	-821.193,0	110.193,0	64.356,0	-89.910,0	-736.554,0	-6.057,0	-742.611,0	-632.960,0	-109.651,0	109.776,1	125,1
2008	-832.492,0	120.140,0	112.019,0	-96.193,0	-696.526,0	-172,0	-696.698,0	-751.905,0	55.207,0	-50.368,0	4.839,0
2009	-509.696,0	114.917,0	115.540,0	-100.497,0	-379.736,0	-5.876,0	-385.612,0	-291.545,4	-94.066,6	146.246,6	52.180,0
2010	-648.673,0	145.595,0	169.911,0	-98.835,0	-432.002,0	-6.891,0	-438.893,0	-448.219,0	9.326,0	-7.503,0	1.823,0
2011	-740.997,0	186.480,0	202.431,0	-103.211,0	-455.297,0	-9.021,0	-464.318,0	-541.846,0	77.528,0	-61.545,2	15.982,8
2012	-741.118,0	215.211,0	197.928,0	-90.133,0	-418.112,0	931,0	-417.181,0	-452.494,0	35.313,0	-30.848,6	4.464,4
2013	-700.538,0	253.681,0	195.517,0	-88.115,0	-339.455,0	-6.559,0	-346.014,0	-396.992,0	50.978,0	-54.066,3	-3.088,3
2014	-749.917,0	265.966,0	200.311,0	-86.338,0	-369.978,0	-6.534,0	-376.512,0	-293.493,0	-83.019,0	79.435,5	-3.583,5
2015	-761.866,0	271.093,0	185.207,0	-102.881,0	-408.447,0	-7.939,0	-416.386,0	-380.109,0	-36.277,0	29.971,4	-6.305,6
2016	-749.801,0	270.340,0	196.442,0	-113.200,0	-396.219,0	-6.606,0	-402.825,0	-364.514,0	-38.311,0	40.412,9	2.101,9
2017	-799.340,0	282.405,0	257.939,0	-108.618,0	-367.614,0	12.395,0	-355.219,0	-371.553,0	16.334,0	-18.029,2	-1.695,2
2018	-878.748,0	300.148,0	255.278,0	-116.529,0	-439.851,0	-4.261,0	-444.112,0	-307.863,0	-136.249,0	141.253,3	5.004,3
2019	-857.259,0	297.865,0	247.401,0	-129.755,0	-441.748,0	-6.455,0	-448.203,0	-563.013,0	114.810,0	-110.149,9	4.660,1
2020	-912.878,0	259.993,0	180.967,0	-125.227,0	-597.145,0	-5.609,0	-602.754,0	-677.907,0	75.153,0	-66.185,5	8.967,5
2021	-1.083.510,0	241.930,0	149.928,0	-139.801,0	-831.453,0	-2.511,0	-833.964,0	-903.082,5	69.118,5	45.139,2	114.257,7
2022	-1.183.011,0	231.824,0	148.552,0	-168.959,0	-971.594,0	-4.603,0	-976.197,0	-810.605,0	-165.592,0	171.406,1	5.814,1

Obs.: Este relatório de dados utiliza o formato de Apresentação Padrão da BP conforme definido na 6ª Edição do Manual da Balança de Pagamentos (BPM6).

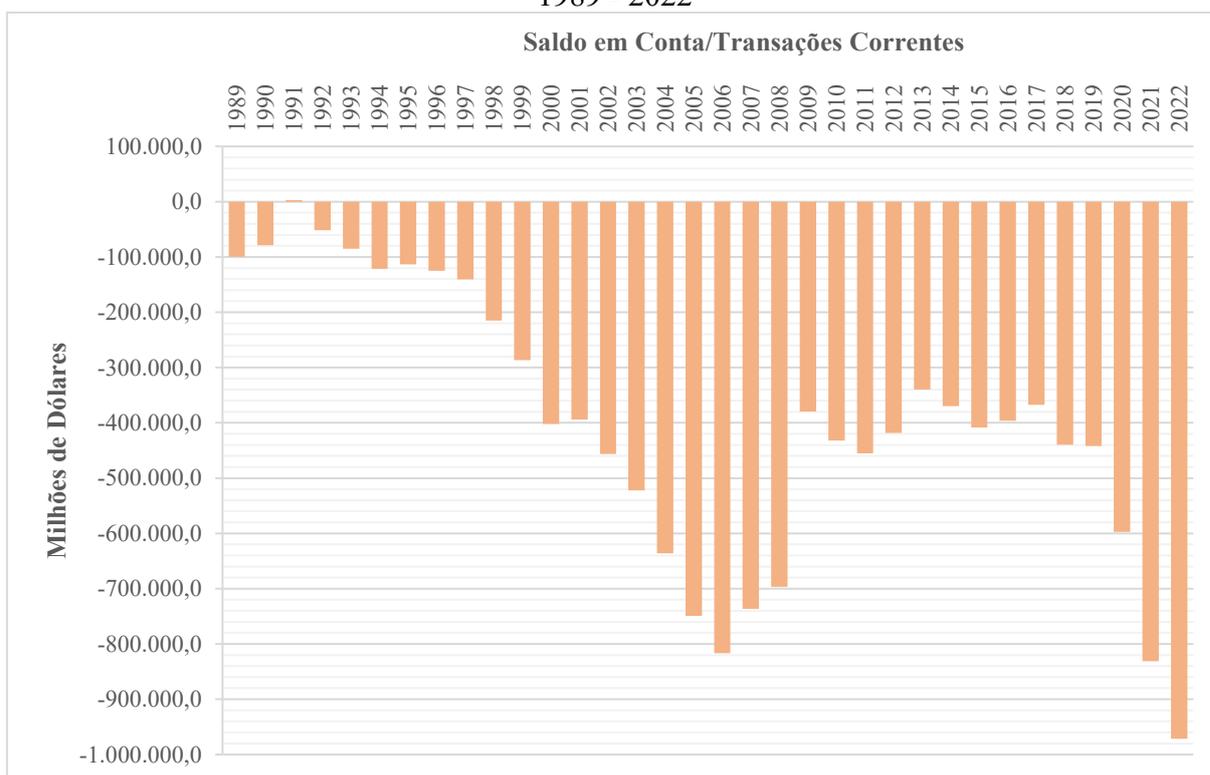
(*) No ano de 1999, foi o ponto de junção entre as estimativas oficiais com base no BPM6, e as estimativas convertidas com base no BPM5, pelo FMI

Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF (2023c).

Antes de adentrar na questão da balança comercial propriamente dita, outro dado que merece destaque é a balança de rendas primária. A partir dos dados da tabela 8, é possível verificar um crescimento considerável para o período estudado. Essa balança, retrata, os ingressos de recursos advindos de salários, lucros, dividendos, reinvestidos e juros. Como já mencionado, por definição, o resultado final do balanço de pagamentos é zero. Porém, esse

resultado só é alcançado, após a relação desse com os haveres da autoridade monetário. Assim, para melhor visualização, optou-se por deixar em vermelho os dados cujo resultado foi negativo (antes do fechamento supracitado). Dessa forma, a partir dos dados da tabela 8, pode-se verificar que, em todos os anos para o período analisado, os Estados Unidos tiveram a sua balança comercial com resultado negativo. Isso significa que, para o período analisado, a diferença entre exportação e importação, apresentou sempre um déficit. Ou seja, a importação foi maior que a exportação. E, apesar dos diversos resultados positivos na balança de serviços e na balança de rendas primárias, exceto para o ano de 1991, nos demais anos as transações correntes norte-americanas foram negativas. O gráfico 6, apresenta de maneira mais clara a evolução do dado ao longo dos anos.

Gráfico 6 - Evolução do saldo em transações correntes dos Estados Unidos no intervalo de 1989 - 2022



Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF (2023c).

Pode ser observado que, o déficit em transações correntes é constante e com um montante significativo ao se comparar, por exemplo, o resultado das transações correntes dos Estados Unidos em 2022, com os demais países membros do G7. Dos sete países membros, dois apresentaram resultado positivo nessa conta. A Alemanha apresentou o resultado de US\$ 172.459,6 milhões de dólares e o Japão apresentou US\$ 90.963,1 milhões de dólares. Os demais cinco países, apresentaram resultados negativos, deficitários, são eles: Canadá US\$ - 6.654,3

milhões de dólares, Itália US\$ - 30.223,0 milhões de dólares, França US\$ - 56.671,9 milhões de dólares e o Reino Unido US\$ - 101.738,5 milhões de dólares (IMF, 2023c).

Ao comparar o dado apresentado pelos Estados Unidos, US\$ - 971.594,0 milhões de dólares, é possível observar que ele é cerca de nove vezes e meia maior do que o maior déficit encontrado no G7 – o Reino Unido. Na prática, como já apontado, o déficit em conta-corrente significa um endividamento líquido, ou uma venda de ativos para outras economias. Isso equivale a dizer que, países como Alemanha e Japão possuem ativos internacionais, pois emprestam (investem), em outras economias. Já o caso dos Estados Unidos é o inverso, ele acumula passivos, dívidas. Cenário esse que corrobora as conclusões apontadas por Webb (1994), Chey (2012), Cohen (2013b), e Cohen (2015).

4.1.4 Alavancagem política (*hard power*)

Apontado por Cohen (2013b; 2015), claramente como sendo um benefício ao detentor da moeda principal em utilização, a alavancagem política ou simplesmente alavancagem¹³⁶, trata da capacidade de pressão ou controle, proporcionada ao emissor da moeda internacional para com os demais países. Quando estrangeiros, recorrem a uma moeda nacional, esses, criam uma relação de dependência para com o emitente. Essa dependência monetária, gerada pela relação política, advinda da exploração do Estado emissor para coagir os outros Estados, ou alterar as preferências desses, faz com que, o emissor esteja em uma posição privilegiada. Pois ele, o emissor, controla o acesso a um recurso vital, ou seja, a moeda internacional. Quanto maior for a confiança na moeda, maior será, a capacidade desse controle.

É apontada por Cohen (2013b), como uma demonstração de *hard power*, ou poder duro como já explicado no início deste estudo, o poder duro tem relação com a capacidade de levar os outros a fazerem coisas que não fariam. Essa possibilidade é criada por meio do uso da força, da coerção, da ameaça de punição ou também de um incentivo, por exemplo, incentivos econômicos ou sanções em relação ao dólar (NYE JR, 2012). Isso se justifica, pois com a proeminência na hierarquia das moedas o Estado emissor exerce maior influência e é determinante na questão do acesso a essa moeda, ao de fato, pôr em prática essa capacidade ele pode impossibilitar o acesso de países ou pessoas específicas ao dólar, ou seja, há nitidamente uma dependência dos demais para com os Estados Unidos.

¹³⁶ Ao longo do seu texto, Cohen (2015, p. 19; 22), utiliza os termos *Political leverage* ou simplesmente *leverage* para se referir a esse benefício ou vantagem para o emissor da moeda internacional.

Essa alavancagem, pode ser demonstrada de maneira direta ou indireta, a primeira sendo a mais usual. A alavancagem direta é encontrada quando há ações políticas diretas implementadas por meio de instrumentos políticos disponíveis, tais como pagamentos paralelos (subornos), ou sanções (coerção). Nesse sentido, países amigos recebem empréstimos e acesso privilegiado a moeda em momentos de crise monetária ou financeira, já os países adversários podem ser privados do acesso a redes de compensação quando há o crescimento de tensões políticas. Não tão usuais, têm-se as maneiras indiretas de alavancagem política, onde, devido à importância da moeda em questão os utilizadores estrangeiros podem adaptar-se voluntariamente às preferências do país emissor sem serem formalmente solicitados, possui ligação com a forma de dependência monetária chamada por Kishner (1995), de *entrapment* (COHEN, 2015).

Retomando a questão da dependência monetária, essa, advém de três fatores: (a) a distribuição assimétrica dos benefícios da adesão a um sistema monetário internacional; (b) os custos ocasionados para sair de tal sistema; (c) mudanças nas preferências de política interna (KIRSHNER, 1995). O primeiro item, corrobora com o já apresentado a respeito dos *free-rides* em relação ao *hegemon* (KEOHANE, 1982), onde, os países menores, ganham relativamente mais ao estarem associados a um Estado central. Esse ganho, pode ser traduzido em estabilidade, proteção, privilégios em relação ao comércio, as finanças, entre outros. Já o segundo item, diz respeito a perda dessas vantagens, variam de caso para caso, mas que justificam muitas vezes permanência sob uma situação de dependência. Por fim, fazer parte de um sistema de dependência monetária faz com que a política interna do Estado-Membro convirja para os interesses do Estado central (KIRSHNER, 1995).

Kirshner (1995, p. 146), elenca quatro formas para explorar a dependência monetária, quais sejam, *enforcement*, *expulsion*, *extraction* e *entrapment*. O *enforcement* diz respeito a manipulação das regras do sistema para apoiar ou sancionar Estados-membros do sistema, pode envolver a suspensão de privilégios ou até mesmo a interrupção do fluxo da moeda para um país membro que a utilize como moeda principal para suas transações. O *expulsion* pode significar a expulsão de outro membro do sistema, fazendo com que esse último, perca os benefícios da adesão ou ainda, apenas a ameaça a essa situação. Onde, apenas a ameaça da expulsão por parte do Estado central para com os demais faz com que esses Estados-membros se comportem dentro do que é considerado apropriado pelo Estado central. Apesar de bem eficientes, Kirshner (1995), afirma que, há limitações para o uso dessas formas, pois se forem utilizadas de maneira exacerbada, os Estados-membros podem abandonar o sistema, fazendo

com que o poder do Estado central diminuía, tendo em vista, que, o poderio desse, é fruto da relação com os demais.

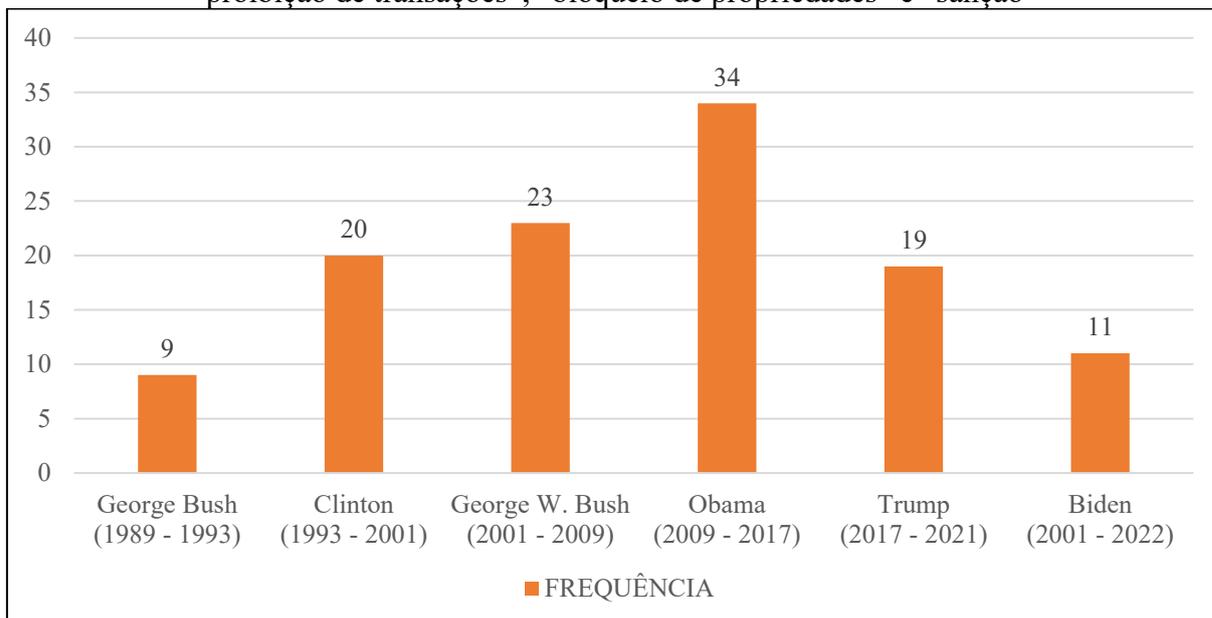
Extraction por sua vez, diz respeito a utilização do sistema por meio de regras e consequências para extrair riqueza dos Estados-membros. Como exemplo, pode se elencar o pagamento de tributos ou taxas, concessões econômicas, empréstimos forçados ou doações à Estados-membros, entre outros. O cerne, aqui, é estabelecer um processo por meio do qual o líder explora a sua posição como emissor da moeda principal do sistema. Por fim, o *entrapment*, com livre tradução, armadilha, aprisionamento ou encarceramento, tem como base a estrutura do sistema, está vinculada a alavancagem indireta, conforme apontado por Cohen (2015). Ela não representa apenas um meio de poder, mas é o objetivo principal dos Estados privilegiados. Por meio do *entrapment*, há uma transformação dos interesses dos países quando eles se tornam participantes deste sistema monetário. A China, é um exemplo de *entrapment*, apresentado por Cohen (2012, p. 19), afirmando que, “o aprisionamento parece ser uma boa definição da condição em que um país como a China, com o seu enorme estoque de reservas em dólares, se encontra hoje”. Dessa forma, pode-se concluir que, a capacidade de alavancagem gerada pela internacionalização monetária não precisa ser efetivamente explorada para ser considerada eficiente (KIRSHNER, 1995; COHEN, 2012; COHEN, 2015).

Para ilustrar como, de fato, os Estados Unidos exercem esse benefício de emissor da moeda internacional, pode se verificar as Ordens Executivas¹³⁷ emitidas pelos presidentes norte-americanos durante o intervalo analisado.

Ao longo do período analisado, em se considerando todas as ordens assinadas no intervalo 1989-2022, com temáticas relacionadas a “proibição de transações”, “bloqueio de propriedades” e “sanção” tem-se o cenário completo apresentado no apêndice A, e de maneira sintética no gráfico 7. O gráfico, apresenta as 116 ordens executivas assinadas, com temáticas relacionadas a bloqueio de propriedades governamentais, proibições de transações comerciais com pessoas e governos vinculados e terroristas, obstrução de democracia, sanções estrangeiras e proibição de novos investimentos em determinados países.

¹³⁷ As ordens executivas são emitidas pelos Presidentes e são uma das formas que esses utilizam para administrar as operações do Poder Executivo do Governo (FEDERAL RESERVE, 2023a).

Gráfico 7 - Ordens Executivas assinadas no intervalo 1989-2022 com temáticas relacionadas a “proibição de transações”, “bloqueio de propriedades” e “sanção”



Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Federal Register (2023).

A listagem completa encontra-se no apêndice A, porém, para ilustrar alguns casos da utilização da alavancagem política como um poder duro têm-se as ordens executivas 12775 e 12779, onde o Presidente George Bush, no ano de 1991, proibi certas transações com relações ao Haiti, ou ainda em 1993, onde, o Presidente Clinton, por meio da ordem executiva 12872, bloqueia propriedades de pessoas que obstruem a democratização no Haiti.

Com base no gráfico 7, é possível verificar que, obviamente, o destaque na quantidade de ordens está nos presidentes que realizaram dois mandatos seguidos, Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009), e Obama (2009-2017), porém, ao analisar ano por ano, os que possuem destaque são, 2011 e 2012, com 8 ordens em cada um deles. Ambos, governados pelo presidente Obama, seguido por, 2019 e 2021, com 7 ordens cada, respectivamente, dos presidentes Trump e Biden.

Analisando o primeiro intervalo, pode-se observar que, a maioria das ordens assinadas, diz respeito a bloqueios e sanções relacionadas aos governos da Síria, Líbia e Irã. Pode-se inferir aqui, que, era uma resposta do governo norte-americano para a onda de protestos ocorrida no mundo árabe a partir do final de 2010, também conhecida como, Primavera Árabe¹³⁸. Especificamente, no ano de 2014, Obama assinou cinco ordens bloqueando propriedades de certas pessoas que contribuíam para a situação na Ucrânia. As ordens do governo Trump possuem temáticas diversas, porém, pode-se destacar bloqueios e sanções relacionadas aos

¹³⁸ Para maiores detalhes a respeito do ocorrido, ver Bresser-Pereira (2013).

governos do Irã, da Síria e da Venezuela. Por fim, no governo Biden o destaque no que diz respeito as ordens versam sobre as relações Estados Unidos e Rússia. Analisando especificamente o caso da Ucrânia, das 11 ordens assinadas no ano de 2022, duas tratam de bloqueios de propriedade e proibições de importações e investimentos à Federação Russa cujo intuito era, segundo a ordem, minar a soberania e a integridade territorial da Ucrânia (FEDERAL REGISTER, 2023). Já no que diz respeito a aprovação de leis no congresso com a temática sanção, para o intervalo supracitado, o quadro 11, elenca as legislações.

Quadro 11 - Legislações aprovadas pelo Congresso dos Estados Unidos no intervalo de 1989 – 2022 com a temática “sanção”

Número da Legislação	Congresso	Legislação
H.R. 3107	104th Congress (1995-1996)	Lei de Sanções ao Irã e à Líbia de 1996
H.R. 5877	109th Congress (2005-2006)	Alterar a Lei de Sanções ao Irã e à Líbia de 1996 para estender as autoridades previstas em tal Lei até 29 de setembro de 2006.
H.R. 2194	111th Congress (2009-2010)	Lei Abrangente de Sanções, Responsabilidade e Desinvestimento do Irã de 2010
H.R. 6297	114th Congress (2015-2016)	Lei de Extensão das Sanções ao Irã
H.R. 757	114th Congress (2015-2016)	Lei de Sanções e Aprimoramento de Políticas da Coreia do Norte de 2016
H.R. 3364	115th Congress (2017-2018)	Lei de Combate aos Adversários da América por meio de Sanções
H.R. 6899	117th Congress (2021-2022)	Lei de Proibição de Câmbio de SDR da Rússia e Bielo-Rússia de 2022

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Congress (2023a).

É possível verificar que, dentre os países que afetados por sanções advindas do Congresso dos Estados Unidos estão, novamente, Irã, Líbia e Rússia, como já apontado nas ordens executivas. Acrescendo, agora, a Coreia do Norte e a Bielo-Rússia. São países que historicamente possuem questões de política interna altamente complexas quando se trata de paz e democracia.

4.1.5 Reputação (*soft power*)

Diferente da alavancagem política, relacionada ao *hard power*, poder duro, a reputação, possui relação com o *soft power*, poder brando. Como já apontado anteriormente, o poder brando está relacionado a capacidade do detentor do poder em obter os resultados desejados porque os outros querem o mesmo que ele deseje, não de maneira coercitiva, como anteriormente, mas de maneira atrativa, inspiradora. Quando se diz que um país detém o poder

brando, se pode dizer que os países concordam com normas e instituições que estimulam o comportamento que o detentor do poder anseia (KEOHANE; NYE, 2012). Nesse sentido, a reputação está ligada a um valor simbólico proporcionado ao Estado emissor da moeda internacional mais utilizada no mundo, os Estados Unidos. Por ser o emissor da moeda destaque quando se considera a hierarquia de moedas, o país possui proeminência, prestígio e posição elevada perante os demais países (COHEN, 2013b).

Cohen (2015, p. 23, *tradução nossa*), afirma que, “a internacionalização de uma moeda pode constituir um símbolo poderoso de primazia internacional, funcionando por meio da cooptação e da atração para moldar as preferências dos demais¹³⁹”. Esse item, é de difícil mensuração, porém, ao observar a evolução histórica e cultural é possível perceber o quanto presente está a cultura norte-americana está no restante do mundo, principalmente no que tange ao mundo ocidental. Chey (2012), afirma que, o poder brando advindo da reputação dos Estados Unidos permite que as discussões do sistema monetário internacional circundem temáticas e contextos convenientes ao dólar americano.

A questão da reputação ou do simbolismo por trás da moeda também é visualizado quando um país participa de um bloco ou do sistema monetário, pois o sistema em si incentiva os demais governos, membros ou grupos envolvidos a se interessarem pela estabilidade e pelo valor da moeda do estado dominante. Isso, é exacerbado quando há a utilização da moeda do país dominante como uma moeda local, nesse caso, os membros da comunidade local inclusive tendem a se identificar com os interesses do Estado dominante (KIRSHNER, 1995). Helleiner (2006), sinaliza que, além das questões da reputação, as moedas e notas têm sido utilizadas em larga medida como forma simbólica de reforço do poderio do Estado emissor, onde o dinheiro, em si, se apresenta como uma expressão chave de soberania e de senso de comunidade. Forma semelhante é verificada na linguagem, pois essa, é um meio elementar de comunicação social e faz parte de uma das estruturas básicas da vida das pessoas.

4.2 CUSTOS OU RISCOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DE UMA MOEDA INTERNACIONAL PARA O EMISSOR

Como já mencionado ao longo deste estudo, os benefícios para um país ser o emissor da moeda internacional, são inegáveis e vastamente estudados. Porém, há custos ao país emissor, visto que, esse, deixa de atuar apenas pensando no seu cenário interno. Ao se tornar o

¹³⁹ No original em inglês: “*Internationalization of a money can provide a potent symbol of international primacy, working through co-option and attraction to shape the preferences of others*” (COHEN, 2015, p. 23).

hegemon o país passa também a ter uma responsabilidade internacional, de forma que suas ações impactam nos demais países também. Kindleberger (1973), afirma que, o país líder ao assumir a liderança e o estabelecimento dos padrões de conduta, obtém de fato, os benefícios proporcionados por essa proeminência, porém, em contrapartida, terá encargos advindos dessa responsabilidade. Esses custos são mais onerosos em cenários de crises internacionais. Esse contexto é o que Helleiner (2017), chama de fardo¹⁴⁰ e Gourinchas, Rey e Govillot (2010), chamam de dever exorbitante¹⁴¹.

Em muitos casos, esses custos, são vistos como altos demais, ou seja, ao refletir sobre o saldo líquido da relação custo-benefício de se tornar o emissor da moeda internacional alguns países ao longo da história acabaram direcionando suas forças para compromissos internos. Japão e Alemanha são exemplos de países que, ao balizarem o saldo líquido em relação aos custos de internacionalização, onde teriam restrições quanto às políticas monetárias domésticas gerada pela posse de suas moedas pelo resto do mundo optaram por não estimular o movimento de internacionalização (CHEY, 2012). A questão da moeda central é muito mais complexa que a máxima dos privilégios exorbitantes, no geral, estudos apontam que os custos são mais modestos do que muitas vezes se sugere e que há consideráveis custos econômicos e políticos a serem considerados na análise. Dessa forma para os responsáveis pelas questões políticas, pesar os custos em relação aos benefícios não é simples, pois além da quantidade de variáveis e incertezas envolvidas, há a questão temporal. Isso é, o equilíbrio entre custos e benefícios pode variar ao longo do tempo e nas diferentes fases na qual o *hegemon* se encontra (HELLEINER, 2017).

Nesse sentido, e tendo a Economia Política Internacional como base para este estudo, é fundamental compreender que, ao se pensar em custos econômicos, têm-se um alinhamento com a questão dos objetivos econômicos no exercício do poder monetário. Ou seja, a própria dinâmica global e o sistema capitalista residem na questão do lucro e maiores retornos, logo, a questão dos custos econômicos esse pano de fundo é uma premissa.

Em se tratando de custos políticos, o debate tende a ser ampliado, pois no espaço do sistema monetário internacional as moedas nacionais passam a conseguir afetar as economias e as decisões de política internacional. Nesse sentido, Marques (2016, p. 175), afirma que, “as

¹⁴⁰ No seu texto, Helleiner (2017, p. 9, *tradução nossa*), afirma que, os custos políticos e econômicos para que uma moeda se mantenha no poder são significativos, e em muitos casos os benefícios são superestimados. Dessa forma, alguns líderes estão vendo o *status* de moeda internacional mais como “*um fardo do que como um privilégio*”. No original: “*more as a burden than a privilege*” (HELLEINER, 2017, p. 9).

¹⁴¹ Os autores são enfáticos ao afirmarem que, o “*exorbitant duty*” ou como chamado dever exorbitante, é o outro lado da moeda privilégio exorbitante (*exorbitant privilege*), cenário esse em que, os EUA fornecem a segurança necessária para o restante do mundo (GOURINCHAS, REY, GOVILLOT, 2010, p. 3).

relações monetárias se tornam indissociáveis da dinâmica de poder entre os Estados”, assim, os objetivos dos políticos são permeados pelos custos políticos. Esse cenário fica mais claro em Strange (1988, p. 1, *tradução nossa*), em sua reflexão sobre o futuro do império americano:

As questões sobre o declínio americano – verdadeiras ou falsas, evitáveis ou inevitáveis [...] não são apenas objeto de um debate acadêmico [...]. Na minha opinião, é muito mais do que isso. [...] No final das contas, o aparente vencedor da discussão e as conclusões gerais tiradas pelos espectadores afetarão as decisões no mundo real. Pode não ajudar, mas afeta as escolhas políticas feitas pelas pessoas nas áreas de negócios, no setor bancário e governamental, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países do mundo. As decisões políticas pessoais, empresariais e partidárias variarão conforme o resultado percebido [...] as percepções do debate afetarão as escolhas estratégicas dos decisores, e [...] as vidas de pessoas comuns que nunca ouviram falar de nenhum dos professores envolvidos no debate¹⁴².

Dessa forma, é possível compreender que os custos políticos são mais subjetivos, por impactarem as decisões dos agentes. Esses impactos podem ser compreendidos como o questionamento e a perda de popularidade dos governantes, a não manutenção desse ou do seu partido no governo e até mesmo pela redução da governabilidade do Estado, ou seja, a impossibilidade de aprovar leis e medidas necessárias para dar sequência nos planos de governo.

Tal qual os benefícios, os custos, podem ser tangíveis ou intangíveis, de fácil ou de complexa mensuração, porém, o objetivo central deste estudo, é possibilitar a análise desses custos, tanto do ponto de vista político quanto econômico e a relação desses com a hegemonia monetária estadunidense. Norrlöf (2014), por exemplo, afirma que, constantes déficits em conta-corrente, choques do petróleo, custos de guerras, inflação e gastos militares são indicativos que o custo para a manutenção do dólar tornou-se elevado demais e que, podem estar colocando essa posição hegemônica ocupada pelo dólar em um local questionável. Porém, se isso, de fato perdurar, a tendência é que, os Estados Unidos tenham mais dificuldade em tomar empréstimos e honrar seus compromissos, ocasionando uma queda na economia norte-americana e um contágio nos demais países.

A respeito dos custos ou riscos para a moeda internacional Chey (2013), elenca dois custos, são eles: restrições à autonomia da política macroeconômica e a diminuição da

¹⁴² No original em inglês: “*Questions about American decline – true or untrue, avoidable or inevitable [...] are not just the subject of an academic debate [...] In my opinion, it is much more than that. [...] At the end of the day the apparent victor in the argument, and the broad conclusions that the spectators draw, will crucially affect decisions in the real world. It cannot help but affect the policy choices made in the future by people in business, banking and government, in the United States and in other countries around the world. Personal, corporate and party policy-making decisions will vary according to the perceived outcome [...] perceptions of the debate will affect strategic choices by decision makers, and because those decisions will in turn affect the lives of ordinary people who have never even heard of any of the professor engaged in the debate*” (STRANGE, 1988, p. 1).

competitividade dos setores de exportação e importação. Cohen (2015), por sua vez, elenca três custos, a valorização da moeda, a restrição externa e a responsabilidade política (COHEN, 2015). Para este estudo, optou-se então, por unir os pontos elencados pelos dois autores, de modo que, a abordagem a seguir, trará quatro itens: valorização da moeda, a restrição externa, a responsabilidade política e os impactos na indústria nacional.

4.2.1 Valorização da moeda

Antes de iniciar a abordagem específica para a questão da valorização da moeda, convém a retomada de alguns conceitos fundamentais para essa compreensão, são eles: taxa de câmbio, regimes cambiais e tipos de regimes cambiais.

Carvalho *et al.* (2000), realiza um vasto estudo a respeito da conceituação desses assuntos. Iniciando pela definição de taxa de câmbio. A taxa de câmbio, pode ser compreendida como o valor da moeda estrangeira medida em unidades nacionais, de maneira simplificada, quantas unidades monetárias nacionais tenho que dispendir para adquirir uma determinada quantidade de dólares. Já o regime cambial é definido pela regra estabelecida para que a taxa de câmbio seja formada, isto é, como essa relação entre as duas moedas está determinada. Essa determinação, ou seja, os tipos de cambiais, para os autores, podem ser quatro, dois tipos puros, sendo eles, a flutuação pura e a paridade fixa imutável, e dois tipos derivados da flutuação, o regime de bandas cambiais, também chamado de zonas-alvo, e o regime de flutuação suja.

Detalhando cada um deles, a flutuação pura é caracterizada pelo fato de a taxa de câmbio ser determinada exclusivamente pelas forças de mercado. O câmbio fixo possui uma paridade estabelecida pelo governo ou por meio de lei entre a moeda local e a moeda internacional. O regime de zonas alvo determinam um intervalo de flutuação, sem um limite rígido, por fim, a flutuação suja, sem metas, versa sobre o caso em que o Banco Central intervém no mercado de câmbio para evitar um excesso de volatilidade (CARVALHO *et al.*, 2000).

Buscando uma maior consistência, objetividade e maior transparência, em 2009, o Fundo Monetário Internacional publicou o *Revised System for the Classification of Exchange Rate Arrangements*, com tradução livre, o Sistema Revisado para a Classificação de Acordos Cambiais (IMF, 2009b). O quadro 12, sintetiza a classificação revisada.

Quadro 12 - Definição de Categorias para os câmbios a partir de IMF (2009b)

TIPOS DE CÂMBIO	CLASSIFICAÇÃO	DETALHAMENTO
Câmbios Fixos	<i>Exchange arrangement with no separate legal tender</i>	A moeda de outro país circula como única moeda com curso legal (dolarização formal). A adoção de tal acordo implica a renúncia total ao controle das autoridades monetárias sobre a política monetária interna.
	<i>Hard Pegs</i> <i>Currency board arrangement</i>	Trata de um acordo monetário confirmado pelas autoridades legislativas do país. É um acordo explícito de trocar moeda nacional por uma moeda estrangeira específica a uma taxa de câmbio fixa, combinado com restrições à autoridade emissora para garantir o cumprimento da sua obrigação legal.
Câmbios Flexíveis	<i>Conventional pegged arrangement</i>	O país fixa formalmente a sua moeda a uma taxa fixa a outra moeda ou a uma cesta de moedas. A moeda âncora ou os pesos da cesta são públicos ou notificados ao FMI. As autoridades do país devem manter a paridade fixa através de intervenção direta ou indireta. Não há compromisso de manter irrevogavelmente a paridade, mas o acordo formal impõe limites de oscilação.
	<i>Stabilized arrangement</i>	Implica uma taxa de câmbio do mercado à vista que permanece dentro de uma margem de 2% e não é flutuante. A classificação exige que os critérios estatísticos sejam cumpridos e que a taxa de câmbio permaneça estável como resultado de ações oficiais. A classificação não implica uma política compromisso por parte das autoridades do país.
	<i>Soft Pegs</i> <i>Crawling peg</i>	Envolve a confirmação do acordo cambial alinhada às autoridades do país. A moeda é ajustada em pequenos montantes a uma taxa fixa ou em resposta a alterações em indicadores quantitativos selecionados. A taxa de <i>crawl</i> , pode ser definida para gerar alterações na taxa de câmbio ajustadas pela inflação ou definida a uma taxa fixa predeterminada. As regras e parâmetros do acordo são públicos ou notificados ao FMI.
	<i>Crawl-like arrangement</i>	Para ser classificada como um acordo <i>crawl-like</i> , a taxa de câmbio deve permanecer dentro de uma margem estreita de 2% relativamente a uma tendência estatisticamente identificada durante seis meses ou mais, e o acordo cambial não pode ser considerado flutuante. Um acordo será considerado <i>crawl-like</i> com uma taxa de variação anualizada de pelo menos 1%, desde que a taxa de câmbio se aprecie ou desvalorize de forma contínua.
	<i>Pegged exchange rate within horizontal bands</i>	Envolve a confirmação do acordo cambial de jure das autoridades do país e o valor da moeda é mantido dentro de certas margens de flutuação de pelo menos $\pm 1\%$ em torno de uma taxa central fixa, ou a margem entre o valor máximo e mínimo da taxa de câmbio excede 2%.
Acordos flutuantes	<i>Floating</i>	Uma taxa de câmbio flutuante é determinada pelo mercado, sem uma trajetória determinável ou previsível para a taxa. Podem apresentar maior ou menor volatilidade cambial, dependendo da dimensão dos choques que afetam a economia.
<i>Floating arrangements</i>	<i>Free floating</i>	Uma taxa de câmbio flutuante, pode ser classificada como flutuante livre se a intervenção ocorrer apenas excepcionalmente, visar resolver condições desordenadas de mercado e se as autoridades tiverem fornecido informações ou dados que confirmem que a intervenção foi limitada a, no máximo, três ocorrências nos seis meses anteriores, cada uma com duração não superior a três dias úteis.
Residual	<i>Other managed arrangement</i>	A taxa de câmbio não atende aos critérios de nenhuma das outras categorias. Arranjos caracterizados por mudanças frequentes em políticas são exemplos.

Fonte: Adaptado de IMF (2009b).

É possível perceber que, apesar da expansão realizado pelo IMF (2009b), a base para a compreensão das questões cambiais é a mesma que a encontrada em Carvalho *et al.* (2000). Após a explanação das questões norteadoras para a questão cambial e conforme já apresentado neste estudo, o sistema monetário internacional ao longo do tempo foi se modificando. O contexto atual, pós 1970, é baseado em taxas de câmbios flexíveis e uma moeda fiduciária, o dólar americano (TORRES FILHO, 2019). A diferença entre o que fora vivenciado até o momento diz respeito a liberdade dos países para indexar suas taxas de câmbio ao dólar americano e a possibilidade de acumulação de grandes reservas por parte dos demais países sem o acordo com o emissor, impactando inclusive na balança de pagamentos do país emissor (AUSTIN, 2014).

Em outras palavras, quando se pensa em câmbio, há sempre o pensamento da moeda X em relação ao dólar. Em um cenário que, as taxas de câmbio forem fixas, de bandas ou flutuantes, os bancos centrais responsáveis pelo gerenciamento do meio circulante no país da moeda X, atuam “como uma gigantesca corretora (*broker-dealer*), de última instância, suprindo lacunas que o mercado não quer ou não tem condições de preencher” demandando mais, ou menos dólares. Dessa forma, é necessário um volume considerável de reservas em dólares (TORRES FILHO, 2023, p. 48). Porém, em se tratando do dólar *per se*, é possível pensar no quanto as oscilações do câmbio impactam na macroeconomia norte-americana e na realidade dos cidadãos americanos (DOBBS *et al.*, 2009).

Quando se trata da utilização de uma moeda nacional como moeda internacional, um dos custos ressaltados, diz respeito a valorização da moeda nacional. Essa valorização advém da aceitabilidade crescente da moeda internacional. Quando se pensa na utilização de uma moeda internacionalmente, dentre os vários fatores já elencados, tem-se a inserção dela nos demais países. Dessa forma, quando uma moeda é vastamente aceita e utilizada para além da sua fronteira, há um aumento na demanda externa por essa moeda, visto que, anteriormente, era apenas utilizada nacionalmente. Esse aumento de credibilidade, aceitação e utilização, gerado pelo aumento da demanda externa, tende a valorizar também a taxa de câmbio da moeda em questão, gerando, mesmo que inicialmente, uma valorização da moeda agora internacional. No caso aqui, o dólar americano (COHEN, 2015).

Cohen (2015), afirma que, para o consumidor doméstico, essa valorização gerada representa, *a priori*, um benefício, pois o poder de compra desse aumenta. Porém, em se tratando dos produtores, o efeito é negativo, pois a competitividade internacional da indústria diminui, visto que, essa, compete com produtos importados com um preço mais baixo e os

produtos nacionais, quando são direcionados ao mercado internacional via exportação, tem o preço superior aos demais (DOBBS *et al.*, 2009).

Como já mencionado, ao se tratar da taxa de câmbio, o usual é comparar a oscilação de determinada moeda ao dólar, porém, ao se analisar o dólar em si, buscando uma análise empírica, é possível utilizar os dados da taxa de câmbio de referência considerando a taxa de câmbio efetiva nominal do dólar (*dollar nominal effective exchange rate – NEER*)¹⁴³ nos Estados Unidos (DOBBS *et. al.*, 2009; CLINE, 2017; AVDJIEV *et. al.*, 2019; BIS, 2023). Antes de apresentar os dados a respeito do câmbio, é conveniente destacar, o estudo de Cline e Williamson (2008). Os autores, desenvolveram um método para estimar uma taxa de câmbio de equilíbrio fundamental (*fundamental equilibrium exchange rate – FEER*), para as economias avançadas e de mercados emergentes. Em síntese, o FEER visa apresentar uma taxa de câmbio sustentável com base em políticas existentes, assumindo que, o país, procura o melhor equilíbrio interno possível, de forma a não restringir o comércio¹⁴⁴ (CLINE; WILLIAMSON, 2008; CLINE, 2017). Para fins de aprofundar a análise do câmbio norte-americano, tal qual o realizado por Dobbs *et al.* (2009), os dados encontrados do NEER para o período analisado são comparados aos dados do FEER.

De maneira empírica, o *Federal Reserve Economic Data – FRED*, base de dados online criada e mantido pelo Departamento de Pesquisa do *Federal Reserve Bank* de St. Louis, compila dados de diferentes fontes oficiais. Em se tratando do câmbio, a figura 4, apresenta a síntese de três índices ao longo do tempo. O primeiro, representado pela cor azul, apresenta a “Taxa de Câmbio Efetiva Ampla Real” para os Estados Unidos no intervalo de janeiro de 1994 até o dezembro de 2022¹⁴⁵. O segundo índice, representado pela cor vermelha, apresenta o

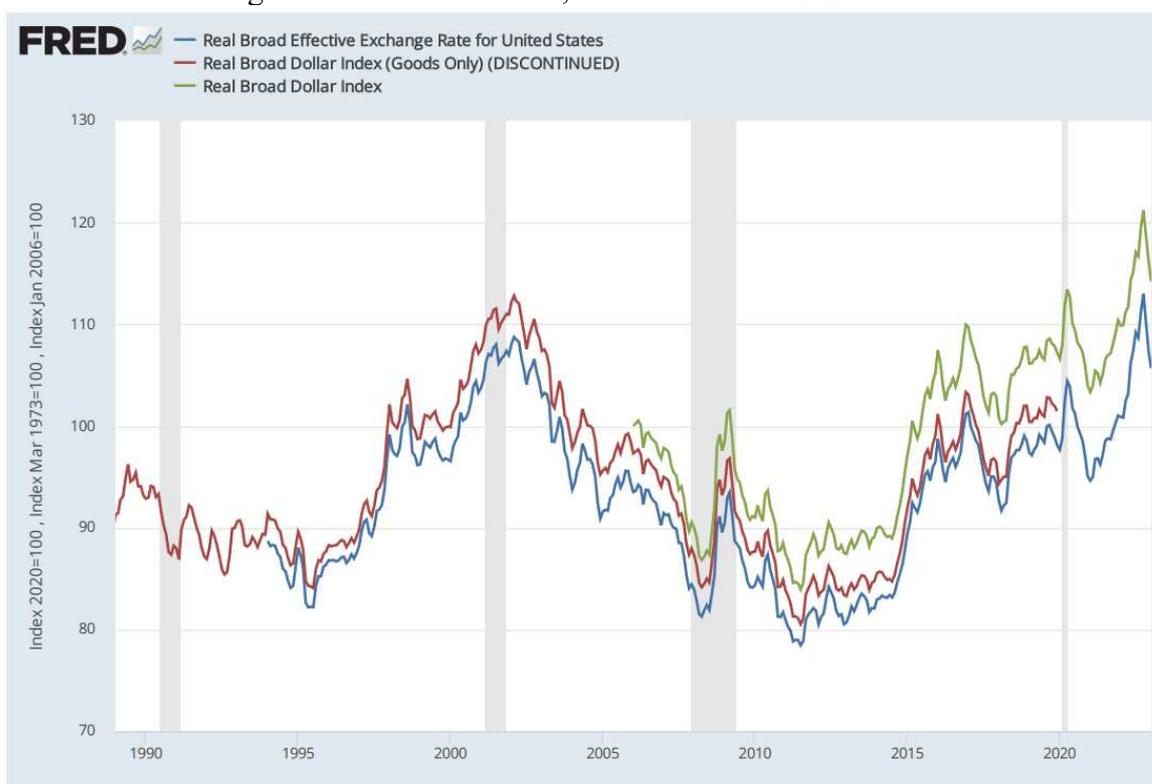
¹⁴³ As taxas de câmbio efetivas nominais (NEER), são calculadas como médias geométricas ponderadas pelo comércio das taxas de câmbio bilaterais (BIS, 2023).

¹⁴⁴ Cline e Williamson (2008, p. 2, *tradução nossa*), afirmam que, a ideia por trás do FEER é identificar as alterações desejadas nos saldos da balança corrente e, chegar a um conjunto de parâmetros para a resposta dos saldos da conta-corrente às alterações reais da taxa de câmbio efetiva. Com a meta da conta-corrente e o parâmetro de resposta da taxa de câmbio em mãos para cada país (ou região), eles afirmam que, é possível calcular diretamente a variação na taxa de câmbio efetiva necessária para obter a variação da meta na conta-corrente. A inversão da matriz é então, utilizada para identificar um conjunto de alterações nas taxas de câmbio bilaterais face ao dólar que irão gerar, um conjunto de alterações nas taxas de câmbio efetivas multilaterais (ponderadas pelo comércio), que se aproximam, tanto quanto possível, dos objetivos desejados. O FEER tem a premissa da economia real ajustada pela inflação, assim, “se um país sofre uma inflação 10% superior à dos seus pares, então, sua moeda, terá que se desvalorizar em 10% a fim de restaurar a mesma posição real de antes. Só então, os seus produtores, terão a sua posição competitiva restaurada e os seus consumidores enfrentarão as mesmas escolhas de antes”. No original em inglês: “*Naturally a FEER is defined in real (inflation-adjusted) terms. If a country suffers 10 percent higher inflation than its peers, then its currency will have to depreciate by 10 percent in order to restore the same real position as before. Only then will its producers have their competitive position restored and will its consumers face the same choices as before*”. Para mais informações a respeito do indicador, sugere-se a leitura de Cline e Williamson (2008), e Cline (2008).

¹⁴⁵ A taxa de câmbio efetiva ampla real para os Estados Unidos apresentada possui como fonte o Banco de Compensações Internacionais. Os valores da série temporal estão em termos relativos ao ano de 2020, onde a esse

“Índice Real de Dólar Amplo Somente Mercadorias”, no intervalo de 1989, até dezembro de 2019. Vale ressaltar que, apesar de ter sido descontinuado, o indicador é pertinente neste estudo, por apresentar o período de 1989-1994, que não é contemplado pelos demais indicadores¹⁴⁶. Por fim, o terceiro indicador apresentado, na cor verde, trata do “Índice Real Amplo do Dólar”, seu intervalo, compreende janeiro de 2006 até dezembro de 2022, sendo esse o indicador mais recente e com menor período na análise¹⁴⁷. Cabe ressaltar também que, as áreas sombreadas do gráfico apresentam períodos de recessão nos Estados Unidos.

Figura 4 - Taxa de câmbio, Estados Unidos 1989 – 2022



Fonte: FRED (2023a).

ano são atribuídos o valor 100, e não foram realizados ajustes sazonais. As taxas de câmbio efetivas reais são calculadas como médias ponderadas das taxas de câmbio bilaterais ajustadas pelos preços relativos ao consumidor (FRED, 2023a).

¹⁴⁶ O índice real de dólar amplo (somente mercadorias), apesar de haver sido descontinuado, é pertinente para o estudo, pois, além de contemplar o período inicial da pesquisa, possui como termos relativos o ano de 1973, onde a esse ano são atribuídos o valor de 100, apresentando assim, uma abrangência maior que as demais séries, sem ajustes sazonais. Possui como fonte o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos (*Board of Governors of the Federal Reserve System*). Tem como base uma média ponderada do valor cambial do dólar americano em relação às moedas de um amplo grupo dos principais parceiros comerciais dos EUA. O índice monetário amplo inclui a Área do Euro, Canadá, Japão, México, China, Reino Unido, Taiwan, Coreia, Singapura, Hong Kong, Malásia, Brasil, Suíça, Tailândia, Filipinas, Austrália, Indonésia, Índia, Israel, Arábia Saudita, Rússia, Suécia, Argentina, Venezuela, Chile e Colômbia (FRED, 2023a).

¹⁴⁷ O índice real do dólar amplo, possui como fonte o Conselho de Governadores do Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos (*Board of Governors of the Federal Reserve System*), e como ano base o ano de 2006. Dessa forma, a esse ano, são atribuídos o valor de 100, considerando o restante da oscilação a partir dessa premissa. Possui como base o índice dólar das economias estrangeiras avançadas e o índice dólar das economias de mercado emergentes ajustados pelos índices de preços ao consumidor (FRED, 2023a).

Ao analisar a Figura 4, iniciando pelos períodos de recessão, com foco para as recessões de 2008 e 2022, é possível observar que houve uma apreciação substancial da moeda norte-americana, ou seja, em um curto período há uma oscilação relevante, um pico de alta tendo como base os números índices. Esse cenário representa a fuga para a segurança apontada por Chey (2012). O que é esperado para uma moeda internacional que esteja exercendo o seu papel.

Analisando as três curvas, apesar de não apresentarem uma sobreposição, o que é esperado, pois a indexação é realizada a anos diferentes e as bases utilizadas também são diferentes, pode-se verificar que o movimento é praticamente o mesmo ao longo do tempo, há uma representativa entre as curvas. Cline e Williamson (2008), afirmam que, ao analisarem a partir dos dados do FEER, em junho de 2008, o câmbio norte-americano estava sobrevalorizado em 7,4%. Dobbs et. al (2009), são mais conservadores, sugerindo que, a sobrevalorização do dólar está em um intervalo entre 5% e 10%.

O estudo mais recente de Cline a respeito do FEER, data de novembro de 2017¹⁴⁸ e revela que o dólar americano, considerando novembro de 2016, permanece sobrevalorizado em cerca de 8% com expectativa de elevação. Por meio da figura 5, cuja ênfase apresenta os pontos de junho de 2008 e novembro de 2016, é possível verificar os dois pontos supracitados.

Figura 5 - Taxa de câmbio, EUA 1989 – 2022 – ênfase junho/2008 e novembro/2016



Fonte: FRED (2023a).

¹⁴⁸ Foram realizadas diversas tentativas de contato para verificar a disponibilização de trabalhos mais atualizados, porém, não se obteve retorno.

Os resultados encontrados para junho de 2008, são respectivamente, 82,4; 84,9997 e 87,7420, já os resultados para novembro de 2016, são, respectivamente, 99,66; 101,6476 e 108,2379, dessa forma, é possível inferir que o câmbio está além do que seria viável para os Estados Unidos, tendo como foco a sua economia interna para ambos os cenários. Essa valorização da moeda nacional, além de prejudicar as transações correntes, mesmo que seja possível financiar a mesma com a moeda nacional, como elencado no item benefícios (CHEY, 2012). “Uma taxa de câmbio é como o fundo de uma agulha através da qual os preços de todos os bens e serviços nacionais são ligados e comparados com os preços da produção externa¹⁴⁹” (COHEN, 2006, p. 40, *tradução nossa*).

Conti (2011, p. 82), corrobora, afirmando que, a taxa de câmbio pode inclusive alterar os fluxos de recursos de um país para o outro, de um setor da economia para o outro, sendo considerada “um dos três preços básicos da economia, ao lado da taxa de juros e do salário”. Bresser-Pereira (2018, p. 27), acrescenta dois custos aos três já elencados, onde, “os cinco preços macroeconômicos são a taxa de juros, a taxa salarial, a taxa de câmbio, a taxa de lucro e a taxa de inflação”.

Assim, pode-se dizer que o privilégio da emissão é coagido pela redução da competitividade das grandes empresas e da migração das unidades fabris para regiões com custos de produção e de mão de obra inferiores aos norte-americanos (CINTRA; MARTINS, 2013). Estimativas apontam que a perda líquida chegue a seis milhões de empregos (AUSTIN, 2014)¹⁵⁰.

4.2.2 Restrição externa

O segundo custo a ser analisado é a restrição externa, essa, diz respeito a possibilidade de uma restrição da autonomia no que tange as políticas internas por conta da acumulação excessiva de passivos externos líquidos. Ou seja, para os atores estrangeiros manterem elevadas as suas acumulações de moeda, as prioridades nacionais podem ser comprometidas ou sacrificadas (COHEN, 2015). É um elemento, predominantemente, político, com impactos econômicos, e atua sobre a autonomia do país, pois, se o apoio interno cair, no geral, os agentes políticos dos Estados Unidos irão relutar em realizar ações focadas no encorajamento da manutenção da posição internacional do dólar (CHEY, 2012).

¹⁴⁹ No original em inglês: “An exchange rate is like the eye of a needle through which prices of all domestic goods and services are linked and compared with the prices of foreign output” (COHEN, 2006, p.40).

¹⁵⁰ Maiores detalhes dos impactos na indústria são tratados no item 4.3.4.

Como visto no item anterior, a taxa de câmbio é afetada quando outros estados indexam suas moedas a uma moeda âncora, o Estado emissor perde a capacidade de utilizar a taxa de câmbio como um instrumento de política macroeconômica. Ao se pensar na restrição externa, é necessário ressaltar outra variável macroeconômica, a taxa de juros. Dentre os elementos utilizados para estimular os estrangeiros a manterem os seus haveres acumulados em dólar, pode-se destacar a taxa de juros, pois um aumento na taxa tende a estimular o interesse dos investidores de direcionar os seus recursos para o dólar, apesar do aumento do endividamento norte-americano (COHEN, 2015).

Por simplificação, a taxa de juros, pode ser compreendida como o custo do dinheiro, ou seja, a relação entre os valores pagos ou recebidos ao final de determinado período, determina assim, a rentabilidade (retorno dos investimentos), ou os custos de uma operação (custo dos empréstimos). Se o indivíduo está pegando dinheiro emprestado, ele irá, ao final do período contratado, devolver o montante acrescido de juros, os juros são um custo para ele. Esses juros, são determinados pela taxa de juros pré-estabelecida. Porém, se o caso for de alguém que está emprestando o dinheiro, a lógica apenas se inverte, pois, ao final do período, a pessoa receberá o dinheiro, acrescido dos juros previamente determinados. Aqui, os juros são uma espécie de aluguel pago ao indivíduo, pelo tempo que, o outro pode usufruir do dinheiro em questão. Trazendo o cenário para o ambiente macroeconômico internacional, a relação a ser refletida é entre países, ou seja, para que o país B tenha interesse em reter a moeda do país A, o país A deve oferecer uma taxa de juros atrativa¹⁵¹, para que B opte por deter a moeda de B e não a moeda de C, por exemplo.

Já foi mencionado anteriormente, os países optam por reter o dólar norte-americano por diversos fatores, dentre eles a influência e a segurança dos Estados Unidos em se tratando de investimentos e a liquidez dessa moeda. Porém, quando se pensa em taxas de juros, os impactos e as consequências podem ir além da questão do interesse internacional para com o país A. Oscilações nas taxas de juros geram impactos na política monetária do país, de modo que, variáveis macroeconômicas como inflação, nível de atividade econômica, taxa de desemprego, dentre outras são impactados pelas oscilações das taxas (CARVALHO et. a., 2000).

¹⁵¹ O caso em questão trata da busca por maiores rendimentos. Porém, o mesmo exemplo, pode ser aplicado quando um país busca maior estabilidade ou segurança. Dessa forma, se, B, considerar que, investir na moeda de A é mais seguro do que na moeda de C, mesmo que A tenha menores taxas de juros, a tendência, é que, B adquira a moeda de A.

Isto é, quando A aumenta a taxa de juros para tornar a sua moeda mais interessante para B, A aumenta também o custo do aluguel pelo empréstimo do dinheiro para os demais agentes econômicos. Em outras palavras, A deixou sua moeda mais atrativa para B, pois irá remunerar mais à B por ter adquirido a moeda de A, porém, A deixou mais custoso para os empresários e as famílias consumirem internamente. Isso em economia, se chama afetar negativamente o consumo e os investimentos locais, impactando o crescimento da economia local. No geral, em se pensando nas variáveis macroeconômicas, a tendência, é que, o PIB e o consumo em A diminuam, diminuindo também a inflação.

Chey (2012, p. 63, *tradução e grifo nosso*), aplica essa lógica ao mercado norte-americano, afirmando que, “a posição internacional proeminente do dólar, [...] incentiva enormes fluxos de capital estrangeiro para os Estados Unidos, com efeitos macroeconômicos prejudiciais sobre a sua economia, como demonstrado na recente crise global [crise de 2008]”¹⁵². Schwartz (2009), ressalta que os custos políticos da venda do dólar aumentam quando muitas empresas dependem de exportações para os EUA. Além das restrições à autonomia da política macroeconômica interna gerada por fatores externos, é possível que essas taxas de juros aumentadas reduzam ou até eliminem alguns dos benefícios gerados ao país por esse ser o emissor da moeda internacional. A senhoriagem internacional, a flexibilidade econômica e a reputação tendem a ter seus ganhos reduzidos ou até mesmo eliminados (CHEY, 2015; COHEN, 2015).

Cohen (2015), sintetiza os riscos principais aos bancos centrais do emissor a partir desse cenário como sendo volatilidade da moeda e utilidade futura da moeda. O risco de movimentos voláteis da moeda tende a torná-la, em termos agregados, menos estável, pois “os decisores políticos, a qualquer momento, poderão ter mais dificuldade em atingir a taxa de juros alvo ou uma taxa de crescimento adequada para a oferta monetária”. Já no aspecto de utilidade futura, está o fator tempo. Pois, com uma política interna cada vez mais dependente, ou nas palavras de Cohen (2015, p. 24, *tradução nossa*), “refém de fatores externos”, ao se iniciarem os questionamentos à autonomia e influência da moeda, dúvidas podem surgir quanto ao valor futuro e a utilidade dessa. Nenhum desses riscos é de fácil mensuração, porém, “devem ser considerados reais e podem ser potencialmente significativos” (COHEN, 2015, p. 24, *tradução nossa*)¹⁵³.

¹⁵² No original em inglês: “The dollar’s prominent international position, [...] encourages huge inflows of foreign capital to the United States, with detrimental macroeconomic effects on its economy as shown in the recent global crisis” (CHEY, 2012, p. 63).

¹⁵³ No original em inglês: “Policy makers, at any given time, may find it more difficult to target interest rates or an appropriate growth rate for money supply. [...] policy may become increasingly hostage to external factors [...]”

Historicamente, as pressões de especulação financeira impuseram restrições as políticas macroeconômicas norte-americanas em momentos como o que antecedeu a conversibilidade em ouro em 1971, e ao final da década de 1970. Houve alerta também para o crescimento da vulnerabilidade econômica no país, visualizada à medida que as reservas oficiais estrangeiras em dólares cresciam após 2000 (HELLEINER, 2017). Para realizar uma análise mais abrangente sobre a realidade norte-americana no intervalo de 1989 – 2022 é necessário compreender como as taxas de juros são determinadas nos Estados Unidos, a evolução dela ao longo do período, as reservas estrangeiras oficiais em dólares e o endividamento norte-americano.

4.2.2.1 *Taxas de Juros EUA – 1989 - 2022*

Para compreender como as taxas de juros norte-americanas são determinadas, é necessária uma breve explanação a respeito do *Federal Reserve System* (FED), o banco central dos Estados Unidos. O FED desempenha cinco funções gerais, são elas: a condução da política monetária do país, a promoção da estabilidade do sistema financeiro, a promoção da segurança e solidez de instituições financeiras individuais, a promoção da segurança e eficiência dos sistemas de pagamentos e de liquidação e por fim, a promoção da proteção do consumidor e o desenvolvimento comunitário (FEDERAL RESERVE, 2023c).

É formado por três entidades-chave, o *Federal Reserve Board of Governors*, 12 *Federal Reserve Banks* e o *Federal Open Market Committee* (FOMC), essas, tomam decisões que buscam ajudar a promover a saúde da economia norte-americana e a estabilidade do sistema financeiro dos EUA. Assim, o banco central dos Estados Unidos não é uma instituição única, mas sim, um sistema federal. Onde, o Congresso supervisiona o Sistema de Reserva Federal e suas entidades, o Conselho de Governadores é uma agência independente do governo federal e supervisiona os doze bancos da reserva federal, esses últimos, são os braços operacionais do Sistema da Reserva Federal. Já o *Federal Open Market Committee* (FOMC), Comitê Federal de Mercado Aberto é o órgão que define a política monetária nacional (FEDERAL RESERVE, 2023c). O FED controla três ferramentas de política monetária que atuam na inflação, crescimento econômico e dinâmica de consumo. São elas: operações de mercado aberto, taxa

Though neither danger is easy to quantify, both must be regarded as real and could be potentially significant” (COHEN, 2015, p. 24).

de desconto e reservas obrigatórias. A primeira sendo responsabilidade do FOMC e as duas últimas de responsabilidade do Conselho de Governadores (FEDERAL RESERVE, 2023e).

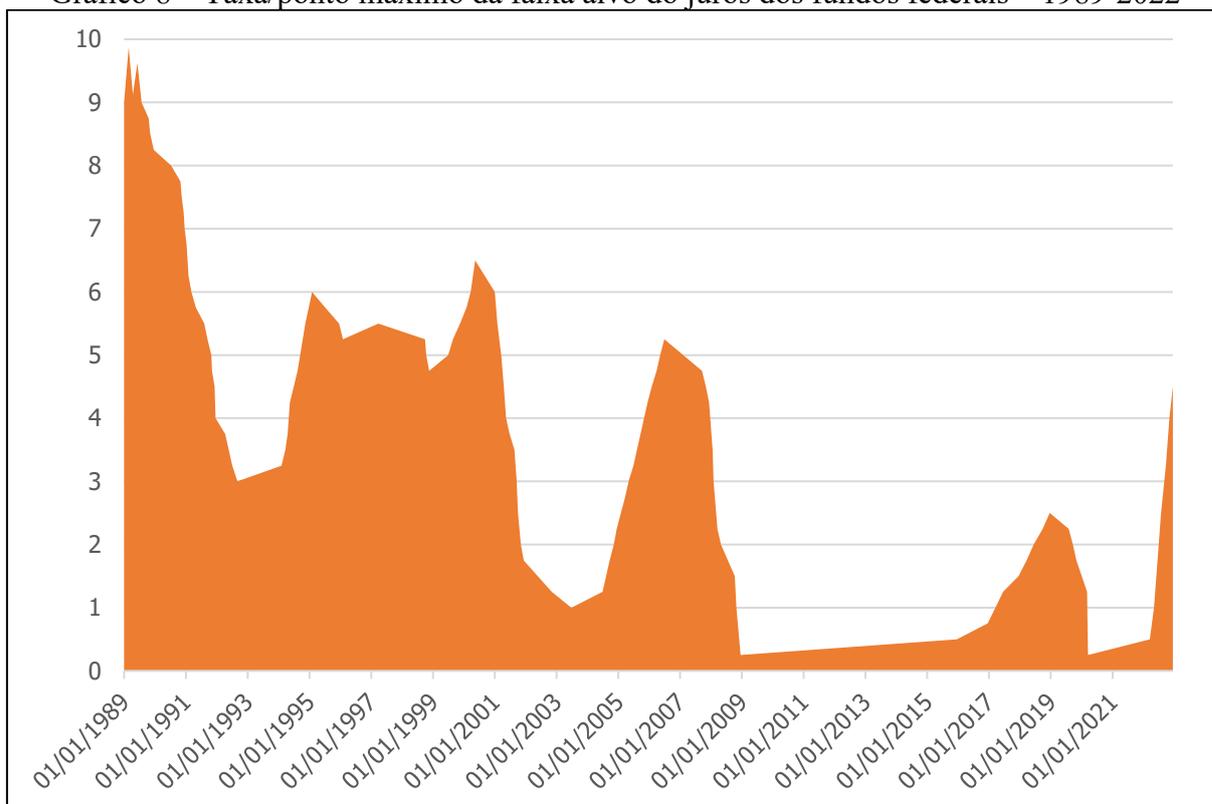
O FOMC é responsável pelas decisões no que diz respeito a condução de operações de mercado aberto que afetam a taxa de fundos federais, as condições monetárias e de crédito globais e a demanda agregada e a economia como um todo. É responsável também por decisões que tratam do tamanho e da composição dos ativos do FED. Pode-se dizer que o FOMC é o encarregado de supervisionar a principal ferramenta de execução da política monetária dos Estados Unidos, as operações de mercado aberto. Além disso, é responsável também pelas comunicações com o público sobre os direcionamentos da política monetária (FEDERAL RESERVE, 2023d)¹⁵⁴.

O FOMC divulga, após as suas reuniões, a faixa alvo para a taxa de juros dos fundos federais os dados referentes ao intervalo 1989-2022, encontram-se, detalhadamente, no apêndice B, e sintetizados no gráfico 8¹⁵⁵. Vale ressaltar aqui, que, para os períodos em que, a taxa anual é dada por uma faixa alvo, foi considerado, para a elaboração do gráfico, o ponto máximo da faixa alvo proposta pelo FOMC.

¹⁵⁴ O FOMC é composto por 12 membros votantes – os sete membros do Conselho de Governadores; o presidente do Federal Reserve Bank de Nova York; e 4 dos restantes 11 presidentes do Reserve Bank, que cumprem mandatos de um ano numa base rotativa. Apesar dos 12 presidentes do Reserve Bank participarem das reuniões do FOMC e nas discussões do FOMC, apenas os presidentes podem votar nas decisões políticas. Por lei, o FOMC determina a sua própria organização interna e, por tradição, o FOMC elege o Presidente do Conselho de Governadores como seu presidente e o presidente do Federal Reserve Bank de Nova Iorque como seu vice-presidente. As reuniões do FOMC normalmente são realizadas oito vezes por ano em Washington, DC, e em outros momentos conforme necessário (FEDERAL RESERVE, 2023d).

¹⁵⁵ Vale ressaltar que, antes do ano de 1990 o FED não tinha uma meta fixa explícita para as taxas dos fundos federais, o que ele tinha era uma expectativa de taxa dos títulos, assim, esses, são os dados utilizados na análise aqui apresentada (FEDERAL RESERVE, 1999).

Gráfico 8 – Taxa/ponto máximo da faixa alvo do juros dos fundos federais – 1989-2022

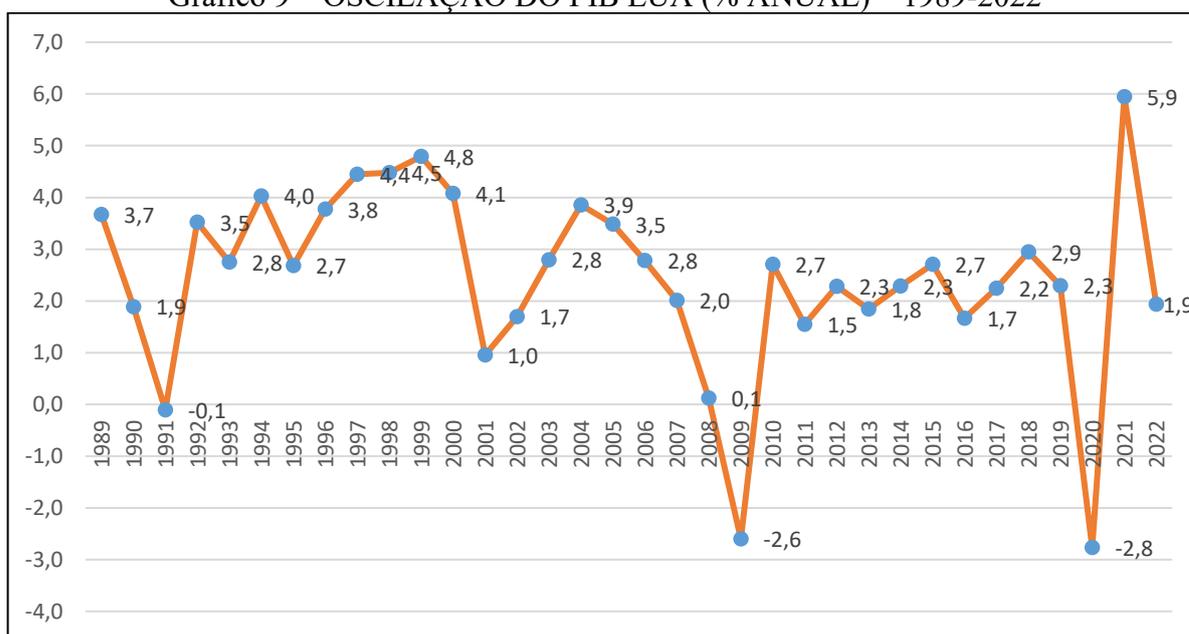


Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base em Federal Reserve (1999, 2023f).

Obs.: Para os períodos em que a taxa de fundos federais era dada por um intervalo, considerou-se para a construção da figura, o limite máximo indicado pelo FED.

Analisando o gráfico 8, é possível verificar alguns picos na taxa de juros dos fundos federais, porém, ao longo de todo o período analisado, em nenhum momento a taxa superou os 10%. Realizando um breve comparativo com o Brasil, onde a taxa supera a marca dos 10%, pode-se dizer que, o governo norte-americano não possui a necessidade de remunerar tanto os investidores, tendo em vista, que, o risco nos Estados Unidos é inferior ao risco no Brasil. Para que se possa compreender melhor a variação da taxa de juros e o cenário interno dos EUA, é pertinente visualizar a oscilação do PIB. O gráfico 9, apresenta o comportamento do PIB em percentual anual para o período analisado.

Gráfico 9 – OSCILAÇÃO DO PIB EUA (% ANUAL) – 1989-2022



Fonte: Elaborada pela autora (2023), com base em The World Bank (2023).

Iniciando pelo final da década de 1980, e início da década de 1990, tem-se um cenário recessão, final da Guerra Fria (1989), e final da Guerra do Golfo (1991) (FRED, 2023a). Como resposta e buscando estimular a economia interna, o FED realizou sucessivos cortes nas taxas de juros, saindo de 8,0% em 13 de julho de 1990, para 3,0% em 4 de setembro de 1992, totalizando um corte de 500 bps. Como resultado, o PIB dos EUA, saiu de -0,1% em 1991, para 3,5% em 1992, e 2,8% em 1993 (THE WORLD BANK, 2023), porém, o resultado não parou apenas no crescimento do PIB. O ano de 1994, foi marcado por crises tanto nos países emergentes quanto nos Estados Unidos¹⁵⁶. Os anos de 1994 e 1995, foram marcados pela elevação da taxa de juros, como resposta ao cenário conturbado anterior.

Analisando o intervalo que compreende o final de 1998, até a última alteração de 2000 (apêndice B), é possível verificar que a taxa de juros sai de um patamar de 4,75% para 6,5%, um crescimento expressivo para um período curto, onde o foco era o controle da inflação. Esse contexto ocasionou a criação de muito dinheiro e permitiu que bancos e corretoras passassem a financiar o preço das ações de empresas de tecnologia, gerando muita especulação e contribuindo para a chamada bolha da internet, ou crise das pontocom (MILLS, 2001)¹⁵⁷.

Com a economia já fragilizada, os EUA, enfrentam os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Para enfrentar o baixo crescimento, tendo em vista, que, o PIB em 1999, está

¹⁵⁶ O ano de 1994 foi marcado pelo *Bond Crash*, uma crise do mercado de títulos, também chamada de *Great Bond Massacre*. Para maiores detalhes ver Borio e McCauley (1995).

¹⁵⁷ Para maiores detalhes sobre a crise das pontocom, sugere-se a leitura de Mills (2001).

em 4,8%, e em 2001, fechou em 1%, o FED realizou seguidos cortes na taxa de juros, o intuito principal era estimular o mercado interno gerando mais crescimento. A taxa de juros, conforme apresentado no gráfico 7, apresenta um crescimento vertiginoso, saindo de 6,5% em maio de 2000, para 1% em junho de 2003. Como resultado, a economia respondeu e o PIB cresceu, de 1% em 2001, para 3,9% em 2004, em muito justificada pelo aumento da demanda por imóveis. Porém, novamente, todo esse cenário de dinheiro fácil e políticas expansionistas contribuiu para o surgimento e o estouro da bolha imobiliária. Sendo essa a crise financeira mais grave desde 1929 (EVANS, 2011, THE WORLD BANK, 2023)¹⁵⁸.

Mais uma vez os EUA entram em recessão, saindo de um crescimento de 3,9% em 2004, para um resultado negativo em 2009, -2,6% de PIB. Na busca por conter esse cenário, o FED reduz mais uma vez as taxas de juros, saindo de 4,75% no início de 2007, para o intervalo de 0% até 0,25% em dezembro de 2008. No intervalo que compreende os anos de 2008 a 2015, não houve alterações na taxa de juros, a intenção era contribuir para o crescimento do mundo como um todo, pois, com taxas de juros baixas dos EUA, os investidores tendem a buscar investimentos mais atrativos.

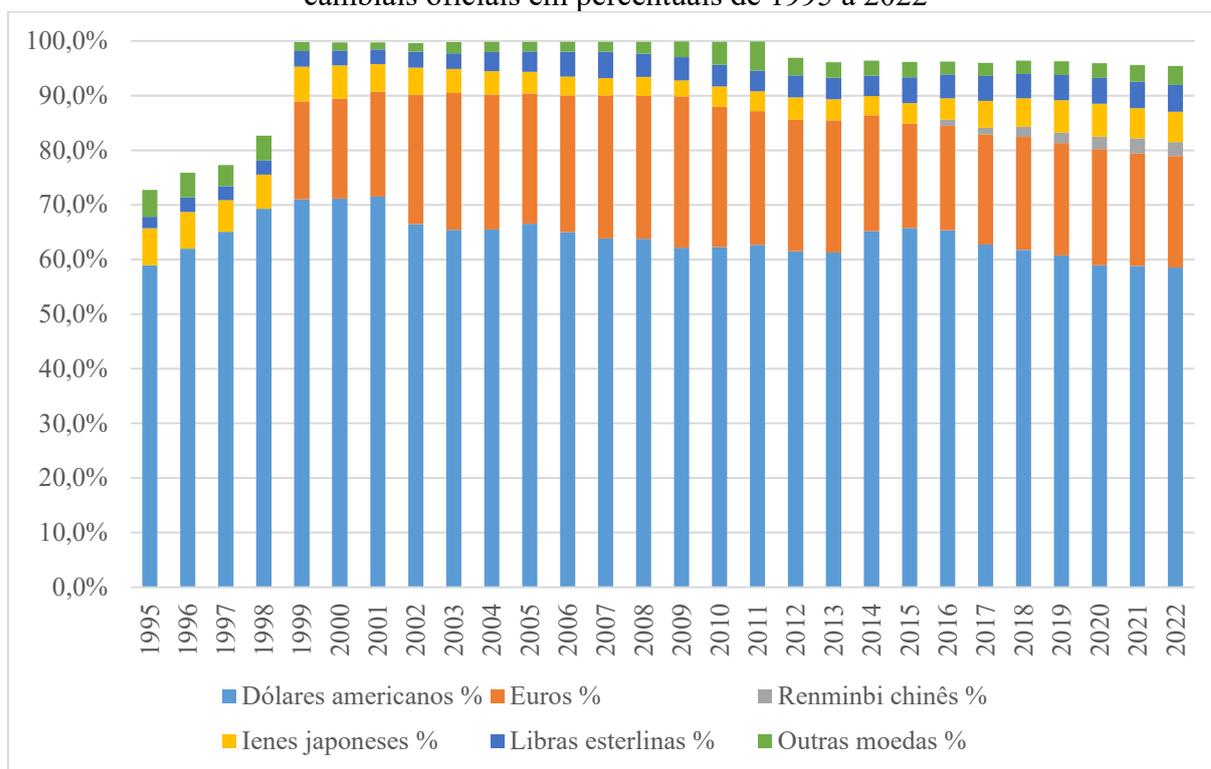
A partir de 2015, de maneira gradual o FED retomou a elevação dos juros visando trazer a economia norte-americana para um cenário mais real. Em 2019, com uma possível guerra comercial entre Estados Unidos e China, realizou pequenas reduções, porém, em 2020, com a Pandemia da COVID-19, realizou cortes relevantes, estabelecendo, em março de 2020, o limite máximo de 0,25%. Na tentativa de conter a recessão gerada por todo o cenário pandêmico de 2020, cuja taxa do PIB foi de -2,8%, a taxa de juros salta 425 bps em 2022.

4.2.2.2 *Reservas estrangeiras oficiais em dólares – 1989 - 2022*

A respeito das reservas estrangeiras, o capítulo 2, apresenta a explicação conceitual e aprofunda a análise de 2016 a 2022. Tendo como foco aqui, a ampliação temporal do estudo, de 1989 a 2022, o apêndice C, apresenta dos dados completos para as cinco principais moedas em uso considerando a classificação de 2022, apresentada no apêndice C, e o gráfico 10, traz uma síntese da oscilação do período, também considerando as cinco principais moedas. Uma ressalva é necessária, os dados de 1989 a 1994, não estavam disponíveis em IMF (2023b).

¹⁵⁸ O trabalho de Evans (2011), detalha a crise financeira internacional ocorrida de 2007-2008, para mais detalhes, recomenda-se a leitura.

Gráfico 10 - Variação da composição das cinco principais moedas utilizadas como reservas cambiais oficiais em percentuais de 1995 a 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2023), a partir de IMF (2023b)

Analisando o gráfico 10, pode-se perceber que o comportamento das reservas em dólar para o período supracitado possui pouca oscilação, tendo como pico o percentual de 2001, 71,52% e como mínima o momento atual, 2022, com um percentual de 58,52%. Buscando medir as relações entre as variáveis, foi realizada a correlação das taxas de juros dos fundos e da oscilação das reservas no intervalo de 1995 a 2022. É importante ressaltar que, nos anos cuja taxa de juros era um intervalo, diferente do realizado até o momento, considerou-se a média do intervalo, pois esse resultado era o que mais se aproximava as taxas de juros efetivas de fundos federais (FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK, 2023).

4.2.2.3 Endividamento norte-americano – 1989 - 2022

A dívida norte-americana, representada pela dívida histórica pendente, trata da dívida total em aberto representada pelo valor nominal ou valor principal dos títulos negociáveis e não negociáveis em circulação para o final do ano fiscal em questão. O ano fiscal vai de 1º de outubro a 30 de setembro, sendo apresentado a partir do último dia do ano fiscal (FISCAL DATA TREASURY, 2023a). A tabela 9, apresenta a evolução dos dados ao longo do período.

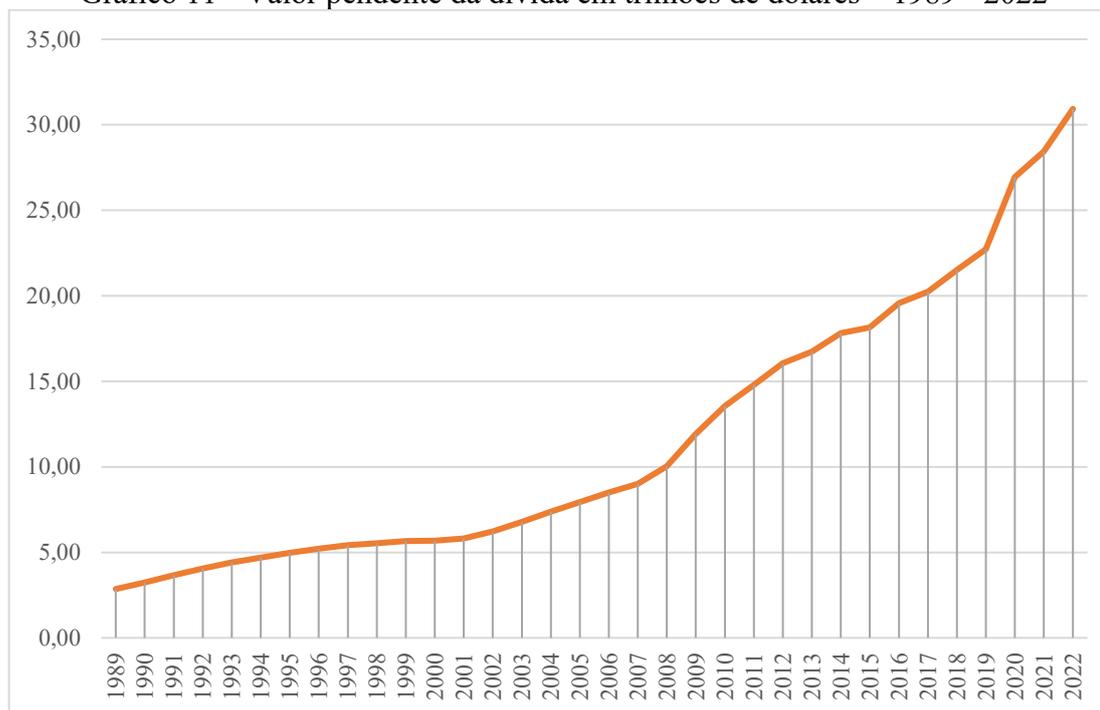
Tabela 9 - Valor pendente da dívida norte-americana em dólares – 1989-2022

DATA DO REGISTRO	ANO FISCAL	VALOR PENDENTE DA DÍVIDA	AUMENTO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
30/09/2022	2022	\$ 30.928.911.613.306,70	8,794%
30/09/2021	2021	\$ 28.428.918.570.048,60	5,506%
30/09/2020	2020	\$ 26.945.391.194.615,10	18,601%
30/09/2019	2019	\$ 22.719.401.753.433,70	5,593%
30/09/2018	2018	\$ 21.516.058.183.180,20	6,279%
30/09/2017	2017	\$ 20.244.900.016.053,50	3,430%
30/09/2016	2016	\$ 19.573.444.713.936,70	7,839%
30/09/2015	2015	\$ 18.150.617.666.484,30	1,832%
30/09/2014	2014	\$ 17.824.071.380.733,80	6,487%
30/09/2013	2013	\$ 16.738.183.526.697,30	4,182%
30/09/2012	2012	\$ 16.066.241.407.385,80	8,627%
30/09/2011	2011	\$ 14.790.340.328.557,10	9,060%
30/09/2010	2010	\$ 13.561.623.030.891,70	13,869%
30/09/2009	2009	\$ 11.909.829.003.511,70	18,805%
30/09/2008	2008	\$ 10.024.724.896.912,40	11,291%
30/09/2007	2007	\$ 9.007.653.372.262,48	5,886%
30/09/2006	2006	\$ 8.506.973.899.215,23	7,239%
30/09/2005	2005	\$ 7.932.709.661.723,50	7,503%
30/09/2004	2004	\$ 7.379.052.696.330,32	8,784%
30/09/2003	2003	\$ 6.783.231.062.743,62	8,911%
30/09/2002	2002	\$ 6.228.235.965.597,16	7,245%
30/09/2001	2001	\$ 5.807.463.412.200,06	2,349%
30/09/2000	2000	\$ 5.674.178.209.886,86	0,317%
30/09/1999	1999	\$ 5.656.270.901.615,43	2,354%
30/09/1998	1998	\$ 5.526.193.008.897,62	2,088%
30/09/1997	1997	\$ 5.413.146.011.397,34	3,605%
30/09/1996	1996	\$ 5.224.810.939.135,73	5,043%
29/09/1995	1995	\$ 4.973.982.900.709,39	5,993%
30/09/1994	1994	\$ 4.692.749.910.013,32	6,376%
30/09/1993	1993	\$ 4.411.488.883.139,38	8,534%
30/09/1992	1992	\$ 4.064.620.655.521,66	10,895%
30/09/1991	1991	\$ 3.665.303.351.697,03	13,361%
28/09/1990	1990	\$ 3.233.313.451.777,25	13,155%
29/09/1989	1989	\$ 2.857.430.960.187,32	-

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em (FISCAL DATA TREASURY, 2023a).

A tabela 9, apresenta os dados de valor pendente da dívida norte-americana para o período de análise deste estudo, bem como, a data de registro, o ano fiscal a qual o endividamento se refere e um percentual de crescimento em relação ao ano anterior. Foi utilizado como ano base o período 1 do estudo, ou seja, o ano de 1989. Para facilitar a visualização da escala da dívida, o gráfico 11, apresenta a curva ascendente do valor pendente da dívida.

Gráfico 11 - Valor pendente da dívida em trilhões de dólares – 1989 - 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em (FISCAL DATA TREASURY, 2023a).

Antes de adentrar nos dados em si, é prudente compreender o que é a dívida nacional norte-americana. Ela apresenta o montante total de empréstimos pendentes do Governo Federal dos EUA acumulados ao longo da história, em outras palavras a dívida nacional é a quantidade de dinheiro que o governo federal toma emprestado para cobrir o saldo devedor das despesas ao longo dos anos¹⁵⁹. Nos anos em que os gastos foram superiores às receitas, ocorreu um déficit orçamentário. Para cobrir esse déficit, o governo toma dinheiro emprestado por meio da venda de títulos negociáveis, são eles: títulos do Tesouro, letras do Tesouro, notas, notas de taxa flutuante e títulos do Tesouro protegidos contra a inflação (TIPS)¹⁶⁰ (FISCAL DATA TREASURY, 2023b). Importante retomar, aqui, um dos pontos principais do custo “restrição

¹⁵⁹ Os gastos registrados na dívida, são, dados pelo que é realmente pago, os desembolsos de caixa. Quais sejam, a emissão de debêntures para pagar sinistros de seguros, o recurso gasto em programas e serviços do governo federal, bem como, os juros incorridos sobre dívidas federais pendentes, incluindo notas e títulos do Tesouro (FISCAL DATA TREASURY, 2023b). À medida que o governo federal enfrenta défices recorrentes, é comum o aumento da dívida nacional.

¹⁶⁰ Detalhando cada uma dessas formas de obtenção de empréstimos tem-se que, os títulos do Tesouro, ou *Treasury bonds*, são títulos públicos que pagam juros semestralmente com vencimento para 20 ou 30 anos; as letras do Tesouro ou *Treasury bills*, são títulos governamentais focados no curto prazo, no geral de alguns dias até 52 semanas; as notas ou *notes* são títulos públicos emitidos com vencimentos de 2, 3, 5, 7 e 10 anos e pagam juros semestrais; as notas de taxas flutuantes ou *floating rates note (FRNs)*, são títulos públicos emitidos por um prazo de dois anos com pagamento de juros variando entre trimestrais até o vencimento, os juros desses títulos oscilam com base nas taxas de desconto em leilões de títulos do Tesouro de 13 semanas; por fim, os títulos do Tesouro protegidos contra a inflação ou *Treasury Inflation Protected Securities (TIPS)*, são títulos negociáveis cujo principal é ajustado pelas variações do Índice de Preços ao Consumidor, as TIPS pagam juros semestrais e possuem um prazo de 5, 10 e 30 anos (FISCAL DATA TREASURY, 2023b).

externa” já detalhado. Todo esse endividamento, advindo de constantes déficits – despesas em dólares maiores que receitas em dólares – é uma das bases para o dólar americano estar espalhado no mundo como um todo. Por meio da aquisição desses títulos, investidores nacionais e principalmente internacionais destinam seus recursos a investimentos nos EUA. Dessa forma, as ações internas na economia norte-americana tendem a interessar e impactar o mundo como um todo.

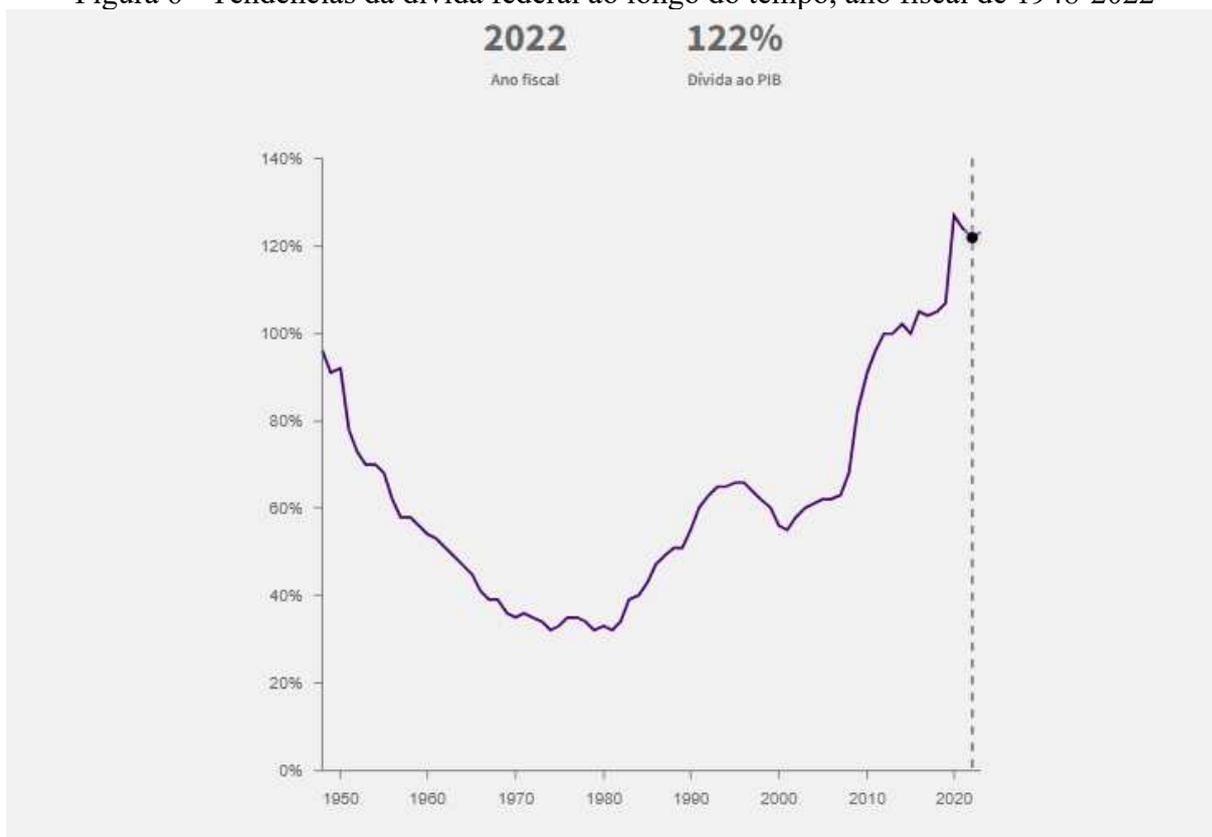
Analisando a tabela 9, é possível destacar o início da década de 1990, os anos de 2003, 2004, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2020 e 2022, todos com aumento de mais de 8% em relação ao ano anterior. Como já apontado na análise do câmbio, as crises nos períodos supracitados, recessões e tentativas de resgatar a economia justificam esses movimentos segundo o Fiscal Data Treasury (2023b, n.p, *tradução nossa*), corroboram a análise até aqui apresentada.

Acontecimentos recentes notáveis que desencadearam grandes picos na dívida incluem as guerras do Afeganistão e do Iraque, a Grande Recessão de 2008, e a pandemia da COVID-19. Do exercício financeiro de 2019, ao exercício financeiro de 2021, os gastos aumentaram cerca de 50%, na maioria devido à pandemia da COVID-19. Os cortes fiscais, os programas de estímulo, o aumento da despesa pública e a diminuição das receitas fiscais causadas pelo desemprego generalizado são, geralmente, responsáveis por aumentos acentuados na dívida nacional.¹⁶¹

O fato de os Estados Unidos apresentarem índices elevados de endividamento, tende a afetar o grau de confiança dos investidores estrangeiros na capacidade do país de honrar as dívidas contraídas. Um dado que demonstra isso diz respeito a comparação da dívida de um país e sua relação com o PIB desse. Essa relação revela a capacidade do país de saldar a sua dívida com base na sua produção econômica total. Desde o ano de 2013, os EUA ultrapassaram os 100% na relação dívida/PIB. A figura 6, apresenta a tendência da dívida federal desde 1948, com foco para 2022.

¹⁶¹ No original em inglês: “Notable recent events triggering large spikes in the debt include the Afghanistan and Iraq Wars, the 2008 Great Recession, and the COVID-19 pandemic. From FY 2019 to FY 2021, spending increased by about 50%, largely due to the COVID-19 pandemic. Tax cuts, stimulus programs, increased government spending, and decreased tax revenue caused by widespread unemployment generally account for sharp rises in the national debt” (FISCAL DATA TREASURY, 2023b, n.p).

Figura 6 - Tendências da dívida federal ao longo do tempo, ano fiscal de 1948-2022



Fonte: Fiscal Data Treasury, 2023b.

Porém, apesar desse dado, as baixas taxas de juros, já mencionadas ao longo dos últimos anos, contribuíram para que, apesar do aumento considerável da dívida nacional, as despesas com juros durante o período permaneceram estáveis, indicando assim, um baixo risco de não pagamento. Porém, o cenário, pode ser invertido se, buscando conter a inflação interna, os juros continuarem a subir (FISCAL DATA TREASURY, 2023b), corroborando assim, novamente, com o que Cohen (2015), apontava.

Do ponto de vista político, das 7370 leis aprovadas no Congresso no intervalo de 1989-2022, treze delas, trataram especificamente da questão da dívida. O quadro 13, sintetiza o número da legislação, para qual Congresso foi apresentada, o título da lei, partido patrocinador (PP), presidente em exercício, número e data de promulgação da lei.

Quadro 13 - Leis relacionadas ao aumento do limite da dívida – 1989-2022

NÚMERO	CONGRESSO	TÍTULO	PP	PRESIDENTE	LEI Nº	DATA
H.J.Res. 280	101st Congress (1989-1990)	Aumento do limite legal da dívida pública.	SEM	George H. W. Bush	101-140	08/11/1989
H.R. 3024	101st Congress (1989-1990)	Aumentar o limite legal da dívida pública e para outros fins.	DEM	George H. W. Bush	101-72	07/08/1989
H.R. 5350	101st Congress (1989-1990)	Prever um aumento temporário do limite da dívida pública.	DEM	George H. W. Bush	101-350	09/08/1990
H.R. 5755	101st Congress (1989-1990)	Prorrogar o aumento temporário do limite da dívida pública.	DEM	George H. W. Bush	101-405	02/10/1990
H.R. 1430	103rd Congress (1993-1994)	Prever um aumento temporário do limite da dívida pública.	DEM	Bill Clinton	103-12	06/04/1993
S. 2578	107th Congress (2001-2002)	Um projeto de lei para alterar o título 31 do Código dos Estados Unidos para aumentar o limite da dívida pública.	DEM	George W. Bush	107-199	28/06/2002
H.J.Res. 51	108th Congress (2003-2004)	Aumento do limite legal da dívida pública.	SEM	George W. Bush	108-24	27/05/2003
S. 2986	108th Congress (2003-2004)	Um projeto de lei para alterar o título 31 do Código dos Estados Unidos para aumentar o limite da dívida pública.	REP	George W. Bush	108-415	19/11/2004
H.J.Res. 47	109th Congress (2005-2006)	Aumento do limite legal da dívida pública.	SEM	George W. Bush	109-182	20/03/2006
H.J.Res. 43	110th Congress (2007-2008)	Aumento do limite legal da dívida pública.	SEM	George W. Bush	110-91	29/07/2007
H.J.Res. 45	111th Congress (2009-2010)	Aumento do limite legal da dívida pública.	SEM	Barack Obama	111-139	12/02/2010
S. 540	113th Congress (2013-2014)	Lei de extensão temporária do limite da dívida	DEM	Barack Obama	113-83	15/02/2014
S.J.Res. 33	117th Congress (2021-2022)	Uma resolução conjunta sobre o aumento do limite da dívida.	DEM	Barack Obama	117-73	16/12/2021

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em Congress (2023a).

Obs.: PP – Partido Patrocinador; letras em azul indicam pertencimento ao partido democrata; letras em vermelho indicam pertencimento ao partido republicano; SEM – não houve partido patrocinador oficial.

Relacionando as informações do quadro 13, com os anos cujo crescimento da dívida foi superior a 8%, pode-se observar que a maioria dos anos se repetem. Em outras palavras, crises internas e externas, guerras, ataques e a pandemia COVID-19, foram elementos que resultaram em um aumento do endividamento, superior ao teto ou limite da dívida. Esse teto é uma restrição imposta pelo Congresso e determinada qual o limite de valor que o Tesouro dos EUA pode tomar emprestado para pagar as contas vencidas e os investimentos futuros. Ao atingir o limite, é necessário que o Congresso autorize medidas, tais quais as apresentadas no quadro 11 (FISCAL DATA TREASURY, 2023b).

O primeiro passo para uma lei entrar em vigor, é que, seja realizado um projeto de lei e que esse, seja apreciado pelo Congresso. No quadro 13, é possível verificar, também, quais foram os partidos patrocinadores (republicano ou democrata), e quem era o então, presidente de cada período. De maneira geral, os maiores partidos patrocinadores foram os democratas, e a maioria dos presidentes eram republicanos. Isso pode indicar um alinhamento

entre os poderes e a eficácia das negociações realizada entre os presidentes dos períodos e os líderes do Congresso, demonstrando o foco na manutenção do funcionamento da economia.

A partir dos dados apresentados, e finalizando a questão da restrição externa, é possível concluir que, há diversos pontos onde a autonomia da política interna é constrangida pelo excesso de passivos e de obrigações internacionais. Em sendo o emissor da moeda internacional, os EUA são constrangidos, por exemplo, quanto a oscilação da sua própria taxa de juros. Diferente de outros países, cuja gestão da taxa é, majoritariamente, direcionada por interesses próprios, os EUA devem considerar que, ao oscilarem a faixa alvo para a sua taxa de juros, o mundo tendo a ser impactado. Outro aspecto, também, pode ser verificado quanto as reservas estrangeiras realizadas em dólares e o endividamento norte-americano, necessários para a manutenção da hegemonia monetária internacional, porém, podem ser, prejudiciais para a economia nacional. O primeiro, por imputar um risco aos EUA, pela possibilidade da ação de agentes com grandes montantes de recurso. E o segundo, por colocar em risco a capacidade de financiamento público federal.

As variáveis aqui elencadas, indicam que, há de fato, um custo, muitas vezes de difícil mensuração, porém, potencialmente, significativo ao se tratar de um país com um espaço territorial limitado cuja preocupação e as ações impactam as economias e mundo todo.

4.2.3 Responsabilidade política

Apontado por Cohen (2015), como sendo um custo ainda mais difícil de quantificar que os demais apresentados até o momento, a responsabilidade política versa sobre o senso de responsabilidade que, o país emissor da principal moeda se vê frente a problemáticas enfrentadas por outros países do sistema, o chamado “dever exorbitante”. Essa ideia fica, claramente, expressa na fala, do então presidente, do *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque, Timothy Geitner durante a crise de 2008:

O privilégio de ser a moeda de reserva do mundo acarreta alguns custos. Não que tenhamos uma obrigação nesse sentido, mas temos interesse em ajudar esses indivíduos a mitigar os problemas que enfrentam ao lidar com problemáticas cambiais em seus sistemas financeiros. Temos interesse em ajudá-los a enfrentar isso de alguma forma. Não é nossa obrigação. Temos o mesmo interesse básico que nos levou a responder às necessidades europeias em alguns casos. Estes indivíduos são diferentes porque, na verdade, geriram melhor os balanços dos países porque pelo menos têm uma enorme quantidade dos seus ativos em dólares. Isso deveria nos deixar, de certa forma, tão confortáveis como, talvez mais confortáveis do que, fazê-lo com os europeus, porque eles administravam um sistema bancário, que foi autorizado a crescer muito, muito em relação ao PIB, com enormes problemas cambiais e sem planos para cumprir as necessidades de liquidez dos seus bancos em dólares no caso

de enfrentarmos uma tempestade como esta (FEDERAL RESERVE, 2008, n.p, *tradução nossa*)¹⁶².

A partir da fala do então vice-presidente do FED, é possível verificar que, há de fato, um interesse de auxiliar os demais países, pois a partir disso, há a manutenção da influência e a tendência de perpetuação do cenário no qual o dólar segue como principal moeda internacional. Cohen (2015, p. 25, *tradução nossa*), a esse respeito afirma parafraseando Robert Mundell, “as grandes potências podem não só ter apenas grandes moedas, eles também, podem ter maiores responsabilidades”¹⁶³.

Chey (2012), afirma que, essas responsabilidades internacionais que acompanham o país emissor da moeda internacional podem ser visualizadas no chamado Dilema de Triffin. No contexto de Bretton Woods, Robert Triffin afirmou que, quando uma moeda nacional é utilizada como uma moeda reserva internacional, ou seja, é amplamente utilizada no mundo, o país emissor deve seguir emitindo a moeda para que o comércio e o crescimento mundial possam acontecer. Essa emissão acontece, predominantemente, por meio de déficits na balança de pagamentos, o que, de fato, ocorreu como visto nos tópicos anteriores deste estudo. Porém, se, em alguns cenários, os déficits continuam penalizando a política monetária interna, como visto, a confiança no valor da moeda norte-americana, pode ser minada, expondo os EUA ao risco de que, inesperadamente, os estrangeiros que detêm o dólar liquidarem seus estoques de moedas (CHEY, 2012; BORDO; MCCAULEY, 2017). Nas palavras de Triffin (1960, p. 70, *tradução própria*).

A ausência de qualquer planejamento e políticas específicas, a crescente inadequação das reservas mundiais, provavelmente, conduziria, num espaço de anos relativamente curto, a um novo ciclo de deflação, desvalorização e restrições internacionais, como aconteceu depois de 1929. Tal ciclo poderia possivelmente, ser desencadeado por desenvolvimentos econômicos desfavoráveis fora dos próprios países centrais, mas a sua propagação internacional começaria com as dificuldades que os Estados Unidos ou o Reino Unido poderiam enfrentar como resultado de qualquer abrandamento

¹⁶² No original em inglês: “Another way to think about this is that the privilege of being the reserve currency of the world comes with some burdens. Not that we have an obligation in this sense, but we have an interest in helping these guys mitigate the problems they face in dealing with currency mismatches in their financial systems. We have an interest in helping them meet that in some sense. It’s not our obligation. We have the same basic interest that led us to be responsive to the European need in some cases. These guys are different in that they actually have managed the countries’ balance sheets better because they at least have a huge amount of their assets in dollars. That should make us in some ways as comfortable as—maybe more comfortable than—doing it with the Europeans because they ran a banking system that was allowed to get very, very big relative to GDP with huge currency mismatches and with no plans to meet the liquidity needs of their banks in dollars in the event that we face a storm like this” (FEDERAL RESERVE, 2008).

¹⁶³ No original em inglês: “Great powers may not Only have great currencies, they may also have great responsibilities” (COHEN, 2015, p. 25).

considerável ou inversão da situação. A entrada de fundos estrangeiros nos seus mercados.¹⁶⁴

Dessa forma, o autor (1960), deixa claro que, um possível aperto de política monetária nos Estados Unidos teria um poder de contágio expressivo. Apesar de, como verificado no tópico, ser essa, uma possibilidade para resoluções de política interna. Indicando, assim, que há uma responsabilidade política dos EUA para com a política monetária internacional. Importante ressaltar que, ser responsável, não significa que, para todo o período, o exercício dessa responsabilidade seja executado.

Chey (2012), afirma que, o receio principal de Triffin era que o governo dos EUA recorresse a políticas deflacionárias, para defender o sistema, privando o mundo da liquidez de dólares, no entanto, o que houve, foi um abandono da conversibilidade, onde, após ataques especulativos na década de 1970, o padrão dólar-ouro e o sistema de Bretton Woods foram abandonados¹⁶⁵.

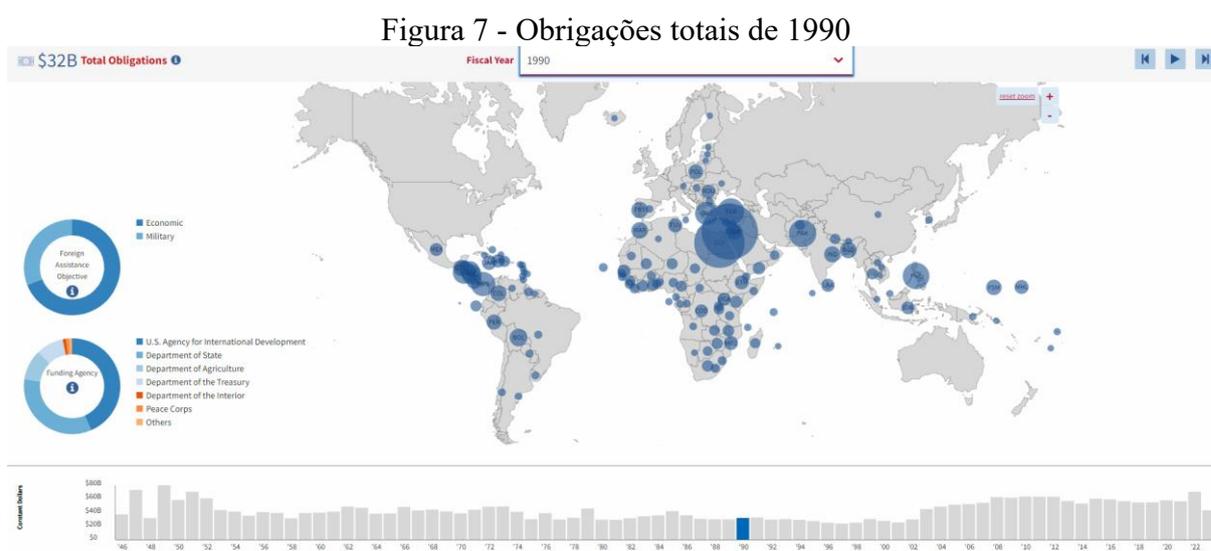
Apesar do temor de Triffin não ter se concretizado, quando Chey (2012), traz a temática do dilema para a reflexão acerca da responsabilidade política enquanto um custo. Tal como feito no tópico anterior, ressalta a reflexão de que, há responsabilidades e pontos, onde o gestor da política monetária interna norte-americana, deverá escolher entre, ações que privilegiam a política interna, e não são tão interessantes à política internacional. Ou o inverso, onde o interesse e a responsabilidade política internacional, sobressaem ao cenário interno.

¹⁶⁴ No original em inglês: “*In the absence of any specific planning and policies, the growing inadequacy of world reserves would be most likely to lead, within a relatively short span of years, to a new cycle of international deflation, devaluation and restrictions, as it did after 1929. Such a cycle might possibly be triggered by unfavorable economic developments outside the center countries themselves, but its international spread would begin with the difficulties which the United States or the United Kingdom might experience as a result of any considerable slowdown or reversal of the inflow of foreign funds to their markets. The lessons of the 1930's and the radical changes which have taken place since then in governmental attitudes and policies would probably rule out any widespread recourse to, or acceptance of, internal deflation as a method of adjustment. Devaluation and restrictions would be the most likely outcome of such a situation*” (TRIFFIN, 1960, p. 70).

¹⁶⁵ Bordo e McCauley (2017), apontam que, Triffin é lembrado por predizer corretamente a quebra da relação ouro x dólar, porém, foi incorreto ao pensar em um processo deflacionário, o que se viu foi o oposto, um processo inflacionário. Uma leitura atual de Triffin, levando em consideração a mudança das taxas de câmbio fixas para flutuantes, das restrições da conta capital para a abertura da conta capital, do domínio dos fluxos oficiais para o domínio dos fluxos privados, do medo da deflação para o medo da inflação e de volta para o medo da deflação, não diminuiu a relevância dos argumentos de estilo Triffin. Pois, com as modificações no sistema monetário e financeiro internacional, há uma nova forma de observar a rubrica de Triffin. Bordo e McCauley (2017, p. 12, *tradução nossa*), afirmam que, “os temas-chave do que pode ser chamado de cenário de Triffin incluem: insustentabilidade; interesse nacional versus interesse global; liquidez versus confiança e ajuste; e uma ênfase em agregados (não preços). A versão mais comum de Triffin muda sua tese da conta de capital para a conta corrente. Postula que o país da moeda de reserva deve manter, déficits persistentes em conta corrente para fornecer ao resto do mundo reservas denominadas em sua moeda. Ao fazer isso, ele se torna mais endividado com os estrangeiros até que, o ativo livre de risco deixe de ser livre de risco”.

Nesse sentido, Cohen (2015), afirma que, uma política monetária nacional, pode ser modificada para conter crises, ter alguma concessão de crédito subsidiada ou até mesmo resgatar economias em dificuldades. Na tentativa de trazer um aprofundamento da mensuração do custo nesse item, e, a partir dos dados do Foreign Assistance (2023a)¹⁶⁶, buscou-se, de maneira visual, verificar com quais países os EUA apresentaram obrigações financeiras, essas obrigações são acordos vinculativos que resultarão em despesas (desembolsos), imediatamente, ou no futuro. Incluem qualquer projeto de assistência, programa, transferência de dinheiro, bens, cursos de formação, projeto de pesquisa, operação de alívio de dívida ou contribuição para uma organização internacional.

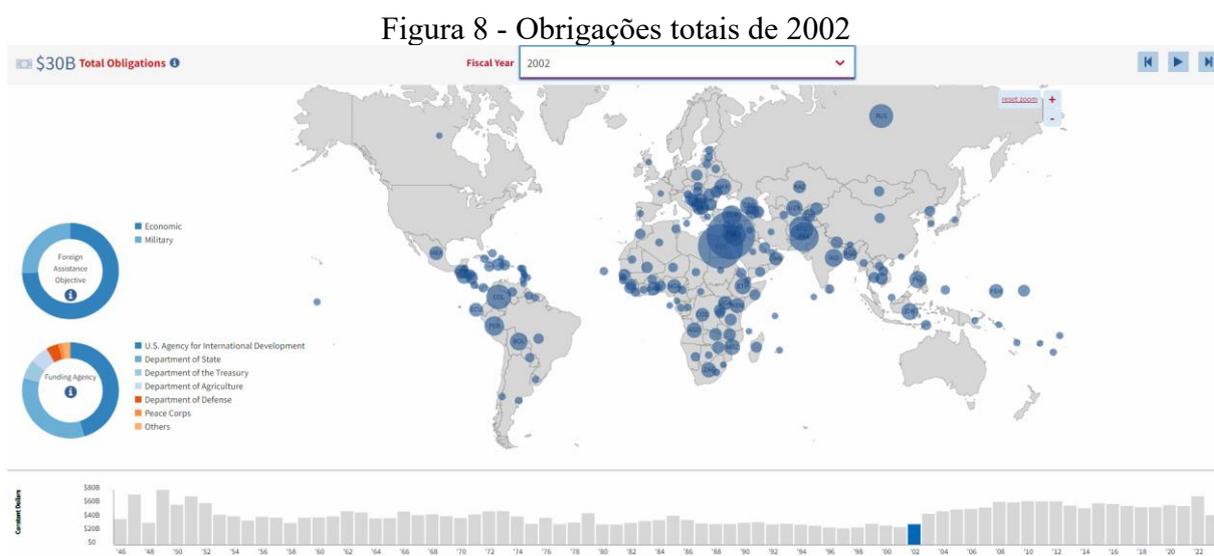
A partir das análises anteriores selecionaram-se os anos de 1990, 2002, 2008, 2020, 2022, respectivamente, ano seguinte ao final da Guerra Fria, ano seguinte aos ataques terroristas, crise *subprime*, COVID-19, e cenário atual. A tabela com os quantitativos totais para o período analisado, se encontra no apêndice D. A figura 7, ilustra o ano de 1990.



Fonte: Foreign Assistance (2023a).

¹⁶⁶ O ForeignAssistance.Gov é o principal site do Governo dos EUA para a disponibilização de dados da assistência externa dos EUA. Apresenta assim, uma imagem da assistência externa dos EUA de uma maneira visual. A assistência externa é fornecida pelos Estados Unidos a outros países para apoiar a paz global, a segurança e os esforços de desenvolvimento, bem como, para fornecer ajuda humanitária em tempos de crise. A plataforma considera assistência externa como sendo atividades financiadas por contas de dotações disponibilizadas para assistência a países estrangeiros, organizações internacionais e outras entidades estrangeiras, que podem incluir, mas não estão limitadas a fundos, bens, serviços e assistência técnica. Embora uma quantidade significativa de assistência externa seja autorizada principalmente pela Lei de Assistência Externa de 1961, a assistência externa do governo dos EUA também é autorizada por outras legislações. Da mesma forma, a assistência externa do governo dos EUA é, geralmente, financiada por dotações da função orçamental 150, Assuntos Internacionais, nas apresentações anuais do Orçamento do Governo dos EUA (FOREIGN ASSISTANCE, 2023a; 2023b).

É possível verificar a partir da figura 7, que, muito do recurso destinado para auxílio ao redor do mundo foi destinado para a América Central, como Nicarágua e Panamá, para a Faixa de Gaza, Egito e Israel, e para países do Leste Europeu, tais como Polônia, Lituânia, Romênia, dentre outros. Muito desse cenário se justifica pelo final da Guerra Fria e pelos conflitos existentes no oriente médio. Cerca de 70% dos objetivos eram econômicos e 30% eram voltados para assistência militar. Em se tratando do ano de 2002, a figura 8, apresenta o comportamento das obrigações.

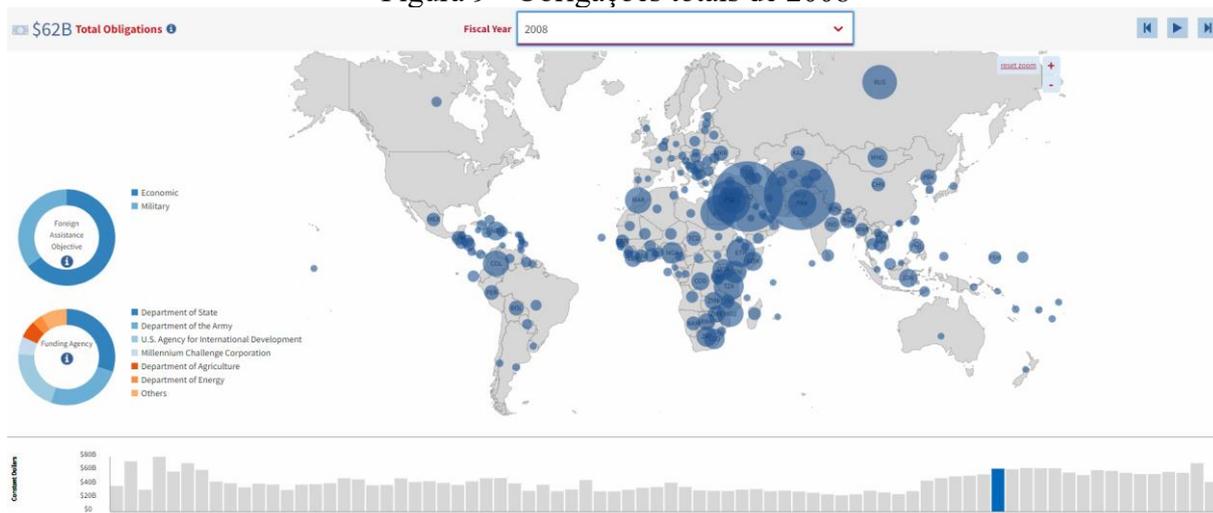


Fonte: Foreign Assistance (2023a).

Analisando os dados referentes a 2002, é possível verificar, novamente, um gasto expressivo em países do oriente médio. Focando em Israel e no Egito, as obrigações totais foram respectivamente, de US\$ 4,3 bilhões e US\$ 3,6 bilhões, desses, US\$ 3 bilhões e US\$ 2 bilhões, foram destinados, especificamente, para questões militares. No total das obrigações realizadas em 2002, 25% foram destinadas a questões militares. Um montante superior ao apresentado anteriormente. Outro destaque interessante diz respeito aos países da África como um todo, cuja participação norte-americana é presente em praticamente, todo o continente.

A respeito do ano de 2008, a figura 9, apresenta o desempenho das obrigações.

Figura 9 - Obrigações totais de 2008



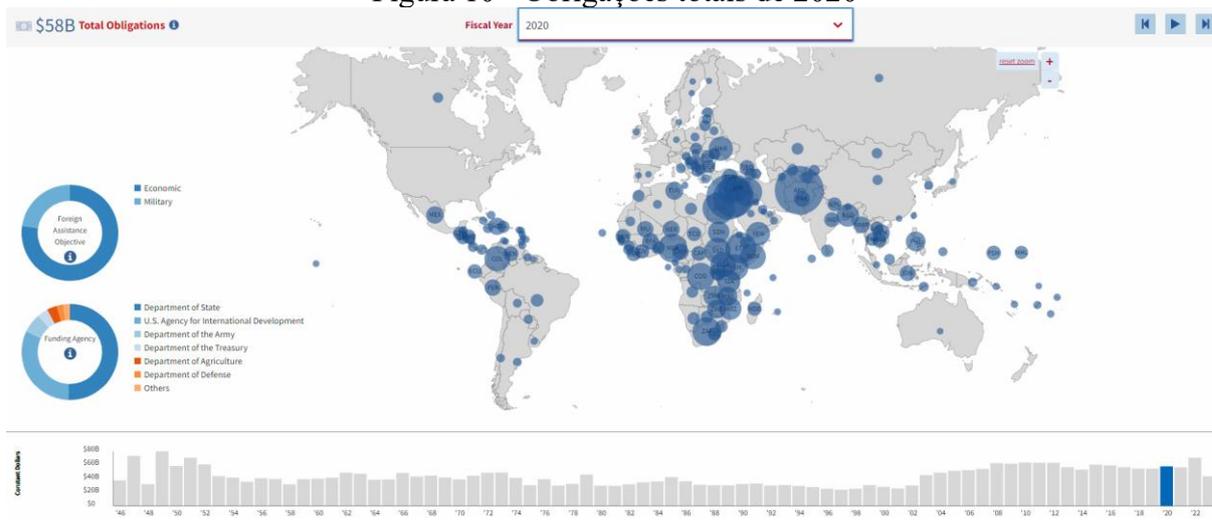
Fonte: Foreign Assistance (2023a).

Iniciando pelo total de obrigações, percebe-se que, ele, praticamente, dobrou no período analisado, saindo de US\$ 30 bilhões para US\$ 62 bilhões, mais que o dobro das obrigações para o ano de 2002. Outro destaque diz respeito aos gastos militares, agora, esses representam um percentual aproximado de 35% do total, sendo que, Iraque e Afeganistão são os países com maior volume financeiro. Do total destinado ao Iraque, US\$ 10 bilhões, US\$ 5,8 bilhões eram referentes a questões militares. Já para o Afeganistão o percentual é ainda maior, do total de US\$ 11,8 bilhões, US\$ 8,2 bilhões foram destinados a esse fim, quase 70% do total.

É importante destacar aqui, que, tanto para os dados de 2002, quanto para os de 2008, o presidente em exercício era o republicano George W. Bush. No próximo capítulo, é apresentado que, as questões norteadoras da política defendida pelos republicanos, corroboram as decisões e as análises aqui apresentadas. Norrlöf (2014), afirma que, os déficits orçamentários e os custos das guerras e despesas militares tendem a questionar a sustentabilidade do dólar no médio prazo, porém, não há um consenso nesse sentido.

O continente africano, com destaque para a África Oriental e a África Meridional, também, merecem destaque na análise, visto que, anteriormente, não apareciam com tamanho volume. Buscando impactos da crise subprime, principalmente, na Europa, é possível verificar que, países como Bélgica, Alemanha, Áustria, Holanda, que nos dados de 2002, não apareciam como países com obrigações por parte dos EUA, agora, aparecem nos dados. França, Portugal e o Reino Unido, que já apareciam anteriormente, tiveram sua parcela ampliada. A figura 10, apresenta as obrigações para o ano de 2020, ano da pandemia COVID-19.

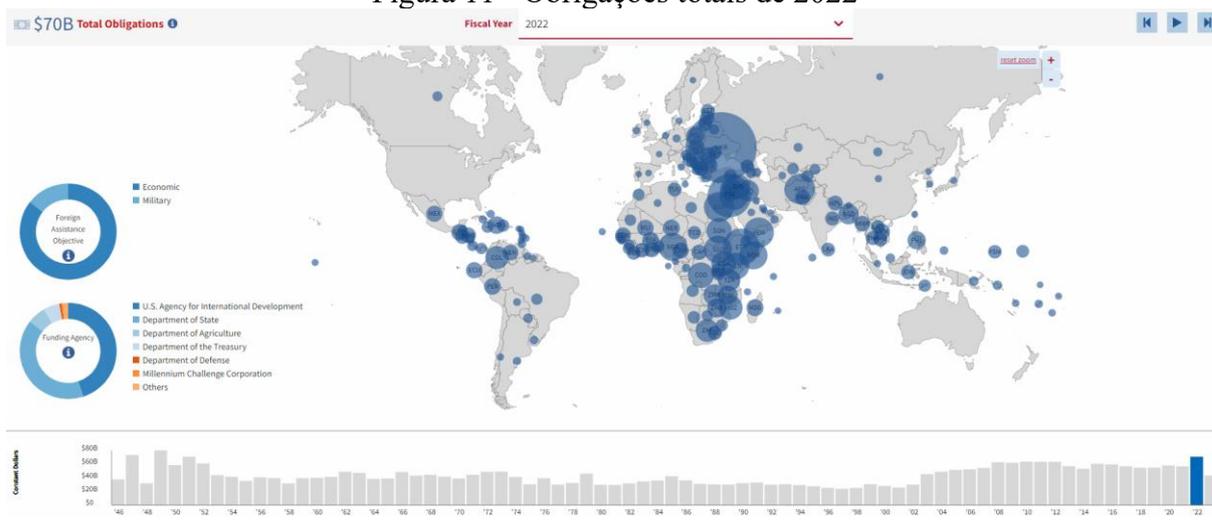
Figura 10 - Obrigações totais de 2020



Fonte: Foreign Assistance (2023a).

Por meio da figura 10, é possível verificar que houve um leve recuo no quantitativo total de obrigações, estando aqui, em U\$ 58 bilhões. Houve redução também, frente ao percentual de gastos militares, agora com, aproximadamente, 23%. A respeito das regiões em destaque, novamente, América Central, África, com quantitativos superiores, e o Oriente Médio. Países como França, Bélgica, Reino Unido e Holanda, que anteriormente, estavam entre os países auxiliados pelos EUA, em 2020, saem da listagem. A figura 11, apresenta a situação das obrigações para o ano de 2022.

Figura 11 - Obrigações totais de 2022



Fonte: Foreign Assistance (2023a).

O destaque para o ano de 2022, vem, do crescimento do montante das obrigações, saindo de um patamar de U\$ 58 bilhões para U\$ 70 bilhões. As obrigações de objetivos militares representam cerca de 14% das obrigações no montante total. Analisando a África na totalidade,

a área hachurada na figura 11, é superior à área da figura 10, ano de 2020, ou seja, com os gastos na região aumentaram repentinamente. Pode-se observar, também, a América Central com elevadas obrigações. Porém, o destaque se dá para a Ucrânia, com U\$ 12,4 bilhões, devido à Guerra, que essa, enfrenta contra a Rússia, iniciada em fevereiro de 2022. Para fins de comparação, nos anos de 2020 e 2021, as obrigações norte-americanas para com a Ucrânia foram, respectivamente, U\$ 773,5 bilhões e U\$ 510,9 milhões. Considerando o ano de 2020, em 2022, os EUA tiveram um montante, aproximadamente, dezesseis vezes maior de obrigações.

Na parte inferior da figura 11, é possível ver, um gráfico de barras, ilustrando as obrigações ao longo do tempo, no intervalo de 1946 até 2023. Ao longo de todo esse período, apenas em 1949, essas obrigações foram superiores ao ano de 2022. Dessa forma, é possível ver que, historicamente, os EUA destinam recursos para os mais diferentes países nas mais diferentes causas, sendo de fato, um dever exorbitante.

4.2.4 Impactos na indústria nacional

Dentre os custos ou riscos para um país ser o emissor da moeda internacional têm-se os possíveis impactos para a indústria nacional. Como já elencado, não há consenso entre os autores para se criar uma efetiva classificação para esse custo, por exemplo, Chey (2013), é enfático ao afirmar que, a diminuição da competitividade para setores exportadores e importadores é sim um risco para o país. Cohen (2015), apesar de não trazer um item específico para os impactos na indústria nacional, ao explanar sobre as problemáticas da valorização monetária, ressalta que, de fato, para produtores o efeito gerado pelo aumento do poder de compra dos consumidores norte-americanos reduz a competitividade do setor exportador e da indústria nacional, uma vez que, terá que competir com produtos importados.

Para compreender esse cenário é importante o resgate de alguns conceitos da economia. A lei da demanda afirma que, um preço mais baixo tende a fazer com que os demandantes comprem mais os produtos. A lei da oferta por sua vez, afirma que, um preço mais baixo tende a fazer com que os produtores se sintam desestimulados a produzirem. Pensando no cenário norte-americano, a partir da análise já realizada no subtópico “valorização da moeda”, tem-se um ambiente em que, a moeda, o dólar americano, possui um elevado poder de compra. Em outras palavras, o dólar pode comprar muito, principalmente, no cenário internacional.

Ao comprar produtos importados pagando relativamente menos, os compradores norte-americanos se sentem estimulados a adquirir mais produtos. Porém, por se tratar de um produto importado, esse, por simplificação, irá remunerar os fatores de produção de outro país, e não dos EUA. Já o produto nacional, com um custo maior de produção, tende a não ser produzido e, se produzido, tende a ter um preço mais elevado que os importados. Além desse fato, as indústrias que necessitam lucrar na escala, tendem a destinar seus parques fabris para outros países com menores custos de produção. Esse cenário tende a trazer algumas consequências, quais sejam, aumento nas importações, queda nas exportações, um saldo negativo na balança comercial, aumento do desemprego, emigração das indústrias dos EUA para países com maiores incentivos e menores custos, dentre outros.

Ao longo dos anos, os movimentos cambiais tiveram um impacto relevante tanto na competitividade quanto nas decisões das empresas, visto que, as incertezas sobre os movimentos futuros reduzem a previsibilidade a respeito do ambiente empresarial. Dobbs *et al.* (2009), afirmam que, no ano de 2008, por conta das oscilações cambiais, foi imputado às empresas exportadoras norte-americanas e às empresas que competem com os produtos importados, um custo financeiro líquido entre US\$ 30 e US\$ 60 bilhões. As questões cambiais acrescidas ao cenário da crise *subprime* impactaram, também, em uma redução estimada entre 400.000 e 900.000 postos de trabalho (DOBBS *et al.*, 2009, p. 9). Germain (2020), afirma que, além da questão da emigração dos empregos para outros países, pode haver também, uma atração de mão de obra especializada para determinadas áreas. Um exemplo, é o setor financeiro, onde, a partir do estímulo realizado ao setor gerado pela demanda por dólares, esse tende a atrair mais pessoas com maiores qualificações, gerando assim, um desequilíbrio na dinâmica econômica nacional no sentido de renda e de desigualdade, apresentando custos econômicos e sociais.

Bergsten (2009), vai além da questão cambial e do aumento do poder de compra, o autor afirma que, ser emissor da moeda internacional principal, permite aos EUA viverem além das suas possibilidades naturais, quer seja pelas baixas taxas de juros ou pela liquidez excessiva de dólares, assim, há um aumento na demanda interna por bens. Esses bens excedem a produção interna potencial, conduzindo, assim, para um aumento nas importações. Se esse contexto incluir taxas de juros elevadas, aumentando o custo da produção, é ainda mais danoso. Isto é, ser o emissor da moeda internacional mais importante implica em perda da competitividade das exportações, prejuízos a empresas e a trabalhadores dos mais diferentes setores.

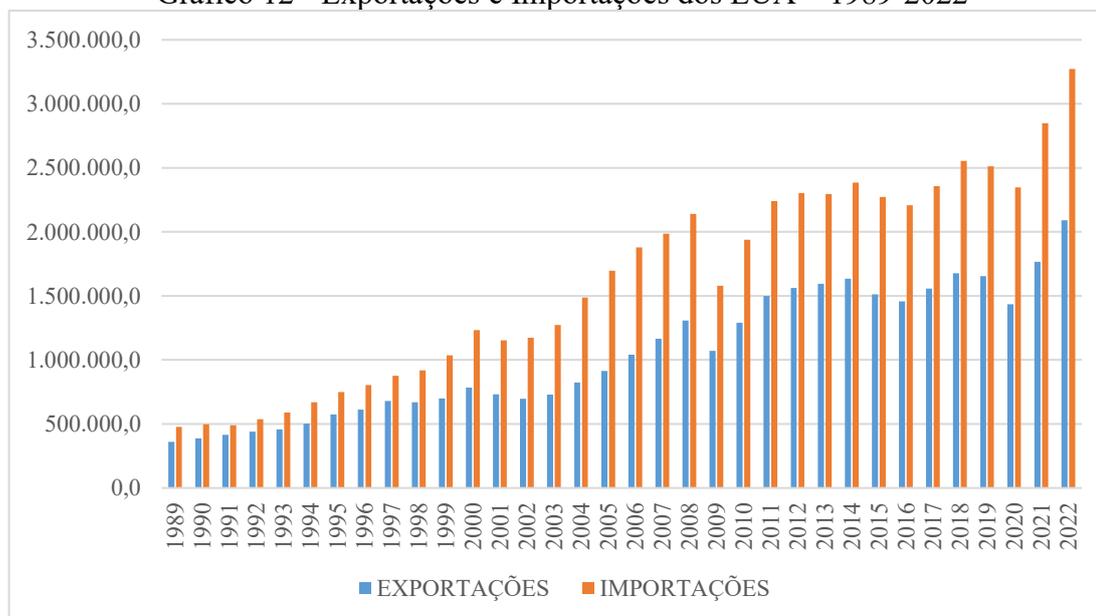
Cohen (2015, p. 27, *tradução nossa*), afirma que, tratar da internacionalização da moeda e dos seus efeitos é algo difícil de quantificar, e por conta disso, muitos autores acabam

trabalhando mais do mesmo. “Lembramos a velha piada sobre um homem visto, certa noite, debaixo de um poste de luz. Estava ajoelhado em busca de um molho de chaves. Foi aí que você o perdeu? O questionam. Não, eles perderam na rua, mas a luz aqui é melhor”¹⁶⁷. Na tentativa de trazer luz a pontos, não usualmente trabalhados, e de relacionar o custo de ser o emissor da moeda principal, focado no impacto para a indústria nacional, são apresentados os dados históricos da balança comercial dos EUA, focado na exportação e na importação, a produção industrial americana, a oscilação dos empregos e desempregos para o período de 1989 a 2022.

4.2.4.1 *Balança comercial dos Estados Unidos*

Como já apresentado no subtópico dos benefícios, abordando especificamente, a flexibilidade macroeconômica, os EUA possuem destaque quando o assunto é déficit em transações correntes. Na tabela 4, foi apresentada uma síntese da balança de pagamentos e no apêndice E, é possível verificar com maiores detalhes. Buscando elucidar os dados específicos de exportação e importação, problemática base quando se trata de custos da moeda internacional e a indústria, foi elaborado o gráfico 12.

Gráfico 12 - Exportações e Importações dos EUA – 1989-2022



Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF (2023c)

¹⁶⁷ No original em inglês: “One is reminded of the old joke about the man seen late one night under a lamp post, down on his knees searching for a set of keys. Is that where you lost them?, he is asked. No, they were lost down the street, but the light here is better. Too much of the literature just goes where the light is” (COHEN, 2015 p. 27).

A partir do gráfico 12, é possível verificar a expressiva diferença entre as importações e as exportações. Para todos os anos analisados, o saldo da balança comercial é negativo, ou seja, houve mais importações do que exportações. Com destaque para os de 2004, 2005, 2006 e 2007, nesses, ao ser analisada a diferença entre quanto foi importado e quanto foi exportado, a razão supera 70%, sendo respectivamente, 80,7% (2004), 85,7% (2005), 80,4% (2006), e 70,5% (2007), superiores, ou seja, além de ultrapassar o quantitativo de exportação, esse patamar chega a quase 100% superior, quase o dobro do quantitativo.

Dentre os pontos que podem explicar esse cenário, tem-se um cenário pré-crise subprime, muito dinheiro em circulação; um provável câmbio sobrevalorizado, tendo em vista, o que já foi indicado por Cline e Williamson (2008), e Dobbs et. al (2009), considerando 2008, aumentando o poder de compra nacional; um aumento das taxas de juros, cujo patamar para 2003, era de 1% e em 2007, chegou a 4,25%, atraindo mais dinheiro para dentro dos Estados Unidos e deixando, em tese, a situação para os exportadores mais danosa.

Porém, apesar disso, ao se analisar a variação das exportações para o mesmo período, houve um crescimento em relação ao período anterior de 12,75% (2004), 10,86% (2005), 14,01% (2006), e 11,94% (2007), com destaque para os anos de 2006 e 2007. Onde, ao se comparar os dados da exportação com os crescimentos da importação, a exportação cresceu mais. Considerando o período completo, na média os crescimentos anuais foram de 5,89% para as importações e 6,47%, para as exportações, ficando bem próximos. Os dados completos, podem ser encontrados no apêndice E.

Outro ponto importante, diz respeito a gama de produtos que fazem parte das exportações e das importações. Considerando a mesma classificação utilizada no balanço de pagamentos, a tabela 10, apresenta uma síntese dos dados para 1999, primeiro dado disponível para consulta em *Bureau of Economic Analysis* (2023), e o ano de 2022.

Tabela 10 - Exportações e importações por categoria 1999-2022 em milhões de dólares

CLASSIFICAÇÃO		1999		2022
Exportações de bens		698.524,00		2.089.925,00
Mercadorias gerais, todas as mercadorias de uso final		692.924,00		2.048.103,00
Alimentos, rações e bebidas	5º 6,64%	45.977,00	4º 8,78%	179.906,00
Suprimentos e materiais industriais	2º 21,03%	145.724,00	1º 39,67%	812.452,00
Bens de capital, exceto automotivo	1º 44,92%	311.249,00	2º 27,98%	573.052,00
Veículos automotivos, peças e motores	4º 10,86%	75.256,00	5º 7,80%	159.654,00
Bens de consumo, exceto alimentos e automotivos	3º 11,67%	80.867,00	3º 11,96%	245.027,00
Outras mercadorias em geral	6º 4,89%	33.850,00	6º 3,81%	78.013,00
Exportações líquidas de bens sob merchanting		306,00		1.074,00
Ouro não monetário		5.294,00		40.749,00
Importações de bens		1.035.592,00		3.272.935,00
Mercadorias gerais, todas as mercadorias de uso final		1.029.538,00		3.246.805,00
Alimentos, rações e bebidas	5º 4,28%	44.081,00	5º 6,45%	209.575,00
Suprimentos e materiais industriais	3º 21,77%	224.140,00	3º 24,87%	807.378,00
Bens de capital, exceto automotivo	1º 28,76%	296.095,00	1º 26,77%	869.292,00
Veículos automotivos, peças e motores	4º 17,31%	178.242,00	4º 12,32%	399.908,00
Bens de consumo, exceto alimentos e automotivos	2º 23,67%	243.650,00	2º 25,95%	842.472,00
Outras mercadorias em geral	6º 4,21%	43.331,00	6º 3,64%	118.180,00
Ouro não monetário		6.054,00		26.130,00
Saldo de mercadorias		-337.068,00		-1.183.010,00

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bureau of Economic Analysis (2023).

A tabela 10, apresenta a classificação utilizada pelo balanço de pagamentos, o ranqueamento em relação aos percentuais de participação nos totais de exportação e importação, bem como, os percentuais de cada classe em relação ao total. É possível verificar, com base na tabela 6, que, no comparativo entre os extremos dos dados disponíveis, 1999 e 2022, houve uma alteração entre o primeiro grupo de produtos mais exportados pelos EUA. Em 1999, o grupo de produtos mais exportados foi a classificação “bens de capital, exceto automotivo”, nessa categoria estão incluídos máquinas e equipamentos, exceto de consumo, máquinas de geração elétrica, motores industriais, semicondutores, aeronaves civis e equipamentos de aeronaves. Já em 2022, essa categoria ocupa o segundo lugar. O primeiro lugar passou a ser ocupado pela categoria suprimentos e materiais industriais, nela, estão incluídos algodão, tabaco, petróleo, óleo combustível, metais siderúrgicos, produtos químicos e material plástico. Já em se tratando das importações, tanto o ranking de participação como os percentuais se mantiveram ao longo do tempo¹⁶⁸. Dessa forma, não é possível afirmar com

¹⁶⁸ Os dados completos do período encontram-se no Anexo B.

exatidão se, de fato, as inferências apresentadas anteriormente, com relação ao impacto gerado pela questão da internacionalização do dólar, de fato, ocorreram.

4.2.4.2 A produção industrial americana e o cenário empregatício – 1989-2022

Em se considerando os séculos XX e XXI é possível dizer que a indústria como um todo passou por diversas modificações. Teixeira (1999), elenca alguns dados a respeito da indústria norte-americana ao final da Primeira Guerra: dois terços dos assalariados norte-americanos concentravam-se em seis indústrias, têxtil, ferro e aço, madeira, alimentos, papel e gráfica e oficinas de reparos ferroviários; essas mesmas seis indústrias apresentavam valor agregado superior a um milhão de dólares cada, têxteis (US\$ 3,2 milhões), ferro e aço (US\$ 2,6 milhões), alimentos (US\$ 1,9 milhão), papel e gráfica (US\$ 1,8 milhão), química (US\$ 1,5 milhão), e madeira (US\$ 1,2 milhão). E o crescimento norte-americano, era significativo perante uma Europa devastada. A indústria principal, como, pode ser verificada, era a indústria têxtil. O autor estima que, 80% das indústrias com valor de produção maior que quinhentos dólares já usavam energia elétrica.

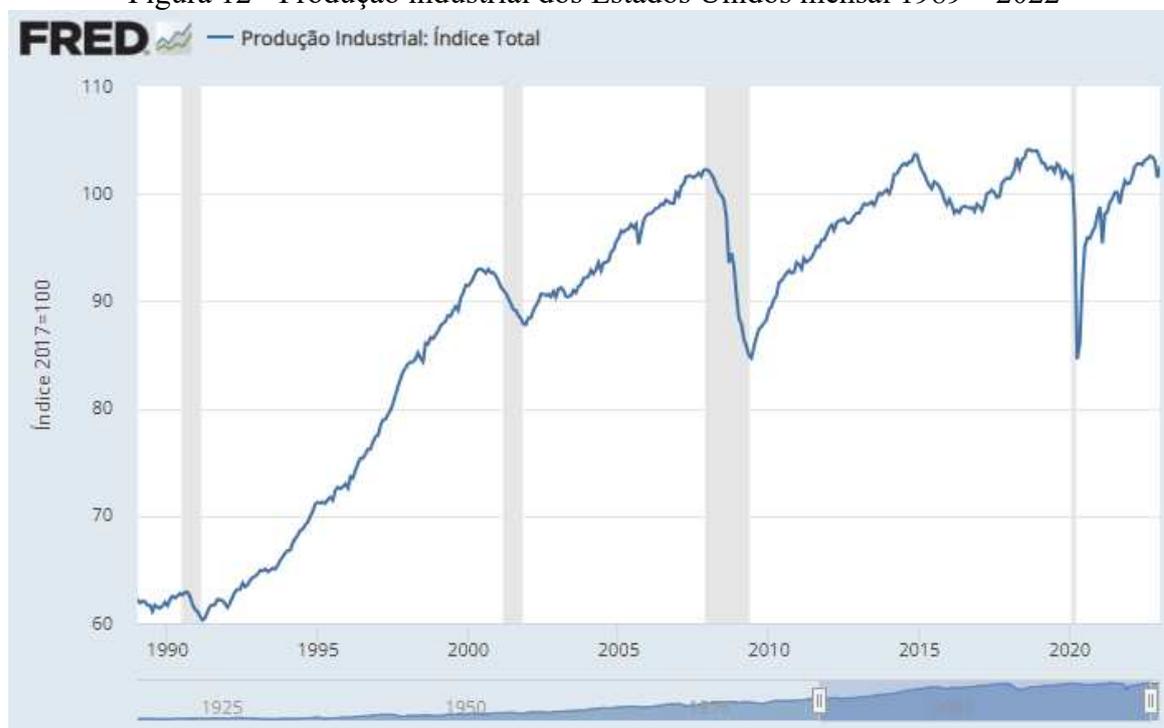
A partir da década de 1970, com os dois choques do petróleo, houve modificações para o cenário internacional e para a indústria nacional, o que, segundo Tavares (2017), permitiu aos EUA a modernização da sua indústria por meio de equipamentos baratos, modernos e de empréstimos obtidos do Japão e da Alemanha, predominantemente. Schmidt e Sharp (2013), afirmam que com a modernização e o investimento de capital, houve o aumento da competitividade, da inovação e alteração de diversos elementos na indústria nacional. O que já gerou, mesmo excluindo externalidades e a globalização, uma transformação significativa no funcionamento e na forma de agir da indústria. O grande questionamento, para os autores (2013, p. XI, *tradução nossa*), tem sido a mudança de *mindset* que esse novo contexto permitiu, principalmente, por meio do modelo “invente aqui, faça ali¹⁶⁹”.

Nesse mesmo sentido, Berger (2013), afirma que, ao longo dos anos essa “exportação de empregos” gerou um desaparecimento de empregos nos EUA puxado, predominantemente, pela emigração da produção para a Ásia, onde, com menores custos e pagando menores salários, as empresas americanas estavam destinando a sua produção. O cenário apontado, corrobora os custos apontados por Chey (2013), e por Cohen (2015), no que tange a indústria. Buscando aprofundar e averiguar essas conclusões, são apresentadas a seguir, a produção industrial norte-

¹⁶⁹ No original em inglês: “*invent it here, make it there*” (SCHMIDT; SHARP, 2013, p. XI).

americana, o cenário dos empregos e desempregos, bem como, as possíveis inferências acerca dos dados.

Figura 12 - Produção industrial dos Estados Unidos mensal 1989 – 2022



Fonte: FRED (2023b).

O índice de produção industrial dos EUA, retratada na figura 12, apresenta a produção real de todos os estabelecimentos relevantes localizados nos Estados Unidos, independentemente, da sua propriedade. Por meio dele é possível verificar que, nos períodos de recessão (áreas sombreadas), há uma queda na curva apresentada, ou seja, há um encolhimento da produção. O que deve ser observado a partir desta análise é o quão acentuada essa queda foi. Esses períodos são o início da década de 1990, 2001, 2007, 2008, 2009 e 2020. É possível verificar que a queda nos anos 1990 e 1991, bem como, de 2001, é bem menos acentuada do que o verificado ao longo do período 2007-2009 e do ano de 2020.

A tabela 11, apresenta o índice da produção industrial (INDPRO), para alguns meses que se destacaram nas quedas ou nas ascensões. A tabela completa, com todos os dados para o período, bem como, as oscilações em relação ao período anterior, pode ser encontrada no apêndice F. Buscando relacionar os dados do INDPRO com outros até aqui apresentados, foi

realizada a inserção dos dados referentes ao PIB, juros¹⁷⁰, obrigações financeiras (em bilhões), e dívida federal (em bilhões)¹⁷¹.

Tabela 11 - INDPRO – topos e fundos – e os respectivos PIB, câmbio, taxa de juros, obrigações financeiras (em bilhões), e dívida federal (em bilhões) – 1989-2022

DATA DA OBSERVAÇÃO	PRESIDENTE NO PERÍODO	INDPRO	PIB	CÂMBIO	JUROS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (BILHÕES)	DÍVIDA FEDERAL (BILHÕES)
01/01/1989	Ronald Reagan	62,1789	3,7%	91,2723	9,00%	30	2.857
01/09/1990	George H. W. Bush	62,896	1,9%	89,349	8,00%	32	3.233
01/03/1991	George H. W. Bush	60,3069	-0,1%	89,7781	6,25%	33	3.665
01/04/1992	George H. W. Bush	62,9312	3,5%	89,179	3,75%	29	4.064
01/09/2000	Bill Clinton	92,9653	4,1%	105,8875	6,50%	28	5.674
01/12/2001	George W. Bush	87,8344	1,0%	110,9411	2,00%	25	5.807
01/12/2007	George W. Bush	102,2604	2,0%	90,5257	4,50%	54	9.007
01/06/2009	Barack Obama	84,6928	-2,6%	94,8356	0,25%	62	11.909
01/06/2014	Barack Obama	102,5986	1,8%	89,1917	0,25%	53	17.824
01/01/2015	Barack Obama	102,8239	2,7%	97,161	0,25%	60	18.150
01/04/2016	Barack Obama	98,4669	1,7%	102,4924	0,50%	59	19.573
01/09/2018	Donald Trump	104,1181	2,9%	105,8326	2,00%	54	21.516
01/02/2020	Donald Trump	101,6330	-2,8%	107,941	1,75%	58	26.945
01/04/2020	Donald Trump	84,5979	-2,8%	113,4212	1,25%	58	26.945
01/12/2020	Donald Trump	97,9754	-2,8%	103,9763	0,25%	58	26.945
01/02/2022	Joe Biden	101,6766	1,9%	109,9136	0,25%	70	30.928
01/12/2022	Joe Biden	101,4848	1,9%	116,2721	4,00%	70	30.928

Fonte: Elaborado pela autora (2023), com base em FRED (2023a; 2023b), Federal Reserve (1999, 2023f), Fiscal Data Treasury (2023a), Foreign Assistance (2023a), e The World Bank (2023).

A tabela 11, apresenta alguns topos e fundos dos dados para o período analisado. Ressaltando que, o índice, considera o dado de 2017, como sendo a base 100, os demais dados irão oscilar em torno desse dado. No início da década de 1990, os EUA passaram por uma recessão, fruto de acontecimentos da década de 1970 e 1980. Tendo como base o início da série histórica deste estudo, janeiro de 1989, o índice apresentava o patamar de 62,1789 pontos, esse representando o fechamento (último mês), do governo do então presidente, Ronald Reagan.

Após uma leve recuperação no início do governo George H. W. Bush (1990), alcançando 62,896 pontos, a produção volta a apresentar seguidas quedas. Atingindo em março

¹⁷⁰ Os dados referentes a taxa de juros, como já realizado anteriormente, quando a taxa referente a data em questão fora considerada como um intervalo de taxa, considerou-se o limite superior da taxa. No que tange ao dado em si, até o ano de 2006 foi considerado o dado Real Broad Dollar Index (Goods Only), e a partir de 2006 o dado Real Broad Dollar Index. Como já mencionado, isso se fez necessário pela criação da segunda base e pela descontinuidade da primeira base.

¹⁷¹ Apesar de anteriormente, os dados da dívida terem sido considerados em trilhões, para a tabela 7, optou-se por considerá-los em milhões para melhor visualização quando comparados aos dados das obrigações financeiras, originariamente, em bilhões em Foreign Assistance (2023a).

de 1991, o menor patamar de toda a série histórica, 60,3069. Papadimitriou e Wray (2008), afirmam que, o movimento de tentativa de recuperação da produção, baseada na consolidação da indústria mediante empréstimos e na socialização das perdas, foi limitada por uma recuperação fraca e de pouco impacto nos empregos, contribuindo assim, para a vitória de Bill Clinton. Antes de adentrar na questão do emprego, é possível observar que as três datas apresentadas na tabela 7, que contemplam o governo George H. W. Bush, com um intervalo de cerca de um ano e meio entre as três, indicam o ápice alcançado pelo indicador da produção em 1989 e 1990 (62,896), seguido de consecutivas quedas. O ponto mínimo de produção industrial no governo H. W. Bush apresentou o patamar de 60,3069 em março de 1991. Após um período de retomada, em abril de 1992, foi alcançado o patamar que a indústria estava em 1990.

Relacionando os demais dados, é possível verificar que, o PIB, também respondeu a esse cenário, com um leve crescimento em 1990, uma recessão em 1991, e uma forte retomada em 1992. Em se tratando do câmbio e das obrigações financeiras, pouca oscilação foi verificada. Porém, no que tange a taxa de juros, o movimento foi, sim, expressivo. A taxa de juros, apresentada na tabela 7, foi divulgada em 13 de julho de 1990, visto que, a observação do INDPRO é de setembro de 1990. Após setembro e ainda no ano de 1990, o FED realizou mais quatro cortes da taxa, reduzindo a mesma de 8% para 7%. Se forem considerados os anos de 1991 e 1992, como apresentado, a taxa sai de 8% para 3,5%. Ampliando um pouco o escopo da análise, inserindo o ano de 1992, a taxa cai ainda mais, indo para o patamar de 3%. Uma sequência de dezessete quedas.

Dessa forma, é possível ver que, a dicotomia política interna x política externa permeava o cenário, pois o mundo vivenciava um pós-guerra fria e o governo de H.W. Bush buscou uma posição moderada, amparando as instituições multilaterais e o cenário interno. Apesar dessa recuperação, Pecequillo (2013, p. 16-17), afirma que, “O ano de 1992 foi também o da primeira eleição presidencial do pós-Guerra Fria, na qual Bush pai seria criticado não por sua moderação na política externa, mas por seus excessos, em detrimento da agenda doméstica”. Esse cenário contribuiu para a não reeleição de Bush, porém, permitiu uma “reorganização das forças neoconservadoras” da sociedade norte-americana, contribuindo para a ascensão do filho de Bush ao poder¹⁷².

A retomada iniciada em 1992, segue até setembro de 2000, ano em que os EUA alcançaram um PIB de 4,1% e um câmbio de 105,8875, o que, considerando as análises anteriormente apresentadas, era superior à realidade considerada ideal por parte da economia

¹⁷² As questões da política americana são aprofundadas no capítulo 3 desta tese.

real norte-americana. Apesar de ter realizado uma agenda promissora no cenário internacional, o então presidente Bill Clinton, com um cenário de *impeachment*, o estouro da bolha das pontocom, uma retomada forte do neoconservadorismo e a falta de reação do seu vice, e então candidato democrata, Al Gore, não houve ambiente para a manutenção dos democratas no poder. Dessa forma, em 2001, George W. Bush (Bush filho), assume a presidência. Todo esse movimento demonstra o quanto a economia norte-americana é permeada de questões e de impactos vindos do exterior, corroborando com o custo apontado por Chey (2013), e Cohen (2015).

Pecequillo (2013), divide os dois mandatos de George W. Bush em três fases: janeiro a setembro de 2001 (atentados terroristas), setembro de 2001 a dezembro de 2004 (guerra ao terror), janeiro 2005 até o final do mandato (retomada do multilateralismo). Essa divisão, é relevante, pois, em observando os dados relativos às obrigações financeiras para com o exterior, esse, salta de US\$ 25 bilhões em 2001, para US\$ 54 bilhões em 2007. Se for resgatado o dado para 2008, final do mandato, o montante atingiu o patamar de US\$ 62 bilhões de dólares, mesmo montante do primeiro ano do governo Barack Obama. Crescimento considerável também, é verificado no que tange ao endividamento, saindo de US\$ 5,8 trilhões ao final de 2001, para US\$ 9 trilhões em 2007. Esse cenário, se justifica, principalmente, pelos gastos militares. Em analisando os dados INDPRO é possível observar também, um crescimento de 87,8344 pontos referentes a dezembro de 2001 – final primeiro ano de mandato, para o patamar de 102,2604 pontos ao final de 2007 – pico que antecede a crise *subprime*.

Os dados apresentados referentes ao Governo Obama, são marcados por uma queda brusca na produção industrial, saindo de um patamar de 102,2604 em dezembro de 2007, para o seu pior momento em junho de 2009, com 84,6928. Graficamente, é possível verificar quão vertiginosa foi a queda. Em menos de dois meses, quase 20 pontos. O mesmo movimento de encolhimento é observado ao se analisar o PIB, saindo de 2% para -2,6%. Na tentativa de retomada, pode-se observar uma queda expressiva da taxa de juros, saindo de 4,5% para 0,25 em 2015. O ano de 2014 e 2015, marcam os momentos em que, respectivamente, o patamar de crescimento de 2007 (pré-crise), foi retomado e superado, com um INDPRO de 102,5986 (2014), e 102,8239 (2015). A economia norte-americana volta a crescer, com PIB de 1,8% e 2,7% respectivamente. Cenário na maioria justificado pelo endividamento norte-americano realizado ao longo dos dois governos de Barack Obama como forma de reação a pior crise financeira desde 1929¹⁷³. Observando graficamente, apesar de haver uma queda no INDPRO

¹⁷³ Cohen (2015, p. 170), afirma que, a necessidade dos bancos estrangeiros e dos investidores institucionais por dólares para cobrir as suas necessidades de financiamentos contribuiu para o agravamento desse cenário. “*Some*

de 2014 para 2016, saindo de 102,5986, para 98,4669, nada perto das oscilações anteriores. No geral, o final do governo Obama, comparado aos momentos antecedentes, tanto na economia quanto na indústria apresentavam bons sinais de recuperação, baixas taxas de juros e as obrigações financeiras internacionais a um patamar relativamente, constante. Apesar do constante crescimento da dívida federal.

O governo Trump assume a presidência com o slogan *American First* e com a promessa, já deixada clara no seu discurso de posse, de criação de empregos e de fábricas. “Os políticos prosperaram – mas os empregos desapareceram e as fábricas fecharam. O establishment protegeu a si próprio, mas não aos cidadãos do nosso país [...] Tudo isso muda, começando aqui, e agora, por este momento ser seu, ele pertence a você”¹⁷⁴ (TRUMP WHITE HOUSE, 2017, n.p, *tradução nossa*). Trump inicia seu mandato, no ano de 2017, e, considerando o crescimento já iniciado no governo Obama, atinge seu ápice, no que diz respeito a produção industrial, em setembro de 2018, com um patamar nunca alcançado na história, com 104,1181 pontos. O ano de 2018, fechou com um PIB de 2,9% e um endividamento de US\$ 21,5 trilhões, um crescimento similar ao apresentado no governo Obama. Ao longo de 2018, após a publicação do resultado do INDPRO, foram realizadas duas alterações na taxa de juros, onde o intervalo saiu de 1,75% a 2,0% (iniciado em 14 de junho de 2018), para 2,25% a 2,5% ao final de 2018.

Ao longo do ano de 2019, pouca oscilação ocorreu, porém, no início de 2020, mais precisamente, em fevereiro, antes da pandemia da COVID-19, com um bom cenário para o INDPRO (101,6330), o mundo como um todo, em diferentes intensidades, realiza um *lock-down*, fechando diversos estabelecimentos. O índice cai, em 2 meses, quase 20 pontos, chegando a 84,5979. O câmbio, sobe consideravelmente, em relação a fevereiro, chegando a 113,4212, indicando uma busca por liquidez internacional e a valorização do dólar americano. Na tentativa de aliviar os impactos, a taxa de juros sai do intervalo 1,5% a 1,75% iniciado em 31 de outubro de 2019, para o intervalo 0% a 0,25% em março de 2016. Essa taxa perdura até 17 de março de 2022. Como resultado, apesar da queda de 2,8% para o PIB de 2020, o INDPRO

of the buildup of dollar claims, we know, reflected the fact that many foreign banks and institutional investors needed greenbacks to cover their funding needs at a time when interbank and other wholesale short-term markets had suddenly frozen tight. Here the Federal Reserve played a vital role, from December 2007 onward, in effect stepping in as a global lender of last resort. Dramatically, new dollar swaps were quickly arranged with some fourteen foreign central banks. In return for reciprocal currency pledges, the Fed supplied greenbacks that could then be lent onward by each central bank to its dollar-hungry constituents. At their peak, in December 2008, credits outstanding under these arrangements totaled \$580 billion. In addition, more quietly, some \$500 billion or more was additionally provided under a variety of programs in direct support of private banks abroad”.

¹⁷⁴ No original em inglês: “Politicians prospered – but the jobs left, and the factories closed. The establishment protected itself, but not the citizens of our country. [...] That all changes – starting right here, and right now, because this moment is your moment: it belongs to you” (TRUMP WHITE HOUSE, 2017, n.p).

encerra o ano com 97,9754, uma recuperação significativa frente a brusca queda do início do ano.

Já no governo de Joe Biden, é possível observar elevados patamares para o INDPRO, em comparação com os dez anos anteriores, onde em fevereiro de 2022, alcançou um patamar superior ao pré-pandemia, fechando o ano de 2022, com pouca oscilação. O destaque aqui, é dado para a oscilação no câmbio, com o maior patamar para o período analisado, em dada medida justificada pelas instabilidades internacionais e a Guerra da Ucrânia com a Rússia, e para as taxas de juros, essas saíram do intervalo 0% a 0,25% em março de 2020, para encerrar dezembro de 2022 – última alteração em 14 de dezembro de 2022 – na faixa 4,25% a 4,5% na tentativa de conter a inflação, conforme abordado ao longo deste capítulo.

De maneira geral, considerando a retomada da indústria iniciada em 1992, o ponto máximo, é alcançado em setembro de 2000, com 92,9653 pontos. Na figura 12, é possível verificar, a considerável oscilação em 10 anos, praticamente, 30 pontos no período. Considerando apenas o indicador, e desconsiderando todo o contexto, para as próximas sequências de 10 anos, respectivamente, 2010 e 2020 (por simplificação, aqui, ainda não está sendo inserido todo o cenário de 2010, pós subprime, e nem o cenário pós-COVID enfrentado em 2020), o cenário é bem diferente. Analisando o primeiro período de dez anos, setembro de 2010, apresentou 92,8564 pontos, já setembro de 2020, 95,8444 pontos. Ou seja, para um período de 20 anos, a oscilação foi de apenas 3 pontos.

Nesse sentido, Berger (2013, p. 28, *tradução nossa*), afirma que, há dois fatores para esse cenário, um deles é o crescimento da importação de bens, esses, ao competirem com os produtos nacionais a preços menores acabam por se tornar mais atraentes para o comprador. E outro aspecto, muitas vezes negligenciado, diz respeito ao aumento da produtividade, o que, para a autora, é um dos fatores-chave para que apesar de um crescimento ínfimo longitudinalmente, os EUA se mantenham em um patamar relevante no cenário internacional.

Tal como o aumento da produtividade na agricultura possibilitou alimentar a população americana com cerca de 2% da força de trabalho empregada na agricultura – enquanto em 1900, eram necessárias cerca de 40% da força de trabalho – também na indústria transformadora os extraordinários aumentos de produtividade têm possibilitado produzir quantidades crescentes de bens com muito menos pessoas. Em 1980, 22,1% da força de trabalho estava empregada na indústria; no final de 2011, apenas 10,2%. Mas a fabricação o valor agregado no mesmo período cresceu de US\$ 803,5 bilhões para US\$ 1.831,6 bilhões em dólares constantes de 2005. Na verdade, em 2011, os Estados Unidos ainda produziram quase a mesma parcela da produção

industrial mundial (19,4%), que em 1990 (21%), com milhões de trabalhadores a menos empregados na indústria¹⁷⁵.

A questão da produção e do emprego, não são exclusividade para o final do século XX. Desde meados do século XIX, disputadas e divisões internas nos EUA já davam base para movimentos antiglobalização. Essa base criada encontra nos séculos XX e XXI uma mudança do perfil populacional, um crescimento das minorias e da miscigenação. Isso, acrescido a perda de empregos e redução da renda, conduz a uma acentuação da polarização e da busca por culpados para esse cenário (PECEQUILO, 2017). As estatísticas relacionadas ao emprego nos EUA são divulgadas pelo *U. S. Bureau of Labor Statistics* e tem como base a *Current Population Survey (CPS)*, pesquisa populacional realizada mensalmente. Para a produção da análise como um todo, foram selecionados os seguintes dados: população civil não institucionalizada (PCNI)¹⁷⁶, a força de trabalho civil (FTC)¹⁷⁷, empregados totais¹⁷⁸, empregados na agricultura, empregados não agrícolas, desempregados¹⁷⁹ e pessoas que não estão na força de trabalho¹⁸⁰. Os dados completos da pesquisa estão no apêndice G. O gráfico 13, apresenta de maneira sucinta, em se considerando a força de trabalho civil, os percentuais

¹⁷⁵ No original em inglês: “as rising productivity in agriculture has made it possible to feed the American population with about 2 percent of the workforce employed in agriculture—whereas in 1900 it took about 40 percent of the workforce—so too in manufacturing the extraordinary productivity increases in industry have made it possible to produce ever greater quantities of goods with many fewer people. In 1980, 22,1 percent of the workforce was employed in manufacturing; by the end of 2011, only 10,2 percent. But manufacturing value added over the same period grew from \$803,5 billion to \$1,831.6 billion in constant 2005 dollars. In fact, by 2011 the United States still produced almost the same share of world manufacturing output (19.4 percent), as it had in 1990 (21 percent), with millions fewer workers employed in manufacturing” (BERGER, 2013, p. 28).

¹⁷⁶ A população civil não institucionalizada compreende pessoas com 16 anos de idade ou mais que residam nos 50 estados e no Distrito de Columbia, que não sejam internadas em instituições (por exemplo, instalações penais e psiquiátricas, lares para idosos), e que não estejam em serviço ativo das forças armadas (U.S. DEPARTMENT OF LABOR, 2023).

¹⁷⁷ A força de trabalho civil trata de todas as pessoas da população civil não institucional classificadas como empregadas ou desempregadas (U.S. DEPARTMENT OF LABOR, 2023).

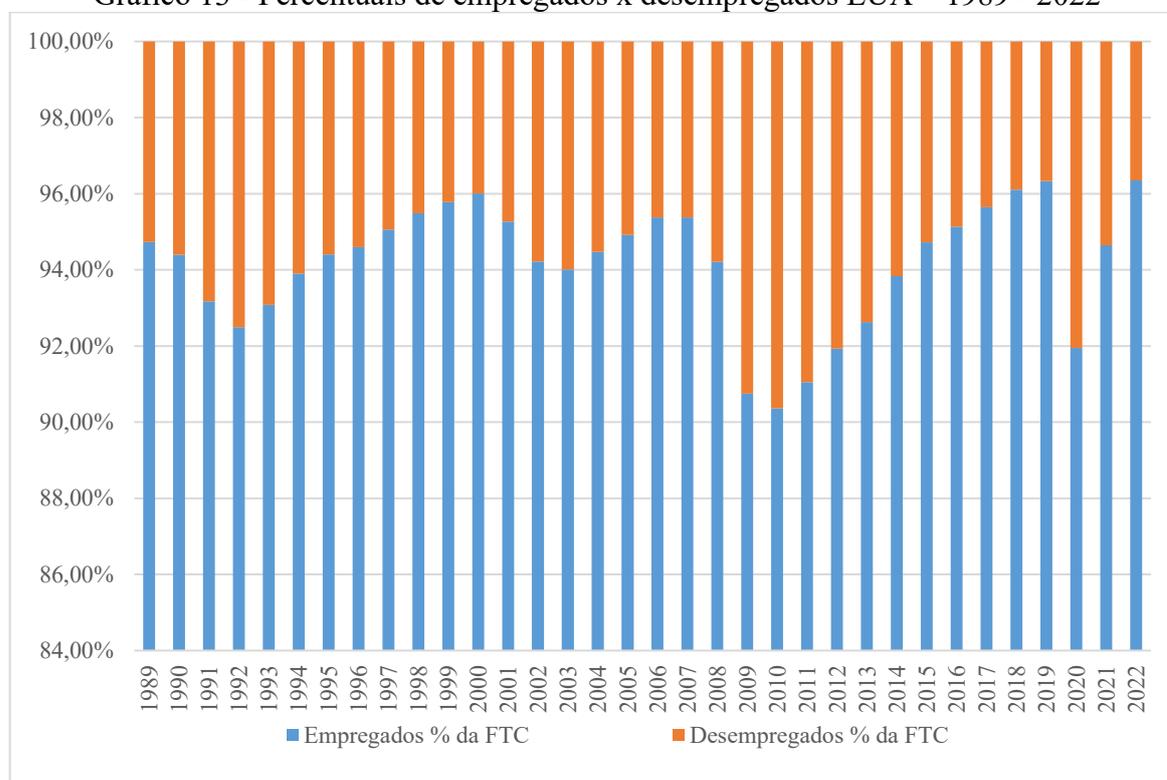
¹⁷⁸ Pessoas empregadas incluem todas as pessoas que, durante a pesquisa realizaram qualquer trabalho como empregados remunerados, trabalharam no seu próprio negócio ou profissão, ou na sua própria exploração agrícola, ou trabalharam 15 horas ou mais como trabalhadores não remunerados numa empresa gerida por um membro da sua família, ou não trabalhavam, mas tinham empregos dos quais, estavam, temporariamente, ausentes. A pesquisa ressalta que, mesmo que possui mais de um emprego, é contabilizado apenas uma vez (U.S. DEPARTMENT OF LABOR, 2023).

¹⁷⁹ Na classificação de pessoas desempregadas estão todas as pessoas que não tiveram emprego durante a pesquisa e estavam disponíveis para trabalhar, exceto por doença temporária. Essas pessoas fizeram esforços específicos para encontrar emprego em algum momento durante o período de 4 semanas. Inclui também as pessoas que foram despedidas no período, mesmo que essas não tenham ainda procurado trabalho (U.S. DEPARTMENT OF LABOR, 2023).

¹⁸⁰ As pessoas classificadas como fora da força de trabalho, são pessoas que não estão empregadas nem desempregadas. Esta categoria inclui aposentados, estudantes, cuidadores de filhos ou outros familiares e outros que não trabalham nem procuram trabalho. Para essas a pesquisa busca saber também o desejo e a disponibilidade de trabalho, atividade de procura de emprego no ano anterior e motivos para não procurar no momento (BLS, 2023b).

de empregados e de desempregados. Para melhor visualização o eixo Y (porcentagem), inicia em 84%.

Gráfico 13 - Percentuais de empregados x desempregados EUA – 1989 - 2022



Fonte: Elaborado pela autora com base em BLS (2023a).

A partir dos dados do gráfico 13, e do apêndice G, é possível verificar que, no geral, houve pouca oscilação percentual na força de trabalho civil em relação ao total da população civil não institucionalizada. O percentual manteve-se sempre na faixa de 60%. Já em relação aos empregados como percentual da força de trabalho civil, apesar de sempre se manter na faixa de 90%, é possível observar uma oscilação. Para fins de comparação, considerando 94,19% como um ponto de corte¹⁸¹ dado pela média das taxas de empregados ao longo do período,

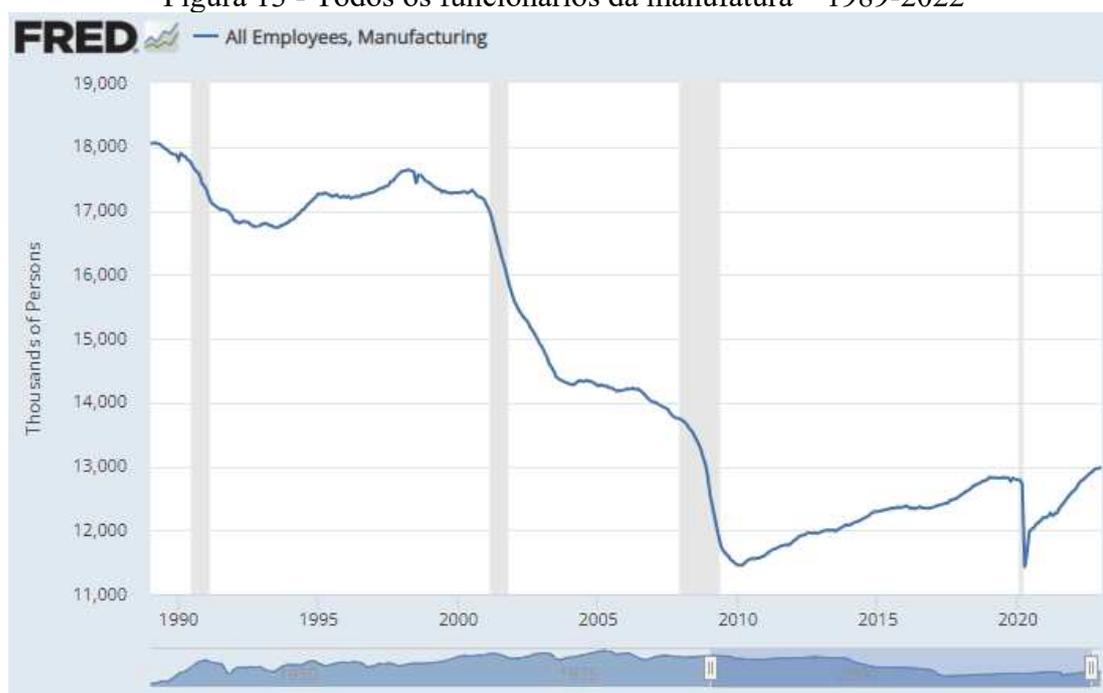
¹⁸¹ Determinar um ponto ótimo para o nível de pleno emprego é complexo, pois envolve muitas variáveis, pressupostos e formas de compreender o funcionamento da economia. A curva de Phillips, é o exemplo de como essa determinação pode ter muitas formas de ser compreendida, ainda mais, em se tratando da economia política internacional. De maneira sucinta, a curva de Phillips indica a existência de uma relação inversamente proporcional entre o nível de emprego e os salários monetários (SANDRONI, 1999). Um maior nível de emprego, em outras palavras, menos desemprego, cria uma pressão sobre os salários e uma tendência de pressão inflacionária. Com uma baixa quantidade de desempregados, as empresas, deverão dispender maiores salários para acessar a mão de obra disponível. Isso, aumentaria os custos de produção, levando a um aumento no produto. Esse aumento, tende a conduzir a economia para um cenário inflacionário. Cenário esse que, com uma grande quantidade de pessoas assalariadas, tende a ser pouco impactado no que tange ao consumo, pois com salários as pessoas, dificilmente, desistirão de consumir. Dessa forma, do ponto de vista da política econômica, a curva de Phillips comprova que há muitos casos em que para se combater a inflação e os elevados salários monetários é necessário um aumento do desemprego.

pode-se verificar que, dos 34 anos analisados, apenas 22 períodos, apresentaram, patamar superior ao dado, mais de 60% do período. De igual forma, em se considerando a média da taxa de desemprego para o período, 5,81%, os períodos que apresentaram maiores taxas de desemprego que a média são os mesmos que apresentaram percentual de emprego inferior à média supracitada. São eles: o intervalo de 1991 a 1994, 2003, o intervalo de 2009 a 2014, e o ano de 2020.

Esses resultados corroboram com muito do que já foi analisado até aqui, onde, o início da década de 1990, é marcado, vastamente, pela recessão e por resultados ruins em diferentes indicadores. O ano de 2003, é o ponto de inflexão em se tratando do conturbado início do século XXI, onde o desemprego iniciou um processo de alta a partir de 2001, tendo como 2003, o maior ponto percentual de desemprego. O intervalo de 2009 a 2014, marca os piores percentuais de pessoas empregadas para todo o período analisado, sendo que, de 2008 para 2009, o percentual de pessoas empregadas caiu de 94,22% para 90,75%. Quantitativamente, o número de empregados caiu de 145.362.000 para 139.877.000 e o de desempregados, já em ascensão considerando o intervalo 2007/2008, vai de pouco menos de 9 milhões em 2008, para mais de 14 milhões em 2008.

Já o ano de 2020, por conta da COVID-19, trouxe, também, um acentuado crescimento em se tratando do desemprego, saindo 3,7% de desempregados em 2019, para 8,1% em 2020. Os anos de 2021 e 2022, foram marcadas pela rápida retomada do emprego, relembrando aqui, que tanto o INDPRO, quanto o PIB de 2021, apresentaram crescimento, nesse sentido, as taxas de emprego sobem de 91,95% em 2020, para 94,65% e 96,35% em 2021 e 2022, respectivamente. Já o desemprego sai do patamar de 8,1% (2020), para 5,3% (2021), e 3,6% (2022). A título de exemplificação, as figuras 13 e 14, apresentam, respectivamente, os empregos da manufatura e as fábricas de produtos têxteis para o período supracitado, setores esses que, já haviam sido destaque conforme apontado por Teixeira (1999).

Figura 13 - Todos os funcionários da manufatura – 1989-2022



Fonte: FRED (2023c).

Figura 14 - Todos os funcionários de fábricas e produtos têxteis – 1989-2022



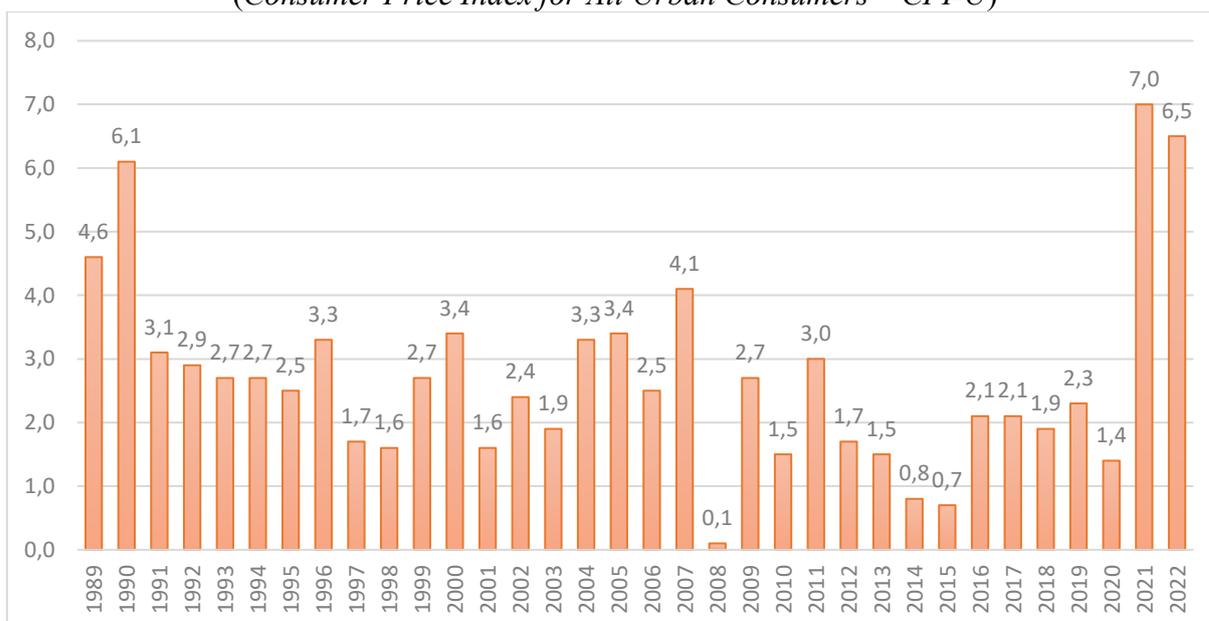
Fonte: FRED (2023d).

Em se tratando da divisão empregos na agricultura e empregos não agrícolas, para o período analisado, percentualmente, a relação foi modificada em cerca de 1,5%, reduzindo os empregados na agricultura e ampliando os empregados nas indústrias não agrícolas.

Pecequillo (2013), afirma que, alguns movimentos de política externa norte-americana contribuíram para o aumento das críticas em relação ao desvio de empregos dos americanos para países da Ásia e para o México, essas críticas contribuíram para alguns debates eleitorais conforme visto ao longo deste estudo. Porém, como já indicado por Cohen (2015), apesar da análise dos dados, determinar o que foi gerado pela questão do dólar como moeda internacional ou o que foi reflexo dos ganhos de produtividade, como indicado por Berger (2013), ainda seguem sendo um desafio. O fato é que, setores como a indústria têxtil e a produção manufatureira tiveram quedas expressivas nas quantidades de trabalhadores em suas indústrias.

Como já mencionado anteriormente, apesar de parecer algo ideal uma taxa de desemprego tão reduzida pode trazer desafios, um deles é a inflação. O gráfico 14, apresenta a evolução ao longo do período analisado.

Gráfico 14 - Inflação dos EUA – 1989-2022
(Consumer Price Index for All Urban Consumers – CPI-U)



Fonte: Elaborado pela autora com base BLS (2023c).

De maneira geral, poucos são os períodos destacados na análise longitudinal. Em considerando a inflação média para todo o período, 2,7% e a meta oficial desde 2012, 2,0% (FEDERAL RESERVE, 2023g), se destacam os anos de 1989 (4,6%), 1990 (6,1%), 2007 (4,1%), 2008 (0,1%), 2021 (7,0%), e 2022 (6,5%). Um dos principais problemas a respeito de uma inflação em alta é a elevação dos custos para os consumidores como um todo e a perda do poder de compra, pois, com a mesma quantidade nominal de dinheiro não é possível adquirir os mesmos itens que adquiriam anteriormente. Com foco para o momento mais recente, 2021

e 2022, onde a taxa de desemprego é baixa e o cenário é de inflação elevada, mesmo com a elevação das taxas de juros realizadas pelo FED durante o Governo Biden, saindo do intervalo 0% a 0,25% de 16 de março de 2020, iniciando sua elevação, em 17 de março de 2022, com um intervalo de 0,25% a 0,5% e fechando o ano de 2022, em catorze de dezembro, com a faixa de 4,0% a 4,5%, a taxa é a mais elevada desde 2008.

Nesse sentido, Krugman (2007), afirma que, ao longo do século XX e XXI várias foram as crises no mundo em desenvolvimento e por terem suas dívidas denominadas em outras moedas que não as suas, seu endividamento era ainda mais prejudicado. Esse cenário não é tão prejudicial para os Estados Unidos quanto um aumento de preços ao consumidor, como um resultado de um declínio do dólar. Em um caso de aumento de preços, o FED deverá responder aumentando as taxas de juros de curto prazo, o problema a esse tipo de resposta é o poder de contágio dessas medidas e do temor ocasionado por instabilidades internas. Tal qual o autor, Pecequillo (2013), também, afirma que, a elevada interdependência entre a política externa norte-americana e a agenda doméstica tende a trazer oscilações para diferentes variáveis, dentre elas os custos mensurados pela inflação.

Não se está aqui, defendendo um cenário como o vivenciado em 2008, com uma inflação próxima a zero, pois, uma inflação muito baixa tende a trazer desestímulos para os produtores. No caso americano, relacionando a inflação ao PIB, o ano de 2008, apresentou um PIB de 0,1% seguido de um resultado negativo em 2009, -2,6%. Todo esse cenário tem impactos na questão industrial, por trazer instabilidade para o produtor. Dessa forma, é possível inferir que, além das questões de exportação, importação e do emprego, propriamente dito, estar no país emissor da moeda internacional principal, imputa ao produtor norte-americano instabilidades advindas de questões políticas. Em alguns casos, essas questões, advêm de respostas a alguma questão internacional, e de instabilidades econômicas internacionais, que, podem acabar por afetar a economia local norte-americana. Custos de difícil mensuração, porém, presentes nos Estados Unidos.

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O capítulo, aqui finalizado, tem por objetivo, verificar os custos políticos e econômicos da manutenção do dólar como moeda internacional. Esse, visa contribuir com a objetivo geral deste estudo, analisar os custos políticos e econômicos da manutenção do dólar moeda internacional e a hegemonia monetária estadunidense nos séculos XX e XXI, especificamente, no intervalo pós-1989.

Partindo de Chey (2012), e Cohen (2015), foram aprofundados cinco benefícios e quatro custos. Os benefícios estudados, foram, os custos de transação reduzidos, a senhoriagem internacional, a flexibilidade macroeconômica, a alavancagem política e a reputação. Já os custos, foram, a valorização da moeda, a restrição externa, a responsabilidade política e os impactos na indústria nacional.

No geral, há diversos estudos a respeito dos benefícios, ou também, chamado de privilégio exorbitante. Esse privilégio, é verificado nas mais diferentes instâncias do Estado. Como pontuado no estudo, os cidadãos comuns e as empresas, por exemplo, têm acesso direto a esses benefícios. Viajar e não se preocupar com a conversão da moeda, é algo que, poucas pessoas experimentam. Em se tratando das empresas, a mitigação do risco, por não precisar realizar o câmbio de sua moeda, também, é elencada como uma vantagem.

Além desta redução dos custos de transação e da facilidade para os agentes financeiros, a senhoriagem, permite que, empresas e famílias, possuam acesso à taxa de financiamentos mais baratas. No que diz respeito a flexibilidade macroeconômica, tem-se a possibilidade de déficits constantes nas transações correntes. Esse, se apresenta também, como uma vantagem. Pois, por meio dela, os EUA desfrutam da capacidade de serem o emissor da moeda necessária para financiar os seus déficits. As duas últimas vantagens estudadas, expressam o *hard power* e o *soft power*, por meio, respectivamente, da alavancagem política e da reputação. Essas, expressam o benefício de ser o principal país em se tratando das questões monetárias internacionais em situações de pressão entre países e do simbolismo em ser o emissor da principal moeda internacional.

No que diz respeito aos custos, objetivo central deste estudo, verificou-se que, tal qual já indicado por Cohen (2015), a mensuração e a relação entre as variáveis são de complexa elaboração. Porém, no geral, verificou-se que, os EUA, nos mais diversos momentos da história, foram implicados a agir a partir de sua hegemonia monetária internacional, no intuito de salvaguardar o sistema monetário internacional.

No que diz respeito a taxa de juros dos EUA, o custo valorização da moeda, verificou-se que, os EUA não podem, ou melhor, não devem, realizar alterações em sua taxa de maneira aleatória. A ressalva é feita, pois, os EUA podem ajustar, porém, há um custo e um comprometimento enquanto estabilizador do sistema monetário internacional. Assim, não é interessante para os demais países e para a manutenção dos EUA enquanto hegemom, que a taxa seja ajustada focando apenas o cenário interno. Esse custo, corrobora o segundo custo proposto pelos autores, a restrição externa.

Diferente dos demais países, os EUA, devem ter uma linearidade em suas políticas internas, para que, o cenário econômico internacional não seja comprometido. Esse custo foi analisado em se observando a taxa de juros, as reservas estrangeiras oficiais em dólares e o endividamento norte-americano. Sendo esse, um custo relevante para a manutenção da hegemonia monetária norte-americana. Pois, a dívida pública dos EUA é paga, de modo geral, pela população norte-americana. Porém, ela é fruto dos mais diferentes motivos e tem seu recurso destinado para os mais diferentes lugares. Isso, é necessário, pois, para que um país se mantenha enquanto hegemom, como já mencionado, ele precisa deter a hegemonia monetária. Dessa forma, há um custo financeiro pago pelos EUA.

Nesse mesmo sentido, o custo seguinte, responsabilidade política, apresenta o quanto esse “dever exorbitante” pode pressionar os cofres públicos. O período estudado, demonstrou que, crises financeiras, pandemias e guerras, podem acontecer. E em acontecendo, os EUA possuem uma responsabilidade para com os países aliados. Assim, há a destinação de recursos financeiros para essa finalizada. Por fim, todo esse contexto até aqui elencado, tende a impactar a indústria, o emprego e a localização das empresas norte-americanas. Por ser a economia central do mundo, a tendência, é que, os EUA sejam um dos primeiros a sentir os impactos das crises internacionais. Como visualizado nos dados apresentados, a crise das pontocom, a crise de 2008, e a pandemia, impactaram fortemente a indústria nacional.

Porém, diferente de muitos países que puderam atuar de maneira protecionista e unilateral, os EUA, em pensando na manutenção da sua hegemonia monetária, não pode (ou não deve), atuar dessa forma. Em outras palavras, a avaliação das ações, por parte dos EUA, deve considerar, não apenas as implicações em seu cenário interno, mas também, o cenário internacional. E, como mencionado no estudo, esse custo, para que os EUA se mantenham enquanto hegemonia monetária internacional, historicamente, foi avaliado por alguns países como sendo elevado demais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de doutorado, partiu de um questionamento, uma pergunta de pesquisa. Qual seja, em que medida os custos políticos e econômicos do dólar como moeda internacional podem afetar a hegemonia monetária dos Estados Unidos? A pergunta de pesquisa, tem o intuito de nortear o estudo. E, é obtida a partir de análises prévias das lacunas de pesquisas em determinadas áreas. O estudo, analisou os governos e os dados a partir de 1989, fim da Guerra Fria, até o momento mais recente de dados compilados. Sendo esse o recorte temporal da pesquisa. A escolha foi justificada, pois, com o fim da Guerra Fria, os EUA, passaram a figurar como principal potência político-econômica internacional.

Na intenção de responder à pergunta de pesquisa, foi proposto o seguinte objetivo geral, analisar os custos políticos e econômicos da manutenção do dólar como moeda internacional e a hegemonia monetária estadunidense nos séculos XX e XXI. Para que esse objetivo pudesse ser alcançado, foram elencados três objetivos específicos, esses, nortearam a estrutura dessa pesquisa. O primeiro objetivo, elencado foi descrever o processo histórico e político da ascensão e queda das moedas internacionais utilizadas a partir do século XX. Já o segundo objetivo, buscou relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia monetária dos EUA. Por fim, o terceiro objetivo teve o intuito de verificar os custos políticos e econômicos da manutenção do dólar como moeda internacional.

Na busca de uma maior compreensão da economia política internacional, a introdução apresenta a relação entre a economia e a política, bem como, o debate sobre poder. Poder é um dos conceitos mais complexos desta área de estudo, visto que, pode ser compreendido a partir de contextos e épocas históricas diferentes. Para este estudo, o poder é compreendido como uma das bases necessárias para a hegemonia ser exercida, em dada medida, é relacionado como a capacidade de controle o outro.

Historicamente, diversos países se destacaram em exercer poder sobre os demais. Em outras palavras, em diferentes momentos históricos e a partir de diferentes recursos, os países se destacaram como Estados principais, o que, ao longo desta tese chamou-se de *hegemon*. Dentre esses países, pode-se destacar a Espanha, no século XVI, a Holanda, no século XVII, a França, no século XVIII, a Grã-Bretanha, no século XIX, e, o foco dessa pesquisa, os Estados Unidos no século XX. Em cada um dos momentos a hegemonia foi exercida a partir de diferentes fontes de recurso, condizentes com o momento histórico vivenciado. Em se tratando da hegemonia espanhola, o destaque dos recursos cabe ao comércio colonial e aos exércitos de mercenários. O período dominado pela Holanda tem como fonte dos principais recursos o

comércio, os mercados de capitais e a marinha. A hegemonia francesa tinha como recurso principal a indústria rural e a administração pública. A Grã-Bretanha exerceu sua hegemonia a partir da indústria, da coesão política e de sua localização insular, o que lhe deu prestígio e fácil acesso para exercer o domínio. Já a hegemonia estadunidense tem como principais recursos a escala econômica, liderança científica, técnica e tecnológica, a utilização dos regimes internacionais e as alianças militares.

Todo esse cenário, gerou e gera uma dependência mútua entre os diversos países que compõe o sistema monetário internacional, onde as decisões de um lado do globo, acabam por impactar as decisões tomadas do outro lado. A partir dessa interdependência, tendo em vista, que, o ambiente internacional é anárquico, o estudo, apresentou a questão das regras, normas e procedimentos, que tendem a atuar na busca da convergência entre as expectativas dos diferentes atores. O arranjo gerado, é chamado de regime internacional.

Os regimes podem ser visualizados a partir das mais diferentes questões, quais seja, financeiras, comerciais, ambientais, dentre outros. E para que esse regime seja considerado estável, é essencial uma liderança clara. Essa liderança é exercida pelo chamado país estabilizador (KINDLEBERGER, 1973). Também chamado nesse estudo, de *hegemon*. Ao *hegemon* cabe o exercício da hegemonia, ou seja, da liderança, da busca pela estabilidade, liberdade dos mercados, coordenação das políticas, das iniciativas anticíclicas e a garantia de que, sua hegemonia siga sendo legitimada pelos países liderados.

Uma das formas de se verificar a expressão da hegemonia interacional no ambiente monetário, ou seja, na hegemonia monetária internacional, diz respeito a capacidade do país líder (*hegemon*), de tornar a sua moeda amplamente utilizada no cenário internacional cumprindo as funções de moeda. Isso implica em fazer com que a sua moeda seja utilizada como unidade de conta, meio de troca e reserva de valor, também, no cenário internacional. Para que isso seja possível, além das condições internas do país, o regime monetário internacional deve ser condizente com essas perspectivas, deve permitir que isso aconteça. Na história recente, tanto a Grã-Bretanha quanto os EUA conseguiram essas realizações. A primeira em menor escala, considerando as limitações tecnológicas da época.

Essa liderança traz diversos benefícios ao país emissor da moeda internacional, sendo essa temática a predominante entre os estudos na área de EPI. Porém, ao se observar ao longo da história, países como Alemanha e Japão tiveram a oportunidade de estimular os seus países para ocuparem esse espaço, e não o fizeram. A justificativa desses, segue na linha dos custos impostos ao país que se torna esse *hegemon*, esse emissor da moeda internacional.

É fato que, os privilégios são consideráveis, porém, há custos impostos, e ao país, cabe analisar o saldo líquido dessa conta, para concluir, se, a situação será benéfica para ele próprio. Conforme apresentado na justificativa, a maioria dos estudos apresenta análises voltadas para a questão dos benefícios, e não dos custos. Chey (2012), e Cohen (2015), apresentam categorias de classificação em se tratando dos custos, porém, não realizam o aprofundamento da análise, sendo essa, a lacuna que esse estudo visa preencher.

A partir desse contexto, a tese aborda a temática da moeda em si, seu surgimento e evolução ao longo do tempo. Para uma moeda poder ser considerada uma moeda internacional, é necessário que, essa moeda nacional, exerça, em outros países, as três funções da moeda, meio de troca, unidade de conta e reserva de valor. Diversas são as moedas que exercem uma ou outra função. A amplitude dessa aceitação e utilização resulta em uma hierarquia das moedas. Apresentou-se no estudo, diferentes autores com diferentes abordagens, porém, há uma linha mestra que norteia a todos, quanto mais a moeda é utilizada, quanto maior é a sua aceitação, mais em destaque na classificação, no topo ou no centro, ela estará. Isso tendo relação com a evolução do sistema monetário internacional.

Realizando um breve retrospecto do sistema monetário internacional, verifica-se quatro períodos históricos, padrão ouro (1870-1914), período entre guerras (1918-1939), o acordo de Bretton Woods (1946-1973), e o período do câmbio flutuante, pós 1973. A partir de 1945, o dólar americano assumiu o destaque como sendo a moeda internacional principal do mundo. Apesar dessa proeminência, em considerando o século XX e XXI, outras moedas, também apresentam relevância, inferior ao dólar, porém, regionalmente, foram e são utilizadas, de maneira ampla. São elas: o marco alemão, o iene japonês, o euro e o renminbi. Apesar dessa utilização e da queda, verificada no estudo quanto à utilização do dólar como moeda reserva internacional, em se considerando o curto prazo, pouca modificação deve ser esperada, pois, essas reservas em dólar americano alcançam 58,36% (2022), e a moeda, o euro, conta com 20,47% de participação.

Para que se possa compreender a questão dos custos, é necessária a compreensão do poder monetário internacional, bem como, as formas que esse poder se expressa. A partir dos níveis de análise do poder, ampliou-se a compreensão da influência e da autonomia necessárias ao país para que esse exerça o papel de *hegemon*. Em considerando a definição de Cohen (2006), onde influência, pode ser compreendida como a capacidade do país de fazer com que os outros façam a sua vontade, e autonomia, como sendo a capacidade do país de não ceder, de ser independente, frente as pressões internacionais, constatou-se que, os EUA possuem ambas as características.

Na busca de relacionar as alterações políticas estadunidenses com a hegemonia dos EUA foi realizada uma breve retrospectiva da formação histórica estadunidense. A partir dessa compreensão, o trabalho apresentou a formação partidária dos EUA, o bipartidário, os partidos dominantes e a questão do voto nos EUA.

O sistema eleitoral dos EUA não é baseado no voto popular, é baseado no colégio eleitoral. Em síntese, o voto popular determina quais delegados irão representar os Estados que formam os EUA. E é a partir dessa quantidade de delegados que o presidente é eleito. Como o quantitativo oscila com base no censo estadunidense, há casos em que o voto popular e o resultado da eleição acabam divergindo. Esse cenário, foi verificado em dois momentos no período analisado, na vitória de W. Bush (2000), e na vitória de Trump (2016).

As políticas implementadas pelos presidentes no período analisado, em dada medida, representam os princípios defendidos pelos partidos ao qual são filiados. Apesar de haver mais partidos nos EUA, apenas dois possuem representatividade no Congresso e elegeram presidentes para o período analisado. São eles: os democratas e os republicanos. O partido democrata possui uma postura mais liberal com foco no multilateralismo. Já o partido republicano se posiciona de maneira mais conservadora, priorizando os anseios internos e unilaterais.

Verificou-se, a partir das leis e das ordens executivas aprovadas ao longo do período que, as disputas realizadas no Congresso e as bases ideológicas partidárias, em muito, direcionam as ações dos EUA. No geral, os presidentes democratas atuaram no estabelecimento de debates multilaterais, na utilização da diplomacia e do *soft power* para a condução e a manutenção dos regimes internacionais e da hegemonia monetária internacional. Já para os presidentes republicanos, apesar de em diversos casos sinalizarem para questões multilaterais, em sua maioria, priorizaram a segurança e os interesses dos EUA.

O último capítulo, apresenta, a identificação dos benefícios e dos custos, tanto políticos quanto econômicos, para o país emissor em se considerando a utilização de sua moeda no cenário internacional. Dentre os benefícios considerados nesse estudo, estão, custos de transação reduzidos, senhoriagem internacional, flexibilidade macroeconômica, alavancagem política e reputação.

Em considerando os custos de transação, verificou-se que, de fato, os EUA usufruem desses benefícios, com ênfase aqui, para o desfrute da população, das empresas e bancos locais no que tange as facilidades de já utilizarem a moeda internacional em suas transações usuais. Possibilidade de empréstimos mais baratos, estar no centro financeiro global e ter o risco mitigado quanto a utilização de moedas terceiras, são pontos também, de benefício. Os ganhos

de senhoriagem, também são relevantes. De difícil mensuração, porém, de maneira simplificada, basta pensar que, para cada dólar disponível no mundo, uma contrapartida em serviços ou bens reais foram fornecidas aos EUA. Em se tratando da flexibilidade macroeconômica, verifica-se que, costumeiramente, os EUA apresentam déficits em transações correntes, não necessariamente corrigidos mediante políticas, pois, eles são os emissores da moeda necessária para o financiamento desse déficit.

A alavancagem política, considerada uma expressão de *hard power*, está relacionada a capacidade do uso da coerção e de sanções frente aos demais países que não cumprirem com as regras previamente determinadas nos regimes internacionais. O estudo, verificou que, em se considerando o período analisado, 1989 – 2022, 116 ordens executivas e sete leis, voltadas para esse fim, foram assinadas. Por fim, no que diz respeito a reputação, considerado um *soft power*, o estudo, relaciona o fato de o país ser o emissor da moeda principal, com o prestígio internacional por esse alcançado, cuja influência e determinação de preferências perante os demais, expressam o simbolismo e o poder gerado ao país, materializado em sua moeda.

Em se tratando dos custos, lacuna a ser explorada nessa tese, elencaram-se os seguintes itens, valorização da moeda, redução da restrição externa, responsabilidade política e impactos na indústria nacional. A partir da análise do câmbio, verificou-se que, ao longo do período analisado, o câmbio dos EUA esteve desfavorável para a sua conta de transações correntes (apesar de poder ser “autofinanciado”), e desfavorável também no que diz respeito aos setores produtivos da indústria nacional. Dessa forma, por conta da não reação governamental em ajustar o câmbio, empresas exportadoras foram prejudicadas, empregos deixaram de ser gerados e renda deixou de ser realizada por vias produtivas internas. É fato que, a mensuração dessas informações é de difícil mensuração, como já apontado por Cohen (2015), porém, em considerando o funcionamento da economia na totalidade, são de possível conclusão.

O segundo custo diz respeito a restrição externa, ou seja, o quanto a pressão internacional e o acúmulo de passivos externos líquidos impactam e prejudicam a autonomia do país no que tange as suas políticas internas. No que tange a taxa de câmbio, onde o emissor internacional perde a capacidade da utilização dessa como instrumento de política macroeconômica, os impactos já foram elencados. Porém, outras variáveis, também têm sua capacidade e sua possibilidade de utilização reduzidas. Destacou-se no estudo, a taxa de juros.

A taxa de juros dos EUA norteia economias pelo mundo todo, pois, quando o FED sobe as taxas de juros nacionais, há uma fuga de capitais para os investimentos estadunidenses. Esse movimento, impacta os países como um todo, seguindo a sensibilidade e vulnerabilidade de cada um deles. Dessa forma, os EUA não podem, ou não devem pensar apenas em seu

cenário interno para aumentar suas taxas de juros, diferente dos demais países. O *balance* entre impacto interno e impacto internacional deve ser considerado quando o ajuste da taxa é realizado. Dessa forma, há uma restrição imposta aos EUA, onde esse, deve avaliar o cenário todo antes de modificar a sua taxa de juros interna.

Outros indicadores nacionais que impactam e limitam a ação e a autonomia de política interna estadunidense diz respeito a composição das reservas internacionais, visto que, essas, ampliam a vulnerabilidade estadunidense ao haver um passivo significativo sob o domínio de investidores e atores internacionais. Esse risco, é compreendido também, como uma restrição externa imputada aos EUA. Por fim, o endividamento nacional, em muitos casos pressionado por resgates da economia (crise *subprime*, por exemplo), investimentos no combate ao terror e a guerras de países aliados, bem como, o combate a pandemia, pressionam ainda mais essa restrição externa atribuída aos EUA.

A responsabilidade política, também de difícil mensuração, chamada por Gourichas, Rey e Govillot (2010), de dever exorbitante, diz respeito a responsabilização política imposta aos EUA no que diz respeito a problemáticas enfrentadas pelos mais diferentes países nas mais diferentes frentes internacionais. Já elencada do ponto de vista financeiro, aqui, é vista do ponto de vista político, onde os EUA têm de escolher entre privilegiar a economia doméstica em detrimento do cenário internacional, ou atuar salvaguardando o cenário internacional em detrimento da política doméstica. Guerra ao terror, crise *subprime*, pandemia da COVID-19, guerra da Ucrânia, são alguns dos exemplos, onde os EUA que, para se manter como *hegemon*, os EUA tiveram que considerar as necessidades internacionais no cômputo das suas ações.

Por fim, em se tratando dos impactos na indústria nacional, verificou-se que, por questões financeiras e tecnológicas, em muitos casos, as indústrias saíram dos EUA e buscaram outros países com menores custos de produção. Relacionado aos impactos cambiais, indústrias exportadoras tem dificuldade em permanecer nos EUA, pois os produtos importados, no geral, têm um preço inferior ao da indústria local. Todo esse cenário gera a redução de empregos nos níveis com menor qualificação, conforme verificado na análise dos empregados da manufatura e das fábricas têxteis ao longo do período. Além desse fato, verificou que, a indústria norte-americana, dado o seu tamanho, tende a sentir os impactos de crises internacionais de maneira mais acentuada. Aqui, apresentaram-se as informações por meio de dados e gráficos. Porém, na prática, são pessoas e famílias que ficam sem empregos, sem renda, e, que veem países, como China e Índia, recebendo as indústrias antes instaladas nos EUA.

Toda a explanação realizada acerca dos custos, permite responder à pergunta inicialmente proposta. Pode-se afirmar que, a partir dos custos elencados, tanto no que diz

respeito a fatores, tanto políticos quanto econômicos, de fato, a hegemonia monetária é afetada. No que tange ao câmbio, a restrição externa, a responsabilidade política e aos impactos na indústria nacional, quer seja de maneira intencional ou não, os EUA, enquanto economia nacional são afetados. Isto é, ao optar por ações que contribuam para a melhoria do cenário nacional, em detrimento do cenário internacional, os EUA, tendem, a ampliar sua autonomia, porém, nem sempre, a influência para com os demais é mantida. Incorrendo aqui, no risco de questionamentos à hegemonia monetária norte-americana.

Ao verificar os custos, a pesquisa, demonstrou que, a hegemonia monetária internacional, é avaliada pelo país detentor dessa, em se pensando no saldo líquido da relação. Em outras palavras, para que se possa analisar os custos, é necessária a reflexão quanto ao saldo líquido da relação, há uma relação custo-benefício intrínseca ao processo. Assim, no geral, um país, ao considerar que, essa relação é interessante para seguir, enquanto hegemom, consciente, ou inconsciente, analisou se os custos impostos são compensados pelos benefícios recebidos. Em sendo considerado positivo, o Estado tende a buscar a obtenção dessa hegemonia.

O estudo, apresentou casos de países, Japão e Alemanha, por exemplo, que não estimularam esse movimento para as suas moedas e conseqüentemente, não foram considerados como detentores da hegemonia monetária internacional. Já os EUA, atuaram desde 1945, no estímulo e na realizada dessa hegemonia. É prudente ressaltar que, o estudo em questão, abordou as responsabilidades do hegemom monetário, enquanto custos desse país detentor da hegemonia monetária internacional, para com os demais países. Porém, ser o responsável não implica, efetivamente, no cumprimento dessas atribuições. Pode-se dizer que, ao se analisar os governos norte-americanos para o período do estudo, democratas, foram mais comprometidos, do que republicanos, no cumprimento dessas responsabilidades.

Diversos estudos apontam que, após a crise *subprime* e as respostas dadas pelos EUA na questão da pandemia, a hegemonia monetária norte-americana passou a ser questionada. Isso, somado ao crescimento de potências regionais, predominantemente, países emergentes, indicam que, o mundo segue para uma multipolaridade, onde, países emergentes apontam para a capacidade de exercer um papel de hegemonia monetária em suas regiões. Ou seja, encontrou-se no estudo, indícios de que, a hegemonia monetária estadunidense, pode estar apresentando um declínio frente ao cenário vivido no final do Século XX.

O crescimento da diversidade de moedas reserva internacionais e a inconstância no cumprimento dos tratados internacionais corroboram esse indício. É cedo para afirmar se isso irá perdurar e em quanto tempo esse ajuste pode e se irá acontecer, visto que, atualmente, os EUA retomaram a busca por sua liderança. Porém, é possível afirmar que, internamente, a partir

dos resultados eleitorais e das disputas internas, há uma avaliação de que, os custos políticos e econômicos para a manutenção do dólar como moeda internacional podem estar ficando elevados demais.

Em se tratando da verificação das hipóteses deste estudo, pode-se dizer que as hipóteses 1 e 2, foram confirmadas e a hipótese 3, foi parcialmente confirmada. Os custos de manutenção do dólar, conforme apresentado no capítulo 4, de fato, impactam a hegemonia monetária estadunidense, pois, quando o governo opta por direcionar seus esforços para a manutenção do cenário interno, em detrimento da sua posição multilateral, a sua hegemonia é questionada. Confirmando assim, a hipótese 1. Já em analisando a hipótese 2, verificou-se que, democratas e republicanos agem de maneira diferente na busca pela manutenção da hegemonia. Assim, pode-se dizer que, a avaliação do custo para cada um dos partidos é diferente. A partir disso, é possível afirmar que, democratas consideram o saldo líquido positivo ao se relacionar, os custos e benefícios de ser o emissor da principal moeda internacional. Já quanto aos republicanos, não é possível afirmar com clareza a relação entre custos e benefícios.

Mesmo após um amplo aprofundamento na temática, essa pesquisa apresenta limitações. A principal limitação dessa, versa sobre a dificuldade, já apontada por Cohen (2015), na mensuração dos custos e dos impactos da hegemonia. Buscaram-se fontes, diferentes variáveis, porém, não houve exatidão e possibilidade de inferência estatística no resultado. Apesar dessa limitação, o estudo, traz avanços em relação aos estudos já realizados até aqui. Outra limitação, diz respeito a escolha da utilização de dados documentais. Na busca pela fidedignidade da escolha da fonte e, por buscar o menor viés interpretativo de outros autores, buscou-se a utilização dos materiais elaborados pelos próprios partidos, porém, em determinados pontos, ambos, concentraram-se na simples elucubração de críticas e não, na construção de propostas.

A partir das bases das leis e das ordens executivas coletadas e classificadas pela acadêmica, sugere-se um aprofundamento maior nas áreas voltadas as temáticas internacionais, buscando demonstrar como cada um dos presidentes e dos congressos atuaram e reagiram frente as problemáticas e aos conflitos internacionais, buscando o aprofundamento de outras expressões de hegemonia.

É possível também, complementar o estudo, com os resultados alcançados no Governo Biden – dados 2023 e 2024. Por se tratar de um governo que atuou no combate da pandemia, e em 2022, apresenta, a pior inflação para todo o período analisado, sugere-se verificar como os norte-americanos irão avaliar o seu governo nas urnas e quais os resultados a economia norte-

americana irá alcançar. Essa sugestão, é pertinente, devido às dúvidas em torno do próximo candidato à presidência pelo partido republicano, e se, Biden irá alcançar uma reeleição.

E em sendo uma disputa Biden – Trump, por exemplo, o que irá ser considerado como de maior peso para os estadunidenses? O retorno da liderança e do multilateralismo, a retomada dos empregos pós-COVID-19, mesmo que as custas do poder de compra? Ou uma retomada do *America First*, mesmo que as custas da hegemonia internacional?

Outra sugestão de pesquisa, versa sobre a relação entre a hegemonia monetária estadunidense e o crescimento das potências emergentes. Sugere-se a realização de uma pesquisa que busque compreender os impactos da participação dos EUA nas regiões em que essas potências atuam. A China, por exemplo, como o crescimento dessa impacta a ação dos EUA na Ásia? Em considerando, que a presença da China já questiona a hegemonia estadunidense na região, quais os benefícios e custos para os EUA em tentar retomar essa hegemonia? E de igual modo, quais os benefícios e custos em não retomar essa hegemonia?

Outra possibilidade de pesquisa seria a verificação dos custos da efetiva perda da hegemonia monetária internacional. Aqui, buscou-se analisar os custos, porém, sugere-se que, seja realizada uma pesquisa em considerando a perda efetiva da influência que hoje os EUA exercem perante os demais países e como impactaria o cenário econômico-político interno. Nesse mesmo sentido, sugere-se que, seja pesquisado o aumento das reservas dos países em ouro, por constatar-se no estudo, que, após quarenta anos de queda, no cenário pós-crise de 2008, foi verificado o aumento dessas.

A Economia Política Internacional e, em especial, a questão monetária, são um campo vasto de estudo dentro das Relações Internacionais, a partir dos avanços realizados e, no reconhecimento de que, como toda a pesquisa, essa não esgota a temática, sugeriu-se aqui, estudos e agendas de pesquisa futuras.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, M. O sistema monetário internacional: em busca de novos princípios. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.4, p.127-50, jun.1995.

ANDREWS, David M.. Introduction. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006a. p. 1-6.

ANDREWS, David M.. Monetary Power and Monetary Statecraft. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006b. Cap. 1. p. 7-30.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Editora UNESP. 1994.

ARSLANALP, Serkan; EICHENGREEN, Barry; SIMPSON-BELL, Chima. **Dollar Dominance and the Rise of Nontraditional Reserve Currencies**: the greenback's share of global foreign-exchange reserves has extended a two-decade decline, but it is still used more than all other currencies combined. 2022. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/06/01/blog-dollar-dominance-and-the-rise-of-nontraditional-reserve-currencies>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ARSLANALP, Serkan; SIMPSON-BELL, Chima. **US Dollar Share of Global Foreign Exchange Reserves Drops to 25-Year Low**. 2021. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2021/05/05/blog-us-dollar-share-of-global-foreign-exchange-reserves-drops-to-25-year-low>. Acesso em: 05 mar. 2023.

ARSLANALP, Serkan; SIMPSON-BELL, Chima; EICHENGREEN, Barry. Gold as International Reserves: a barbarous relic no more?. **Imf Working Papers**, [S.L.], v. 2023, n. 014, p. 1, jan. 2023. International Monetary Fund (IMF).

ASHBEE, Edward; DUMBRELL, John. Introduction: The Politics of Change. In: ASHBEE, Edward; DUMBRELL, John (ed.) **The Obama Presidency and the Politics of Change**. London: Palgrave Macmillan, 2017. Cap. 1, p. 1-50.

AUSTIN, Kenneth. Systemic Equilibrium in a Bretton Woods II– Type International Monetary System: The Special Roles of Reserve Issuers and Reserve Accumulators. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 36, n. 4., p. 607– 633, Summer, 2014.

AVDJIEV, Stefan; BRUNO, Valentina; KOCH, Catherine; SHIN, Hyun Song. The Dollar Exchange Rate as a Global Risk Factor: evidence from investment. **IMF Economic Review**, [S.L.], v. 67, n. 1, p. 151-173, 5 fev. 2019. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1057/s41308-019-00074-4>.

BBC. **US Election 2016**. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/election/us2016/results> Acesso em: 17 dez. 2023.

BCB. **Haveres da Autoridade Monetária**. 2002. Disponível em <https://www4.bcb.gov.br/pec/series/port/metadados/mg188p.htm#:~:text=Representa%22a%20varia%C3%A7%C3%A3o%20das%20reservas,dos%20t%C3%ADtulos%20e%20do%20ouro>. Acesso em: 19 dez. 2023.

BCB. **Estatísticas do Setor Externo**: adoção da 6ª edição do manual de balanço de pagamentos e posição internacional de investimentos (bpm6). 2014. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/nm1bpm6p.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BCB. **Banco de Compensações Internacionais – BIS**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/bis/>. Acesso em: 19 set. 2023.

BELLUZZO, L. G. M. Prefácio. In: LIMA, M. L. L. M. P. **Instabilidade e criatividade nos Mercados Financeiros Internacionais**: Condições de Inserção dos Países do Grupo da América Latina. São Paulo: Bional, 1997

BENNEY, Tabitha M.; COHEN, Benjamin J.. The international currency system revisited. **Review Of Keynesian Economics**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 443-461, ago. 2022. Edward Elgar Publishing. <http://dx.doi.org/10.4337/roke.2022.04.01>.

BERGER, Suzanne. **Making in America**: From innovation to market. London: The MIT Press, 2013.

BERGSTEN, F. The Dollar and the Deficits: How Washington Can Prevent the Next Crisis, **Foreign Affairs**, v. 88, n. 6, p. 20-38, nov/dec, 2009.

BERTONHA, João Fábio. As fontes do poder americano e seus desafios no século XXI. In: DINIZ, Eugenio (Org). **Estados Unidos**: política externa e atuação na política internacional contemporânea. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009. Cap. 5, p. 109-122.

BIDEN JR, Joseph R. Why America Must Lead Again: Rescuing U.S. Foreign Policy After Trump. **Foreign Affairs**, v. 99, n. 2, p. 64-76, mar/apr, 2020.

BIS. **BIS Triennial Central Bank Survey – 2022**. Disponível em https://www.bis.org/statistics/rpfx22_fx.pdf/. Acesso em: 04 dez. 2022.

BIS. **Effective exchange rate indices**. Disponível em <https://www.bis.org/statistics/er.htm?m=233>. Acesso em: 18 dez. 2023.

BLS. **Labor Force Statistics from the Current Population Survey – Bureau of Labor Statistics**. Disponível em <https://www.bls.gov/cps/tables.htm>. Acesso em: 30 dez. 2023.

BLS. **Labor Force Characteristics (CPS)– Bureau of Labor Statistics**. Disponível em <https://www.bls.gov/cps/lfcharacteristics.htm#nlf>. Acesso em: 30 dez. 2023b.

BLS. **Consumer Price Index for All Urban Consumers (CPI-U)– Bureau of Labor Statistics Data Viewer**. Disponível em <https://beta.bls.gov/dataViewer/view/timeseries/CUUR0000SA0>. Acesso em: 30 dez. 2023c.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12.ed. Brasília: LGE Editora/Editora UnB, 2004.

BOJIKIAN, Neusa Maria P.; PONTES, Rúbia Marcussi. A Guerra comercial e tecnológica EUA-China no governo Trump e na chegada de Biden. **PANORAMA EUA**, v. 11, n. 3, p. 1-12, 2021.

BOJIKIAN, Neusa Maria P.; TEIXEIRA, Tatiana. Biden e as agendas de combate às crises convergentes. **PANORAMA EUA**, v. 11, n. 2, p. 3-15, 2021.

BORDO, Michael D.; MCCAULEY, Robert N.. Triffin: dilemma or myth?. **BIS Working Papers: Monetary and Economic Department**, No. 684, December, 2017.

BORIO, C. E. V., MCCAULEY, R. N. BIS Working Paper N.32: The autonomy of the bond market turbulence of 1994. **Bank for international settlements**, IMF, p. 01-30, dec. 1995. Disponível em: <https://www.bis.org/publ/work32.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023.

BOZ, Emine *et al.* IMF Working Paper WP/20/126: Patterns in invoicing currency in global trade. **International Monetary Fund**, IMF, p. 01-38, jul, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Democracia, Revolução Capitalista e Primavera Árabe. **Política Externa (USP)**, v. 21, p. 135-141, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.5935/0103-4014.20180003>.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **U.S. International Trade in Goods**. Disponível em: [Table 2.1. U.S. International Trade in Goods](#) Acesso em: 28 dez. 2023.

BUREAU OF JUSTICE ASSISTANCE. **Executive orders: Justice Information Sharing**. Disponível em: <https://bja.ojp.gov/program/it/privacy-civil-liberties/authorities/executive-orders#0-0> Acesso em: 09 dez. 2023.

CARVALHO, F. J. C. *et al.* **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 452 p.

CEPALUNI, Gabriel. Regimes internacionais e o contencioso das patentes para medicamentos: estratégias para países em desenvolvimento. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 51-99, jun. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292005000100002>.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHEY, Hyung-Kyu. Theories of International Currencies and the Future of the World Monetary Order1. **International Studies Review**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 51-77, mar. 2012. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2486.2012.01104.x>.

CHEY, Hyung-kyu. **The concepts, consequences, and determinants of currency internationalization**. National Graduate Institute for Policy Studies, 2013. (GRIPS Discussion Paper 13-03).

CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

CINTRA, A. O. **As ordens executivas nos Estados Unidos**. Brasília: Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, 2005.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves. O papel do dólar e do renminbi no sistema monetário internacional. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves (Org.). **As transformações no sistema monetário internacional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Cap. 7, p. 211-322.

CLINE, W. R.. **Estimating Consistent Fundamental Equilibrium Exchange Rates**. Working Paper WP 08-6, Peterson Institute for International Economics, July, 2008. Disponível em: <https://www.piie.com/sites/default/files/publications/wp/wp08-6.pdf> Acesso em: 20 dez. 2023.

CLINE, W. R.. **Estimates of Fundamental Equilibrium Exchange Rates**, Policy Brief PB 17-19, Peterson Institute for International Economics, Nov. 2017. Disponível em: <https://www.piie.com/sites/default/files/documents/pb17-31.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CLINE, W. R. WILLIAMSON, J.. **New Estimates of Fundamental Equilibrium Exchange Rates**. Policy Brief PB 08-7, Peterson Institute for International Economics, July, 2008. Disponível em: <https://www.piie.com/sites/default/files/publications/pb/pb08-7.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CNN. **Primeira pessoa é vacinada contra a Covid-19 nos Estados Unidos – 2020a**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/primeira-pessoa-e-vacinada-contra-a-covid-19-nos-estados-unidos/> Acesso em: 18 dez. 2023.

CNN. **PRESIDENTIAL RESULTS – 2020b**. Disponível em: <https://edition.cnn.com/election/2020/results/president/> Acesso em: 18 dez. 2023.

COASE, R. H.. The Nature of the Firm. **Economica**, [S.L.], v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>.

COHEN, Benjamin J.. **Organizing the world's money: the political economy of international monetary relations**. USA: Basic Books, 1977. 310 p.

COHEN, Benjamin J.. Balance-of-payments financing: evolution of a regime. **International Organization**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 457-478, 1982. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300019019>.

COHEN, Benjamin J. **The Geography of Money**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1998.

COHEN, Benjamin J. Global Currency Rivalry: Can the Euro Ever Challenge the Dollar? **JCMS–European Union Studies Association Lecture**, MA, USA, v. 41, n. 4, p. 575-595, Dez. 2003

COHEN, Benjamin. The macrofoundations of Monetary Power. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006. Cap. 2. p. 31-50.

COHEN, Benjamin. **International Political Economy: an intellectual history**. Princeton: Princeton University Press, 2008.

COHEN, Benjamin J.. Currency and State Power. **Revista da Procuradoria-Geral do Banco Central**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 15-48, dez. 2009.

COHEN, Benjamin J.. **The Future of Global Currency: The euro versus the dollar**. New York: Routledge, 2011.

COHEN, Benjamin J.. The Benefits and Costs of an International Currency: getting the calculus right. **Open Economies Review**, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 13-31, 2012. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11079-011-9216-2>.

COHEN, Benjamin J.. Um paraíso perdido? O Euro no pós crise. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves (Org.). **As transformações no sistema monetário internacional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013a. Cap. 2, p. 85-100.

COHEN, Benjamin J.. Currency and State Power. In: FINNEMORE, Martha; GOLDSTEIN, Judith (ed.). **Back to Basics: State Power in a Contemporary World**. New York, NY: Oxford University Press, 2013b. Cap. 8. p. 159-176.

COHEN, Benjamin J.. **Currency Power: Understanding monetary rivalry**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.

COHEN, Benjamin J.. **Currency Statecraft: Monetary Rivalry and Geopolitical Ambition**. Chicago: The University of Chicago Press, 2019.

COHEN, Benjamin J.; BENNEY, Tabitha M.. What does the international currency system really look like? **Review Of International Political Economy**, [S.L.], v. 21, n. 5, p. 1017-1041, 7 dez. 2013.

COMBAT, Flavio Alves. A crise do sistema de Bretton Woods: considerações sobre o papel do dólar na hierarquia monetária internacional. **Revista Estudos Políticos**, [S.L.], v. 10, n. 20, p. 245-265, 27 jun. 2021. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/rep.v10i20.43393>

CONGRESS. **Investigatory powers of the committee on the judiciary with respect to its impeachment inquiry** – House of Representatives, October 7, 1998. Disponível em: <https://www.congress.gov/105/crpt/hrpt795/CRPT-105hrpt795.pdf/> Acesso em: 08 set. 2022.

CONGRESS. **Search Congress**. Disponível em: <https://www.congress.gov/search?q=%7B%22congress%22%3A%5B%22118%22%5D%2C%22source%22%3A%22all%22%7D/>. Acesso em: 04 jan. 2023a.

CONGRESS. **The Legislative Process: Overview**. Disponível em: <https://www.congress.gov/legislative-process>. Acesso em: 09 jan. 2023b.

CONGRESS. **Policy Areas — Field Values**. Disponível em: <https://www.congress.gov/help/field-values/policy-area>. Acesso em: 09 dez. 2023c.

CONLEY, Tom. International political economy. In: GRIFFITHS, Martin (ed). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: an introduction**. New York: Routledge, 2007. Cap. 12, p. 135-145.

CONTI, Bruno Martarello de. **Políticas cambial e monetária: os dilemas enfrentados por países emissores de moedas periféricas**. 2011. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Instituto de Economia/Unicamp, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CONSTITUTION CONGRESS. **ArtII.S4.4.9 President Donald Trump and Impeachable Offenses**. Disponível em: https://constitution.congress.gov/browse/essay/artII-S4-4-9/ALDE_00000035/ Acesso em: 18 dez. 2023.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira: uma abordagem pluralista**. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora, 1999.

DALLARI, D. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

DE CONTI, Bruno Martarello; PRATES, Daniela Magalhães; PLIHON, Dominique. O sistema monetário internacional e seu caráter hierarquizado. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves (Org.). **As transformações no sistema monetário internacional**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013. Cap. 1, p. 23-84

DEMOCRATS. **2020 Democratic Party Platform**. Disponível em <https://democrats.org/wp-content/uploads/2020/08/2020-Democratic-Party-Platform.pdf/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

DEMOCRATS. **About the Democratic Party**. Disponível em <https://democrats.org/who-we-are/about-the-democratic-party/>. Acesso em: 14 jan. 2022a.

DEMOCRATS. **Who we serve**. Disponível em <https://democrats.org/who-we-are/who-we-serve/>. Acesso em: 14 jan. 2022b.

DEMOCRATS. **Our History**. Disponível <https://democrats.org/who-we-are/our-history/>. Acesso em: 14 jan. 2022c.

DEMOCRATS. **The charter & The bylaws: of the democratic party of the United States**. Disponível em: <https://democrats.org/wp-content/uploads/2022/03/DNC-Charter-Bylaws-03.12.2022.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2022d.

DIAMOND, Jeremy. **Donald Trump jumps in: The Donald's latest White House run is officially on – June 17, 2015**. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2015/06/16/politics/donald-trump-2016-announcement-elections/index.html> Acesso em: 17 dez. 2023.

DOBBS, Richard; SKILLING, David; HU, Wayne; LUND, Susan; MANYIKA, James; ROXBURGH, Charles. An exorbitant privilege? Implications of reserve currencies for competitiveness: discussion paper. **McKinsey Global Institute**. p. 1-49. dez. 2009. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/featured%20>

insights/global%20capital%20markets/an%20exorbitant%20privilege/mgi_an_exorbitant_privilege_implications%20of%20reserve_currencies_full_discussion_paper.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

ECB. **O euro**. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/euro/html/index.pt.html> Acesso em: 13 set. 2023b.

ECB. **União Económica e Monetária**. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/ecb/history/emu/html/index.pt.html> Acesso em: 13 set. 2023a.

EICHENGREEN, B. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. São Paulo: Editora 34, 2000. 288 p

EICHENGREEN, Barry. **Globalizing Capital: a history of the international monetary system**. 2. ed. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant Privilege: The rise and fall of the dollar**. New York: Oxford University Press, 2011.

EICHENGREEN, B.; LOMBARDI, D. RMBI or RMBR? Is the Renminbi Destined to Become a Global or Regional Currency? **Asian Economic Papers**, v. 16, n. 1, p. 35–59, 1 jan. 2017.

ELLIOT, D. E. Why Our Separation of Powers Jurisprudence Is So Abysmal. **George Washington Law Review**, v. 57, n. 3, p. 506-532, January, 1989.

ELWELL, Craig K.. The Dollar's Future as the World's Reserve Currency: the challenge of the euro. **Crs Report For Congress**, Washington, v. , n. , p. 1-11, jul. 2007.

ENSSLIN, Leonardo; ENSSLIN, Sandra Rolim; PINTO, Hugo de Moraes. Processo de Investigação e Análise Bibliométrica: avaliação da qualidade dos serviços bancários. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 325-349, jun. 2013.

EUROPARL. **Parlamento Europeu – Tratado da União Europeia (TUE)/Tratado de Maastricht**. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/maastricht-treaty> Acesso em: 19 set. 2023.

EUROPEAN CENTRAL BANK. **The international role of the euro: June 2023**. Disponível em: <https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/ire/ecb.ire202306~d334007ede.en.pdf> Acesso em: 13 set. 2023.

EUROPEAN UNION. **História da UE**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu_pt Acesso em: 13 set 2023a.

EUROPEAN UNION. **Adesão à UE**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/joining-eu_pt Acesso em: 13 set 2023b.

EUROPEAN UNION. **Perfil dos países**. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/country-profiles_pt Acesso em: 13 set 2023c.

EVANS, T. Cinco explicações para a crise financeira internacional. **Revista Tempo do Mundo**, v. 3, n. 1, p. 9-30, abr. 2011.

FARRELL, Stephen. **Why is the U.S. moving its embassy to Jerusalem?** May 7, 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-usa-israel-diplomacy-jerusalem-explain-idUSKBN1I811N>. Acesso em: 01 jun. 2022.

FEDERAL REGISTER. **Executive Orders**. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/presidential-documents/executive-orders/>. Acesso em: 02 mar. 2023.

FEDERAL RESERVE. **Historical changes of the federal funds rate & the discount rate (1971-present): FOMC – FOIA, August 29, 1999**. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/foia/files/20190829-changes-intended-federal-funds-rate.pdf> Acesso em: 21 dez. 2023.

FEDERAL RESERVE. **Meeting of the Federal Open Market Committee on October 28–29, 2008**. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/files/FOMC20081029meeting.pdf> Acesso em: 23 dez. 2023.

FEDERAL RESERVE. **The International Role of the U.S. Dollar: Post-COVID Edition, Accessible Data**. 2023a. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/econres/notes/feds-notes/the-international-role-of-the-us-dollar-post-covid-edition-accessible-20230623.htm#fig4>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FEDERAL RESERVE. **The International Role of the U.S. Dollar: post-covid edition**. June 23, 2023b. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/econres/notes/feds-notes/the-international-role-of-the-us-dollar-post-covid-edition-20230623.html>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FEDERAL RESERVE. **Structure of the Federal Reserve System**. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/aboutthefed/structure-federal-reserve-system.htm> Acesso em: 21 dez. 2023c.

FEDERAL RESERVE. **Structure of the Federal Reserve System: Federal Open Market Committee**. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/aboutthefed/structure-federal-reserve-system.htm> Acesso em: 21 dez. 2023d.

FEDERAL RESERVE. **Structure of the Federal Reserve System: About the FOMC**. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/fomc.htm> Acesso em: 21 dez. 2023e.

FEDERAL RESERVE. **Policy Tools: Open Market Operations**. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/openmarket.htm> Acesso em: 21 dez. 2023f

FEDERAL RESERVE. **Statement on Longer-Run Goals and Monetary Policy Strategy: Adopted effective January 24, 2012; as reaffirmed effective January 31, 2023**. Disponível em: https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy/files/FOMC_LongerRunGoals.pdf Acesso em: 21 dez. 2023g

FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK. **Effective Federal Funds Rate**. Disponível em: <https://www.newyorkfed.org/markets/reference-rates/effr> Acesso em: 22 dez. 2023

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto (org.). **Contabilidade Social**: referência atualizada das contas nacionais do Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FERNANDES, Marcelo Pereira. Sobre o fim da hegemonia dos Estados Unidos: uma análise conceitual. **Boletim Meridiano 47**. v. 16, n. 147, p. 3-10, jan-fev. 2015.

FIORI, José Luís. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, José Luís (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1999. p. 49-86.

FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FISCAL DATA TREASURY. **Historical Debt Outstanding** Disponível em: <https://fiscaldata.treasury.gov/datasets/historical-debt-outstanding/historical-debt-outstanding>. Acesso em: 22 dez. 2023a.

FISCAL DATA TREASURY. **What is the national debt?** Disponível em: <https://fiscaldata.treasury.gov/americas-finance-guide/national-debt/>. Acesso em: 22 dez. 2023b.

FOREIGN ASSISTANCE. **Total Obligations**. Disponível em: <https://www.foreignassistance.gov/aid-trends>. Acesso em: 26 dez 2023a.

FOREIGN ASSISTANCE. **What is Foreign Aid?** Disponível em: <https://www.foreignassistance.gov/about#tab-methodology>. Acesso em: 26 dez 2023b.

FRED. **Real Broad Effective Exchange Rate for United States, Dollar Index Goods Only, Dollar Index**. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/graph/?g=trwj#0>. Acesso em: 18 dez. 2023a.

FRED. **Industrial Production: Total Index**. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/INDPRO#>. Acesso em: 28 dez. 2023b.

FRED. **All Employees, Manufacturing (MANEMP)**. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/MANEMP>. Acesso em: 30 dez. 2023c.

FRED. **All Employees, Textile Product Mills (CES3231400001)**. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/CES3231400001>. Acesso em: 30 dez. 2023d.

FRED. **Federal Surplus or Deficit [-] (FYFSD)**. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/series/FYFSD>. Acesso em: 31 dez. 2023e.

GERHART, Ann. **Election results under attack: Here are the facts** – March 11, 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/elections/interactive/2020/election-integrity/> Acesso em: 17 dez. 2023.

GERMAIN, Randall. Welfare and world money: the domestic foundations of currency internationalisation. **Journal Of International Relations And Development**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 574-598, 24 nov. 2020. Springer Science and Business Media LLC.
<http://dx.doi.org/10.1057/s41268-020-00203-x>.

GERMAIN, Randall; SCHWARTZ, Herman Mark. The political economy of currency internationalisation: the case of the rmb. **Review Of International Studies**, [S.L.], v. 43, n. 4, p. 765-787, 3 abr. 2017. Cambridge University Press (CUP).
<http://dx.doi.org/10.1017/s0260210517000109>.

GIAMBIAGI, Fabio; BARENBOIM, Igor. A unificação monetária alemã: lições para uma possível moeda comum entre brasil e argentina. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 18, p. 85-120, dez. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GILLESPIE COUNTY GOP. **Republican Principles**. Disponível em:
https://gillespiecountygop.org/republican_principles/ Acesso em: 05 dez. 2023.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Princeton: Cambridge University Press, 1981.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GONTIJO, Claudio. **A nova crise da hegemonia americana**. Editora Appris, 2020.

GOODHART, Charles A. E.. The two concepts of money: implications for the analysis of optimal currency areas. **European Journal Of Political Economy**, London, p. 407-432, mar. 1998.

GOURINCHAS, Pierre-Olivier; REY, Hélène; GOVILLOT, Nicolas. Exorbitant Privilege and Exorbitant Duty Pierre-Olivier. **Imes Discussion Paper Series: Institute For Monetary and Economic Studies Bank of Japan**. Tokyo, Japan, p. 1-48. ago. 2010.

GUPTA, Satyendra Kumar; GOYAL, Ashima. Multiple Reserve Currencies and Renminbi Use. **Journal Of International Commerce, Economics And Policy**, [S.L.], v. 08, n. 02, p. 1750011, jun. 2017. World Scientific Pub Co Pte Lt.
<http://dx.doi.org/10.1142/s1793993317500119>.

HELLEINER, Eric. Below the State: Micro-Level Monetary Leadership. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006. Cap. 4. p. 72-90.

HELLEINER, Eric. Downsizing the Dollar in the Age of Trump? The Ambiguities of Key Currency Status. **Brown Journal of World Affairs** v. XXIII, n. II, p. 9–27, 2017.

HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan. The future of the Dollar:: whither the key currency?. In: HELLEINER, Eric; KIRSHNER, Jonathan (ed.). **The future of the dollar**. New York: Cornell University Press, 2009. p. 1-23.

HILLBRECHT, R. **Economia Monetária**. São Paulo: Atlas, 1999. 256 p

HISTORY HOUSE. **Party Government Since 1857**. Disponível em: <https://history.house.gov/Institution/Presidents-Coinciding/Party-Government/>. Acesso em: 12 set. 2023.

ILZETZKI, Ethan; REINHART, Carmen M; ROGOFF, Kenneth s. Why is the euro punching below its weight? **Economic Policy**, [S.L.], v. 35, n. 103, p. 405-460, 1 jul. 2020. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/epolic/eiaa018>.

IMF. **Balance of payments and international investment position manual**. Washington – D.C.: International Monetary Fund, 2009a. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/bop/2007/pdf/bpm6.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023.

IMF. **Revised System for the Classification of Exchange Rate Arrangements**. Washington – D.C.: International Monetary Fund, 2009b. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2009/wp09211.pdf> Acesso em: 20 dez. 2023.

IMF. **About COFER** Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4&sId=1408202647052>. Acesso em: 02 fev. 2023a.

IMF. **World Currency Composition** Disponível em: <https://data.imf.org/regular.aspx?key=41175>. Acesso em: 02 fev. 2023b.

IMF. **United States: Balance of Payments Analytic Presentation by Country** Disponível em: <https://data.imf.org/regular.aspx?key=62805740>. Acesso em: 13 dez. 2023c.

IMF. **Special Drawing Rights (SDR)** Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/Factsheets/Sheets/2023/special-drawing-rights-sdr>. Acesso em: 20 dez. 2023c.

JERVIS, Robert. Security regimes. **International Organization**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 357-378, 1982. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300018981>.

JOEBIDEN. **Accomplishments**. Disponível em: <https://joebiden.com/accomplishments/>. Acesso em: 02 set. 2022.

KATZENSTEIN, P. J. International relations and domestic structures: Foreign economic policies of advanced industrial states. **International Organization**, v.30, n.1, p. 1- 45, dec. 1976.

KEOHANE, Robert O.. The demand for international regimes. **International Organization**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 325-355, 1982. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s002081830001897x>.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE R. O., MILNER H.V., **Internationalization and Domestic Politics**. Cambridge, UK: Cambridge Univ. Press, 1996

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S.. **Power and Interdependence**. 4. ed. New York: Longman, 2012.

KINDLEBERGER, Charles P.. **The World in Depression 1929-1939**. Berkeley: University Of California Press, 1973.

KINDLEBERGER, Charles P.. Systems of International Economic Organization. In: CALLEO, David P. (ed.). **Money and the coming world order**. New York: New York University Press, 1976. p. 15-40.

KINDLEBERGER, Charles P.. Dominance and Leadership in the International Economy: exploitation, public goods, and free rides. **International Studies Quarterly**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 242, jun. 1981. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.2307/2600355>.

KINDLEBERGER, Charles P.. International Public Goods without International Government. **The American Economic Review**, [S.L.], v. 76 n. 1, p. 1-13, mar. 1986.

KIRSHNER, Jonathan. **Currency and Coercion: The Political Economy of International Monetary Power**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

KIRSHNER, Jonathan. Money is politics. **Review Of International Political Economy**, [S.L.], v. 10, n. 4, p. 645-660, nov. 2003.

KIRSHNER, Jonathan. Dollar primacy and American power: what's at stake?. **Review Of International Political Economy**, [S.L.], v. 15, n. 3, p. 418-438, 31 jul. 2008.

KOSINSKI, Daniel Santos *et al.* **A moeda como meio de comando: a Alemanha e a integração monetária europeia**. 2019. 319 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

KRASNER, Stephen D. State Power and the Structure of International Trade. **World Politics**, v. 28, n. 3, p. 317-347, apr. 1976

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. **International Organization**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982a. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300018920>.

KRASNER, Stephen D. Regimes and the limits of realism: regimes as autonomous variables. **International Organization**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 497-510, 1982b. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300019032>.

KRUGMAN, Paul R The international role of the dollar: Theory and prospect. In **Exchange Rate Theory and Practice**, Chicago: University of Chicago Press, p. 261–278, 1984.

KRUGMAN, P. Will there be a dollar crisis? **Economic Policy**, [S.L.], v. 22, n. 51, p. 436-467, 1 jul. 2007. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0327.2007.00183.x>

LESSA, Antônio Carlos; PATTI, Carlo. **História das relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023. 224 p.

LOC. **Republican National Political Conventions 1856-2008**. Disponível em: <https://www.loc.gov/rr/main/polcon/republicanindex.html/>. Acesso em: 28 jul. 2022.

LOC. **Chronological List of Presidents, First Ladies, and Vice Presidents of the United States**. Disponível em: https://www.loc.gov/rr/print/list/057_chron.html/. Acesso em: 07 jul. 2023a.

LOC. **President Franklin Delano Roosevelt and the New Deal**. Disponível em: <https://www.loc.gov/classroom-materials/united-states-history-primary-source-timeline/great-depression-and-world-war-ii-1929-1945/franklin-delano-roosevelt-and-the-new-deal/>. Acesso em: 05 dez. 2023b.

LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998. 494 p.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MANCUR, Olson. **The Logic of Collective Action**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

MARQUES, Pedro Romero. Poder monetário internacional: uma tentativa de construção conceitual em economia política internacional. **Conjuntura Internacional**, [S.L.], v. 13, n. 3, p. 163-178, dez. 2016. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.1809-6182.2016v13n3p163>

MARS, Amanda. **Viagem aos 80.000 votos que mudaram a história dos Estados Unidos, 25 oct, 2020**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-25/viagem-aos-80000-votos-que-mudaram-a-historia-dos-estados-unidos.html> Acesso em: 17 dez. 2023.

MARTINS, Aline Regina Alves. The special drawing right: a formal critic to the dólar dominance in the international monetary system. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 37, nº 2 (147), p. 401-416, April-June/2017.

MATTOS, Angelo Raphael. O Congresso dos Estados Unidos e os impasses na aprovação do NAFTA. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 12, n. e57624, p. 1-16, 28 set. 2021. <http://dx.doi.org/10.12957/rmi.2021.57624>.

MAYER, K. R. **With the stroke of a pen: executive orders and presidential power**. United Kingdom: Princeton University Press, 2001.

MCDOWELL, Daniel. Financial sanctions and political risk in the international currency system. **Review Of International Political Economy**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 635-661, 10 mar. 2021.

MERLE, M. **La politique étrangère**. Paris: PUF, 1984.

METRI, M. A ascensão do dólar e a resistência da libra: uma disputa político- diplomática. **Revista Tempo do Mundo**, v. 1, n. 1, p. 65-92, jan. 2015.

METRI, Mauricio. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 29, n. 3, p. 719-736, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art02>.

MILLS, D. Q. **Who's to Blame for the Bubble?** May, 2001. Disponível em: <https://hbr.org/2001/05/whos-to-blame-for-the-bubble>. Acesso em: 22 dez. 2023.

MILNER, Helen V.; ROSENDORFF, B. Peter; MANSFIELD, Edward D.. International trade and domestic politics: the domestic sources of international trade agreements and institutions. **The Impact Of International Law On International Cooperation**, [S.L.], p. 216-243, 2 set. 2004. Cambridge University Press. <http://dx.doi.org/10.1017/cbo9780511494147.009>.

MILAN, Marcelo. A crise financeira e a hegemonia do dólar. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, v. 1, n. 1, p. 133-148, jan-jun, 2022.

MORAN, Andrew. Barack Obama and the Return of 'Declinism': Rebalancing American Foreign Policy in an Era of Multipolarity. In: ASHBEE, Edward; DUMBRELL, John (ed.) **The Obama Presidency and the Politics of Change**. London: Palgrave Macmillan, 2017. Cap. 12, p. 265-288.

MÜLLER, Karsten; SCHWARZ, Carlo; FUJIWARA, Thomas. **How Twitter affected the 2016 presidential election**. Disponível: <https://cepr.org/voxeu/columns/how-twitter-affected-2016-presidential-election> Acesso em: 17 dez. 2023.

NAPOLEONI, Claudio. **Curso de Economia Política**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1985, 405p.

NATIONAL ARCHIVES. **What is the Electotal College?** Disponível em: <https://www.archives.gov/electoral-college/about/>. Acesso em: 27 jul. 2022a.

NATIONAL ARCHIVES. **About the Electors**. Disponível em: <https://www.archives.gov/electoral-college/electors#selection/>. Acesso em: 27 jul. 2022b.

NATIONAL ARCHIVES. **Frequently Asked Questions**. Disponível em: <https://www.archives.gov/electoral-college/faq#ecpopularidiffer/>. Acesso em: 27 jul. 2022c.

NATIONAL ARCHIVES. **Distribution of Electoral Votes**. Disponível em: <https://www.archives.gov/electoral-college/allocation/>. Acesso em: 27 jul. 2022d.

NBC NEWS. **1988 Flashback: George H.W. Bush Says, 'Read My lips: No New Taxes'**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AdVSqSNHhVo> Acesso em: 12 dez. 2023.

NBC NEWS. **GOP wins House by a slim margin, splitting control of Congress with Democrats.** Disponível em: <https://www.nbcnews.com/politics/midterm-elections-2022>. Acesso em: 12 set. 2023.

NEVADA GOP. **History of the GOP.** Disponível em: <https://nevadagop.org/about-us/history-of-gop/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

NYE JR. Joseph S. **Bound to lead: The Changing Nature of American Power.** New York: Basic Books, 1990.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 201-218, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-31572010000200002>

NORRLÖF, Carla. **America's Global Advantage: US Hegemony and International Cooperation.** United Kingdom: Cambridge University Press, 2010.

NORRLÖF, Carla. Dollar hegemony: a power analysis. **Review of International Political Economy**, v. 21, n. 5, p. 1042-1070, 2014.

NORRLÖF, Carla. Is COVID-19 the end of US hegemony? Public bads, leadership failures and monetary hegemony. **International Affairs**, [S.L.], v. 96, n. 5, p. 1281-1303, 1 set. 2020. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ia/iaaa134>.

OBAMA WHITE HOUSE. **The White House: President Barack Obama.** Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 18 dez. 2023.

OTERO-IGLESIAS, Miguel; STEINBERG, Federico. Is the Dollar Becoming a Negotiated Currency? Evidence from the Emerging Markets. **New Political Economy**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 309-336, jun. 2013.

PAPADIMITRIOU, D. B.; WRAY, L. R. Minsky's stabilizing an unstable economy: two decades later. In: MINSKY, Hyman P. **Stabilizing na unstable economy.** New York: Mc Graw Hill, 2008. Comments, p. XI-XXXV.

PATTERSON, James T. **Restless Giant: The United States from Watergate to Bush v. Gore.** New York: Oxford University Press, 2005.

PAULA, Luiz Fernando de; FRITZ, Barbara; PRATES, Daniela M.. Keynes at the periphery: currency hierarchy and challenges for economic policy in emerging economies. **Journal Of Post Keynesian Economics**, v. 40, n. 2, p. 183-202, 3 abr. 2017.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Era George W. bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional. In: II CNPEPI, Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional. **Seminário Estados Unidos: presentes e desafios**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2008. Cap. 2 p. 27-48.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 195 p.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os Estados Unidos de H. Bush a Donald J. Trump (1989/2017): dinâmicas políticas de consenso e polarização. **Revista Esboços**, v. 24, n. 38, p. 339-359, dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2017v24n38p339>.

PECEQUILO, Cristina Soreanu . Biden e os Equilíbrios Possíveis: Progresso, Pragmatismo e Retrocesso. **TD. TEORIA E DEBATE**, v. 1, p. 1-2, 2021.

PINTO, Vânia Carvalho. **Métodos de pesquisa em Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023. 144 p.

PIRES, Derisée Almeida. **A Economia Política do Renminbi**: uma análise dos dez primeiros anos da internacionalização da moeda chinesa (2009-2019). 2021. 275 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

PIRES, Marcos Cordeiro; LACERDA, Thaís Caroline. **As eleições de meio de mandato de 8 de novembro de 2022, os latinos e o imponderável**. 2022. Divulgada em OPEU - Observatório Político dos Estados Unidos. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2022/08/10/as-eleicoes-de-meio-de-mandato-de-8-de-novembro-de-2022-os-latinos-e-o-imponderavel/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games. **International Organization**, v. 42, n. 3, 1988, pp. 427–60.

REPUBLICAN PLATFORM. **Resolution Regarding The Republican Party Platform**. USA: Republican National Committee, 2016.

RUGGIE, John Gerard. International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. **International Organization**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 379-415, 1982. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300018993>.

PUTNAM, R. Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Game. **International Organization**, Cambridge, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 650 p

SARTORI, Giovanni. **Parties and party systems**: a framework for analysis. UK: ECPR Press, 2005. 342 p. (ECPR Classics series).

SCHAUL; Kevin; RABINOWITZ, Kate; MELLNIK, Ted. **2020 turnout is the**

highest in over a century – nov. 5, 2020. Disponível em:
<https://www.washingtonpost.com/graphics/2020/elections/voter-turnout/> Acesso em: 17 dez. 2023.

SCHMALZ, Jeffrey. **THE 1992 CAPMAIGN: Voters; Words on Bush's Lips in '88 Now Stick in Voters' Craw – June, 14, 1992**. Disponível em:
<https://www.nytimes.com/1992/06/14/us/the-1992-capmaign-voters-words-on-bush-s-lips-in-88-now-stick-in-voters-craw.html> Acesso em: 12 dez. 2023.

SCHMIDT, M. A.; SHARP, P. A.. Preface. In: BERGER, Suzanne. **Making in America: From innovation to market**. London: The MIT Press, 2013. Preface, p. XI, XII.

SCHWARTZ, Herman M.. **Subprime nation: American power, global capital, and the housing bubble**. Ithaca: Cornell University Press, 2009.

SERRANO, F. A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C.; SERRANO, F. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

SILVA, Luiz Afonso Simoens da. Propostas de reforma do sistema monetário internacional. In: CINTRA, Marcos Antônio Macedo; MARTINS, Aline Regina Alves (org.). **As transformações no Sistema Monetário Internacional**. Brasília: Ipea, 2013. Cap. 5. p. 147-174.

SOBEL, A. C. Financial roots of hegemony, cooperation, and globalization. In: OATLEY, Thomas; WINECOFF, W. Kindred. (ed.). **Handbook of the international political economy of monetary relations**. Massachusetts: Edward Elgar, 2014. Cap. 2. p. 17-38.

SOIHET, E.; GUIMARÃES, C. O. Rumo a um novo regime monetário internacional. **Boletim Meridiano** 47, v. 13, n. 132, p.53-59, jul-ago, 2012

STRANGE, Susan. **Sterling and British Policy: A Political Study of an International Currency in Decline**. Oxford: Oxford University Press, 1971.

STRANGE, Susan. Cave! hic dragones: a critique of regime analysis. **International Organization**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 479-496, 1982. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300019020>.

STRANGE, Susan. The Future of the American Empire. **Journal of International Affairs**, v. 42, n. 1, p. 1-17, 1988.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. 2. ed. Nova Iorque: Continuum, 1994. 266 p.

SWOBODA, Alexander K. The Euro-Dollar Market: An Interpretation. Essays. **International Finance** n. 64. Princeton, NJ: Princeton University, 1968.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org.). **Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2017, Cap. 1, p. 27-54.

TEIXEIRA, Aloisio. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999, Cap. 4, p. 155-190.

THE COMMONWEALTH. **History**. Disponível em: <https://thecommonwealth.org/history>. Acesso em: 11 out. 2023.

THE WORLD BANK. **GDP growth (annual %) - United States**. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2022&locations=US&start=1989&view=chart>. Acesso em: 22 dez. 2023.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 621-639, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2019v28n3art01>.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Fundamentos de Economia Financeira Moderna: moeda, restrição de sobrevivência, instabilidade, regulação e poder. **IE-UFRJ DISCUSSION PAPER**, Rio de Janeiro, 005-2023, p. 1-76, 2023. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2023/TD_IE_005_2023_TORRES%20FILHO.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; POSE, Mirko. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA: disputa hegemônica ou estratégia defensiva? **Revista de Economia Contemporânea**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 1-23, 11 jun. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198055272215>.

TOTA, Antônio Pedro. Origens do bipartidarismo: uma tentativa de entender as eleições norte-americanas. **Novos Estudos - Cebrap**, [S.L.], n. 81, p. 69-76, jul. 2008. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002008000200007>.

TRIFFIN, Robert. **Gold and the dollar crisis: The future of convertibility**. 1. Ed. New Haven, CT: Yale University Press, 1960.

TRUMP. **Post Twitter – Donald J. Trump, nov 7, 2012**. Disponível em: <https://twitter.com/realDonaldTrump/status/266038556504494082> Acesso em: 18 dez. 2023.

TRUMP WHITE HOUSE. **The Inaugural Address – january 20, 2017**. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/the-inaugural-address/> Acesso em: 29 dez. 2023a.

TRUMP WHITE HOUSE. **Trump Administration Accomplishments**. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/trump-administration-accomplishments/> Acesso em: 29 dez. 2023b.

UNCTAD. **Unctad Stat – Country Profile**. Disponível em: <https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/156/index.html>. Acesso em: 26 mar. 2021.

USA. **Election**. Disponível em: <https://www.usa.gov/election/>. Acesso em: 10 mai. 2022a.

USA. **Midterm state and local elections**. Disponível em: <https://www.usa.gov/midterm-state-and-local-elections/>. Acesso em: 10 mai. 2022b.

USA. **How laws are made**. Disponível em: <https://www.usa.gov/how-laws-are-made/>. Acesso em: 11 mai. 2022c.

USA. **Bureau of Engraving and Printing (BEP)**. Disponível em: <https://www.usa.gov/agencies/bureau-of-engraving-and-printing/>. Acesso em: 09 dez. 2023.

U.S. DEPARTMENT OF LABOR. **Frequently Asked Questions**. Disponível em <https://webapps.dol.gov/dolfaq/go-dol-faq.asp?faqid=111&topicid=6&subtopicid=118>. Acesso em: 30 dez. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O caótico século XXI**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

WALTER, Andrew. Domestic Sources of International Monetary Leadership. In: ANDREWS, David M. (ed.). **International Monetary Power**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2006. Cap. 3. p. 51-71.

WEBER, Beat. Current Monetary Systems. In: WEBER, Beat. **Democratizing Money?** New York: Cambridge University Press, 2018. Cap. 2. p. 34-83.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WEEB, Michael C. Capital Mobility and the possibilities for international policy coordination. **Policy Science**. v. 27, p. 395-423, 1994.

WHITE HOUSE. **Remarks by President Biden on America's Place in the World – February 04, 2021**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/02/04/remarks-by-president-biden-on-americas-place-in-the-world/>. Acesso em: 17 dez. 2023.

WHITE HOUSE. **George H. W. Bush**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/george-h-w-bush/>. Acesso em: 07 set. 2022a.

WHITE HOUSE. **George W. Bush**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/george-w-bush/> Acesso em: 08 set. 2022b.

WHITE HOUSE. **William J. Clinton**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/william-j-clinton/> Acesso em: 08 set. 2022c.

WHITE HOUSE. **Barack Obama**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/barack-obama/> Acesso em: 08 set. 2022d.

WHITE HOUSE. **President Biden**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/administration/president-biden/> Acesso em: 09 set. 2022e.

WHITE HOUSE. **Donald Trump**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/donald-j-trump/>
Acesso em: 23 ago. 2022f.

WHITE HOUSE. **Remarks by President Biden on a Successful Counterterrorism Operation in Afghanistan – August 01, 2022** – 2022g. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/08/01/remarks-by-president-biden-on-a-successful-counterterrorism-operation-in-afghanistan/> Acesso em: 17. dez. 2023.

WHITE HOUSE. **The Biden-Harris Record**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/therecord> Acesso em: 17 dez. 2023a.

WHITE HOUSE. **The Biden-Harris Administration Immediate Priorities**. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/priorities/> Acesso em: 17 dez. 2023b.

WRIGHT, Thomas. **The 2016 presidential campaign and the crisis of US foreign policy**. Lowy Institute for International Policy, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep10124?seq=1> Acesso em: 17 dez. 2023.

XIAOCHUAN, Z. Reform the international monetary system. **BIS Review**, n. 41, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.bis.org/review/r090402c.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2023.

APÊNDICE A – Ordens Executivas – 1989 – 2022

Presidente	Ano	Executive Order	Assinado em:	Temáticas Relacionadas A “Proibição De Transações” E “Bloqueio De Propriedades” Título	Classificação
George Bush	1990	12722	08/02/1990	Blocking Iraqi government property and prohibiting transactions with Iraq	International Affairs
George Bush	1990	12723	08/02/1990	Blocking Kuwaiti Government Property	International Affairs
George Bush	1990	12724	08/09/1990	Blocking Iraqi Government property and prohibiting transactions with Iraq	International Affairs
George Bush	1990	12725	08/09/1990	Blocking Kuwaiti Government property and prohibiting transactions with Kuwait	International Affairs
George Bush	1991	12775	10/04/1991	Prohibiting Certain transactions with respect to Haiti	International Affairs
George Bush	1991	12779	10/28/1991	Prohibiting certain transactions with respect to Haiti	International Affairs
George Bush	1992	12801	04/15/1992	Barring overflight, takeoff, and landing of aircraft flying to or from Libya	International Affairs
George Bush	1992	12808	05/30/1992	Blocking Yugoslav Government Property and Property of the Governments of Serbia and Montenegro	International Affairs
George Bush	1992	12810	06/05/1992	Blocking property of and prohibiting transactions with the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro)	International Affairs
Clinton	1993	12851	06/11/1993	Administration of Proliferation Sanctions, Middle East Arms Control, and Related Congressional Reporting Responsibilities	International Affairs
Clinton	1993	12853	06/30/1993	Blocking Government of Haiti Property and Prohibiting Transactions With Haiti	International Affairs
Clinton	1993	12865	09/26/1993	Prohibiting Certain Transactions Involving UNITA	International Affairs
Clinton	1993	12872	10/18/1993	Blocking property of persons obstructing democratization in Haiti	International Affairs
Clinton	1995	12947	01/23/1995	Prohibiting Transactions With Terrorists Who Threaten To Disrupt the Middle East Peace Process	International Affairs
Clinton	1995	12951	02/22/1995	Release of Imagery Acquired by Space-Based National Intelligence Reconnaissance Systems	Armed Forces and National Security
Clinton	1995	12957	03/15/1995	Prohibiting Certain Transactions With Respect to the Development of Iranian Petroleum Resources	International Affairs
Clinton	1995	12959	05/06/1995	Prohibiting Certain Transactions With Respect to Iran	International Affairs
Clinton	1995	12978	10/21/1995	Blocking Assets and Prohibiting Transactions With Significant Narcotics Traffickers	International Affairs
Clinton	1997	13047	05/20/1997	Prohibiting New Investment in Burma	International Affairs
Clinton	1997	13059	08/19/1997	Prohibiting Certain Transactions With Respect to Iran	International Affairs
Clinton	1997	13067	11/03/1997	Blocking Sudanese Government Property and Prohibiting Transactions With Sudan	International Affairs
Clinton	1997	13069	12/12/1997	Prohibiting Certain Transactions With Respect to UNITA	International Affairs
Clinton	1998	13088	06/09/1998	Blocking Property of the Governments of the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro), the Republic of Serbia, and the Republic of Montenegro, and Prohibiting New Investment in the Republic of Serbia in Response to the Situation in Kosovo	International Affairs
Clinton	1998	13098	08/18/1998	Blocking Property of UNITA and Prohibiting Certain Transactions With Respect to UNITA	International Affairs

Clinton	1998	13099	08/20/1998	Prohibiting Transactions With Terrorists Who Threaten To Disrupt the Middle East Peace Process	International Affairs
Clinton	1999	13121	04/30/1999	Blocking Property of the Governments of the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro), the Republic of Serbia, and the Republic of Montenegro, and Prohibiting Trade Transactions Involving the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro) in Response to the Situation in Kosovo	International Affairs
Clinton	1999	13129	07/04/1999	Blocking Property and Prohibiting Transactions With the Taliban	International Affairs
Clinton	2000	13159	06/21/2000	Blocking Property of the Government of the Russian Federation Relating to the Disposition of Highly Enriched Uranium Extracted From Nuclear Weapons	International Affairs
Clinton	2001	13194	01/18/2001	Prohibiting the Importation of Rough Diamonds From Sierra Leone	Foreign Trade and International Finance
George W. Bush	2001	13213	05/22/2001	Additional Measures With Respect To Prohibiting the Importation of Rough Diamonds From Sierra Leone	Foreign Trade and International Finance
George W. Bush	2001	13219	06/26/2001	Blocking Property of Persons Who Threaten International Stabilization Efforts in the Western Balkans	International Affairs
George W. Bush	2001	13224	09/23/2001	Blocking Property and Prohibiting Transactions With Persons Who Commit, Threaten To Commit, or Support Terrorism	International Affairs
George W. Bush	2003	13288	03/06/2003	Blocking Property of Persons Undermining Democratic Processes or Institutions in Zimbabwe	International Affairs
George W. Bush	2003	13310	07/28/2003	Blocking Property of the Government of Burma and Prohibiting Certain Transactions	International Affairs
George W. Bush	2003	13315	08/28/2003	Blocking Property of the Former Iraqi Regime, Its Senior Officials and Their Family Members, and Taking Certain Other Actions	International Affairs
George W. Bush	2004	13338	05/11/2004	Blocking Property of Certain Persons and Prohibiting the Export of Certain Goods to Syria	International Affairs
George W. Bush	2004	13348	07/22/2004	Blocking Property of Certain Persons and Prohibiting the Importation of Certain Goods from Liberia	International Affairs
George W. Bush	2005	13372	02/16/2005	Clarification of Certain Executive Orders Blocking Property and Prohibiting Certain Transactions	Government Operations and Politics
George W. Bush	2005	13382	06/28/2005	Blocking Property of Weapons of Mass Destruction Proliferators and Their Supporters	International Affairs
George W. Bush	2005	13391	11/22/2005	Blocking Property of Additional Persons Undermining Democratic Processes or Institutions in Zimbabwe	International Affairs
George W. Bush	2006	13396	02/07/2006	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Conflict in C[ocirc]te d'Ivoire	International Affairs
George W. Bush	2006	13399	04/25/2006	Blocking Property of Additional Persons in Connection With the National Emergency With Respect to Syria	International Affairs
George W. Bush	2006	13400	04/26/2006	Blocking Property of Persons in Connection With the Conflict in Sudan's Darfur Region	International Affairs
George W. Bush	2006	13405	06/16/2006	Blocking Property of Certain Persons Undermining Democratic Processes or Institutions in Belarus	International Affairs
George W. Bush	2006	13412	10/13/2006	Blocking Property of and Prohibiting Transactions With the Government of Sudan	International Affairs
George W. Bush	2006	13413	10/27/2006	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Conflict in the Democratic Republic of the Congo	International Affairs
George W. Bush	2007	13438	07/17/2007	Blocking Property of Certain Persons Who Threaten Stabilization Efforts in Iraq	International Affairs

George W. Bush	2007	13441	08/01/2007	Blocking Property of Persons Undermining the Sovereignty of Lebanon or Its Democratic Processes and Institutions	International Affairs
George W. Bush	2007	13448	10/18/2007	Blocking Property and Prohibiting Certain Transactions Related to Burma	International Affairs
George W. Bush	2008	13460	02/13/2008	Blocking Property of Additional Persons in Connection With the National Emergency With Respect to Syria	International Affairs
George W. Bush	2008	13464	04/30/2008	Blocking Property and Prohibiting Certain Transactions Related to Burma	International Affairs
George W. Bush	2008	13469	07/25/2008	Blocking Property of Additional Persons Undermining Democratic Processes or Institutions in Zimbabwe	International Affairs
Obama	2010	13536	04/12/2010	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Conflict in Somalia	International Affairs
Obama	2010	13551	08/30/2010	Blocking Property of Certain Persons With Respect to North Korea	International Affairs
Obama	2010	13553	09/28/2010	Blocking Property of Certain Persons With Respect to Serious Human Rights Abuses by the Government of Iran and Taking Certain Other Actions	International Affairs
Obama	2011	13566	02/25/2011	Blocking Property and Prohibiting Certain Transactions Related to Libya	International Affairs
Obama	2011	13570	04/18/2011	Prohibiting Certain Transactions With Respect to North Korea	International Affairs
Obama	2011	13572	04/29/2011	Blocking Property of Certain Persons With Respect to Human Rights Abuses in Syria	International Affairs
Obama	2011	13573	05/18/2011	Blocking Property of Senior Officials of the Government of Syria	International Affairs
Obama	2011	13574	05/23/2011	Authorizing the Implementation of Certain Sanctions Set Forth in the Iran Sanctions Act of 1996, as Amended	International Affairs
Obama	2011	13581	07/24/2011	Blocking Property of Transnational Criminal Organizations	International Affairs
Obama	2011	13582	08/17/2011	Blocking Property of the Government of Syria and Prohibiting Certain Transactions With Respect to Syria	International Affairs
Obama	2011	13590	11/20/2011	Authorizing the Imposition of Certain Sanctions With Respect to the Provision of Goods, Services, Technology, or Support for Iran's Energy and Petrochemical Sectors	International Affairs
Obama	2012	13599	02/05/2012	Blocking Property of the Government of Iran and Iranian Financial Institutions	International Affairs
Obama	2012	13606	04/22/2012	Blocking the Property and Suspending Entry Into the United States of Certain Persons With Respect to Grave Human Rights Abuses by the Governments of Iran and Syria via Information Technology	International Affairs
Obama	2012	13608	05/01/2012	Prohibiting Certain Transactions With and Suspending Entry Into the United States of Foreign Sanctions Evaders With Respect to Iran and Syria	International Affairs
Obama	2012	13611	05/16/2012	Blocking Property of Persons Threatening the Peace, Security, or Stability of Yemen	International Affairs
Obama	2012	13617	06/25/2012	Blocking Property of the Government of the Russian Federation Relating to the Disposition of Highly Enriched Uranium Extracted From Nuclear Weapons	International Affairs
Obama	2012	13619	07/11/2012	Blocking Property of Persons Threatening the Peace, Security, or Stability of Burma	International Affairs
Obama	2012	13622	07/30/2012	Authorizing Additional Sanctions With Respect to Iran	International Affairs
Obama	2012	13628	10/09/2012	Authorizing the Implementation of Certain Sanctions Set Forth in the Iran Threat Reduction and Syria Human Rights Act of 2012 and Additional Sanctions With Respect to Iran	International Affairs

Obama	2013	13645	06/03/2013	Authorizing the Implementation of Certain Sanctions Set Forth in the Iran Freedom and Counter- Proliferation Act of 2012 and Additional Sanctions With Respect To Iran	International Affairs
Obama	2013	13651	08/06/2013	Prohibiting Certain Imports of Burmese Jadeite and Rubies	International Affairs
Obama	2014	13660	03/06/2014	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Situation in Ukraine	International Affairs
Obama	2014	13661	03/16/2014	Blocking Property of Additional Persons Contributing to the Situation in Ukraine	International Affairs
Obama	2014	13662	03/20/2014	Blocking Property of Additional Persons Contributing to the Situation in Ukraine	International Affairs
Obama	2014	13664	04/03/2014	Blocking Property of Certain Persons With Respect to South Sudan	International Affairs
Obama	2014	13667	05/12/2014	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Conflict in the Central African Republic	International Affairs
Obama	2014	13685	12/19/2014	Blocking Property of Certain Persons and Prohibiting Certain Transactions With Respect to the Crimea Region of Ukraine	International Affairs
Obama	2015	13687	01/02/2015	Imposing Additional Sanctions With Respect To North Korea	International Affairs
Obama	2015	13692	03/08/2015	Blocking Property and Suspending Entry of Certain Persons Contributing to the Situation in Venezuela	International Affairs
Obama	2015	13694	04/01/2015	Blocking the Property of Certain Persons Engaging in Significant Malicious Cyber-Enabled Activities	International Affairs
Obama	2015	13712	11/22/2015	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Situation in Burundi	International Affairs
Obama	2016	13722	03/15/2016	Blocking Property of the Government of North Korea and the Workers' Party of Korea, and Prohibiting Certain Transactions With Respect to North Korea	International Affairs
Obama	2016	13726	04/19/2016	Blocking Property and Suspending Entry Into the United States of Persons Contributing to the Situation in Libya	International Affairs
Obama	2017	13761	01/13/2017	Recognizing Positive Actions by the Government of Sudan and Providing for the Revocation of Certain Sudan-Related Sanctions	International Affairs
Trump	2017	13808	08/24/2017	Imposing Additional Sanctions With Respect to the Situation in Venezuela	International Affairs
Trump	2017	13810	09/20/2017	Imposing Additional Sanctions With Respect to North Korea	International Affairs
Trump	2017	13818	12/20/2017	Blocking the Property of Persons Involved in Serious Human Rights Abuse or Corruption	International Affairs
Trump	2018	13835	05/21/2018	Prohibiting Certain Additional Transactions With Respect to Venezuela	International Affairs
Trump	2018	13846	08/06/2018	Reimposing Certain Sanctions With Respect to Iran	International Affairs
Trump	2018	13848	09/12/2018	Imposing Certain Sanctions in the Event of Foreign Interference in a United States Election	Government Operations and Politics
Trump	2018	13849	09/20/2018	Authorizing the Implementation of Certain Sanctions Set Forth in the Countering America's Adversaries Through Sanctions Act	International Affairs
Trump	2018	13850	11/01/2018	Blocking Property of Additional Persons Contributing to the Situation in Venezuela	International Affairs
Trump	2018	13851	11/27/2018	Blocking Property of Certain Persons Contributing to the Situation in Nicaragua	International Affairs
Trump	2019	13871	05/08/2019	Imposing Sanctions With Respect to the Iron, Steel, Aluminum, and Copper Sectors of Iran	International Affairs
Trump	2019	13876	06/24/2019	Imposing Sanctions With Respect to Iran	International Affairs

Trump	2019	13882	07/26/2019	Blocking Property and Suspending Entry of Certain Persons Contributing to the Situation in Mali	International Affairs
Trump	2019	13883	08/01/2019	Administration of Proliferation Sanctions and Amendment of Executive Order 12851	International Affairs
Trump	2019	13884	08/05/2019	Blocking Property of the Government of Venezuela	International Affairs
Trump	2019	13886	09/09/2019	Modernizing Sanctions To Combat Terrorism	Crime and Law Enforcement
Trump	2019	13894	10/14/2019	Blocking Property and Suspending Entry of Certain Persons Contributing to the Situation in Syria	International Affairs
Trump	2020	13902	01/10/2020	Imposing Sanctions With Respect to Additional Sectors of Iran	International Affairs
Trump	2020	13928	06/11/2020	Blocking Property of Certain Persons Associated With the International Criminal Court	International Affairs
Trump	2020	13949	09/21/2020	Blocking Property of Certain Persons With Respect to the Conventional Arms Activities of Iran	International Affairs
Biden	2021	14014	02/10/2021	Blocking Property With Respect to the Situation in Burma	International Affairs
Biden	2021	14024	04/15/2021	Blocking Property With Respect To Specified Harmful Foreign Activities of the Government of the Russian Federation	International Affairs
Biden	2021	14033	06/08/2021	Blocking Property and Suspending Entry Into the United States of Certain Persons Contributing to the Destabilizing Situation in the Western Balkans	International Affairs
Biden	2021	14038	08/09/2021	Blocking Property of Additional Persons Contributing to the Situation in Belarus	International Affairs
Biden	2021	14039	08/20/2021	Blocking Property With Respect to Certain Russian Energy Export Pipelines	International Affairs
Biden	2021	14046	09/17/2021	Imposing Sanctions on Certain Persons With Respect to the Humanitarian and Human Rights Crisis in Ethiopia	International Affairs
Biden	2021	14059	12/15/2021	Imposing Sanctions on Foreign Persons Involved in the Global Illicit Drug Trade	International Affairs
Biden	2022	14065	02/21/2022	Blocking Property of Certain Persons and Prohibiting Certain Transactions With Respect to Continued Russian Efforts To Undermine the Sovereignty and Territorial Integrity of Ukraine	International Affairs
Biden	2022	14066	03/08/2022	Prohibiting Certain Imports and New Investments With Respect to Continued Russian Federation Efforts To Undermine the Sovereignty and Territorial Integrity of Ukraine	International Affairs
Biden	2022	14068	03/11/2022	Prohibiting Certain Imports, Exports, and New Investment With Respect to Continued Russian Federation Aggression	International Affairs
Biden	2022	14071	04/06/2022	Prohibiting New Investment in and Certain Services to the Russian Federation in Response to Continued Russian Federation Aggression	International Affairs

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Federal Register (2023).

APÊNDICE B – Taxa de juros de fundos federais – 1989-2022

Data da reunião do FOMC	Taxa de fundos federais	Alteração de taxa (bps)
01/01/1989	9	-
14/04/1989	9,125	12,5
24/02/1989	9,875	75
06/06/1989	9,625	-25
06/07/1989	9,25	-37,5
27/07/1989	9	-25
19/10/1989	8,75	-25
06/11/1989	8,5	-25
19/12/1989	8,25	-25
13/07/1990	8	-25
29/10/1990	7,75	-25
13/11/1990	7,5	-25
07/12/1990	7,25	-25
18/12/1990	7	-25
09/01/1991	6,75	-25
01/02/1991	6,25	-50
08/03/1991	6	-25
30/04/1991	5,75	-25
06/08/1991	5,5	-25
13/09/1991	5,25	-25
31/10/1991	5	-25
06/11/1991	4,75	-25
06/12/1991	4,5	-25
20/12/1991	4	-50
09/04/1992	3,75	-25
02/07/1992	3,25	-50
04/09/1992	3	-25
04/02/1994	3,25	25
22/03/1994	3,5	25
18/04/1994	3,75	25
17/05/1994	4,25	50
16/08/1994	4,75	50
15/11/1994	5,5	75
01/02/1995	6	50
06/07/1995	5,75	-25
19/12/1995	5,5	-25
31/01/1996	5,25	-25
25/03/1997	5,5	25
29/09/1998	5,25	-25
15/10/1998	5	-25
17/11/1998	4,75	-25
30/06/1999	5	25
24/08/1999	5,25	25
16/11/1999	5,5	25

02/02/2000	5,75	25
21/03/2000	6	25
16/05/2000	6,5	50
03/01/2001	6	-50
31/01/2001	5,5	-50
20/03/2001	5	-50
18/04/2001	4,5	-50
15/05/2001	4	-50
27/06/2001	3,75	-25
21/08/2001	3,5	-25
17/09/2001	3	-50
02/10/2001	2,5	-50
06/11/2001	2	-50
11/12/2001	1,75	-25
06/11/2002	1,25	-50
25/06/2003	1	-25
30/06/2004	1,25	25
10/08/2004	1,5	25
21/09/2004	1,75	25
10/11/2004	2	25
14/12/2004	2,25	25
02/02/2005	2,5	25
22/03/2005	2,75	25
03/05/2005	3	25
30/06/2005	3,25	25
09/08/2005	3,5	25
20/09/2005	3,75	25
01/11/2005	4	25
13/12/2005	4,25	25
31/01/2006	4,5	25
28/03/2006	4,75	25
10/05/2006	5	25
29/06/2006	5,25	25
18/09/2007	4,75	-50
31/10/2007	4,5	-25
11/12/2007	4,25	-25
22/01/2008	3,5	-75
30/01/2008	3	-50
18/03/2008	2,25	-75
30/04/2008	2	-25
08/10/2008	1,5	-50
29/10/2008	1	-50
16/12/2008	0,25	-100
17/12/2015	0,5	25
15/12/2016	0,75	25
16/03/2017	1	25

15/06/2017	1,25	25
14/12/2017	1,5	25
22/03/2018	1,75	25
14/06/2018	2	25
27/09/2018	2,25	25
20/12/2018	2,5	25
01/08/2019	2,25	-25
19/09/2019	2	-25
31/10/2019	1,75	-25
03/03/2020	1,25	-50
16/03/2020	0,25	-100
17/03/2022	0,5	25
05/05/2022	1	50
16/06/2022	1,75	75
27/07/2022	2,5	75
21/09/2022	3,25	75
02/11/2022	4	75
14/12/2022	4,5	50

Fonte: Elaborada pela autora (2023) com base em Federal Reserve (1999, 2023f).

APÊNDICE C – As cinco maiores moedas reservas – Oscilação em 2022

ANO	Reservas Alocadas (100%)	Reservas em dólares americanos	Reservas em dólares americanos %	Reservas em euros	Reservas em euros %	Reservas em renminbi chinês	Reservas em renminbi chinês %	Reservas em ienes japoneses	Reservas em ienes japoneses %	Reservas em libras esterlinas	Reservas em libras esterlinas %	Reservas em outras moedas	Reservas em outras moedas %
1995	1.035.170,98	610.336,68	58,96%		0,00%		0,00%	70.070,64	6,77%	21.874,31	2,11%	50.415,22	4,87%
1996	1.226.203,12	760.041,44	61,98%		0,00%		0,00%	82.307,44	6,71%	32.882,91	2,68%	54.947,53	4,48%
1997	1.273.276,48	828.887,08	65,10%		0,00%		0,00%	73.487,32	5,77%	32.856,07	2,58%	49.175,82	3,86%
1998	1.282.786,90	888.723,96	69,28%		0,00%		0,00%	80.029,36	6,24%	34.142,26	2,66%	57.763,70	4,50%
1999	1.379.704,93	979.782,72	71,01%	246.950,50	17,90%		0,00%	87.938,69	6,37%	39.827,37	2,89%	22.033,79	1,60%
2000	1.518.068,64	1.079.916,06	71,14%	277.692,60	18,29%		0,00%	92.078,02	6,07%	41.798,00	2,75%	22.497,37	1,48%
2001	1.569.782,14	1.122.676,34	71,52%	301.144,90	19,18%		0,00%	79.189,83	5,04%	42.400,84	2,70%	20.520,68	1,31%
2002	1.795.825,71	1.194.245,93	66,50%	424.714,79	23,65%		0,00%	88.734,40	4,94%	52.466,42	2,92%	28.350,00	1,58%
2003	2.222.989,66	1.454.943,93	65,45%	556.479,18	25,03%		0,00%	98.338,18	4,42%	63.607,43	2,86%	44.605,27	2,01%
2004	2.654.930,76	1.739.173,12	65,51%	655.230,19	24,68%		0,00%	113.740,56	4,28%	92.734,48	3,49%	49.633,81	1,87%
2005	2.843.466,01	1.891.336,00	66,52%	679.299,12	23,89%		0,00%	112.605,81	3,96%	106.557,99	3,75%	49.524,03	1,74%
2006	3.321.824,83	2.160.671,22	65,04%	830.280,72	24,99%		0,00%	114.964,45	3,46%	150.157,42	4,52%	60.033,95	1,81%
2007	4.122.879,11	2.633.468,67	63,87%	1.077.457,70	26,13%		0,00%	131.026,84	3,18%	198.892,62	4,82%	75.638,14	1,83%
2008	4.209.557,03	2.684.233,35	63,77%	1.103.517,65	26,21%		0,00%	145.966,16	3,47%	177.545,16	4,22%	92.495,34	2,20%
2009	4.582.651,80	2.848.309,10	62,15%	1.269.616,29	27,70%		0,00%	133.003,17	2,90%	194.904,73	4,25%	131.518,31	2,87%
2010	5.154.628,71	3.208.610,71	62,25%	1.327.937,43	25,76%		0,00%	188.821,95	3,66%	203.179,77	3,94%	219.450,36	4,26%
2011	5.642.945,17	3.538.078,25	62,70%	1.379.656,83	24,45%		0,00%	203.912,77	3,61%	216.567,30	3,84%	300.372,81	5,32%
2012	6.084.708,71	3.741.924,82	61,50%	1.464.730,91	24,07%		0,00%	248.808,61	4,09%	245.960,08	4,04%	194.980,94	3,20%
2013	6.223.330,71	3.813.459,56	61,28%	1.506.927,58	24,21%		0,00%	237.981,30	3,82%	248.102,82	3,99%	173.318,24	2,78%
2014	6.798.781,25	4.430.862,29	65,17%	1.442.361,27	21,21%		0,00%	241.053,19	3,55%	251.691,90	3,70%	188.974,81	2,78%
2015	7.412.959,13	4.873.915,48	65,75%	1.419.423,44	19,15%		0,00%	278.305,84	3,75%	349.657,42	4,72%	209.199,00	2,82%

2016	8.417.845,24	5.501.929,91	65,36%	1.611.025,86	19,14%	90.777,37	1,08%	332.757,90	3,95%	365.857,93	4,35%	196.354,74	2,33%
2017	10.012.690,96	6.280.659,97	62,73%	2.019.378,26	20,17%	123.473,47	1,23%	490.307,86	4,90%	454.789,65	4,54%	243.185,71	2,43%
2018	10.726.222,51	6.624.672,11	61,76%	2.217.578,02	20,67%	203.085,04	1,89%	556.905,59	5,19%	474.875,75	4,43%	262.644,24	2,45%
2019	11.071.545,13	6.725.710,82	60,75%	2.279.459,18	20,59%	214.460,85	1,94%	649.762,81	5,87%	513.518,28	4,64%	278.198,26	2,51%
2020	11.864.414,20	6.990.854,23	58,92%	2.526.413,71	21,29%	271.601,75	2,29%	715.347,56	6,03%	561.388,03	4,73%	314.632,69	2,65%
2021	12.049.600,37	7.085.003,77	58,80%	2.481.340,13	20,59%	337.259,79	2,80%	665.102,97	5,52%	579.381,73	4,81%	372.470,05	3,09%
2022	11.040.013,08	6.460.208,79	58,52%	2.252.063,45	20,40%	287.812,57	2,61%	608.165,05	5,51%	543.105,63	4,92%	383.644,19	3,48%

Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF (2023b)

APÊNDICE D – Obrigações totais: EUA com o restante do mundo

ANO	OBRIGAÇÕES TOTAIS EM BILHÕES
1989	30
1990	32
1991	33
1992	29
1993	30
1994	29
1995	27
1996	25
1997	24
1998	25
1999	30
2000	28
2001	25
2002	30
2003	45
2004	48
2005	51
2006	52
2007	54
2008	62
2009	62
2010	63
2011	63
2012	63
2013	57
2014	53
2015	60
2016	59
2017	56
2018	54
2019	55
2020	58
2021	56
2022	70

Fonte: Elaborado pela autora com base em Foreign Assistance (2023).

APÊNDICE E – Exportações e Importações dos EUA – 1989-2022

	Exportações	Variação em Relação ao Período Anterior (Exp)	Importações	Variação Em Relação Ao Período Anterior (Imp)	Saldo da Balança Comercial	Relação Importação X Exportação
1989	359.923,0	-	477.679,0	-	-117.756,0	132,72%
1990	387.398,0	7,63%	498.440,0	4,35%	-111.042,0	128,66%
1991	414.077,0	6,89%	491.017,0	-1,49%	-76.940,0	118,58%
1992	439.631,0	6,17%	536.528,0	9,27%	-96.897,0	122,04%
1993	456.943,0	3,94%	589.394,0	9,85%	-132.451,0	128,99%
1994	502.859,0	10,05%	668.690,0	13,45%	-165.831,0	132,98%
1995	575.204,0	14,39%	749.374,0	12,07%	-174.170,0	130,28%
1996	612.113,0	6,42%	803.113,0	7,17%	-191.000,0	131,20%
1997	678.366,0	10,82%	876.794,0	9,17%	-198.428,0	129,25%
1998	670.416,0	-1,17%	918.637,0	4,77%	-248.221,0	137,02%
1999	698.524,00	4,19%	1.035.591,00	12,73%	-337,067.0	148,25%
2000	784.939,0	12,37%	1.231.722,0	18,94%	-446.783,0	156,92%
2001	731.331,0	-6,83%	1.153.699,0	-6,33%	-422.368,0	157,75%
2002	698.036,0	-4,55%	1.173.282,0	1,70%	-475.246,0	168,08%
2003	730.445,0	4,64%	1.272.089,0	8,42%	-541.644,0	174,15%
2004	823.584,0	12,75%	1.488.349,0	17,00%	-664.765,0	180,72%
2005	913.016,0	10,86%	1.695.821,0	13,94%	-782.805,0	185,74%
2006	1.040.905,0	14,01%	1.878.193,0	10,75%	-837.288,0	180,44%
2007	1.165.153,0	11,94%	1.986.346,0	5,76%	-821.193,0	170,48%
2008	1.308.794,0	12,33%	2.141.286,0	7,80%	-832.492,0	163,61%
2009	1.070.330,0	-18,22%	1.580.026,0	-26,21%	-509.696,0	147,62%
2010	1.290.279,0	20,55%	1.938.952,0	22,72%	-648.673,0	150,27%
2011	1.498.887,0	16,17%	2.239.884,0	15,52%	-740.997,0	149,44%
2012	1.562.631,0	4,25%	2.303.749,0	2,85%	-741.118,0	147,43%
2013	1.593.708,0	1,99%	2.294.246,0	-0,41%	-700.538,0	143,96%
2014	1.635.563,0	2,63%	2.385.480,0	3,98%	-749.917,0	145,85%
2015	1.511.383,0	-7,59%	2.273.249,0	-4,70%	-761.866,0	150,41%
2016	1.457.394,0	-3,57%	2.207.195,0	-2,91%	-749.801,0	151,45%
2017	1.557.004,0	6,83%	2.356.344,0	6,76%	-799.340,0	151,34%
2018	1.676.914,0	7,70%	2.555.662,0	8,46%	-878.748,0	152,40%
2019	1.655.099,0	-1,30%	2.512.358,0	-1,69%	-857.259,0	151,80%
2020	1.433.850,0	-13,37%	2.346.728,0	-6,59%	-912.878,0	163,67%
2021	1.765.884,0	23,16%	2.849.394,0	21,42%	-1.083.510,0	161,36%
2022	2.089.924,0	18,35%	3.272.935,0	14,86%	-1.183.011,0	156,61%
Média	-	5,89%	-	6,47%	-	

Fonte: Elaborado pela autora com base em IMF (2023c)

APÊNDICE F – INDPRO

DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR	DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR	DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR
1989-01-01	62,1789	-	1993-06-01	64,9553	0,1449	1997-11-01	83,4321	0,6664
1989-02-01	61,9074	-0,2715	1993-07-01	65,1198	0,1645	1997-12-01	83,7826	0,3505
1989-03-01	62,0592	0,1518	1993-08-01	65,0494	-0,0704	1998-01-01	84,1656	0,3830
1989-04-01	62,0424	-0,0168	1993-09-01	65,3882	0,3388	1998-02-01	84,3048	0,1392
1989-05-01	61,6948	-0,3476	1993-10-01	65,8702	0,4820	1998-03-01	84,3416	0,0368
1989-06-01	61,6915	-0,0033	1993-11-01	66,1779	0,3077	1998-04-01	84,6263	0,2847
1989-07-01	61,0978	-0,5937	1993-12-01	66,5602	0,3823	1998-05-01	85,1839	0,5576
1989-08-01	61,6949	0,5971	1994-01-01	66,7722	0,2120	1998-06-01	84,6809	-0,5030
1989-09-01	61,4839	-0,2110	1994-02-01	66,8068	0,0346	1998-07-01	84,3448	-0,3361
1989-10-01	61,4105	-0,0734	1994-03-01	67,4832	0,6764	1998-08-01	86,0846	1,7398
1989-11-01	61,6172	0,2067	1994-04-01	67,8771	0,3939	1998-09-01	85,9945	-0,0901
1989-12-01	61,9635	0,3463	1994-05-01	68,1961	0,3190	1998-10-01	86,5967	0,6022
1990-01-01	61,6440	-0,3195	1994-06-01	68,6526	0,4565	1998-11-01	86,5114	-0,0853
1990-02-01	62,2108	0,5668	1994-07-01	68,7353	0,0827	1998-12-01	86,8608	0,3494
1990-03-01	62,5068	0,2960	1994-08-01	69,1954	0,4601	1999-01-01	87,2277	0,3669
1990-04-01	62,3597	-0,1471	1994-09-01	69,4017	0,2063	1999-02-01	87,7266	0,4989
1990-05-01	62,5474	0,1877	1994-10-01	69,9690	0,5673	1999-03-01	87,9203	0,1937
1990-06-01	62,7541	0,2067	1994-11-01	70,4367	0,4677	1999-04-01	88,1153	0,1950
1990-07-01	62,6497	-0,1044	1994-12-01	71,1413	0,7046	1999-05-01	88,6554	0,5401
1990-08-01	62,8761	0,2264	1995-01-01	71,2762	0,1349	1999-06-01	88,5958	-0,0596
1990-09-01	62,8960	0,0199	1995-02-01	71,1904	-0,0858	1999-07-01	89,1235	0,5277
1990-10-01	62,5060	-0,3900	1995-03-01	71,2891	0,0987	1999-08-01	89,5116	0,3881
1990-11-01	61,7271	-0,7789	1995-04-01	71,1623	-0,1268	1999-09-01	89,1361	-0,3755
1990-12-01	61,2939	-0,4332	1995-05-01	71,5044	0,3421	1999-10-01	90,2842	1,1481
1991-01-01	61,0931	-0,2008	1995-06-01	71,7430	0,2386	1999-11-01	90,7631	0,4789
1991-02-01	60,6522	-0,4409	1995-07-01	71,4459	-0,2971	1999-12-01	91,4926	0,7295
1991-03-01	60,3069	-0,3453	1995-08-01	72,3800	0,9341	2000-01-01	91,4251	-0,0675
1991-04-01	60,4658	0,1589	1995-09-01	72,6601	0,2801	2000-02-01	91,7357	0,3106
1991-05-01	61,0671	0,6013	1995-10-01	72,5428	-0,1173	2000-03-01	92,0933	0,3576
1991-06-01	61,5611	0,4940	1995-11-01	72,7178	0,1750	2000-04-01	92,6838	0,5905
1991-07-01	61,7230	0,1619	1995-12-01	72,9672	0,2494	2000-05-01	92,9376	0,2538
1991-08-01	61,7360	0,0130	1996-01-01	72,5866	-0,3806	2000-06-01	93,0076	0,0700
1991-09-01	62,2464	0,5104	1996-02-01	73,6389	1,0523	2000-07-01	92,8458	-0,1618
1991-10-01	62,1825	-0,0639	1996-03-01	73,5202	-0,1187	2000-08-01	92,5972	-0,2486
1991-11-01	62,0983	-0,0842	1996-04-01	74,2664	0,7462	2000-09-01	92,9653	0,3681
1991-12-01	61,8108	-0,2875	1996-05-01	74,8145	0,5481	2000-10-01	92,6418	-0,3235
1992-01-01	61,4898	-0,3210	1996-06-01	75,3779	0,5634	2000-11-01	92,6618	0,0200
1992-02-01	61,9299	0,4401	1996-07-01	75,3754	-0,0025	2000-12-01	92,3459	-0,3159
1992-03-01	62,4490	0,5191	1996-08-01	75,7568	0,3814	2001-01-01	91,8903	-0,4556
1992-04-01	62,9312	0,4822	1996-09-01	76,2304	0,4736	2001-02-01	91,2915	-0,5988
1992-05-01	63,1359	0,2047	1996-10-01	76,2193	-0,0111	2001-03-01	91,0526	-0,2389
1992-06-01	63,1736	0,0377	1996-11-01	76,8941	0,6748	2001-04-01	90,7293	-0,3233
1992-07-01	63,7408	0,5672	1996-12-01	77,3731	0,4790	2001-05-01	90,2577	-0,4716
1992-08-01	63,3917	-0,3491	1997-01-01	77,5138	0,1407	2001-06-01	89,7677	-0,4900
1992-09-01	63,5927	0,2010	1997-02-01	78,4246	0,9108	2001-07-01	89,2260	-0,5417
1992-10-01	64,0282	0,4355	1997-03-01	78,9266	0,5020	2001-08-01	89,1326	-0,0934
1992-11-01	64,2732	0,2450	1997-04-01	78,9924	0,0658	2001-09-01	88,6679	-0,4647
1992-12-01	64,3668	0,0936	1997-05-01	79,4411	0,4487	2001-10-01	88,3926	-0,2753
1993-01-01	64,6256	0,2588	1997-06-01	79,8048	0,3637	2001-11-01	87,8774	-0,5152
1993-02-01	64,9290	0,3034	1997-07-01	80,4800	0,6752	2001-12-01	87,8344	-0,0430
1993-03-01	64,8720	-0,0570	1997-08-01	81,2862	0,8062	2002-01-01	88,4665	0,6321
1993-04-01	65,0611	0,1891	1997-09-01	82,0380	0,7518	2002-02-01	88,4661	-0,0004
1993-05-01	64,8104	-0,2507	1997-10-01	82,7657	0,7277	2002-03-01	89,1228	0,6567

DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR	DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR	DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR
2002-04-01	89,5532	0,4304	2007-03-01	100,9023	0,1748	2012-02-01	97,0959	0,3169
2002-05-01	89,9340	0,3808	2007-04-01	101,5874	0,6851	2012-03-01	96,5919	-0,5040
2002-06-01	90,6769	0,7429	2007-05-01	101,6299	0,0425	2012-04-01	97,2942	0,7023
2002-07-01	90,6455	-0,0314	2007-06-01	101,6482	0,0183	2012-05-01	97,4853	0,1911
2002-08-01	90,5475	-0,0980	2007-07-01	101,4925	-0,1557	2012-06-01	97,4959	0,0106
2002-09-01	90,6381	0,0906	2007-08-01	101,6874	0,1949	2012-07-01	97,6922	0,1963
2002-10-01	90,4041	-0,2340	2007-09-01	101,9398	0,2524	2012-08-01	97,3061	-0,3861
2002-11-01	90,8985	0,4944	2007-10-01	101,6345	-0,3053	2012-09-01	97,2383	-0,0678
2002-12-01	90,3890	-0,5095	2007-11-01	102,2068	0,5723	2012-10-01	97,5425	0,3042
2003-01-01	91,1355	0,7465	2007-12-01	102,2604	0,0536	2012-11-01	97,9340	0,3915
2003-02-01	91,2502	0,1147	2008-01-01	102,1400	-0,1204	2012-12-01	98,1984	0,2644
2003-03-01	91,0059	-0,2443	2008-02-01	101,7671	-0,3729	2013-01-01	98,2029	0,0045
2003-04-01	90,4281	-0,5778	2008-03-01	101,4355	-0,3316	2013-02-01	98,6733	0,4704
2003-05-01	90,4073	-0,0208	2008-04-01	100,7424	-0,6931	2013-03-01	99,0788	0,4055
2003-06-01	90,5218	0,1145	2008-05-01	100,1320	-0,6104	2013-04-01	98,9658	-0,1130
2003-07-01	90,9896	0,4678	2008-06-01	99,8651	-0,2669	2013-05-01	99,0567	0,0909
2003-08-01	90,7858	-0,2038	2008-07-01	99,4214	-0,4437	2013-06-01	99,2424	0,1857
2003-09-01	91,3829	0,5971	2008-08-01	97,8448	-1,5766	2013-07-01	98,9258	-0,3166
2003-10-01	91,5005	0,1176	2008-09-01	93,5590	-4,2858	2013-08-01	99,5059	0,5801
2003-11-01	92,1265	0,6260	2008-10-01	94,4956	0,9366	2013-09-01	100,0391	0,5332
2003-12-01	92,1722	0,0457	2008-11-01	93,2689	-1,2267	2013-10-01	99,9203	-0,1188
2004-01-01	92,3270	0,1548	2008-12-01	90,6280	-2,6409	2013-11-01	100,1661	0,2458
2004-02-01	92,8873	0,5603	2009-01-01	88,3811	-2,2469	2013-12-01	100,3777	0,2116
2004-03-01	92,5325	-0,3548	2009-02-01	87,8412	-0,5399	2014-01-01	99,9990	-0,3787
2004-04-01	92,9096	0,3771	2009-03-01	86,4794	-1,3618	2014-02-01	100,7583	0,7593
2004-05-01	93,5838	0,6742	2009-04-01	85,7883	-0,6911	2014-03-01	101,7767	1,0184
2004-06-01	92,8621	-0,7217	2009-05-01	84,9516	-0,8367	2014-04-01	101,8425	0,0658
2004-07-01	93,5511	0,6890	2009-06-01	84,6928	-0,2588	2014-05-01	102,2594	0,4169
2004-08-01	93,6328	0,0817	2009-07-01	85,7044	1,0116	2014-06-01	102,5986	0,3392
2004-09-01	93,7418	0,1090	2009-08-01	86,6617	0,9573	2014-07-01	102,8163	0,2177
2004-10-01	94,5671	0,8253	2009-09-01	87,4033	0,7416	2014-08-01	102,6562	-0,1601
2004-11-01	94,8000	0,2329	2009-10-01	87,6035	0,2002	2014-09-01	102,9776	0,3214
2004-12-01	95,5426	0,7426	2009-11-01	87,9559	0,3524	2014-10-01	102,9892	0,0116
2005-01-01	95,8831	0,3405	2009-12-01	88,2468	0,2909	2014-11-01	103,6402	0,6510
2005-02-01	96,5616	0,6785	2010-01-01	89,1911	0,9443	2014-12-01	103,6345	-0,0057
2005-03-01	96,4371	-0,1245	2010-02-01	89,4972	0,3061	2015-01-01	102,8239	-0,8106
2005-04-01	96,6280	0,1909	2010-03-01	90,1419	0,6447	2015-02-01	102,1513	-0,6726
2005-05-01	96,7306	0,1026	2010-04-01	90,4591	0,3172	2015-03-01	101,8240	-0,3273
2005-06-01	97,1488	0,4182	2010-05-01	91,7020	1,2429	2015-04-01	101,2440	-0,5800
2005-07-01	96,8383	-0,3105	2010-06-01	91,8997	0,1977	2015-05-01	100,7830	-0,4610
2005-08-01	97,1603	0,3220	2010-07-01	92,2522	0,3525	2015-06-01	100,4781	-0,3049
2005-09-01	95,2729	-1,8874	2010-08-01	92,5899	0,3377	2015-07-01	101,1052	0,6271
2005-10-01	96,4383	1,1654	2010-09-01	92,8564	0,2665	2015-08-01	100,9442	-0,1610
2005-11-01	97,4951	1,0568	2010-10-01	92,6037	-0,2527	2015-09-01	100,6507	-0,2935
2005-12-01	97,9788	0,4837	2010-11-01	92,6773	0,0736	2015-10-01	100,1871	-0,4636
2006-01-01	98,1305	0,1517	2010-12-01	93,5851	0,9078	2015-11-01	99,4382	-0,7489
2006-02-01	98,1779	0,0474	2011-01-01	93,3944	-0,1907	2015-12-01	98,9390	-0,4992
2006-03-01	98,3898	0,2119	2011-02-01	92,9930	-0,4014	2016-01-01	99,4558	0,5168
2006-04-01	98,6769	0,2871	2011-03-01	93,9820	0,9890	2016-02-01	98,9136	-0,5422
2006-05-01	98,7052	0,0283	2011-04-01	93,6525	-0,3295	2016-03-01	98,1907	-0,7229
2006-06-01	99,0427	0,3375	2011-05-01	93,7775	0,1250	2016-04-01	98,4669	0,2762
2006-07-01	98,9804	-0,0623	2011-06-01	94,0467	0,2692	2016-05-01	98,2518	-0,2151
2006-08-01	99,4106	0,4302	2011-07-01	94,4931	0,4464	2016-06-01	98,7275	0,4757
2006-09-01	99,2207	-0,1899	2011-08-01	95,0969	0,6038	2016-07-01	98,8360	0,1085
2006-10-01	99,1253	-0,0954	2011-09-01	95,0281	-0,0688	2016-08-01	98,7554	-0,0806
2006-11-01	99,0969	-0,0284	2011-10-01	95,6924	0,6643	2016-09-01	98,6596	-0,0958
2006-12-01	100,1122	1,0153	2011-11-01	95,6913	-0,0011	2016-10-01	98,7322	0,0726
2007-01-01	99,7571	-0,3551	2011-12-01	96,1938	0,5025	2016-11-01	98,3452	-0,3870
2007-02-01	100,7275	0,9704	2012-01-01	96,7790	0,5852	2016-12-01	99,0314	0,6862

DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR	DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR	DATA DA OBSERVAÇÃO	INDPRO	VARIAÇÃO PERÍODO ANTERIOR
2017-01-01	98,7987	-0,2327	2019-01-01	103,3730	-0,6216	2021-01-01	98,7836	0,8082
2017-02-01	98,4322	-0,3665	2019-02-01	102,8292	-0,5438	2021-02-01	95,3744	-3,4092
2017-03-01	99,0663	0,6341	2019-03-01	102,8286	-0,0006	2021-03-01	98,1351	2,7607
2017-04-01	100,0082	0,9419	2019-04-01	102,2481	-0,5805	2021-04-01	98,2886	0,1535
2017-05-01	100,1286	0,1204	2019-05-01	102,4192	0,1711	2021-05-01	99,1508	0,8622
2017-06-01	100,3233	0,1947	2019-06-01	102,4893	0,0701	2021-06-01	99,5096	0,3588
2017-07-01	100,0947	-0,2286	2019-07-01	102,0236	-0,4657	2021-07-01	100,1231	0,6135
2017-08-01	99,6642	-0,4305	2019-08-01	102,7754	0,7518	2021-08-01	100,1255	0,0024
2017-09-01	99,7686	0,1044	2019-09-01	102,5315	-0,2439	2021-09-01	99,0614	-1,0641
2017-10-01	100,9981	1,2295	2019-10-01	101,6022	-0,9293	2021-10-01	100,3045	1,2431
2017-11-01	101,2597	0,2616	2019-11-01	102,1480	0,5458	2021-11-01	101,1971	0,8926
2017-12-01	101,4573	0,1976	2019-12-01	101,8840	-0,2640	2021-12-01	100,8860	-0,3111
2018-01-01	101,3939	-0,0634	2020-01-01	101,3768	-0,5072	2022-01-01	101,0227	0,1367
2018-02-01	101,7656	0,3717	2020-02-01	101,6330	0,2562	2022-02-01	101,6766	0,6539
2018-03-01	102,2441	0,4785	2020-03-01	97,6672	-3,9658	2022-03-01	102,4780	0,8014
2018-04-01	103,3468	1,1027	2020-04-01	84,5979	-13,0693	2022-04-01	102,7953	0,3173
2018-05-01	102,3911	-0,9557	2020-05-01	85,9732	1,3753	2022-05-01	102,7769	-0,0184
2018-06-01	103,1924	0,8013	2020-06-01	91,5625	5,5893	2022-06-01	102,6863	-0,0906
2018-07-01	103,3334	0,1410	2020-07-01	95,0144	3,4519	2022-07-01	103,1328	0,4465
2018-08-01	104,0807	0,7473	2020-08-01	95,8881	0,8737	2022-08-01	103,2344	0,1016
2018-09-01	104,1181	0,0374	2020-09-01	95,8444	-0,0437	2022-09-01	103,5283	0,2939
2018-10-01	103,9397	-0,1784	2020-10-01	96,4292	0,5848	2022-10-01	103,4114	-0,1169
2018-11-01	104,0007	0,0610	2020-11-01	96,8564	0,4272	2022-11-01	103,0707	-0,3407
2018-12-01	103,9946	-0,0061	2020-12-01	97,9754	1,1190	2022-12-01	101,4848	-1,5859

Fonte: FRED (2023b).

Obs: Industrial Production: Total Index, Index 2017=100, Monthly, Seasonally Adjusted

APÊNDICE G – Força de Trabalho Norte-Americana

ANO	População Civil não institucionalizada (PCNI)	Força de trabalho civil										Não está na força de trabalho	% na PCNI
		Força de trabalho civil (FTC)	% da PCNI	Empregados						Desempregados			
				Empregados	Empregados % da FTC	Agricultura	% Empregados na Agricultura	Indústrias não agrícolas	% Empregados na Indústrias não agrícolas	Desempregados	Desempregados % da FTC		
1989	186.393	123.869	66,5%	117.342	94,73%	3.199	2,73%	114.142	97,27%	6.528	5,3%	62.523	33,5%
1990	189.164	125.840	66,5%	118.793	94,40%	3.223	2,71%	115.570	97,29%	7.047	5,6%	63.324	33,5%
1991	190.925	126.346	66,2%	117.718	93,17%	3.269	2,78%	114.449	97,22%	8.628	6,8%	64.578	33,8%
1992	192.805	128.105	66,4%	118.492	92,50%	3.247	2,74%	115.245	97,26%	9.613	7,5%	64.700	33,6%
1993	194.838	129.200	66,3%	120.259	93,08%	3.115	2,59%	117.144	97,41%	8.940	6,9%	65.638	33,7%
1994	196.814	131.056	66,6%	123.060	93,90%	3.409	2,77%	119.651	97,23%	7.996	6,1%	65.758	33,4%
1995	198.584	132.304	66,6%	124.900	94,40%	3.440	2,75%	121.460	97,25%	7.404	5,6%	66.280	33,4%
1996	200.591	133.943	66,8%	126.708	94,60%	3.443	2,72%	123.264	97,28%	7.236	5,4%	66.647	33,2%
1997	203.133	136.297	67,1%	129.558	95,06%	3.399	2,62%	126.159	97,38%	6.739	4,9%	66.837	32,9%
1998	205.220	137.673	67,1%	131.463	95,49%	3.378	2,57%	128.085	97,43%	6.210	4,5%	67.547	32,9%
1999	207.753	139.368	67,1%	133.488	95,78%	3.281	2,46%	130.207	97,54%	5.880	4,2%	68.385	32,9%
2000	212.577	142.583	67,1%	136.891	96,01%	2.464	1,80%	134.427	98,20%	5.692	4,0%	69.994	32,9%
2001	215.092	143.734	66,8%	136.933	95,27%	2.299	1,68%	134.635	98,32%	6.801	4,7%	71.359	33,2%
2002	217.570	144.863	66,6%	136.485	94,22%	2.311	1,69%	134.174	98,31%	8.378	5,8%	72.707	33,4%
2003	221.168	146.510	66,2%	137.736	94,01%	2.275	1,65%	135.461	98,35%	8.774	6,0%	74.658	33,8%
2004	223.357	147.401	66,0%	139.252	94,47%	2.232	1,60%	137.020	98,40%	8.149	5,5%	75.956	34,0%
2005	226.082	149.320	66,0%	141.730	94,92%	2.197	1,55%	139.532	98,45%	7.591	5,1%	76.762	34,0%
2006	228.815	151.428	66,2%	144.427	95,38%	2.206	1,53%	142.221	98,47%	7.001	4,6%	77.387	33,8%
2007	231.867	153.124	66,0%	146.047	95,38%	2.095	1,43%	143.952	98,57%	7.078	4,6%	78.743	34,0%
2008	233.788	154.287	66,0%	145.362	94,22%	2.168	1,49%	143.194	98,51%	8.924	5,8%	79.501	34,0%
2009	235.801	154.142	65,4%	139.877	90,75%	2.103	1,50%	137.775	98,50%	14.265	9,3%	81.659	34,6%
2010	237.830	153.889	64,7%	139.064	90,37%	2.206	1,59%	136.858	98,41%	14.825	9,6%	83.941	35,3%
2011	239.618	153.617	64,1%	139.869	91,05%	2.254	1,61%	137.615	98,39%	13.747	8,9%	86.001	35,9%

2012	243.284	154.975	63,7%	142.469	91,93%	2.186	1,53%	140.283	98,47%	12.506	8,1%	88.310	36,3%
2013	245.679	155.389	63,2%	143.929	92,62%	2.130	1,48%	141.799	98,52%	11.460	7,4%	90.290	36,8%
2014	247.947	155.922	62,9%	146.305	93,83%	2.237	1,53%	144.068	98,47%	9.617	6,2%	92.025	37,1%
2015	250.801	157.130	62,7%	148.834	94,72%	2.422	1,63%	146.411	98,37%	8.296	5,3%	93.671	37,3%
2016	253.538	159.187	62,8%	151.436	95,13%	2.460	1,62%	148.976	98,38%	7.751	4,9%	94.351	37,2%
2017	255.079	160.320	62,9%	153.337	95,64%	2.454	1,60%	150.883	98,40%	6.982	4,4%	94.759	37,1%
2018	257.791	162.075	62,9%	155.761	96,10%	2.425	1,56%	153.336	98,44%	6.314	3,9%	95.716	37,1%
2019	259.175	163.539	63,1%	157.538	96,33%	2.425	1,54%	155.113	98,46%	6.001	3,7%	95.636	36,9%
2020	260.329	160.742	61,7%	147.795	91,95%	2.349	1,59%	145.446	98,41%	12.947	8,1%	99.587	38,3%
2021	261.445	161.204	61,7%	152.581	94,65%	2.291	1,50%	150.290	98,50%	8.623	5,3%	100.241	38,3%
2022	263.973	164.287	62,2%	158.291	96,35%	2.290	1,45%	156.001	98,55%	5.996	3,6%	99.686	37,8%

Fonte: Elaborado pela autora com base em BLS (2023a).

Obs: com base na Current Population Survey (CPS) – 1989 – 2022 (em milhares)

APÊNDICE H – Classificação *Become Law* – 1989-2022 — Valor absoluto por Congresso

ÁREA POLÍTICA	GHW BUSH 101 Congress	GHW BUSH 102 Congress	CLINTON 103 Congress	CLINTON 104 Congress	CLINTON 105 Congress	CLINTON 106 Congress	GWBUSH 107 Congress	GWBUSH 108 Congress	GWBUSH 109 Congress	GWBUSH 110 Congress	OBAMA 111 Congress	OBAMA 112 Congress	OBAMA 113 Congress	OBAMA 114 Congress	TRUMP 115 Congress	TRUMP 116 Congress	BIDEN 117 Congress	TOTAL
Agricultura e Alimentação	22	21	29	8	6	9	4	11	6	10	4	0	1	4	2	2	4	143
Animais	3	3	4	0	6	6	3	4	2	2	0	1	2	0	1	0	1	38
Artes, Cultura, Religião	15	7	18	4	6	6	1	6	1	2	2	1	1	1	2	0	2	75
Assuntos Internacionais	35	36	23	12	15	23	16	23	23	18	12	13	18	20	28	11	14	340
Bem-estar social	5	5	8	3	2	6	0	7	10	3	9	2	1	1	2	5	2	71
Ciência, Tecnologia, Comunicações	8	11	0	2	6	9	7	10	6	9	14	2	6	3	16	17	7	133
Ciências Sociais e História	13	10	5	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	30
Comemorações	0	0	0	0	41	66	34	39	37	49	2	0	0	1	0	1	0	270
Comércio	13	12	9	7	11	13	4	13	7	14	18	11	1	10	10	8	13	174
Comércio Exterior e Finanças Internacionais	6	7	8	8	3	4	7	6	6	8	5	9	0	4	2	2	4	89
Congresso	6	5	3	10	6	7	3	5	4	11	9	5	3	6	6	3	6	98
Crime e aplicação da lei	19	13	14	16	20	22	9	16	14	26	18	17	11	19	29	20	31	314
Desenvolvimento de Recursos Hídricos	11	5	3	10	9	33	10	12	21	5	3	3	6	1	3	3	0	138
Direitos Cívicos e Liberdades, Questões Minoritárias	10	9	6	1	1	3	0	0	1	2	2	0	1	3	4	2	4	49
Economia e Finanças Públicas	34	33	27	28	29	43	28	24	20	10	19	12	12	8	12	15	12	366
Educação	31	26	15	2	5	5	6	7	11	17	3	3	2	4	4	5	4	150
Energia	16	2	3	22	15	9	7	2	6	3	2	3	7	1	15	1	0	114
Esportes e Recreação	2	6	1	2	0	1	0	1	0	0	2	0	2	0	2	2	2	23
Famílias	15	13	9	2	3	1	1	4	2	2	2	1	2	0	1	1	0	59
Finanças e Setor Financeiro	14	12	15	9	10	8	8	8	11	8	15	14	8	6	15	15	5	181
Forças Armadas e Segurança Nacional	49	57	29	16	18	18	24	25	15	18	29	19	32	41	45	47	69	551

Gerenciamento de Emergência	7	6	5	0	3	2	3	7	14	6	6	4	5	12	11	10	11	112
Habitação e Desenvolvimento Comunitário	7	4	5	2	1	3	4	5	1	2	6	0	2	2	0	1	0	45
Imigração	3	5	2	3	9	16	11	6	5	7	6	6	5	1	4	4	3	96
Legislação privada	16	20	8	4	10	24	7	6	1	0	2	1	0	0	1	0	3	103
Lei	6	9	8	10	9	6	6	10	5	9	6	7	3	3	1	3	6	107
Nativos americanos	20	22	20	17	11	21	5	14	14	10	8	7	14	11	12	11	17	234
Operações e Política Governamental	87	70	83	62	47	83	73	109	114	136	113	82	72	100	123	91	94	1539
Proteção Ambiental	22	11	7	10	3	2	3	6	2	8	5	3	3	4	4	7	5	105
Saúde	66	62	24	16	12	9	16	23	21	30	15	5	22	21	27	18	19	406
Terras Públicas e Recursos Naturais	72	81	60	31	61	123	59	73	71	11	17	27	27	14	37	26	13	803
Trabalho e Emprego	10	13	8	4	9	4	5	4	5	2	2	0	2	2	6	3	3	82
Transportes e Obras Públicas	23	12	14	11	13	14	10	11	17	13	19	18	18	22	16	7	11	249
Tributação	0	2	0	5	4	4	9	7	10	9	10	7	7	4	2	3	0	83
TOTAL	666	610	473	337	404	604	383	504	483	460	385	284	296	329	443	344	365	7370

Fonte: Elaborado pela autora com base em Congress (2023a).

APÊNDICE I – Classificação *Become Law* – 1989-2022 — Valor absoluto por Congresso – Após exclusões

	101°	102°	103°	104°	105°	106°	107°	108°	109°	110°	111°	112°	113°	114°	115°	116°	117°	TOTAL
Agricultura e Alimentação	15	18	25	8	6	9	4	11	6	10	4	0	1	4	2	2	4	129
Artes, Cultura, Religião	5	2	7	4	6	6	1	5	1	2	1	1	1	1	2	0	2	47
Assuntos Internacionais	17	25	18	12	14	23	16	22	22	18	12	12	18	20	28	11	14	302
Bem-estar social	2	2	6	3	2	6	0	7	10	3	9	2	1	1	2	5	2	63
Ciência, Tecnologia, Comunicações	8	10	0	2	6	9	7	10	6	9	14	2	6	3	16	17	7	132
Ciências Sociais e História	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Comércio	11	11	9	7	11	13	4	13	7	14	18	11	1	10	10	8	13	171
Comércio Exterior e Finanças Internacionais	5	7	8	8	3	4	7	6	6	8	5	9	0	4	2	2	4	88
Congresso	5	5	3	10	6	7	3	5	4	11	9	5	3	6	6	3	6	97
Crime e aplicação da lei	8	7	9	16	20	22	9	16	14	26	18	17	11	19	29	20	31	292
Desenvolvimento de Recursos Hídricos	11	5	3	10	9	33	10	12	21	5	3	3	6	1	3	3	0	138
Direitos Cívicos e Liberdades, Questões Minoritárias	6	7	5	1	1	3	0	0	1	2	2	0	1	3	4	2	4	42
Economia e Finanças Públicas	34	33	27	28	29	43	28	24	20	10	19	12	12	8	12	15	12	366
Educação	17	16	8	2	5	5	6	7	11	17	3	3	2	4	3	5	4	118
Energia	16	2	3	22	15	9	7	2	6	3	2	3	7	1	15	1	0	114
Esportes e Recreação	0	1	0	2	0	1	0	1	0	0	1	0	1	0	2	2	2	13
Famílias	3	4	0	2	3	1	1	4	2	2	2	1	2	0	1	1	0	29
Finanças e Setor Financeiro	9	7	14	6	10	8	8	8	11	8	13	8	6	3	13	10	3	145

Forças Armadas e Segurança Nacional	29	41	23	16	18	18	24	24	15	18	27	18	32	41	42	46	68	500
Gerenciamento de Emergência	6	1	3	0	3	2	3	7	14	6	6	4	5	12	11	10	11	104
Habitação e Desenvolvimento Comunitário	5	3	5	2	1	3	4	5	1	2	6	0	2	2	0	1	0	42
Imigração	3	5	2	3	9	16	11	6	5	7	6	6	5	1	3	4	3	95
Lei	5	9	7	10	9	6	6	10	5	9	6	7	3	3	1	3	6	105
Nativos americanos	18	20	20	17	11	21	5	14	14	10	7	7	14	11	12	11	17	229
Operações e Política Governamental	70	50	64	50	36	34	25	20	17	25	42	35	31	43	39	23	29	633
Proteção Ambiental	13	6	7	10	3	2	3	6	2	8	5	3	3	4	4	7	5	91
Saúde	20	24	6	16	12	9	16	22	21	30	15	5	22	21	27	18	19	303
Terras Públicas e Recursos Naturais	67	73	53	31	60	123	59	72	70	11	16	27	25	13	33	22	13	768
Trabalho e Emprego	8	12	8	4	9	4	5	4	5	2	2	0	2	2	6	3	3	79
Transportes e Obras Públicas	20	11	14	11	13	14	10	11	17	13	19	18	18	22	16	7	11	245
Tributação	0	2	0	5	4	4	9	7	10	9	10	7	7	4	2	3	0	83
TOTAL	436	419	357	318	334	459	291	361	344	298	302	227	248	267	346	265	293	5565

Fonte: Elaborado pela autora com base em Congress (2023a).

Forças Armadas e Segurança Nacional	2	6	5	2	1	2	0	8	3	2	4	7	1	0	2	2	1	5	3	1	4	4	0
Gerenciamento de Emergência	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	2	0	0	0
Habitação e Desenvolvimento Comunitário	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	2	0	1	0	2	1	1	1	1	1	0
Imigração	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Lei	1	1	2	0	0	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	2	1	0
Nativos americanos	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Operações e Política Governamental	7	8	8	7	1	19	2	3	9	12	6	4	7	3	20	9	9	7	6	6	7	9	4
Proteção Ambiental	0	1	2	0	0	4	1	4	2	1	4	3	3	2	1	0	3	1	0	0	3	0	0
Saúde	1	0	3	1	0	1	0	2	4	1	0	0	3	1	1	1	2	1	1	1	0	0	0
Terras Públicas e Recursos Naturais	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	1	0
Trabalho e Emprego	2	3	1	5	0	2	0	3	5	2	1	0	1	0	5	1	1	2	0	2	2	1	0
Transportes e Obras Públicas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	1	0
Tributação	1	1	2	1	0	1	1	1	2	1	1	1	1	0	2	1	2	2	4	1	1	3	0
TOTAL	31	43	46	40	6	57	10	40	49	38	38	35	41	12	54	31	41	45	26	27	32	30	5

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Federal Register (2023).

APÊNDICE K – Ordens Executivas (O.E.) 20 de janeiro de 2009 até 31 de dezembro de 2022

ÁREA POLÍTICA	ANO															
	2009 Obama	2010 Obama	2011 Obama	2012 Obama	2013 Obama	2014 Obama	2015 Obama	2016 Obama	2017 Obama	2018 Trump	2019 Trump	2020 Trump	2021 Biden	2021 Trump	2022 Biden	
Agricultura e Alimentação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Artes, Cultura, Religião	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Assuntos Internacionais	1	5	10	11	2	12	9	9	2	4	6	7	8	11	0	7
Bem-estar social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Ciência, Tecnologia, Comunicações	2	1	2	1	1	1	3	0	0	2	0	5	2	3	0	3
Comemorações	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	0	1	0	1	1
Comércio	0	2	0	0	0	0	1	2	0	3	1	0	2	0	0	0
Comércio Exterior e Finanças Internacionais	1	1	0	2	1	1	0	0	0	2	0	0	4	0	0	0
Crime e aplicação da lei	2	0	0	1	1	0	1	2	0	4	1	2	2	4	2	1
Desenvolvimento de Recursos Hídricos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Direitos Civis e Liberdades, Questões Minoritárias	2	3	1	2	0	1	0	0	0	2	0	2	2	11	0	1
Economia e Finanças Públicas	3	1	1	0	0	0	0	1	0	4	2	1	5	4	0	0
Educação	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0
Energia	0	0	1	2	0	0	0	0	0	2	0	1	0	1	0	1
Esportes e recreação	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
Famílias	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Finanças e Setor Financeiro	1	1	0	0	1	1	0	0	0	2	0	0	2	2	1	2
Forças Armadas e Segurança Nacional	2	5	2	4	0	3	0	1	0	6	2	3	6	2	3	1
Gerenciamento de Emergência	1	0	0	2	1	0	2	5	0	1	0	1	1	1	2	0
Habitação e Desenvolvimento Comunitário	1	1	0	1	0	0	0	2	0	0	0	1	4	0	0	1
Imigração	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	0	2	0	3	0	0
Lei	0	1	1	0	1	1	1	2	0	0	3	2	0	1	0	1
Nativos americanos	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0
Operações e Política Governamental	10	7	9	7	4	3	4	11	3	9	13	5	9	10	4	1
Proteção Ambiental	2	2	0	1	2	0	1	3	0	2	0	0	1	4	0	0
Saúde	0	1	1	0	1	2	1	1	0	2	0	5	12	11	1	4
Terras Públicas e Recursos Naturais	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0	0	0	1
Trabalho e Emprego	6	1	4	0	1	5	3	2	1	2	2	1	1	5	0	2
Transportes e Obras Públicas	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0
Tributação	1	1	1	2	2	1	1	1	0	2	2	3	1	1	0	1
TOTAL	38	36	34	39	20	31	29	42	7	55	37	45	69	77	14	29

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Federal Register (2023).

ANEXO A – Estados Unidos: balança de pagamentos (em Milhões de dólares americanos)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999 (*)
Conta corrente (exclui reservas e itens relacionados)	-99.506,0	-78.952,0	2.851,0	-51.605,1	-84.782,8	-121.642,4	-113.561,0	-124.727,1	-140.724,5	-215.037,0	-286.622,0
Bens, crédito (exportações)	359.923,0	387.398,0	414.077,0	439.631,0	456.943,0	502.859,0	575.204,0	612.113,0	678.366,0	670.416,0	698.524,0
Mercadorias, débito (importações)	477.679,0	498.440,0	491.017,0	536.528,0	589.394,0	668.690,0	749.374,0	803.113,0	876.794,0	918.637,0	1.035.591,0
Saldo em mercadorias	-117.756,0	-111.042,0	-76.940,0	-96.897,0	-132.451,0	-165.831,0	-174.170,0	-191.000,0	-198.428,0	-248.221,0	-337.067,0
Serviços, crédito (exportações)	127.140,0	147.860,0	164.260,0	177.241,9	185.911,0	200.395,0	219.193,0	239.515,0	256.093,0	262.767,0	277.997,0
Serviços, débito (importações)	102.510,0	117.670,0	118.500,0	119.552,0	123.771,0	133.075,0	141.410,0	152.550,0	165.953,0	180.676,0	196.743,0
Saldo em bens e serviços	-93.126,0	-80.852,0	-31.180,0	-39.207,1	-70.311,0	-98.511,0	-96.387,0	-104.035,0	-108.288,0	-166.130,0	-255.813,0
Renda primária, crédito	161.290,0	171.750,0	149.240,0	133.757,0	136.081,0	166.517,0	210.264,0	226.133,7	256.820,1	261.826,2	302.539,0
Renda primária, débito	141.490,0	143.190,0	125.110,0	109.521,0	110.742,0	149.383,0	189.364,7	203.808,9	244.195,3	257.546,1	292.570,0
Saldo em bens, serviços e renda primária	-73.326,0	-52.292,0	-7.050,0	-14.971,1	-44.972,0	-81.377,0	-75.487,7	-81.710,2	-95.663,2	-161.849,9	-245.844,0
Renda secundária, crédito	5.080,0	10.040,0	47.850,0	6.541,6	6.666,9	7.986,2	8.625,9	10.400,8	9.891,7	9.635,8	34.383,0
Renda secundária, débito	31.260,0	36.700,0	37.949,0	43.175,6	46.477,7	48.251,6	46.699,2	53.417,7	54.953,0	62.822,9	75.161,0
Conta de capital (exclui reservas e itens relacionados)	-206,5	-7.220,2	-5.129,9	1.449,4	-714,2	-1.111,2	-221,5	-7,0	-256,3	-8,0	-6.428,0
Conta de capital, crédito	0,0	0,0	0,0	1.536,0	5,0	3,0	259,2	2,0	15,0	16,0	45,0
Conta capital, débito	206,5	7.220,2	5.129,9	86,6	719,2	1.114,2	480,7	9,0	271,3	24,0	6.474,0
Saldo em conta corrente e de capital	-99.712,5	-86.172,2	-2.278,9	-50.155,7	-85.497,0	-122.753,6	-113.782,5	-124.734,1	-140.980,8	-215.045,0	-293.050,0
Conta financeira (exclui reservas e itens relacionados)	-72.683,0	-60.222,0	-38.043,0	-90.030,0	-80.632,0	-118.902,0	-92.561,8	-127.839,6	-219.947,9	-73.737,0	-229.855,0
Investimento direto, ativos	50.980,0	59.940,0	49.270,0	58.770,0	82.800,0	89.990,0	110.060,0	103.020,0	121.380,0	174.760,0	247.485,0
Participações em ações e fundos de investimento	24.930,0	36.380,0	41.210,0	36.560,0	61.290,0	64.670,0	94.400,0	82.230,0	98.820,0	116.610,0	162.384,0
Instrumentos de dívida	26.050,0	23.560,0	8.060,0	22.210,0	21.510,0	25.320,0	15.660,0	20.790,0	22.560,0	58.150,0	85.101,0
Investimento direto, passivos	75.780,0	71.230,0	34.550,0	30.310,0	50.230,0	55.940,0	69.080,0	97.660,0	122.150,0	211.150,0	312.449,0
Participações em ações e fundos de investimento	43.640,0	42.150,0	27.510,0	20.010,0	22.620,0	42.090,0	56.330,0	72.240,0	74.470,0	149.930,0	225.351,0
Instrumentos de dívida	32.140,0	29.080,0	7.040,0	10.300,0	27.610,0	13.850,0	12.750,0	25.420,0	47.680,0	61.220,0	87.098,0
Investimento de carteira, ativos	22.077,0	28.771,0	45.677,0	49.170,0	146.247,0	63.190,0	122.394,0	149.315,0	116.852,0	130.204,0	141.007,0

Participações em ações e fundos de investimento	17.220,0	7.410,0	30.660,0	32.400,0	63.370,0	48.288,0	65.509,0	82.706,0	57.286,0	101.362,0	114.311,0
Instrumentos de dívida	4.857,0	21.361,0	15.017,0	16.770,0	82.877,0	14.902,0	56.885,0	66.609,0	59.566,0	28.842,0	26.696,0
Investimento de carteira, passivos	95.720,0	22.010,0	57.540,0	71.980,0	111.000,0	139.410,0	210.351,8	332.779,6	333.109,9	187.565,0	278.697,0
Participações em ações e fundos de investimento	8.990,0	-15.960,0	10.420,0	-5.610,0	20.940,0	890,0	16.523,0	11.057,0	67.033,0	41.958,0	112.289,0
Instrumentos de dívida	86.730,0	37.970,0	47.120,0	77.590,0	90.060,0	138.520,0	193.828,8	321.722,6	266.076,9	145.607,0	166.408,0
Derivativos financeiros (exceto reservas) e opções de ações para empregados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	...
Fin. derivativos e opções de ações para funcionários, ativos
Fin. derivativos e opções de ações para funcionários, passivos
Outros investimentos, ativos	84.570,0	13.140,0	-13.390,0	-19.127,0	-31.024,0	40.920,0	121.382,0	178.874,0	262.815,0	74.198,0	146.868,0
Outros capitais próprios	1.451,0
Instrumentos de dívida	84.570,0	13.140,0	-13.390,0	-19.127,0	-31.024,0	40.920,0	121.382,0	178.874,0	262.815,0	74.198,0	145.417,0
Outros investimentos, passivos	58.810,0	68.833,0	27.510,0	76.553,0	117.425,0	117.652,0	166.966,0	128.609,0	265.735,0	54.184,0	174.069,0
Outros capitais próprios
Instrumentos de dívida	58.810,0	68.833,0	27.510,0	76.553,0	117.425,0	117.652,0	166.966,0	128.609,0	265.735,0	54.184,0	174.069,0
Saldo em conta corrente, capital e financeira	-27.029,5	-25.950,2	35.764,1	39.874,4	-4.865,0	-3.851,6	-21.220,7	3.105,5	78.967,1	-141.308,0	-63.195,0
Erros e omissões líquidos	52.317,4	28.183,0	-41.522,8	-43.801,7	6.241,2	-1.498,2	30.968,0	-9.772,3	-77.955,1	148.039,3	54.468,0
Reservas e itens relacionados	25.287,9	2.232,8	-5.758,7	-3.927,3	1.376,2	-5.349,8	9.747,3	-6.666,8	1.012,0	6.731,3	-8.727,0
Ativos de reserva	25.287,9	2.232,8	-5.758,7	-3.927,3	1.376,2	-5.349,8	9.747,3	-6.666,8	1.012,0	6.731,3	-8.727,0
Crédito líquido e empréstimos do FMI (excluindo posição de reserva)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Este relatório de dados utiliza o formato de Apresentação Padrão da BP conforme definido na 6ª Edição do Manual da Balança de Pagamentos (BPM6).

(-) Indica que um número é zero

(...) Indica uma falta de dados estatísticos que possam ser relatados ou calculados a partir de observações subjacentes.

(*) No ano de 1999 foi o ponto de junção entre as estimativas oficiais com base no BPM6 e as estimativas convertidas com base no BPM5 pelo FMI.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Conta corrente (exclui reservas e itens relacionados)	-401.928,0	-394.079,0	-456.109,0	-522.297,0	-635.887,0	-749.230,0	-816.642,0	-736.554,0	-696.526,0	-379.736,0	-432.002,0
Bens, crédito (exportações)	784.939,0	731.331,0	698.036,0	730.445,0	823.584,0	913.016,0	1.040.905,0	1.165.153,0	1.308.794,0	1.070.330,0	1.290.279,0
Mercadorias, débito (importações)	1.231.722,0	1.153.699,0	1.173.282,0	1.272.089,0	1.488.349,0	1.695.821,0	1.878.193,0	1.986.346,0	2.141.286,0	1.580.026,0	1.938.952,0
Saldo em mercadorias	-446.783,0	-422.368,0	-475.246,0	-541.644,0	-664.765,0	-782.805,0	-837.288,0	-821.193,0	-832.492,0	-509.696,0	-648.673,0
Serviços, crédito (exportações)	298.023,0	284.033,0	288.059,0	297.735,0	344.537,0	378.490,0	423.086,0	495.658,0	540.790,0	522.458,0	582.045,0
Serviços, débito (importações)	220.929,0	222.038,0	233.479,0	252.342,0	290.605,0	312.222,0	349.331,0	385.465,0	420.650,0	407.541,0	436.450,0
Saldo em bens e serviços	-369.689,0	-360.373,0	-420.666,0	-496.251,0	-610.833,0	-716.537,0	-763.533,0	-711.000,0	-712.352,0	-394.779,0	-503.078,0
Renda primária, crédito	365.609,0	311.365,0	306.393,0	346.933,0	432.837,0	536.293,0	669.919,0	816.938,0	820.244,0	653.222,0	723.220,0
Renda primária, débito	350.983,0	288.119,0	288.888,0	317.679,0	386.257,0	492.109,0	653.940,0	752.582,0	708.225,0	537.682,0	553.309,0
Saldo em bens, serviços e renda primária	-355.063,0	-337.127,0	-403.161,0	-466.997,0	-564.253,0	-672.353,0	-747.554,0	-646.644,0	-600.333,0	-279.239,0	-333.167,0
Renda secundária, crédito	37.544,0	41.411,0	53.020,0	62.030,0	60.145,0	65.356,0	70.309,0	70.182,0	84.546,0	85.155,0	91.914,0
Renda secundária, débito	84.409,0	98.363,0	105.968,0	117.330,0	131.779,0	142.233,0	139.397,0	160.092,0	180.739,0	185.652,0	190.749,0
Conta de capital (exclui reservas e itens relacionados)	-4.218,0	12.169,0	-3.825,0	-8.499,0	-4.343,0	950,0	-7.439,0	-6.057,0	-172,0	-5.876,0	-6.891,0
Conta de capital, crédito	42,0	13.232,0	58,0	88,0	3.765,0	15.473,0	10,0	502,0	6.180,0	7,0	9,0
Conta capital, débito	4.259,0	1.064,0	3.883,0	8.589,0	8.109,0	14.524,0	7.450,0	6.560,0	6.353,0	5.885,0	6.901,0
Saldo em conta corrente e de capital	-406.146,0	-381.910,0	-459.934,0	-530.796,0	-640.230,0	-748.280,0	-824.081,0	-742.611,0	-696.698,0	-385.612,0	-438.893,0
Conta financeira (exclui reservas e itens relacionados)	-478.684,0	-406.943,0	-506.349,0	-539.032,0	-539.416,0	-699.965,0	-823.190,0	-632.960,0	-751.905,0	-291.545,4	-448.219,0
Investimento direto, ativos	186.370,0	146.041,0	178.985,0	195.218,0	374.004,0	52.591,0	283.801,0	523.890,0	343.583,0	312.597,0	349.828,0
Participações em ações e fundos de investimento	170.010,0	129.965,0	127.407,0	154.231,0	292.054,0	42.286,0	254.053,0	422.328,0	351.991,0	260.928,0	338.293,0
Instrumentos de dívida	16.360,0	16.076,0	51.578,0	40.987,0	81.950,0	10.305,0	29.748,0	101.562,0	-8.408,0	51.669,0	11.535,0
Investimento direto, passivos	349.125,0	172.496,0	111.055,0	117.106,0	213.641,0	142.344,0	298.463,0	346.613,0	341.092,0	161.083,0	264.039,0
Participações em ações e fundos de investimento	258.439,0	108.076,0	108.516,0	113.467,0	148.197,0	116.476,0	188.318,0	196.966,0	303.219,0	155.761,0	207.843,0
Instrumentos de dívida	90.686,0	64.420,0	2.539,0	3.639,0	65.444,0	25.868,0	110.145,0	149.647,0	37.873,0	5.322,0	56.196,0
Investimento de carteira, ativos	159.713,0	106.919,0	79.532,0	133.059,0	191.956,0	267.289,0	493.367,0	380.806,0	-284.270,0	375.882,0	199.619,0
Participações em ações e fundos de investimento	106.714,0	109.119,0	16.954,0	118.002,0	84.753,0	186.684,0	137.331,0	147.781,0	-38.550,0	63.696,0	79.150,0
Instrumentos de dívida	52.999,0	-2.200,0	62.578,0	15.057,0	107.203,0	80.605,0	356.036,0	233.025,0	-245.720,0	312.186,0	120.469,0
Investimento de carteira, passivos	441.966,0	431.492,0	504.155,0	550.164,0	867.340,0	832.037,0	1.126.734,0	1.156.612,0	523.684,0	357.352,0	820.434,0

Participações em ações e fundos de investimento	193.600,0	121.464,0	54.067,0	33.982,0	61.787,0	89.258,0	145.481,0	275.617,0	126.805,0	219.303,0	178.953,0
Instrumentos de dívida	248.366,0	310.028,0	450.088,0	516.182,0	805.553,0	742.779,0	981.253,0	880.995,0	396.879,0	138.049,0	641.481,0
Derivativos financeiros (exceto reservas) e opções de ações para empregados	-29.710,0	-6.222,0	32.947,0	-44.816,0	-14.076,0
Fin. derivativos e opções de ações para funcionários, ativos
Fin. derivativos e opções de ações para funcionários, passivos
Outros investimentos, ativos	241.308,0	128.442,0	56.978,0	44.351,0	495.504,0	257.210,0	549.829,0	658.650,0	-381.755,0	-609.653,0	407.453,0
Outros capitais próprios	1.438,0	1.621,0	1.391,0	1.303,0	1.852,0	1.138,0	1.939,0	1.581,0	1.306,0	1.567,0	1.906,0
Instrumentos de dívida	239.870,0	126.821,0	55.587,0	43.048,0	493.652,0	256.072,0	547.890,0	657.069,0	-383.061,0	-611.220,0	405.547,0
Outros investimentos, passivos	274.984,0	184.357,0	206.634,0	244.390,0	519.899,0	302.674,0	695.280,0	686.859,0	-402.366,0	-192.879,6	306.570,0
Outros capitais próprios
Instrumentos de dívida	274.984,0	184.357,0	206.634,0	244.390,0	519.899,0	302.674,0	695.280,0	686.859,0	-402.366,0	-192.879,6	306.570,0
Saldo em conta corrente, capital e financeira	72.538,0	25.033,0	46.415,0	8.236,0	-100.814,0	-48.315,0	-891,0	-109.651,0	55.207,0	-94.066,6	9.326,0
Erros e omissões líquidos	-72.243,1	-20.106,3	-42.722,6	-9.765,4	98.010,0	34.228,4	-1.501,3	109.776,1	-50.368,0	146.246,6	-7.503,0
Reservas e itens relacionados	294,9	4.926,7	3.692,4	-1.529,4	-2.804,0	-14.086,6	-2.392,3	125,1	4.839,0	52.180,0	1.823,0
Ativos de reserva	294,9	4.926,7	3.692,4	-1.529,4	-2.804,0	-14.086,6	-2.392,3	125,1	4.839,0	52.180,0	1.823,0
Crédito líquido e empréstimos do FMI (excluindo posição de reserva)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Este relatório de dados utiliza o formato de Apresentação Padrão da BP conforme definido na 6ª Edição do Manual da Balança de Pagamentos (BPM6).

(-) Indica que um número é zero

(...) Indica uma falta de dados estatísticos que possam ser relatados ou calculados a partir de observações subjacentes.

(*) No ano de 1999 foi o ponto de junção entre as estimativas oficiais com base no BPM6 e as estimativas convertidas com base no BPM5 pelo FMI.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Conta corrente (exclui reservas e itens relacionados)	-455.297,0	-418.112,0	-339.455,0	-369.978,0	-408.447,0	-396.219,0	-367.614,0	-439.851,0	-441.748,0	-597.145,0	-831.453,0	-971.594,0
Bens, crédito (exportações)	1.498.887,0	1.562.631,0	1.593.708,0	1.635.563,0	1.511.383,0	1.457.394,0	1.557.004,0	1.676.914,0	1.655.099,0	1.433.850,0	1.765.884,0	2.089.924,0
Mercadorias, débito (importações)	2.239.884,0	2.303.749,0	2.294.246,0	2.385.480,0	2.273.249,0	2.207.195,0	2.356.344,0	2.555.662,0	2.512.358,0	2.346.728,0	2.849.394,0	3.272.935,0
Saldo em mercadorias	-740.997,0	-741.118,0	-700.538,0	-749.917,0	-761.866,0	-749.801,0	-799.340,0	-878.748,0	-857.259,0	-912.878,0	-1.083.510,0	-1.183.011,0
Serviços, crédito (exportações)	644.669,0	684.822,0	719.416,0	757.050,0	769.403,0	783.430,0	837.473,0	865.545,0	891.181,0	726.295,0	801.140,0	928.533,0
Serviços, débito (importações)	458.189,0	469.611,0	465.735,0	491.084,0	498.310,0	513.090,0	555.068,0	565.397,0	593.316,0	466.302,0	559.210,0	696.709,0
Saldo em bens e serviços	-554.517,0	-525.907,0	-446.857,0	-483.951,0	-490.773,0	-479.461,0	-516.935,0	-578.600,0	-559.394,0	-652.885,0	-841.580,0	-951.187,0
Renda primária, crédito	791.469,0	791.682,0	811.560,0	845.930,0	824.932,0	857.239,0	995.439,0	1.102.964,0	1.139.309,0	957.893,0	1.077.225,0	1.217.851,0
Renda primária, débito	589.038,0	593.754,0	616.043,0	645.619,0	639.725,0	660.797,0	737.500,0	847.686,0	891.908,0	776.926,0	927.297,0	1.069.299,0
Saldo em bens, serviços e renda primária	-352.086,0	-327.979,0	-251.340,0	-283.640,0	-305.566,0	-283.019,0	-258.996,0	-323.322,0	-311.993,0	-471.918,0	-691.652,0	-802.635,0
Renda secundária, crédito	101.654,0	112.065,0	125.789,0	140.589,0	132.864,0	141.125,0	160.514,0	148.579,0	156.653,0	167.214,0	174.977,0	188.329,0
Renda secundária, débito	204.865,0	202.198,0	213.904,0	226.927,0	235.745,0	254.325,0	269.132,0	265.108,0	286.408,0	292.441,0	314.778,0	357.288,0
Conta de capital (exclui reservas e itens relacionados)	-9.021,0	931,0	-6.559,0	-6.534,0	-7.939,0	-6.606,0	12.395,0	-4.261,0	-6.455,0	-5.609,0	-2.511,0	-4.603,0
Conta de capital, crédito	13,0	7.684,0	20,0	49,0	66,0	77,0	19.200,0	3.281,0	71,0	372,0	3.864,0	8.401,0
Conta capital, débito	9.032,0	6.752,0	6.579,0	6.584,0	8.006,0	6.682,0	6.806,0	7.541,0	6.526,0	5.982,0	6.374,0	13.004,0
Saldo em conta corrente e de capital	-464.318,0	-417.181,0	-346.014,0	-376.512,0	-416.386,0	-402.825,0	-355.219,0	-444.112,0	-448.203,0	-602.754,0	-833.964,0	-976.197,0
Conta financeira (exclui reservas e itens relacionados)	-541.846,0	-452.494,0	-396.992,0	-293.493,0	-380.109,0	-364.514,0	-371.553,0	-307.863,0	-563.013,0	-677.907,0	-903.082,5	-810.605,0
Investimento direto, ativos	436.616,0	377.240,0	392.796,0	387.529,0	302.071,0	299.815,0	409.413,0	-130.720,0	114.927,0	286.662,0	394.070,0	426.251,0
Participações em ações e fundos de investimento	397.744,0	321.228,0	334.705,0	344.915,0	292.455,0	325.722,0	392.467,0	-219.332,0	171.906,0	301.566,0	375.778,0	443.582,0
Instrumentos de dívida	38.872,0	56.012,0	58.091,0	42.614,0	9.616,0	-25.907,0	16.946,0	88.612,0	-56.979,0	-14.904,0	18.292,0	-17.331,0
Investimento direto, passivos	263.497,0	250.345,0	288.131,0	251.856,0	511.434,0	474.388,0	380.823,0	214.715,0	315.984,0	138.363,0	493.085,0	388.078,0
Participações em ações e fundos de investimento	191.137,0	211.420,0	211.769,0	146.073,0	426.320,0	374.242,0	333.317,0	318.946,0	276.978,0	174.941,0	411.266,0	335.467,0
Instrumentos de dívida	72.360,0	38.925,0	76.362,0	105.783,0	85.114,0	100.146,0	47.506,0	-104.231,0	39.006,0	-36.578,0	81.819,0	52.611,0

Investimento de carteira, ativos	85.364,0	248.760,0	481.298,0	582.677,0	107.155,0	37.491,0	540.729,0	381.860,0	-11.453,0	406.365,0	711.512,0	372.493,0
Participações em ações e fundos de investimento	6.950,0	103.974,0	287.433,0	431.626,0	196.922,0	21.744,0	139.941,0	171.298,0	-25.306,0	395.993,0	197.254,0	185.699,0
Instrumentos de dívida	78.414,0	144.786,0	193.865,0	151.051,0	-89.767,0	15.747,0	400.788,0	210.562,0	13.853,0	10.372,0	514.258,0	186.794,0
Investimento de carteira, passivos	311.626,0	747.018,0	511.987,0	697.609,0	213.910,0	231.267,0	790.812,0	303.075,0	233.467,0	946.557,0	614.249,0	810.155,0
Participações em ações e fundos de investimento	123.357,0	239.066,0	-62.642,0	154.312,0	-187.306,0	-139.701,0	149.634,0	156.916,0	-291.427,0	687.416,0	-53.068,0	-69.788,0
Instrumentos de dívida	188.269,0	507.952,0	574.629,0	543.297,0	401.216,0	370.968,0	641.178,0	146.159,0	524.894,0	259.141,0	667.317,0	879.943,0
Derivativos financeiros (exceto reservas) e opções de ações para empregados	-35.006,0	7.064,0	2.222,0	-54.335,0	-27.035,0	7.827,0	23.998,0	-20.404,0	-41.670,0	-5.107,0	-39.028,0	-80.698,0
Fin. derivativos e opções de ações para funcionários, ativos
Fin. derivativos e opções de ações para funcionários, passivos
Outros investimentos, ativos	-45.300,0	-453.522,0	-221.242,0	-99.920,0	-258.831,0	-2.954,0	213.531,0	173.579,0	207.451,0	257.133,0	23.381,0	36.023,0
Outros capitais próprios	1.724,0	2.159,0	2.030,0	2.058,0	2.097,0	1.747,0	1.506,0	1.328,0	1.367,0	1.847,0	1.206,0	2.370,0
Instrumentos de dívida	-47.024,0	-455.681,0	-223.272,0	-101.978,0	-260.928,0	-4.701,0	212.025,0	172.251,0	206.084,0	255.286,0	22.175,0	33.653,0
Outros investimentos, passivos	408.397,0	-365.327,0	251.948,0	159.979,0	-221.875,0	1.038,0	387.589,0	194.388,0	282.817,0	538.040,0	885.683,5	366.441,0
Outros capitais próprios
Instrumentos de dívida	408.397,0	-365.327,0	251.948,0	159.979,0	-221.875,0	1.038,0	387.589,0	194.388,0	282.817,0	538.040,0	885.683,5	366.441,0
Saldo em conta corrente, capital e financeira	77.528,0	35.313,0	50.978,0	-83.019,0	-36.277,0	-38.311,0	16.334,0	-136.249,0	114.810,0	75.153,0	69.118,5	-165.592,0
Erros e omissões líquidos	-61.545,2	-30.848,6	-54.066,3	79.435,5	29.971,4	40.412,9	-18.029,2	141.253,3	-110.149,9	-66.185,5	45.139,2	171.406,1
Reservas e itens relacionados	15.982,8	4.464,4	-3.088,3	-3.583,5	-6.305,6	2.101,9	-1.695,2	5.004,3	4.660,1	8.967,5	114.257,7	5.814,1
Ativos de reserva	15.982,8	4.464,4	-3.088,3	-3.583,5	-6.305,6	2.101,9	-1.695,2	5.004,3	4.660,1	8.967,5	114.257,7	5.814,1
Crédito líquido e empréstimos do FMI (excluindo posição de reserva)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Financiamento excepcional	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Este relatório de dados utiliza o formato de Apresentação Padrão da BP conforme definido na 6ª Edição do Manual da Balança de Pagamentos (BPM6).

(-) Indica que um número é zero

(...) Indica uma falta de dados estatísticos que possam ser relatados ou calculados a partir de observações subjacentes.

(*) No ano de 1999 foi o ponto de junção entre as estimativas oficiais com base no BPM6 e as estimativas convertidas com base no BPM5, pelo FMI.

ANEXO B – U.S. International Trade in Goods

Table 2.1. U.S. International Trade in Goods
(Millions of dollars)
Bureau of Economic Analysis
Release Date: December 20, 2023 - Next Release Date: March 21, 2024

Line	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1 Exports of goods (table 1.1, line 3)	608524	784940	731331	690816	730446	823584	913016	1040905	1165151	1308795	1070331	1290279	1498887	1562630	1591708	1635563	1511381	1457393	1557003	1678913	1655098	1433852	1765884	2089925
2 General merchandise	602924	778718	726283	694049	725018	817516	906104	1030589	1150198	1288516	1054433	1271972	1463637	1524790	1559363	1612611	1489795	1436552	1535249	1654629	1635273	1408999	1733083	2048103
3 Net exports of goods under merchandising	306	159	142	597	629	1598	3330	1499	1547	1465	797	411	511	552	461	299	261	300	210	338	474	825	1330	1074
4 Nonmonetary gold	5294	6063	4906	3370	4799	4470	5582	8817	13406	18813	14101	17896	34739	37289	33883	22654	21325	20542	21544	21947	19351	24028	31471	40749
5 General merchandise, all end-use commodities (line 2)	602924	778718	726283	694049	725018	817516	906104	1030589	1150198	1288516	1054433	1271972	1463637	1524790	1559363	1612611	1489795	1436552	1535249	1654629	1635273	1408999	1733083	2048103
6 Foods, feeds, and beverages	49377	47871	49407	48616	50026	58570	58955	65962	84264	108349	93008	107719	126247	133049	136163	143721	127721	130515	132761	133144	130888	139281	164476	179908
7 Agricultural	42032	43749	44888	45030	50022	50957	52949	59608	77592	101452	87379	100385	117348	123885	126727	135275	119491	122529	124220	124537	123062	132268	156670	171256
8 Grains and preparations	13910	13649	13941	14362	14806	17069	15594	18341	26925	35789	24549	27799	36208	39715	30353	32784	28308	27910	27579	30864	26455	29453	42231	44766
9 Wheat	3730	3500	3478	3772	4002	5192	4416	4157	8050	11446	6515	6914	11308	8344	10668	7908	5793	5537	6220	5585	6408	6451	7419	8525
10 Corn	5667	5259	5344	5784	5751	6926	5824	8126	11209	14612	9681	10931	14820	10539	7770	11938	9383	10673	10165	13527	9639	10203	19770	19773
11 Rice and other food grains	1015	918	750	833	1078	1124	1338	1357	1471	2312	2274	2441	2234	2155	2305	2130	2152	1916	1853	1814	1999	2005	2071	1836
12 Other feeds	3499	3972	4349	3974	3975	3727	4016	4521	5794	7410	7079	7512	7846	8677	9610	10806	11001	9588	9363	9038	9408	10794	12271	14633
13 Soybeans	4623	5383	5501	5806	6047	6895	6627	7188	10443	16052	16905	19010	18086	26158	22981	25134	19760	21617	22219	18146	19642	25587	38569	35449
14 Meat products and poultry	6851	7708	7987	7803	7873	5672	7206	7831	9804	13474	12056	12641	17164	18019	18465	20089	16626	16883	18858	19904	20261	20478	25036	26548
15 Vegetables, fruits, nuts, and preparations	7948	8357	8261	8536	9152	10089	11530	12645	13975	16138	16015	18103	20504	22499	24722	25185	24917	24492	25140	24809	25264	31228	25477	25811
16 Other agricultural foods, feeds, and beverages	8700	8651	9199	9262	10144	11133	11972	13503	16446	20019	17894	17823	20406	22495	24905	27045	24905	24905	24905	24905	24905	24905	24905	24905
17 Nonagricultural	3945	4122	4519	4586	5004	5613	6006	6354	6672	6808	6529	7333	8299	9164	9436	8447	8230	7986	8541	8607	7916	7013	7806	8649
18 Fish and shellfish	2971	3013	3267	3197	3383	3823	4208	4151	4375	4374	4089	4570	5058	5824	5978	5776	5641	5942	5834	5445	4578	5434	5633	5633
19 Distilled beverages and other nonagricultural foods, feeds, and beverages	875	1008	1252	1389	1640	1789	1799	2003	2297	2524	2460	2758	3195	3506	3612	2468	2454	2346	2599	2774	2481	2435	2373	3016
20 Industrial supplies and materials	145374	171108	159469	157382	173272	206274	239812	279120	316284	389312	293540	389312	482528	483332	492422	500677	418341	387600	459380	536866	526431	451077	617878	812452
21 Agricultural	7322	8761	9723	9213	10579	11672	11596	12872	14100	16072	13195	18171	21261	20854	21091	19728	18189	16996	19159	20310	18685	18391	20972	24330
22 Raw cotton	969	1925	2177	2063	3389	4180	3933	4517	4591	4814	3369	5882	8468	6254	5630	4412	3903	3968	5846	6562	6147	9559	5689	8950
23 Tobacco, unmanufactured	1299	1196	1269	1059	1026	1041	984	1134	1201	1231	1133	1133	1122	1108	1184	1118	1131	1116	1086	1045	741	677	833	853
24 Hides and skins, including furskins	1148	1061	1971	1751	1794	1788	2056	2183	2067	1466	2287	1664	2287	1664	2287	1664	2287	1664	2287	1664	2287	1664	2287	1664
25 Other agricultural industrial supplies	3906	4038	4305	4335	4364	4593	4891	5166	6125	7960	7227	8859	10007	10707	11141	11267	10714	9947	10308	11242	10748	10919	13265	13594
26 Nonagricultural	138402	162347	149746	148069	162699	194603	225216	262428	302184	370845	280545	371899	461996	462378	471331	480948	399952	370603	440221	516556	507746	431686	596906	787922
27 Energy products	16235	21121	20088	18896	23241	31447	41471	54330	61712	101693	71795	103405	158188	166928	176760	183358	125607	112735	163965	220008	225391	168494	242421	418435
28 Petroleum and products	11973	16498	14803	14019	17704	23888	31969	43390	50946	84715	60126	83280	131842	141022	154718	162088	110027	99232	140636	191523	194688	138841	207843	328151
29 Crude	786	498	187	88	128	308	552	567	751	1031	972	1207	2062	2500	4805	11639	7880	9341	22681	48096	64542	49748	69482	119118
30 Fuel oil	3159	4549	4054	3693	4810	6189	10059	16639	20990	42198	29493	39713	61010	67884	71168	65887	41070	33537	42937	48684	45897	30039	36172	64918
31 Other petroleum products	7456	10522	9970	9681	11951	16354	20283	24560	27097	38125	26858	40618	64701	67320	71673	73925	53019	47020	59426	75184	66766	43229	71284	106166
32 Liquefied petroleum gases	572	928	593	688	814	837	1075	1623	2108	3160	2803	3733	4070	4318	6972	10657	8058	9332	15502	19558	17482	16124	30905	38048
33 Coal and related products	2748	2597	2258	1922	1803	2966	3715	3901	4614	8604	6522	10462	16805	17775	14314	11876	8856	7729	13808	16432	13910	9924	14787	25337
34 Natural gas	218	411	538	995	1400	2126	3110	2241	3164	4892	3286	5111	6439	9919	6071	7672	4772	4611	8171	10578	15526	18662	40143	63076
35 Nuclear fuel and electric energy	1296	1615	2489	1829	2334	2467	2677	2899	3448	3482	2861	2550	3101	2193	1656	1722	1951	1162	1350	1475	1368	1067	1488	1670
36 Paper and paper-base stocks	12174	14001	12385	12212	12813	13971	15135	16475	18656	20404	17608	21366	23650	22521	22489	22505	21741	20824	22049	23405	21237	19333	22828	25640
37 Textile supplies and related materials	9807	11366	10857	11142	11347	12814	13866	13052	12957	12819	9988	12513	14375	13877	14674	15206	14367	14346	13548	13651	13006	10545	12426	13411
38 Chemicals except minerals	49327	52242	49327	52321	57995	66305	73555	82977	94469	107285	83985	107969	123356	118770	120501	119175	111256	103807	111990	121848	117844	111148	157916	161355
39 Plastics materials	11870	13957	13369	16597	17881	19126	22155	25125	29118	31640	25544	32797	36088	38323	36319	36944	34156	32551	34731	38127	37790	34625	44099	50248
40 Fertilizers, pesticides, and insecticides	4847	4113	4072	3205	4105	4884	5309	5421	6293	10761	7035	7966	9986	9441	9667	8908	8718	7455	8290	8847	8677	8172	9737	15863
41 Industrial inorganic chemicals	3668	4178	4415	3929	3932	4425	5885	6660	7015	8357	6015	7504	8884	8928	9117	9229	8831	8187	9200	9994	9481	8953	10880	13252
42 Industrial organic chemicals	13665	16404	14194	14652	17632	22195	23388	27117	31622	33351	24612	34164	39609	35574	35051	33174	30019	26307	28339	31330	28957	26336	34065	39802
43 Other chemicals	11876	13590	12777	13738	14443	15676	16820	18653	20421	23177	20790	25538	28789	29514	30347	30524	29533	29307	31431	33551				

67	Telecommunications equipment	25367	31267	27874	22208	20743	34401	24292	27174	30303	52860	28683	11937	35948	38467	39731	40963	41853	41167	38255	37249	35785	31108	32684	34631
68	Other office and business machines	2999	5201	2895	2024	1927	2110	2336	2702	2785	4247	2974	5138	3187	5184	2978	2651	2352	2354	2443	2238	1892	2009	2009	2009
69	Scientific, hospital, and medical equipment and parts	16749	19909	20662	19305	20861	23975	26940	29879	31880	36025	35573	39766	42831	44545	45105	46194	45463	45809	46719	49657	50653	48715	53321	56086
70	Civilian aircraft, engines, and parts	52921	48091	52619	50425	46723	46075	55889	64503	73019	73999	74755	71921	80353	94309	104980	113130	119488	120934	120967	130763	126018	72015	79905	94412
71	Civilian aircraft, complete, all types	28995	22693	25817	26577	23305	19017	24417	30165	34541	51264	35217	29548	33423	45333	53674	58230	63362	60673	56033	56527	44086	36646	24258	29181
72	Engines and parts	23925	25397	26802	23749	23418	27058	31452	34338	38479	42734	39538	42373	46929	48976	51305	54900	56126	60061	64994	74236	81933	55369	55647	65232
73	Other transportation equipment	3173	2566	2673	2425	2679	2899	3655	4368	4714	5369	4155	4457	5414	6166	6465	6726	6590	5466	5227	5842	5617	4579	4621	5446
74	Automotive vehicles, parts, and engines	75256	80356	75435	78942	80433	89213	98406	107263	121264	121451	81715	112008	133036	146158	152661	159812	151894	150398	157867	158833	163075	129378	146417	153654
75	To Canada	45941	45810	40599	44552	46219	50006	53574	56973	60308	53460	36755	49544	54472	59133	60469	59983	57327	58864	61780	61497	61480	46318	51257	59676
76	Passenger cars, new and used	9211	9226	8647	10178	10730	10491	10096	13125	15121	14662	8931	11265	12264	12864	13483	14626	14309	14222	14405	14379	13648	10562	14153	16424
77	Trucks, buses, and special purpose vehicles	6678	6521	5335	6418	7845	9136	10092	11796	12568	10757	8838	12382	13845	14897	15624	15051	13583	13929	16179	16931	18975	14339	17373	18939
78	Engines and engine parts	5620	5848	5261	5255	5418	5781	6401	6875	6927	6089	3449	4667	5068	5958	5715	5395	5303	6097	6787	6321	6214	5211	5007	4916
79	Other parts and accessories	24432	24216	21357	22700	22225	24599	24985	25168	25692	21953	16078	21230	23295	25414	25646	24910	24037	24615	24408	23866	22644	16206	15824	19396
80	To other areas	29315	34546	34837	34390	34415	39206	44832	50290	60956	67991	44960	62463	78564	87026	92192	99829	94662	91534	96087	97336	101595	83060	94600	99978
81	Passenger cars, new and used	7243	7521	9180	10374	11373	14119	18397	20843	28623	34907	19111	27089	35134	40647	42765	45999	40229	38908	38105	35069	42055	34956	40371	40796
82	Trucks, buses, and special purpose vehicles	2157	2858	2225	1945	2399	2792	3386	3309	4465	4997	3634	4245	5529	5163	5253	4827	4356	4082	4545	4757	4880	3800	4767	5436
83	Engines and engine parts	3306	4632	4624	4857	4694	4974	5166	5519	6594	6772	5326	7802	9638	9957	10753	13000	11697	11675	13242	14540	15164	12075	14549	15139
84	Other parts and accessories	16609	19535	18808	17214	15949	17321	17885	20619	21274	21316	16888	23327	28264	31259	33420	36003	38180	36669	40196	42009	39496	32228	35172	38606
85	Consumer goods except food and automotive	80867	89305	88285	84323	80477	101195	115228	129094	145863	161157	149287	164909	174719	180994	188091	198398	197118	193258	197139	205518	204882	121739	221799	248027
86	Non-durable goods	39104	42636	41924	40412	43827	49305	51177	57975	63246	70582	74009	77513	77839	82280	84326	87824	91598	88900	87654	92250	97774	91830	119560	129009
87	Apparel, footwear, and household goods	10423	30905	9099	8060	7707	7260	7469	7628	7264	7754	7406	8294	9421	10142	10606	11064	11122	10307	10472	11055	11041	9320	11093	12540
88	Medical, dental, and pharmaceutical products	12457	14513	16577	17348	20529	25432	27619	30919	35165	40422	46123	50625	45057	47799	48364	51029	54898	53143	51158	54598	60406	59208	83174	89313
89	Toiletries and cosmetics	3391	3754	4191	4140	4581	5260	5975	6760	7615	8715	8436	9411	9878	10652	11323	12058	12054	12133	12816	13387	13750	13474	13204	14350
90	Other non-durable goods	12832	13664	12057	10865	11010	11353	12113	12667	13103	13691	14044	15202	13484	13697	14053	13673	13543	13317	13208	13210	12577	10628	12126	12806
91	Durable goods	41763	46669	46361	43911	46050	53890	62052	71059	82617	90576	75278	87376	96879	98704	103766	110574	105720	104358	109536	113262	107208	82329	102248	116018
92	Televisions, video receivers, and other video equipment	3459	4263	4131	3955	3382	3507	3648	4015	3858	3748	3904	5162	5709	5052	4360	4579	4801	4832	4966	4523	4148	2484	2588	2895
93	Radio and stereo equipment, including recorded media	5718	5787	5012	4764	4753	5099	5854	6003	7432	7407	5273	5381	5471	5462	5127	4809	4304	3870	3849	3670	3601	3629	3825	3882
94	Toys and sporting goods, including bicycles	5792	5844	5563	5499	5692	6317	6756	8136	10603	11616	9839	10494	10528	10452	10288	10397	9394	9172	9973	8964	9226	8152	10899	12352
95	Household and kitchen appliances and other household goods	16151	17746	17659	16867	18175	20638	23457	26381	28518	31114	27844	31994	34082	36268	38547	40004	39642	38364	41111	41194	41092	36664	44712	47480
96	Household furnishings and related products	2183	2599	2297	2123	2416	2735	2895	3220	3591	4046	3221	3757	4125	4657	4654	4830	4679	4610	4780	4956	4888	4193	4831	5474
97	Household and kitchen appliances	4991	5128	4928	4537	4830	5124	6051	6636	5806	7248	5920	6612	6890	7255	7511	6693	6555	6149	6252	6427	6150	5783	6981	7481
98	Other household goods, including cell phones	8977	10019	10434	10007	11129	12579	14511	16525	18120	19870	18703	21625	23066	24345	26382	28480	28408	27605	30078	29810	30054	26688	32899	34525
99	Jewelry and collectibles	4957	6296	7387	5913	6140	7779	9540	12224	14619	15835	13777	16552	18061	18400	19913	23296	23452	23278	24420	27077	24503	15806	18713	23441
100	Gem diamonds and other gemstones	3543	4433	4431	4834	5477	7346	8907	9986	12328	15250	10484	14870	19256	18121	20905	23010	20209	21084	21040	22403	20204	11652	16753	20590
101	Other durable goods	2163	2300	2168	2120	2231	3206	3891	4314	5260	5606	4158	4823	4986	4950	4627	4480	3918	3758	4177	4431	4534	3943	5758	5378
102	Other general merchandise	38850	33078	31963	33468	32536	34723	38276	45184	49505	52987	45486	50938	50176	53898	55268	58246	54917	54781	54357	58835	59048	51754	61177	78013
103	Net exports of goods under merchandising (line 3)	306	159	142	597	629	1598	1330	1499	1547	1485	797	411	511	552	461	299	300	210	338	474	825	1330	1074	
104	Nonmonetary gold (line 4)	5294	6063	4906	3570	4799	4470	5582	8817	13406	18813	14101	17896	34739	37289	33863	22654	23325	20542	21544	21947	19351	24028	31471	40749
105	Imports of goods (table 1.1, line 11)	1025592	1231722	1155701	1173281	1272089	1488349	1695820	1878194	2086347	2141287	1580025	1938950	2238886	2303749	2294247	2385480	2273249	2207195	2356345	2555662	2512358	2346727	2848995	3273935
106	General merchandise	1029538	1225780	1149319	1170318	1268332	1484126	1691201	1872316	1977283	2127790	1569630	1924446	2221911	2284535	2276499	2370016	2260659	2189041	2343660	2544465	2500406	2285065	2823654	3246805
107	Nonmonetary gold	6054	5942	4881	2963	3757	4223	4618	5878	9064	13497	10295	14504	17979	19214	17748	15664	12590	18154	16685	11197	11930	61662	25741	26130
108	General merchandise, all end-use commodities (line 105)	1029538	1225780	1149319	1170318	1268332	1484126	1691201	1872316	1977283	2127790	1569630	1924446	2221911	2284535	2276499	2370016	2260659	2189041	2343660	2544465	2500406	2285065	2823654	3246805
109	Food, feeds, and beverages	44081	46489	47218	50318	56521	62999	69072	76081	82974	90439	82861	92492	108257	111127	116003	126805	128762	1331010	138825	148257	151555	155441	183320	209575
110	Agricultural	52112	33244	33967	36622	41401	47279	52222	57401	63314	70081	64017	71471	84594	87177	90252	98339	101697	102942	108383	115956	118907	123977	143314	165550
111	Green coffee	2540	2353	1359	1871	1613	1869	2503	2832	3239	3806	3377	4056	6908	5809	4671	5229	5120	4788	5182	4663	4619	4425	5194	7614
112	Cocoa beans and sugar	1178	909	950	1067	1278	1249	1739	2070	1490	1982	2381	3242	4228	3289	2714	2931	3179	3074	2853	2556	2499	3014	3058	3108
113	Meat products and poultry	4538	5335	6088	6057	5746	6892	7521	7515	8058	7467	6417	7204	7741	8571	8868	12134	12850	10797	11065	11414	11889	12566	15502	16801
114	Vegetables, fruits, nuts, and preparations	9325	9391	9640	10322	11591	12960	14261	15665	17981	19462	18817	21036	2365											

139	Other chemicals	5283	5530	5422	5749	6109	6886	7782	8101	8591	9135	7618	9374	11099	11859	11852	12651	12390	12030	12517	14039	13773	16383	19018	23629
140	Building materials except metals	22319	22385	21772	23008	24714	32645	35102	35705	30593	24509	17324	19511	19880	22276	25827	28294	29866	32579	35197	38706	34099	38424	54505	57131
141	Other nonmetals	15900	17973	17381	18580	20287	23435	26078	28451	27264	27707	21905	26345	29224	30721	31531	33359	34066	33691	36110	39697	39256	37706	45093	51387
142	Metals and nonmetallic products	45814	54210	46829	45242	44854	69168	79919	104971	107506	115419	62688	87795	112615	110493	102681	114790	101700	92886	110856	121277	111215	103432	157917	181023
143	Steelmaking materials	2807	3114	2249	2466	2857	5646	6177	6551	7331	10834	3841	7358	9052	8633	7348	8819	6010	4880	8133	9915	7942	6178	11635	13381
144	Iron and steel products	18260	21076	16872	17952	16533	29140	31076	38839	35914	40858	20425	28588	37255	40555	36834	46246	40104	33751	39396	42360	37023	29819	49751	60859
145	Nonferrous metals	17101	20879	19017	16073	15854	22064	27449	40165	44192	41635	23771	34062	44795	38941	37314	37635	33627	32414	41014	43750	41434	43660	65993	67358
146	Precious metals except nonmonetary gold	4464	6643	6064	3714	3633	4839	5424	8327	11084	11309	5842	9580	15678	12578	11826	10799	8823	8726	9605	10897	12204	20228	28957	21873
147	Bauxite and aluminum	6449	7028	6451	6663	6985	9312	11615	14584	13496	13134	8355	10528	15179	10920	10442	11684	12104	12391	16304	16510	14739	11044	17845	23911
148	Other nonferrous metals	6188	7208	6503	5696	5236	7913	10411	17254	19612	17102	9575	13954	17538	15442	15047	15153	12700	11297	15105	16343	14491	13388	19190	21575
149	Other metals and nonmetallic products	7646	9141	8690	8771	9611	12117	15216	19416	20609	22091	14651	17787	21515	22265	21185	22089	21958	21841	23313	25251	24817	23775	30540	39425
150	Capital goods except automotive	296995	347706	299150	284923	297643	346116	382833	422611	449117	458698	374054	450406	513430	551777	588971	598759	607160	593614	642864	694228	679133	647053	763574	869292
151	Machinery and equipment except consumer-type	269490	318688	265251	257075	270772	318431	353204	389717	410093	418895	340926	416433	473209	506262	506544	538459	544586	537715	580335	632780	609686	597846	717353	814393
152	Electric-generating machinery, electric apparatus and parts	32893	39856	34965	33107	35627	38957	43615	50526	55834	57284	44413	53096	59468	65111	67000	71687	71803	70498	79538	83505	81058	78868	99184	126113
153	Oil-drilling, mining, and construction machinery	7003	7197	6933	6610	7867	11680	15711	19053	19263	23592	12434	15379	21864	27724	22409	24114	21068	14689	19785	22714	22631	15149	20892	31454
154	Industrial engines, pumps, and compressors	7732	9486	9818	9087	9274	11171	12767	14223	15894	18468	13766	16837	21407	23850	22144	24861	24329	22475	24679	27113	27093	24086	27739	30643
155	Machine tools and metalworking machinery	7766	8671	7429	5957	6211	7082	8357	9609	8712	9615	5756	6439	9743	11663	11336	11416	11463	10904	12045	13103	12863	10817	12162	13881
156	Measuring, testing, and control instruments	7844	9557	9037	8969	9741	11562	12580	13789	15116	15013	11663	14841	17529	18438	18798	20172	20517	20116	21684	23157	22714	19766	21099	25391
157	Other industrial machinery	85199	98534	35001	34789	37065	44041	50359	56366	62259	64116	48204	56210	78031	76760	77613	87030	86120	83032	93578	103413	104188	93913	113241	129150
158	Other service-industry and agricultural machinery	11770	13285	12678	13438	15115	18461	20969	21642	21108	21971	17089	20349	23261	25200	27431	29210	29638	28858	30721	34312	34198	33186	42173	48512
159	Computers	10795	14773	12708	16159	20392	25040	29631	33851	40869	40791	40875	55300	64910	65778	64608	64000	63269	60878	68907	77399	77719	89098	99880	102785
160	Computer accessories, peripherals, and parts	70684	75339	61355	59066	56219	63734	63866	67755	64602	60431	53302	61958	54810	56476	56511	57987	57007	53704	59513	64799	53063	56695	69519	77598
161	Semiconductors	37634	48375	30451	26053	24654	26815	25847	27486	26739	25795	23468	31458	40412	40464	41683	44043	46247	51779	54152	54282	54070	58702	70096	78275
162	Telecommunications equipment	21584	32769	24716	23238	24899	23961	37054	40277	44361	45147	37570	47602	48045	52826	54432	58846	66317	72008	74300	74008	61745	58347	60862	78727
163	Other office and business machines	6421	6163	4887	4489	7157	8073	8600	8745	6896	5412	4113	4444	4593	4751	4613	4825	5104	5358	5291	5139	4996	4677	5167	5436
164	Scientific, hospital, and medical equipment and parts	12366	14983	15272	16112	18551	22192	24447	26393	28640	31260	28275	31900	35887	37220	37876	40267	41685	43417	45840	49890	53349	54522	68039	66429
165	Civilian aircraft, engines, and parts	23784	26402	31381	25484	24116	24340	25818	28465	34489	35501	30683	31295	35325	40137	46960	53279	53348	49997	51363	55699	62812	44880	41481	47731
166	Civilian aircraft, complete, all types	9219	12406	14887	12301	12232	11386	10699	10608	13282	12392	9531	8775	9847	10165	14071	16732	18296	13840	13761	12318	14375	14140	13273	13247
167	Engines and parts	14564	13996	16494	13183	11884	11884	15119	17856	21207	21509	21151	22519	25688	29972	32889	36547	36952	36157	37602	43043	48437	30740	28208	34484
168	Other transportation equipment	2821	2617	2518	2364	2755	3345	3810	4429	4534	4302	2446	2678	4686	5379	5467	7021	7326	5902	5166	6080	6635	4327	4740	7108
169	Automotive vehicles, parts, and engines	178242	194954	188746	202777	209172	227332	238715	255962	258487	233204	159188	252241	252226	298498	309573	329498	350049	350847	398118	372008	375320	398977	346542	399908
170	From Canada	63697	63771	57532	59386	60262	67354	70468	69915	68964	54439	36475	52415	56539	64725	62267	63480	62612	64900	62357	59930	59887	45625	43912	49757
171	Passenger cars, new and used	34026	34156	30775	31121	30641	35749	36228	36741	36832	31488	22836	35902	48252	45379	43387	42918	42356	45364	43280	37619	37327	29073	24503	25704
172	Trucks, buses, and special purpose vehicles	12905	12233	11137	11142	11101	11417	12915	12634	11354	6106	2555	1591	2096	2306	2322	2704	2939	2912	3243	5415	6012	2795	2868	5647
173	Engines and engine parts	4145	4257	3462	3612	3835	4325	4390	4018	4409	3906	2528	3500	3515	3799	3152	3782	3722	3665	3433	3595	3325	2724	2770	3132
174	Other parts and accessories	12620	13124	12158	12512	14684	15853	16935	16523	16370	13339	8556	11411	13476	13242	13406	14076	13595	12959	13400	13300	13223	11013	13371	15274
175	From other areas	114545	131183	131214	143391	148910	159978	168246	186047	189533	178765	127212	173227	198687	233773	247307	266018	287437	285947	296761	312080	315432	264253	302630	350151
176	Passenger cars, new and used	62528	75308	76127	83030	83935	86675	87359	98955	97208	94281	58347	79095	84061	101189	109310	110675	124025	124928	132711	135772	137384	112169	118191	137019
177	Trucks, buses, and special purpose vehicles	7236	6544	8195	8338	8807	9641	9810	11805	12016	9950	9498	14756	18222	21379	23951	29790	32229	31086	33665	37430	41433	33563	40905	47440
178	Engines and engine parts	10380	11105	10365	11385	12181	13809	15446	16084	16547	15733	10561	15654	20886	23070	23266	25602	25795	24738	25053	26454	25741	21201	26854	28990
179	Other parts and accessories	34400	38225	36528	40637	43987	49852	55631	59202	63762	58801	44307	63722	75518	88134	90778	99951	105388	105195	105333	112423	110875	96420	116680	136702
180	Consumer goods except food and automotive	246550	284634	287054	311331	338383	378112	412734	447647	479758	486679	429853	485121	515868	518821	532876	558700	596417	584900	603470	647658	655293	640726	768230	843472
181	Non-durable goods	115824	132732	138132	147675	163321	179838	188130	202972	215482	219367	204814	225959	243966	242183	244729	259855	281274	279195	279605	310022	327196	331192	361484	411539
182	Apparel, footwear, and household goods	77014	86772	86981	88394	94413	101343	108567	113987	117514	113671	102973	115531	125745	126876	131800	137649	144096	135922	136700	142124	143601	134307	150449	175176
183	Medical, dental, and pharmaceutical products	23157	28637	33543	40743	49080	52389	55705	64386	71575	78941	81502	85465	91780	87811	83972	92056	108348	111725	110398	132961	149087	162933	171347	189811
184	Toiletries and cosmetics	2838	3275	3592	4033	4501	5091	5658	5983	6510	6985	6147	7018	7905	8727	9593	10227	10328	10907	11654	12731	12478	13663	14874	16907
185	Other nondurable goods	12815	14047	14017	14504	15327	17115	18200	18616	19701	19770	16792	17945	18536	18759	19364	19924	2050							

ANEXO C – Áreas políticas e suas descrições

Área Política	Descrição
Agricultura e Alimentação	O foco principal da medida são as práticas agrícolas; preços agrícolas e comercialização; educação agrícola; programas de assistência alimentar ou nutrição; indústria alimentar, abastecimento e segurança; aquicultura; horticultura e plantas. As medidas relativas ao comércio internacional de produtos agrícolas podem enquadrar-se na área de política Comércio Externo e Finanças Internacionais.
Animais	O foco principal da medida é a proteção animal; relações humano-animal; conservação da vida selvagem e proteção do habitat; Medicina veterinária. As medidas relativas a espécies ameaçadas ou em perigo podem ser abrangidas pela área de política de Proteção Ambiental. As medidas relativas a questões de refúgio de vida selvagem podem enquadrar-se na área de política de Terras Públicas e Recursos Naturais.
Artes, Cultura, Religião	O foco principal da medida é a arte, a literatura e as artes cênicas em todos os formatos; financiamento de artes e humanidades; bibliotecas, exposições, centros culturais; gravação de som, filmes, televisão e cinema; bens e recursos culturais; relações culturais; e religião. As medidas relativas aos aspectos de propriedade intelectual das artes podem ser abrangidas pela área de política comercial. As medidas relativas à liberdade religiosa podem enquadrar-se na área de política Direitos Cíveis e Liberdades, Questões Minoritárias.
Assuntos Internacionais	O foco principal da medida são questões que afetam a ajuda externa, os direitos humanos, o direito e as organizações internacionais; governação nacional; controle de armas; diplomacia e funcionários estrangeiros; alianças e segurança coletiva. As medidas relativas a acordos comerciais, tarifas, investimentos estrangeiros e empréstimos estrangeiros podem enquadrar-se na área de política de Comércio Externo e Finanças Internacionais.
Bem-estar social	O foco principal da medida são os programas de assistência pública e de seguridade social; assuntos de serviços sociais, incluindo serviço comunitário, voluntariado e atividades de caridade. As medidas relativas a programas de saúde como o <i>Medicare</i> e o <i>Medicaid</i> podem enquadrar-se na área de política de saúde.
Ciência, Tecnologia, Comunicações	O foco principal da medida são as ciências naturais, a exploração espacial, a política e o financiamento da investigação, a investigação e o desenvolvimento, <i>STEM education</i> (<i>science, technology, engineering and mathematics</i>), a cooperação científica e a comunicação; políticas tecnológicas, telecomunicações, tecnologia da informação; mídia digital, jornalismo. As medidas relativas à educação científica podem enquadrar-se na área de política da Educação.
Ciências Sociais e História	O foco principal da medida são as ciências políticas, a história e questões relacionadas ao estudo da sociedade. As medidas relativas a aspectos específicos das funções governamentais podem enquadrar-se na área de política: “Política e Operações Governamentais”.
Comércio	O foco principal da medida é o investimento empresarial, o desenvolvimento e a regulamentação; pequenos negócios; assuntos de consumo; concorrência e práticas comerciais restritivas; fabricação, distribuição, varejo; marketing; propriedade intelectual. As medidas relativas à competitividade internacional e às restrições às importações e exportações podem ser abrangidas pela área de política Comércio Externo e Finanças Internacionais.
Comércio Exterior e Finanças Internacionais	O foco principal da medida é a competitividade, as barreiras comerciais e a assistência ao ajustamento; empréstimos externos e sistema monetário internacional; bancos internacionais; acordos e negociações comerciais; fiscalização alfandegária, tarifas e restrições comerciais; investimento estrangeiro. As medidas relativas à aplicação das fronteiras podem ser abrangidas pela área de política de imigração.
Congresso	O foco principal da medida são os membros do Congresso; supervisão geral do Congresso; agências, comitês e operações do Congresso; procedimentos legislativos; Capitólio dos EUA. As medidas relativas à supervisão e investigação de questões específicas podem enquadrar-se no domínio político relevante específico da questão.
Crime e aplicação da lei	O foco principal da medida são as infrações penais, a investigação e o processo, o procedimento e a sentença; correções e prisão; criminalidade juvenil; administração policial. As medidas relativas ao terrorismo podem enquadrar-se nas áreas de política de Gestão de Emergências ou de Assuntos Internacionais.

Desenvolvimento de Recursos Hídricos	O foco principal da medida é o abastecimento e uso de água e o controle dos fluxos de água; bacias hidrográficas; proteção contra inundações e tempestades; zonas úmidas. As medidas relativas à qualidade da água podem ser abrangidas pela área política de proteção ambiental.
Direitos Cívicos e Liberdades, Questões Minoritárias	O foco principal da medida é a discriminação com base na raça, etnia, idade, sexo, gênero, saúde ou deficiência; Direitos da Primeira Emenda; devido processo legal e proteção igualitária; direitos ao aborto; privacidade. As medidas relativas aos direitos e procedimentos de aborto podem ser abrangidas pela área de política de saúde.
Economia e Finanças Públicas	O foco principal da medida são questões orçamentárias, como dotações, dívida pública, processo orçamentário, empréstimos governamentais, contas governamentais e fundos fiduciários; política monetária e inflação; desenvolvimento econômico, desempenho e teoria econômica.
Educação	O foco principal da medida é o ensino fundamental, secundário ou superior, incluindo educação especial e questões de desempenho acadêmico, administração escolar, ensino, custos educacionais e auxílio estudantil.
Energia	O foco principal da medida são todas as fontes e fornecimentos de energia, incluindo fontes alternativas de energia, petróleo e gás, carvão, energia nuclear; eficiência e conservação; custos, preços e receitas; transmissão de energia elétrica; assuntos de utilidade pública.
Esportes e Recreação	O foco principal da medida é o atletismo juvenil, amador e profissional; recreação ao ar livre; instalações esportivas e recreativas. As medidas relativas às áreas de lazer podem enquadrar-se na área de política de Terras Públicas e Recursos Naturais.
Famílias	O foco principal da medida é o bem-estar, os serviços e os relacionamentos da criança e da família; casamento e situação familiar; violência doméstica e abuso infantil. As medidas relativas a programas de assistência pública ou ao envelhecimento podem enquadrar-se na área de política da Segurança Social.
Finanças e Setor Financeiro	O foco principal da medida é a regulamentação das instituições bancárias e financeiras dos EUA; crédito ao consumidor; falência e cobrança de dívidas; serviços financeiros e investimentos; seguro; títulos; transações imobiliárias; moeda. As medidas relativas a crimes financeiros podem ser abrangidas pela Criminalidade e pela Aplicação da Lei. As medidas relativas às empresas e ao financiamento das empresas podem ser abrangidas pela área de política comercial. As medidas relativas à banca internacional podem enquadrar-se na área de política do Comércio Externo e das Finanças Internacionais.
Forças Armadas e Segurança Nacional	O foco principal da medida são as operações e gastos militares, instalações, aquisições e armas, pessoal, inteligência; materiais estratégicos; poderes de guerra e emergência; questões dos veteranos. As medidas relativas a alianças e segurança coletiva, venda de armas e assistência militar ou controlo de armas podem ser abrangidas pela área política dos Assuntos Internacionais.
Gerenciamento de Emergência	O foco principal da medida é o planejamento de emergência; resposta a distúrbios civis, desastres naturais e outros, incluindo incêndios; comunicações de emergência; preparação de segurança.
Habitação e Desenvolvimento Comunitário	O foco principal da medida é a aquisição de casa própria; administração e financiamento de programas habitacionais; reabilitação residencial; planejamento regional, desenvolvimento rural e urbano; habitação a preços acessíveis; falta de moradia; indústria habitacional e construção; habitação justa. As medidas relativas a hipotecas e financiamento hipotecário podem ser abrangidas pela área de política Finanças e Sector Financeiro.
Imigração	O foco principal da medida é a administração de questões de imigração e naturalização; procedimentos de execução de imigração; refugiados e políticas de asilo; documentação de viagem e residência; mão de obra estrangeira; benefícios para imigrantes. As medidas relativas ao contrabando e ao tráfico de pessoas podem enquadrar-se no domínio de intervenção Criminalidade e Aplicação da Lei. As medidas relativas aos refugiados podem ser abrangidas pela área política dos Assuntos Internacionais.
Lei	O foco principal da medida são questões que afetam ações civis e recursos administrativos, tribunais e administração judicial, questões constitucionais gerais, resolução de disputas, incluindo mediação e arbitragem. As medidas relativas a alterações constitucionais específicas podem enquadrar-se na área política relevante para o objeto da alteração (por exemplo, Educação). As medidas relativas ao processo penal e à aplicação da lei podem ser abrangidas pelo domínio de intervenção Crime e Aplicação da Lei.

Nativos americanos	O foco principal da medida são as questões que afetam os nativos americanos, incluindo os nativos do Alasca e os havaianos, em uma variedade de ambientes de política interna. Isto inclui reivindicações, relações intergovernamentais e terras e recursos indígenas.
Operações e Política Governamental	O foco principal da medida é a administração governamental, incluindo organização de agências, contratação, instalações e propriedades, gestão de informações e serviços; regulamentação e direito administrativo; eleições e atividades políticas; funcionários e funcionários do governo; Presidentes; ética e participação pública; serviço postal. As medidas relativas às dotações das agências e ao processo orçamental podem ser abrangidas pela área de intervenção da Economia e das Finanças Públicas.
Proteção Ambiental	O foco principal da medida é a regulação da poluição, incluindo substâncias perigosas e liberações radioativas; alterações climáticas e gases com efeito de estufa; avaliação e pesquisa ambiental; resíduos sólidos e reciclagem; ecologia. As medidas relativas à exploração, eficiência e conservação de energia podem enquadrar-se no domínio da política energética.
Saúde	O foco principal da medida é a ciência ou prática de diagnóstico, tratamento e prevenção de doenças; administração e financiamento de serviços de saúde, incluindo programas como <i>Medicare</i> e <i>Medicaid</i> ; pessoal de saúde e educação médica; uso e segurança de drogas; cobertura e seguro de saúde; instalações de saúde. As medidas relativas às substâncias regulamentadas e ao tráfico de drogas podem ser abrangidas pela área de intervenção Criminal e Aplicação da Lei.
Terras Públicas e Recursos Naturais	O foco principal da medida são as áreas naturais (incluindo áreas selvagens); terras sob jurisdição governamental; práticas e políticas de uso da terra; parques, monumentos e locais históricos; pescas e recursos marinhos; mineração e minerais. As medidas relativas ao fornecimento e à produção de energia podem ser abrangidas pelo domínio de política energética.
Trabalho e Emprego	O foco principal da medida são questões que afetam a contratação e composição da força de trabalho, salários e benefícios, relações trabalhistas-gestão; segurança ocupacional, gestão de pessoal, seguro-desemprego. As medidas relativas ao emprego no sector público podem enquadrar-se na área de política: “Política e Operações Governamentais”.
Transportes e Obras Públicas	O foco principal da medida são todos os aspectos dos modos de transporte e meios de transporte, incluindo questões de financiamento e segurança; Guarda Costeira; Desenvolvimento de infraestrutura; viagem e Turismo. As medidas relativas aos recursos hídricos e aos projetos de navegação podem enquadrar-se na área política de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos.
Tributação	O foco principal da medida são todos os aspectos de impostos sobre renda, impostos especiais de consumo, propriedade, herança e empregos; administração e arrecadação tributária. As medidas relativas às finanças estaduais e locais podem ser abrangidas pela área de intervenção da Economia e das Finanças Públicas.

Fonte: Adaptado pela autora (2023) a partir de Congress (2023c).